

**ES**

**25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA**

**VOLUME 6-TOMO 1 - ANÁLISE DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**José Augusto Amaral de Souza**

**Governador**

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**Eduardo Emílio Maurell Müller**

**Secretário**



**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

**CONSELHOS:**

**CONSELHO DE PLANEJAMENTO:**

**Antônio Mário Pascual Bianchi**

**Dionysio Azambuja da Silva**

**Gaspar Albite Chuy**

**Eudes Antidis Missio**

**Antônio Ernani Martins Lima**

**Odo Cazzulo**

**Heitor Silveira - PRESIDENTE DO CONSELHO**

**CONSELHO CURADOR:**

**Ubirajara Pessano Ricciardi**

**Paulo Olímpio Gomes de Souza**

**Riograndino Vasconcellos Franzen**

**DIRETORIA:**

**PRESIDENTE: Heitor Silveira**

**DIRETOR TÉCNICO: Ítalo Danilo Fraquelli**

**DIRETOR ADMINISTRATIVO: Antonio Gonzalez Mojon**

**GERÊNCIAS:**

**ANÁLISE: Enéas Costa de Souza**

**INDICADORES: Ário Zimmermann**

**INFORMÁTICA: Abelardo Augusto Sorio Ribeiro**

**PROGRAMAS ESPECIAIS: Aldrovando Rosito Guerra**

**PUBLICAÇÕES: Decio Anson Lima**

**RECURSOS: Sifredo Schiller**

# 25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

**VOLUME 6 - TOMO 1**

**ANÁLISE DO SETOR PÚBLICO  
NO RIO GRANDE DO SUL**

**EQUIPE TÉCNICA**

**TÉCNICOS:**

*Coordenador – Raymundo Ferreira Guimarães  
Adolar Koch  
Carlos Alberto Drummond de Macedo  
Carlos Nelson dos Reis  
Isabel Noémia Junges Ruckert  
Gentil Corazza  
Gibraiil Rodrigues  
Maria Lucrécia Calandro*

**AUXILIAR TÉCNICO:**

*Neuza Maria C. de Souza Antunes  
Edson Luiz Ferreira Teixeira*

**PORTO ALEGRE, RS  
NOVEMBRO, 1980**

### CONVENÇÕES

- ... O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno não existe.
- O fenômeno não existe.
- 0 - 00 - 0,00 O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada na tabela.

F981 Fundação de Economia e Estatística  
Análise do setor público no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.  
211p. ilustr. (25 anos de Economia Gaúcha, 6, t.1).

1. Administração estadual. I. Título

● CDU 353(816.5)



Administração Amaral de Souza

Tiragem: 1.000 exemplares  
Código: 1001.06.01

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada a:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Rua Siqueira Campos, 1044 - 2º andar  
90.000 - Porto Alegre - RS

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
INTRODUÇÃO .....	7
I – O CRESCIMENTO DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL E SUAS EXPLICAÇÕES .....	13-75
1 – Dimensão e Evolução do Setor Público no Rio Grande do Sul .....	15
1.1 – Uma Visão Global .....	15
1.2 – Evolução da Estrutura da Carga Tributária .....	18
1.3 – Despesas por Funções e por Categorias Econômicas .....	24
1.4 – Conclusão .....	38
2 – Razões do Crescimento da Economia Pública .....	41
2.1 – Razões Baseadas na Evidência Empírica .....	41
2.2 – Razões Teóricas .....	57
2.3 – Conclusões .....	74
II – ASPECTOS DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL .....	77-124
3 – Despesas de Custeio, de Investimento e Fontes de Financiamento do Setor Público Estadual Consolidado ..	79
3.1 – A Função de Custeio da Administração Direta .....	79
3.2 – O Emprego Público .....	81
3.3 – Investimentos .....	83
3.4 – A Hipótese de Hirschman .....	84
3.5 – As Fontes de Financiamento .....	87
4 – Administração Descentralizada no Rio Grande do Sul .....	89
4.1 – Considerações Iniciais .....	89
4.2 – Administração Descentralizada .....	89
4.3 – Evolução da Administração Descentralizada .....	90
4.4 – Participação da Administração Descentralizada nos Gastos e Investimentos do Setor Público Estadual ..	97
4.5 – Conclusão .....	100
5 – O Papel do Setor Público no Ciclo da Economia Gaúcha .....	101
5.1 – Considerações Iniciais .....	101
5.2 – Análise .....	102
5.3 – Períodos de Queda na Evolução da Economia Estadual .....	103
5.4 – Períodos de Expansão na Economia Estadual .....	110
5.5 – Conclusão .....	112

6— Liberdade do Governo Estadual na Programação das Despesas da Administração Direta .....	115
6.1 — Considerações Iniciais .....	115
6.2 — Despesas Vinculadas .....	115
6.3 — Despesas Compulsórias .....	117
6.4 — Formas de Ampliação da Liberdade de Programar .....	118
6.5 — Causas da Diminuição da Liberdade de Programar .....	119
7— Resumo e Conclusões .....	121
APÊNDICE METODOLÓGICO .....	125-134
1— Abrangência dos Dados .....	127
2— Despesas por Funções .....	128
3— Despesas por Categorias Econômicas .....	129
4— Metodologia da Verificação do Ciclo .....	130
5— Limitações .....	130
6— Teste para Verificação de Tendência e Presença de Ciclo no PIIcf no Rio Grande do Sul — 1947-73 .....	133
ANEXO .....	135-209
BIBLIOGRAFIA .....	210

## APRESENTAÇÃO

*A série de estudos que a Fundação de Economia e Estatística vem publicando sob o título "25 Anos de Economia Gaúcha" completa, com a publicação deste VI Volume, a análise de mais um setor de atividades — o Setor Público do Rio Grande do Sul.*

*O estudo desse setor compreende, na realidade, dois tomos: o Tomo I, que agora apresentamos ao público, representa uma visão global das atividades estatais no Rio Grande do Sul, no período 1947-73, abrangendo os governos federal, estadual e municipal; o Tomo II, a sair brevemente, dedica-se ao estudo específico das empresas estatais situadas no Rio Grande do Sul de propriedade quer da União, quer do Estado. O destaque dado ao setor empresarial estatal justifica-se pela importância numérica e qualitativa que o mesmo vem ganhando no âmbito do conjunto do setor público gaúcho.*

*O presente trabalho procura, antes de tudo, avaliar o papel do Setor Público na economia gaúcha, destacando tanto o peso relativo das receitas e despesas em relação à renda estadual, como a evolução de sua composição estrutural e funcional. Procura, ao mesmo tempo, avançar algumas explicações da crescente participação governamental na economia, tanto de um ponto de vista empírico, como teórico.*

*Após a publicação dos dois tomos componentes deste VI Volume e com a futura publicação do VII Volume sobre o Setor Social do Rio Grande do Sul, a série "25 Anos de Economia Gaúcha" estará completa.*

## INTRODUÇÃO

### *Considerações Iniciais*

Nos dias atuais, mais do que nunca, o Estado, nos países capitalistas, tem sido um elemento central das estratégias econômicas, bem como um instrumento das lutas políticas entre as classes sociais.

A tendência, a longo prazo, mostra que, desde a segunda guerra mundial, tanto a carga tributária como as despesas públicas têm aumentado constantemente sua participação na economia. Esse fato tem sido um fenômeno comum à maioria dos países, quer desenvolvidos, quer subdesenvolvidos. Um estudo da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico-OCDE sobre a evolução das despesas públicas<sup>1</sup> mostra que, num período de vinte anos, as receitas como as despesas públicas cresceram a um ritmo superior ao do produto nacional. Da mesma forma, documentos publicados pela Organização das Nações Unidas-ONU, a respeito das finanças dos países subdesenvolvidos, demonstram esse mesmo fenômeno. Esses são os aspectos quantitativos da ação do Estado nas economias contemporâneas.

Todavia a ação do Estado não se limita aos aspectos quantitativos de receita e despesa pública. Pelo contrário, a mesma vem-se expandindo e diversificando de maneira indireta a uma série de domínios da economia sobre os quais se terá uma avaliação incompleta, se forem levados em conta apenas os dados quantitativos da participação do Estado. É o caso da ação reguladora do Estado sobre preços e rendas

da política de estímulos fiscais, da política creditícia de juros subsidiados e da formação da poupança nacional.

Todas essas formas de ação do Estado, e em consequência do setor público ou economia pública<sup>2</sup>, não são refletidas nos dados quantitativos de receitas e de despesas públicas, a não ser sob a forma de menor receita.

Pode-se afirmar, assim, que a ação do Estado na atividade econômica se caracteriza por dois aspectos-essenciais: o quantitativo e o qualitativo.

Não há, praticamente, mais lugar para o estado liberal do século XIX, cuja missão estava limitada às funções tradicionais de Administração Geral, Defesa e Segurança Pública e a intervenções econômicas deliberadamente restritas pela tradição liberal e pela ação dos interesses privados, preocupados em manter suas áreas de domínio próprio.

O novo modelo de ação do Estado parece exprimir atualmente, através de variantes historicamente determinadas, um novo tipo de relações entre o Estado e a economia. O antagonismo, muitas vezes tra-

---

<sup>1</sup> L'EVOLUTION de la dépense dans les pays del'OCDE (1960/1980) In: BROCHIER, H. et alii. Économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.

<sup>2</sup> Neste trabalho utilizaram-se indistintamente os conceitos de economia pública, setor público ou atividade estatal como sinônimos, apesar de existirem algumas diferenças entre eles.



zido ã baila entre o Estado e os interesses econômicos privados, foi bastante atenuado, pois a disputa liberalismo-intervencionismo praticamente desapareceu<sup>3</sup>. O acento é posto, hoje, sobre a complementaridade das ações entre o Estado e a economia, pois longe de se tratar de uma organização parasitária e improdutivo em oposição à economia produtiva privada, a economia pública aparece como um elemento organizador, dando sustentação e coerência às atividades privadas. É sintomático que as variantes que podem existir nesse modelo geral não parecem estritamente ligadas às cores partidárias dos governantes e que muitas vezes as nuances que separam o programa de um governo trabalhista ou social-democrata do de um governo conservador são mínimas a respeito da ação do Estado na economia.

Foi essa importância crescente, assumida na economia pelo setor público nos últimos anos, que levou a Fundação de Economia e Estatística-FEE a fazer um estudo em separado do setor público gaúcho para compor um dos volumes da série "25 Anos de Economia Gaúcha".

Contudo neste trabalho serão abordados, predominantemente, os aspectos quantitativos da ação do Estado na economia gaúcha, por dois motivos: primeiro, pelas dificuldades inerentes a uma avaliação qualitativa da ação do Estado, pois demandaria uma pesquisa de caráter sociológico e político e mesmo econômico fora das contas do setor público; segundo, porque uma parte do universo do trabalho, isto é, as esferas estadual e municipal, não possui todos os instrumentos de política econômica que permitem a ação indireta do Estado na economia, seja por razões de centralização dos mesmos no Governo Federal, seja pelos poucos recursos que elas detêm; mesmo o comando da política tributária, que no início do período em estudo (de 1947 a 1973) estava dividido entre as três es-

feras de governo, foi, paulatinamente, sendo transferido para a União.

### **Objetivos**

Dentro dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral uma avaliação quantitativa do papel do setor público gaúcho na economia estadual e uma discussão das teorias explicativas da participação crescente do Estado no processo econômico.

Com esse fim, procurou-se estabelecer alguns objetivos específicos, desenvolvidos nos Capítulos 3 e 4 deste trabalho: verificar a Administração Direta ou Indireta – responsável pela função de investimento, de custeio e financiadora das despesas públicas; verificar o papel da economia pública na absorção de mão-de-obra; testar a hipótese de Hirschman, isto é, se os investimentos públicos no Rio Grande do Sul se realizaram face a uma demanda já existente ou não; verificar o papel da economia pública no ciclo da economia gaúcha; estudar a evolução da liberdade do Governo Estadual na programação de suas despesas.

As funções específicas que as empresas estatais desempenham na economia gaúcha serão objeto de um segundo tomo deste trabalho, tendo em vista as proporções e a importância que as mesmas vêm assumindo na economia gaúcha.

### **Conteúdo dos Capítulos**

Assim, para desenvolver os objetivos citados nos Capítulos 1 e 2, componentes da primeira parte deste trabalho, abordar-se-á o objetivo geral. No primeiro, procura-se dar uma visão global da evolução

<sup>3</sup> Existe, contudo, uma corrente filosófico-econômica, defendida principalmente pelo economista F. Von Hayek, que persiste ainda neste problema.

da despesa e da receita tributárias, detectando-se a tendência do seu comportamento tanto em relação à economia como em relação às esferas de governo — federal, estadual e municipal — que compõem o setor público gaúcho. O segundo capítulo discutirá as várias teorias explicativas da dimensão e papel da economia pública, desde a hipótese de Wagner até as teorias Keynesianas e Marxistas. Far-se-á, também, uma tentativa de testar essas teorias em relação à economia pública gaúcha.

O Capítulo 3 aborda as funções de Custeio, de Investimento e de Financiamento da Administração Direta e Indireta do setor público estadual, excluindo-se as esferas federal e municipal, tendo em vista as imperfeições de seus universos, como se verá mais adiante; aborda, também, o relevante problema da absorção da força de trabalho pelo setor público; finalmente, este capítulo testa a hipótese de Hirschman mencionada nos objetivos específicos deste trabalho.

O Capítulo 4 faz um estudo das modificações institucionais por que vêm passando os órgãos da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a desempenhar as novas funções, sobretudo de caráter empresarial; procura medir, também, o crescimento de suas despesas em relação às despesas totais da administração estadual.

O Capítulo 5 estuda o papel do setor público no ciclo da economia gaúcha, principalmente o exercido pela Administração Direta estadual devido, sobretudo, à maior autonomia de suas despesas.

O Capítulo 6, restringindo seu campo à Administração Direta estadual, onde existe, em tese, maior autonomia na manipulação de suas despesas e receitas, estuda a evolução da liberdade do Governo Estadual em programar suas despesas no período de 1947 a 1973.

Por fim, o Capítulo 7 faz um resumo,

em forma de conclusões, do estudo efetuado nos seis capítulos precedentes, indicando algumas tendências da economia pública gaúcha.

### *Universo*

O universo abrangido por este trabalho é a economia pública gaúcha, no seu conceito amplo, incluídas as despesas dos Governos Federal, Estadual e Municipal representativas de suas atividades de caráter empresarial e de suas atividades não empresariais. Por outro lado, ele engloba todas as categorias de despesa, isto é, de custeio, de transferências correntes para o setor privado, de investimentos, de inversões financeiras e de transferências de capital para o setor privado<sup>4</sup>. Assim o conceito de economia pública adotado neste trabalho diverge do das contas nacionais<sup>5</sup>, no que respeita à conta corrente do Governo, formação bruta de capital fixo e renda do Governo, pois ali é considerado apenas o setor público no seu conceito restrito — atividades nãoempresariais — para os dois primeiros casos e somente os salários dessas mesmas atividades para compor seu agregado renda.

Sem entrar no mérito desse conceito restrito de economia pública ou setor público — de fundo Keynesiano —, adotado para elaboração dos agregados nacionais e regionais, que se prestam mais a uma política de estabilização da conjuntura e de redistribuição de renda, a aceitação de seu conceito amplo parece apresentar as seguintes vantagens:

<sup>4</sup> Vide no Apêndice Metodológico o conceito dessas principais categorias de despesas.

<sup>5</sup> Vide FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia. Rio de Janeiro, 1972.

- além de se prestarem, também, a uma política de estabilização da conjuntura do tipo Keynesiano e de uma política de redistribuição de renda, seus agregados revelam melhor o papel do Estado numa política de crescimento econômico, de vez que captam todo o campo de atuação, de um ponto de vista quantitativo, da economia pública, refletindo melhor seu poder de comando sobre a economia;
- é nas atividades do tipo empresarial que o estado moderno vem desempenhando as novas funções de primordial importância para o equilíbrio e relativo desempenho da economia nacional, tais como: energia elétrica, petróleo, siderurgia, telecomunicações, financiamento de longo prazo da formação bruta de capital fixo etc., pois as dimensões de suas plantas exigem um elevado aporte de recursos financeiros.

Por outro lado, no conceito de economia pública, de preferência ao de setor público, como expressão da atividade econômica exercida pelo Estado, está embutida a idéia de que mesmo as atividades de caráter empresarial estão sujeitas à economia de atribuições, isto é, não sujeitas inteiramente à economia de mercado, pois seus objetivos e tarifas são guiados e determinados pelos objetivos e interesses do Estado em matéria econômica<sup>6</sup>. Nesse sentido, pode-se afirmar que o raio de manobra do Estado, em matéria de política econômica, é ampliado. Deixando de lado esse quinhão da economia pública e optando pelo seu conceito restrito, não se estaria evidenciando uma parcela de sua contribuição, de um ponto de vista quantitativo e mesmo qualitativo, ao crescimento da economia nacional.

Quanto às categorias de despesas já

referidas, optou-se pela totalidade de seu universo, pelas seguintes razões:

- mesmo havendo duplicação de despesas, como as efetuadas em aquisição de equipamentos, de insumos e de transferências, porque as mesmas já estão computadas na renda gerada pelo setor privado, todas essas despesas, juntamente com os salários pagos pela economia pública, exercem um papel importante na economia nacional ou regional, seja de um ponto de vista da demanda de bens de serviços de origem do setor privado, seja do ponto de vista da oferta de bens e serviços ao mesmo setor, seja de um ponto de vista de uma política de redistribuição de renda;
- se computada a contribuição da economia pública à economia pela ótica do valor adicionado, uma parcela da mesma, isto é, a parte não sujeita a preços, seria medida pelo montante de salários pagos de acordo com os critérios amplamente aceitos pelos teóricos das contas nacionais. Esse agregado, no caso do Brasil e do Rio Grande do Sul, praticamente não cresceu em termos relativos, durante o período de 1947 a 1973<sup>7</sup>, entre outras, por duas razões básicas: primeiro, porque os salários vêm sofrendo reajuste aquém dos índices de inflação, não expressando, assim, o verdadeiro valor de sua contribuição, em termos de serviços, ao valor adicionado da eco-

<sup>6</sup> Vide a esse respeito o livro de BARRE, Alain. Institutions financières. 2. ed. Paris, Dalloz, 1972.

<sup>7</sup> Vide conjuntura Econômica, RJ, FGV, 33(12), dez/79, pag. 90 e Quadro 1 do Cap. 3 deste trabalho.

nomia<sup>8</sup>; segundo, porque, cada vez mais, grande parte dos investimentos públicos e alguns tipos de serviços vêm sendo feitos por contratos de empreitadas com empresas do setor privado. Dessa maneira, nessas despesas, como as de construção de rodovias, de prédios escolares etc., não estão contidos salários pagos pela economia pública e, como tal, nenhum valor adicionado pela mesma, o que significa dizer, sob essa ótica e a persistir essa tendência, que sua contribuição à economia seria cada vez menor ou, quando muito, estável.

Assim, embora com as duplicações antes referidas, parece ser o total das despesas públicas mais representativo da contribuição do Estado à economia que o agregado representado pelos seus salários e vencimentos pagos. Entretanto, pelo lado da receita, não há nenhuma divergência de universo entre o presente estudo e o conceito estabelecido pelo sistema de contas nacionais, pois se incluíram apenas as receitas tributárias das três esferas de governo. Todavia, como é estabelecido pelo referido sistema, adotou-se o seu conceito amplo, isto é, toda receita de caráter obrigatório, tais como impostos, taxas e contribuições parafiscais, como contribuições de previdência social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, PIS-PASEP etc<sup>9</sup>.

### **Limitações**

Uma das limitações mais importantes deste trabalho refere-se à escolha do Produto Interno Líquido a custo de fatores-PILcf como variável referência da despesa pública na economia gaúcha. Tem-se consciência de que estão sendo comparados agregados diferentes, primeiro porque o PILcf representa o valor adicionado da economia gaúcha, portanto sem duplicações, e a des-

pesa pública representa o total da oferta de bens e serviços e as transferências que o Estado oferece à economia, mas contendo algumas duplicações, conforme se explicou nesta introdução, quando se tratou do universo da economia pública; segundo porque o PILcf representa o valor adicionado da economia em termos líquidos e a custo de fatores, isto é, excluídas as despesas com depreciação do capital fixo e as com tributos indiretos, ao passo que na despesa pública estão incluídos os dois elementos referidos anteriormente.

A razão dessa escolha deve-se aos seguintes motivos:

- à inexistência de cálculo do Produto Interno Bruto a preços de mercado-PIBpm a nível do Rio Grande do Sul, existindo somente a nível nacional;
- à inexistência de dados anuais do valor bruto da produção industrial, do valor das transações ou faturamento do comércio de mercadorias, durante o período de 1947 a 1973.

Os últimos agregados citados, acrescidos do valor bruto da produção agropecuária, são os mais indicados para efeito de comparação com a despesa pública, pois ambos representam o valor bruto de produção da economia privada e pública e não seus respectivos valores adicionados. Alguns testes revelam que o valor bruto da produção em 1960, a nível de Brasil, representou mais ou menos 2,5 vezes o valor adicionado de sua economia. Admitindo-se

<sup>8</sup> No caso dos salários pagos pelas empresas em geral, embora tenha havido perda de poder de compra, a parte não recebida pelos assalariados se transforma em lucros, juros e aluguéis, o que não acontece no caso do Estado.

<sup>9</sup> Diverge-se, apenas, como se verá no Capítulo I, sobre sua classificação quanto à incidência, se tributo direto ou indireto.

que o número de transações por que passam as mercadorias tenha permanecido constante e que não houve aumento da produtividade dos insumos e, ainda, que esse coeficiente fosse válido para a economia gaúcha, então a participação da despesa pública no seu valor bruto da produção seria em torno de 8% em 1950, 12% em 1960 e assim, sucessivamente, até atingir 19% em 1970 e 22% em 1973, ao invés de 21%, 29%, 48% e 55%, calculados respectivamente para os mesmos anos como participação no PILcf-RS, constante da Tabela 19 deste trabalho. Nesse caso, o que altera é a magnitude da participação da despesa na economia e não a sua tendência crescente. Apesar de se tratar do agregado econômico mais comparável com a despesa pública, contudo merece o seguinte reparo: as unidades produtoras e de prestação de serviços do setor privado incorporam, no valor de suas transações, um valor bastante elevado de matérias-primas e mercadorias compradas. No comércio, a mercadoria comprada representa em torno de 70% do valor da transação e na indústria não deve ser inferior a 50%, ao passo que na economia pública, sobretudo a tradicional, essa participação é bastante pequena; o mesmo ocorre com as atividades de caráter empresarial que produzem serviços de utilidade pública, como energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto etc., as quais detêm uma alta participação nas empresas estatais no Rio Grande do Sul.

Assim, se a relação despesa pública/PILcf superestima a participação do setor público na economia, a relação despesa

pública/valor bruto da produção subestima essa mesma participação. Em face dessas limitações optou-se pelo PILcf, por ser o agregado disponível para todos os anos do período de 1947 a 1973. Todavia a escolha desse agregado para calcular a carga tributária — outro elemento de medida da evolução e participação da economia pública na economia total — é a mais correta, na falta do agregado PIBpm. A única limitação é a de não estarem incluídos no PILcf os tributos indiretos<sup>10</sup>, ao passo que os mesmos estão incluídos no total dos tributos.

Além dessa, existem outras limitações, quer a respeito do universo abrangido, quer de adaptação de dados em face da mudança da legislação, quer da inexistência dos próprios dados. Essas limitações referem-se especificamente: à dificuldade de captação de todo universo do setor público federal no Rio Grande do Sul, no período de 1947 a 1970; à adaptação das despesas classificadas segundo a Lei 2.416, de 17.07.40, para a Lei 4.320 de 17.03.64 e a não disponibilidade de alguns dados fora do período de 1947 a 1973, o que limitou o universo temporal deste trabalho. Para uma descrição mais detalhada de todas as limitações encontradas, ver Apêndice Metodológico no final deste trabalho.

Apesar das limitações referidas e de se tratar de um estudo predominantemente quantitativo, espera-se que este trabalho contribua para uma melhor compreensão da evolução e do papel da economia pública na economia gaúcha no período de 1947 a 1973.

<sup>10</sup> Em princípio, o numerador de uma fração deve estar incluído no denominador da mesma.



**I-O CRESCIMENTO  
DO SETOR PÚBLICO  
NO RIO GRANDE DO SUL  
E SUAS EXPLICAÇÕES**



**25**

## 1 - DIMENSÃO E EVOLUÇÃO DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL

### 1.1 - Uma Visão Global

A exemplo do que ocorreu em outros países, sobretudo a partir da segunda década do século XX, os setores públicos brasileiro e gaúcho<sup>1</sup> vêm aumentando sua participação em suas economias. A nível mundial, esse fenômeno não é peculiar ao século XX; ele é constatado em séculos anteriores.<sup>2</sup> O que lhe é peculiar são o aumento de intensidade e as mudanças qualitativas verificadas na economia pública, tendo em vista seu papel na regulação da conjuntura econômica, na redistribuição da renda nacional e na promoção do desenvolvimento econômico e social. No caso dos setores públicos brasileiro e gaúcho, esse fenômeno é mais recente. O primeiro acentua-se, principalmente, a partir dos anos 50 desse século, o segundo a partir da década de 60, devido, sobretudo, ao seu papel na promoção do crescimento econômico.

Tomando como medida o PIB, o setor público brasileiro, no seu conceito restrito, isto é, excluindo suas atividades empresariais, aumentou de 17% em 1947 para 30% em 1969.<sup>3</sup>

O setor público gaúcho no seu conceito amplo, isto é, incluindo-se as atividades empresariais, medido pelo montante de suas despesas sobre o PILcf-RS, aumentou sua participação na economia de 21% em 1947 para 55% em 1973. O setor público brasileiro, consideradas as mesmas grandezas citadas, porém a nível nacional, participou em 1969, único ano em que se possuem dados disponíveis a respeito, com

62% na sua economia, conforme Tabela 19.

O Gráfico 1, a seguir, mostra a evolução da economia pública gaúcha. As despesas públicas aumentaram sua participação no PILcf-RS de 21% em 1947, para 29% em 1960 e para 55% em 1973, evidenciando uma diferença bastante acentuada no último ponto em relação ao ano de 1960. Isso deve-se, em grande parte, ao fato de em 1947 e em 1960 não estarem incluídas, na série histórica, as despesas das atividades empresariais e parte das transferências<sup>4</sup> para o setor privado efetuadas pelo Governo Federal no Rio Grande do Sul. Embora tais despesas, à exceção das transferências, tenham sido pouco representativas em 1947 e mesmo em 1960, tendo em vista que as mesmas só tomaram impulso no Rio Grande do Sul a partir de 1961 com os investimentos da PETROBRAS-REFAP, Distribuidora de Petróleo etc., da ELETROBRAS-ELETROSUL etc., seria de esperar-se que o salto verificado entre 1960 e 1973 se atenuasse um pou-

<sup>1</sup> Vide na Introdução deste trabalho o conceito de setor público gaúcho.

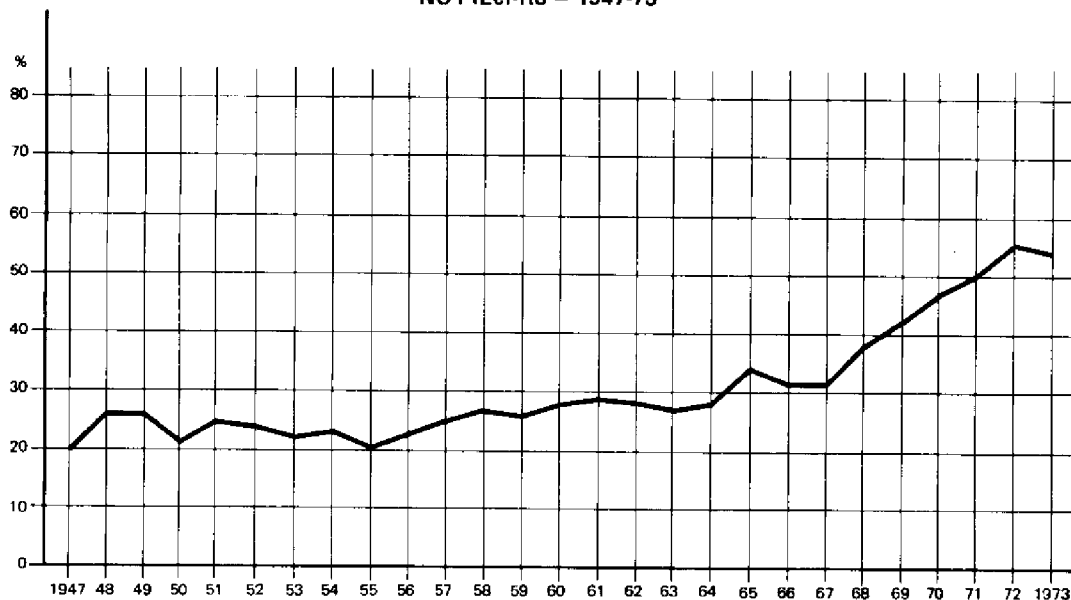
<sup>2</sup> SILVA, Fernando Antonio Rezende da. O crescimento das despesas públicas. In: SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Política fiscal e programação dos gastos públicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1976. p. 19.

<sup>3</sup> —. Avaliação do setor público na economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA, 1972. (Relatório de Pesquisa, 13)

<sup>4</sup> Incluídas somente as transferências feitas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes-IAPC.

GRÁFICO 1

**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO  
NO PILcf-RS – 1947-73**



FONTE: Tabela 19.

co se as mesmas fossem incluídas. Feita essa ressalva, pode-se verificar, mesmo assim, que houve um crescimento bastante acelerado das despesas do setor público gaúcho a partir dos anos 60, devido, em grande parte, ao crescimento acelerado das atividades empresariais do setor público federal e estadual.

Por esfera de governo, conforme a Tabela 19, o setor público federal no Rio Grande do Sul, com a ressalva feita no parágrafo anterior, aumentou sua participação no PILcf-RS de 4,6% em 1947 para 25% em 1973; o setor público estadual consolidado, de 14% para 25%<sup>5</sup> e o setor público municipal (excluída a Administração Indireta, aliás, pouco representativa), de 2,3% para 4,4%.

Essa visão das despesas públicas por esfera de governo ressalta dois pontos importantes a saber:

- a) as despesas da esfera de governo federal no Rio Grande do Sul foram

as que mais cresceram em relação ao PILcf-RS; em segundo lugar estão as despesas da esfera municipal e, por último, as despesas da esfera estadual. Esse fato está mostrando uma tendência à centralização das despesas do setor público em favor do Governo Federal; aos municípios, embora com uma participação crescente no PILcf-RS, ficou reservada uma parcela bastante pequena das atuais funções exercidas pela economia pública gaúcha;

- b) a evolução do grau de centralização das despesas do setor público gaúcho, em favor da esfera federal, iniciou-se em 1947 e possi-

<sup>5</sup> Excluídas as transferências de ICM aos municípios; com sua inclusão, sua participação seria de 27%.



velmente antes, mas acentuou-se a partir da década de 60, face aos investimentos federais aqui realizados. Admitindo que a percentagem de 4,6%, em 1947, dobrasse (9%), se fossem computadas as despesas empresariais e a totalidade das transferências ao setor privado, mesmo assim, referido setor teria quase triplicado sua participação no PILcf-RS no período de 1947 a 1973, isto é, de 9% para 25%, enquanto que tanto as despesas do setor estadual como as do municipal não chegam a dobrar sua participação no mesmo: de 14% para 25% e de 2,3% para 4,4% respectivamente. Esse fenômeno deve ter ocorrido, com maior ou menor intensidade, nos demais estados da federação brasileira, de vez que o País se caracteriza, apesar de algumas contramarchas, pela sua tendência centralizante.

Visto pelo lado da receita tributária, conforme Tabela 22, a tendência à centralização revela-se mais forte, sobretudo dos municípios para a esfera federal. Com efeito, de uma carga tributária total do setor público gaúcho, que cresceu de 14% em 1947, para 35% em 1973 na sua participação no PILcf-RS, ela se distribuiu como segue:

- a carga tributária da esfera federal, que participava com 6,8% em 1947, passa para 23% em 1973, aumentando mais de três vezes;
- a carga tributária da esfera estadual, que participava com 5,4% em 1947, passa para 10,7% em 1973, aumentando duas vezes;
- a carga tributária da esfera municipal, que participava com 1,7% em 1947, passa para 0,85% em 1973, reduzindo em 50% sua participação no PILcf-RS.

Por outro lado, confrontando as diferenças de tamanho das três esferas de governo no Rio Grande do Sul, medidas pelo lado da despesa (relação despesa/PILcf-RS) e pelo lado da carga tributária (relação tributo/PILcf-RS), constata-se o seguinte para o ano de 1973:

- despesa pública: federal, 24,72%; estadual, 25,42%; municipal, 4,42%; perfazendo um total de 54,68%;
- carga tributária: federal, 23,07%; estadual, 10,73%; municipal, 0,85%; num total de 34,65%.

Vê-se que a diferença da carga pública (despesa/PILcf-RS) entre a esfera federal e estadual é de menos de um ponto a favor da estadual, enquanto que a carga tributária é de 12 pontos a favor da federal. No que se refere à esfera municipal, a diferença entre ela e as demais é bem mais acentuada. Em termos relativos, o setor público federal é maior no Rio Grande do Sul visto pelo lado da carga tributária que pelo lado da despesa pública, no seu conceito amplo, o que lhe confere um maior poder de decisão, via poder de tributar, sobre a economia pública gaúcha.

Nessa visão geral do setor público gaúcho, notam-se três tendências verificadas no período de 1947 a 1973, como segue:

- a) um aumento de sua participação no PILcf-RS em torno de duas vezes e meia, visto tanto pelo lado da despesa como da receita tributária;
- b) um crescimento das despesas do setor público federal superior ao dos demais setores, com uma participação no total do setor público gaúcho em torno de 45% em 1973; o setor público estadual que detinha uma participação, em 1947, em torno de 55%, reduz sua participação no total para 47% em 1973; o setor

público municipal, que participava com aproximadamente 9%, baixa sua participação, no referido setor, para 8%;

- c) um crescimento da carga tributária a favor do Governo Federal, como já se disse em outro parágrafo, conforme os dados abaixo:
- carga tributária no setor público gaúcho: para 1947, 13,95% = 100%; para 1973, 34,66% = 100%;
  - carga tributária federal no setor público gaúcho: para 1947, 6,84% = 49,03%; para 1973, 23,07% = 66,58%;
  - carga tributária estadual no setor público gaúcho: para 1947, 5,41% = 38,78%; para 1973, 10,73% = 30,97%;
  - carga tributária municipal no setor público gaúcho: para 1947, 1,70% = 12,19%; para 1973, 0,85% = 2,45%.

Esse período caracterizou-se, portanto, em primeiro lugar, por uma participação crescente da economia pública na economia gaúcha e, em segundo lugar, por uma participação crescente da esfera federal em relação às esferas estaduais e municipais, concentrando naquela um maior poder de comando da economia, tanto pelo lado da despesa como do da receita tributária. Qual a razão dessas duas tendências?

Antes, porém, de se tentar explicá-las, seja de um ponto de vista empírico, seja teórico, far-se-á, nos itens 1.2 e 1.3, um estudo mais desagregado do comportamento das variáveis da economia pública gaúcha, tanto da receita tributária como da despesa, que mais influíram no seu crescimento.

## **1.2 - Evolução da Estrutura da Carga Tributária**

Tomando-se como início o ano de 1949, para efeitos de comparação com a nova série de cálculos efetuados pela Fundação Getúlio

Vargas para a carga tributária nacional, verifica-se, conforme Quadro 1, que a carga tributária na economia gaúcha, medida pelo PILcf-RS, evoluiu de 14,43% naquele ano, para 28,44% em 1970 e para 34,66% em 1973. As cargas tributárias direta<sup>6</sup> e indireta<sup>7</sup> evoluíram nos mesmos anos, a primeira de 4,27% para 8,0% e para 12,16%, e a segunda, de 10,16% para 20,44% e para 22,50% respectivamente.

Em termos de estrutura, a carga tributária direta aumentou sua participação no total da carga tributária de 29,59% em 1949, para 35,08% em 1973. Essa mudança, porém, só se deu a partir do fim dos anos 60<sup>8</sup>, face, sobretudo, à arrecadação do FGTS, do PIS e PASEP, todas contribuições compulsórias de características mais indiretas do que diretas, tendo em vista sua grande possibilidade de serem transferidas, via preços das mercadorias, para o consumidor final.<sup>9</sup>

Por esferas de governo na economia pública gaúcha, a federal manteve, na estrutura de sua carga tributária, com exceção de alguns anos, uma maior participação da carga tributária direta. A esfera municipal, embora com uma participação muito reduzida na carga tributária total, apresenta, a partir de 1970, uma estrutura bastante equilibrada. Fenômeno inverso ocorreu com a estrutura da carga tributária na esfera estadual. Nessa, a carga tributária indireta é predominante desde 1949 e acentua-se em 1970 e 1973, conferindo ao

<sup>6</sup> Inclui todos os tributos que são menos passíveis de repercussão, como o Imposto sobre a Renda, Territorial Rural, Territorial e Predial Urbano e contribuição de previdência social etc.

<sup>7</sup> Inclui todos os tributos mais passíveis de repercussão, como IPI e ICM.

<sup>8</sup> Vide Tabela 21 em Apêndice Estatístico.

<sup>9</sup> Mais adiante, far-se-á uma crítica da apropriação desses tributos como sendo diretos.

setor público gaúcho como um todo, apesar da tendência inversa verificada nas demais esferas de governo, uma predominância da carga tributária indireta.

A carga tributária do setor público brasileiro, tendo como denominador o PILcf-BR, aumentou de 16% em 1949, para 30% em 1970 e para 32% em 1973. Medida pela PIB, essa relação reduz-se para, respectivamente, 15%, 24% e 27%.<sup>10</sup> Todavia, como não se dispõe desse agregado a nível de Estado, impõe-se, para efeito de comparação, o PILcf. Nota-se, portanto, que a carga tributária no Brasil foi superior à do Rio Grande do Sul nos anos de 1949 e 1970 e menor no ano de 1973, revelando isso, talvez, uma tendência para um maior crescimento da carga tributária nesse Estado, em relação à média brasileira, a partir da década de 70. Esse fato parece bem razoável, tendo em vista que a renda "per capita" no Rio Grande do Sul é superior à média nacional e levando em conta, também, a alta participação na receita do IPI de receita proveniente do cigarro, sendo essa, em grande parte, gerada neste Estado.

A carga tributária direta, a nível de Brasil, evoluiu de 5,48% em 1949 para 10,81% em 1970 e 13,48% em 1973, e a indireta, para os mesmos anos, evoluiu de 10,65% para 19,25% e 18,49%, havendo uma pequena queda de sua participação nesse último ano. Em termos de participação na carga tributária total, a direta vem ganhando terreno nos anos considerados: 33,97%, 36,10% e 42,16%, respectivamente, em 1949, 1970 e 1973, revelando um bom desempenho da mesma. Esse fenômeno deve ser atenuado, como se verá mais adiante, quando se estudar a carga tributária das administrações diretas.

Por esfera de governo, a nível de Brasil, foi a carga tributária do Governo Federal a que mais cresceu de 1949 a 1973, evoluindo de 10% daquele ano, patamar mais elevado que o constatado nas demais esfe-

ras de governo, para 20% em 1970 e 23% em 1973, aumentando, assim, mais de duas vezes sua participação relativa na renda nacional. A carga tributária nas esferas de governo estaduais, partindo, porém, de um patamar mais baixo, apresentou mais ou menos esse mesmo fenômeno, embora menos acentuado até 1970, aumentando sua carga de 4,97 para 9,23%, caindo, porém, para 8,35% em 1973. Fenômeno totalmente inverso ocorre com a carga tributária da média dos municípios brasileiros: de um patamar já bastante baixo em 1949, sua carga tributária cai verticalmente de 1,12% para 0,81% em 1970 e para 0,65 em 1973.

Esses mesmos fatos ocorreram na carga tributária do setor público gaúcho, com pequenas modificações:

- em primeiro lugar, a carga tributária do Governo Federal no Rio Grande do Sul cresceu mais acentuadamente que a ocorrida a nível de Brasil. De 1970 a 1973, aumentou mais de 5 pontos, enquanto que a nível nacional aumentou três pontos apenas, revelando uma maior elasticidade-renda de seus tributos neste Estado;
- em segundo lugar, a carga tributária da esfera estadual manteve-se estável entre os anos de 1970 e 1973, revelando uma elasticidade-renda de seus tributos em torno da unidade. A carga tributária da esfera municipal, depois de sofrer uma queda de mais de 60% entre 1949 e 1970, aumenta sua participação no PILcf-RS entre 1970 e 1973 e, conseqüentemente, a elasticidade-renda de seus tributos;
- de qualquer maneira, os dados referidos estão revelando, primeiro, uma

<sup>10</sup> CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v. 29, n. 6, jun. 1975.

Quadro 1

Carga tributária e distribuição percentual, por esferas de

a) Rio

ESTRUTURA	CARGA TRIBUTÁRIA											
	Setor Público Gaúcho			Governo Federal			Governo Estadual			Governo Municipal		
	1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973
Carga tributária total .....	14,43	28,44	34,66	6,53	17,16	23,08	5,93	10,53	10,73	1,97	0,75	0,85
Carga tributária direta .....	4,27	8,00	12,16	3,57	7,49	11,56	0,56	0,11	0,19	0,15	0,40	0,41
Carga tributária indireta ....	10,16	20,44	22,50	2,96	9,67	11,52	5,37	10,42	10,54	1,83	0,35	0,44

b) Brasil

ESTRUTURA	CARGA TRIBUTÁRIA											
	Setor Público Brasileiro			Governo Federal			Governos Estaduais			Governos Municipais		
	1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973
Carga tributária total .....	16,13	30,06	31,97	10,04	20,02	22,97	4,97	9,23	8,35	1,12	0,81	0,65
Carga tributária direta .....	5,48	10,81	13,48	4,28	10,04	13,09	0,84	0,38	0,40	0,37	0,39	0,34
Carga tributária indireta ....	10,65	19,25	18,49	15,76	9,98	9,88	4,43	8,85	7,95	0,75	0,42	0,31

FONTE: Tabelas 1 e 21.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v. 29, n. 6, jun. 1975.

— Rio de Janeiro, FGV, v. 31, n. 7, jul. 1977.

NOTA: No Rio Grande do Sul, a carga tributária refere-se à receita tributária/PILcf-RS; e no Brasil, à receita

progressiva concentração da carga tributária a favor do Governo Federal<sup>11</sup> e, segundo, que a mesma foi mais acentuada no Rio Grande do Sul.

Por estrutura da carga tributária e por esfera de governo a nível de Brasil, verifica-se que as esferas federal e municipal vêm aumentando a participação de sua carga tributária direta sobre a total, nos anos considerados, de modo que a mesma, a partir de 1970, passa a ser superior a 50%. Fenômeno inverso ocorre com a carga tributária dos governos estaduais: sua carga tributária indireta, que era de 83,00% em 1949, passa para 96,00% em 1970 e para 95,00% em 1973. Confrontados esses mesmos fatos com os ocorridos na economia gaúcha, conforme os dados já citados, constata-se que:

- a evolução da carga tributária direta do Governo Federal é menos acentuada, atingindo, em 1973, uma

participação de 50,00% contra 57% no mesmo ano a nível de Brasil;

- a evolução da carga tributária indireta do Estado, se não é mais acentuada, é, desde 1949, mais elevada que a verificada na média dos governos estaduais;
- quanto aos municípios, a evolução da estrutura de sua carga tributária no Rio Grande do Sul é irregular, predominando a indireta em 1949 (92%) e 1973 (52%) e a direta em 1970 (53%). O mesmo fenômeno não ocorre na média dos municípios bra-

<sup>11</sup> Para um estudo mais pormenorizado do assunto, compreendendo o período 1967-76, vide FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Evolução das finanças do Estado do Rio Grande do Sul 1967/76. Porto Alegre, 1978.

governo, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1949, 1970, 1973

Grande do Sul

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CARGA TRIBUTÁRIA											
Setor Público Gaúcho			Governo Federal			Governo Estadual			Governo Municipal		
1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
29,59	28,13	35,08	54,67	43,65	50,09	9,44	1,04	1,77	7,61	53,33	48,24
70,41	71,87	64,92	45,33	56,35	49,91	90,56	98,96	98,23	92,39	46,67	51,76

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CARGA TRIBUTÁRIA											
Setor Público Brasileiro			Governo Federal			Governo Estadual			Governo Municipal		
1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973	1949	1970	1973
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
33,97	36,10	42,16	42,63	50,15	56,29	16,90	4,12	4,80	33,04	48,15	52,31
66,03	63,90	57,84	57,37	49,85	43,01	83,10	95,88	95,28	66,96	51,85	47,69

tributária/PILcf-BR.

sileiros, pois nota-se uma evolução contínua da carga tributária direta.

Viu-se, nos parágrafos anteriores, que a carga tributária direta vem aumentando sua participação na carga total, sobretudo nos dois últimos anos de referência, 1970 e 1973, sendo mais acentuada a nível de Brasil que a nível do Rio Grande do Sul. Viu-se também que o responsável por esse fenômeno, tanto a nível do Rio Grande do Sul como a nível nacional, foi a esfera federal. Histórica e economicamente, trata-se de um fenômeno quase universal: a medida que aumenta a renda "per capita" e se modifica sua estrutura econômica — maior participação da indústria na economia total, surgimento de uma classe média mais ou menos numerosa, maior índice de cultura, melhor organização empresarial e do fisco etc. —, a carga tri-

butária direta, representada basicamente pelo Imposto sobre a Renda, vai ganhando participação na carga tributária total. Há, porém, países europeus onde, embora apresentem as características mencionadas, não ocorreu esse fenômeno, devido, especialmente, a par de sua relativa neutralidade, à grande capacidade de rendimento de seus impostos indiretos sobre o valor adicionado, conferida pela sua produtividade e elasticidade. Outro fator que tem determinado sua preponderância sobre o Imposto de Renda é a sua qualidade em melhor harmonizar o sistema fiscal dos países pertencentes ao Mercado Comum Europeu.

No caso do Brasil, porém, a tendência verificada acima, isto é, o aumento da carga tributária direta, deve ser atenuada em função dos seguintes fatores: em primeiro lugar, conforme demonstram os dados do Quadro 2 que expressam a carga tribu-

tária da Administração Direta das três esferas do governo e que representam a carga tributária no seu conceito restrito,<sup>12</sup> referida tendência não se verifica. Com efeito, a carga tributária direta, representada, em grande parte, pelo Imposto de Renda, não manifestou nenhuma tendência a ganhar posição relativa na carga total até 1970; pelo contrário, ela perdeu posição relativa, baixando de 26% em 1949 para 21,00% em 1959 e 17,34% em 1970, a

nível de Brasil, e de 24,62%, para 17,82% e 11,39% respectivamente, no Rio Grande do Sul. Só a partir dos anos 70, no caso 1973, é que ela aumenta sua posição relativa tanto a nível nacional como estadual, sem contudo recuperar sua posição relativa de 1949 e 1959. Vista por essa ótica, a carga tributária, no Brasil, permanece predominantemente indireta. A nível nacional, em 1973, representa 80% e a nível do Rio Grande do Sul, 86,51%.

## Quadro 2

Estrutura da carga tributária da Administração Direta federal, estadual e municipal — 1949, 1959, 1970 e 1973

## a) no Brasil

VARIÁVEIS	1949	1959	1970	1973
Carga tributária total .....	13,39%=100%	17,36%=100%	21,47%=100%	21,59%=100%
Carga tributária direta ....	3,49%=26,04%	3,66%=21,07%	3,72%=17,34%	4,33%=20,05%
Carga tributária indireta ..	9,90%=73,96%	13,70%=78,93%	17,75%=82,66%	17,26%=79,95%

## b) no Rio Grande do Sul

VARIÁVEIS	1949	1959	1970	1973
Carga tributária total .....	10,40%=100%	15,72%=100%	24,11%=100%	27,45%=100%
Carga tributária direta ....	2,56%=24,62%	2,80%=17,82%	2,75%=11,39%	3,70%=13,49%
Carga tributária indireta ..	7,84%=75,38%	12,92%=82,18%	21,36%=88,61%	23,75%=86,51%

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v. 29, n. 6, jun. 1975.

— Rio de Janeiro, FGV, v. 31, n. 7, jul. 1977.

NOTA: Os tributos estão relacionados, respectivamente, ao PILcf-BR e PILcf-RS.

<sup>12</sup> Excluídos os tributos de natureza parafiscal, como contribuições de previdência social, FGTS, PIS-PASEP.

Esse fato está revelando que no Brasil, apesar das grandes mudanças estruturais ocorridas na economia entre 1949 e 1973, a sua carga tributária direta não acompanhou essa evolução. O aumento relativo da carga tributária, que foi bastante elevado nesse curto período de 25 anos, deu-se mais pelo aumento dos tributos indiretos que dos diretos, ocorrendo, assim, pelo menos até 1970, fenômeno semelhante ao dos sistemas tributários de alguns países compreendidos na área do Mercado Comum Europeu, embora por causas diferentes.

Isso parece ter explicação, em grande parte, na maior ênfase dada pelo Brasil, dentre seus objetivos de política econômica, ao crescimento econômico. Com efeito, o Imposto de Renda, tanto de pessoa física como jurídica, vem sofrendo uma grande erosão em sua base tributária, através da concessão de estímulos fiscais de toda ordem: para o desenvolvimento regional do Nordeste e da Amazônia; para o desenvolvimento setorial, como pesca, turismo, reflorestamento, exportação, formação do mercado de capitais, permissão de coeficiente acelerado de depreciação, por parte das empresas, sem tributação etc. Acresça-se a isso a preocupação mais recente<sup>13</sup> de elevar a base de isenção da renda tributável das pessoas físicas acima dos índices de inflação, a permissão de descontar 25% do rendimento bruto auferido pelo contribuinte — pessoa física —, dedução de alugueis, correção monetária do imposto arrecadado na fonte etc, e pode-se concluir porque o imposto, embora apresente uma elasticidade-renda superior à unidade, não tem ganho a posição relativa na estrutura da carga tributária que deveria, para alterar a evidência constatada nos dados referidos.

Por outro lado, o Governo, tendo necessidade de criar uma poupança forçada para complementar a poupança voluntária no sentido de acelerar o crescimento eco-

nômico, optou por uma tributação indireta, incidindo, essencialmente, sobre o consumo interno, como o IC-IPI e o IVC-ICM<sup>14</sup>, bastante produtivos, em razão de seu vasto campo de incidência, e elásticos em relação à renda, aquele, em razão de sua fonte e de suas alíquotas discriminadas e esse, em razão do aumento de suas alíquotas verificadas até 1968.

Em segundo lugar, conforme entendimento da Fundação Getúlio Vargas,<sup>15</sup> são incluídas na carga tributária direta, no seu sentido amplo, as contribuições de previdência social, tanto as pagas pelo empregador como pelo empregado, o FGTS, o PIS-PASEP. Sabe-se, entretanto, que, ressalvada a contribuição de previdência social de 8% paga diretamente pelo empregado, as demais, uma incidindo sobre a folha de salários, outras sobre o movimento dos negócios etc., constituem custo das empresas e, portanto, altamente passíveis de serem transferidas para o consumidor final. Logo, parece que as mesmas se caracterizam mais como tributos indiretos que diretos. Não parece suficiente classificar um tributo como direto, só porque o produto de sua arrecadação será devolvido, mais cedo ou mais tarde, aos seus contribuintes ou às camadas da população de menor renda, via despesas de transferências ou mesmo de custeio como assistência médico-hospitalar. Esse problema deve ser visto pelo lado da despesa pública que pode ter caráter redistributivo ou não, dependendo da população beneficiada, se a de menor ou de maior renda. Pelo lado da tributação, o

<sup>13</sup> Basicamente no ano de 1976.

<sup>14</sup> Imposto sobre Consumo até 1966, hoje Imposto sobre Produtos Industrializados, e Imposto sobre Vendas e Consignações, até 1966, hoje Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

<sup>15</sup> CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v. 29, n. 6, jun. 1975.

mais racional, para classificá-la como direta ou indireta, parece ser o fenômeno da repercussão, isto é, quem paga em última instância o imposto: o contribuinte legal ou o de fato. Tudo indica que as referidas contribuições compulsórias são repassadas facilmente para o consumidor final, via preços dos seus bens e serviços oferecidos pelas respectivas empresas, contribuintes legais das mesmas.

A classificação desses tributos como diretos é a razão principal do forte aumento da participação da carga tributária direta na carga tributária total (no seu conceito amplo), a partir dos últimos anos da década de 60, tendo em vista a criação de novas contribuições compulsórias, como FGTS, PIS-PASEP, que se somaram à já existente contribuição de previdência paga pelo empregador. Assim, retirando-se todas essas contribuições, à exceção apenas da contribuição de previdência social paga pelo empregado, da carga tributária direta e passando-se para a carga tributária indireta, essa, segundo cálculos aproximados, estaria, em 1973, em torno de 76% da carga tributária total a nível de Brasil. A nível de Rio Grande do Sul ela estaria em torno de 84%<sup>16</sup>.

Esse fato está revelando, apesar da pequena melhora do Imposto sobre a Renda-IR na participação do total dos tributos, que a carga tributária no Brasil e no Rio Grande do Sul é, ainda nos anos 70, predominantemente indireta,<sup>17</sup> possivelmente igual ou mais acentuada que a existente em 1949, devido às novas contribuições compulsórias de caráter indireto já referidas e que têm um peso relativo no total dos tributos. Essas novas contribuições aumentaram as poupanças forçadas e ajudaram a acelerar o crescimento econômico.

Destaca-se, aqui, uma outra característica da economia pública brasileira e gaúcha, além das duas já enunciadas no item 1.1: a estrutura de sua carga tribu-

tária praticamente não se alterou no período de 1949 a 1973, mostrando uma grande predominância dos tributos indiretos, apesar das transformações sofridas na estrutura e na renda das respectivas economias. Pode-se, assim, concluir, tendo em vista a pouca discriminação das alíquotas em função da não essencialidade dos produtos, que os tributos indiretos tiveram caráter regressivo e, como sua carga é predominante, a carga tributária total foi também regressiva. Vistos pelo lado da carga tributária, os fatos indicam que os Governos Federal e Estadual estavam mais preocupados com o objetivo crescimento econômico que o de distribuição da renda.

### **1.3 - Despesas por Funções e por Categorias Econômicas**

#### **1.3.1 - Despesas por Funções**

Apesar de algumas incorreções na captação das despesas federais por funções realizadas no Rio Grande do Sul, conforme pode ser constatado no Apêndice Metodológico, inserido no Resumo e Conclusões, pode-se verificar que foram as despesas nas funções Recursos Naturais, Indústria e Comércio e Bem-Estar Social, as que mais cresceram no período de 1947 a 1973, conforme o Quadro 3, e, como tal, as responsáveis pela grande expansão do setor público gaúcho. Com efeito, a soma dessas três funções, que participavam no total das despesas do setor público gaúcho com 29% em 1949, passa para 38% em 1963, 57% em 1970 e 56% em 1973. Dentre as três, a que apresentou maior índice de aumento na partici-

<sup>16</sup> Trata-se da carga tributária bruta, isto é, sem dedução das transferências para os indivíduos.

<sup>17</sup> Somando-se aos tributos indiretos, o FGTS, PIS, PASEP e CPS pagam pelo empregador.



pação foi a função Bem-Estar Social<sup>18</sup>, seguida pela função Indústria e Comércio.

A função Transporte e Comunicações, embora ainda detenha em 1973 uma alta porcentagem das despesas públicas no setor público gaúcho, teve participação decrescente na mesma, nos anos de 1959, 1963, 1969 e 1970. A função Educação e Cultura, depois de ter aumentado sua participação de 5,72% em 1949, para 12,41 em 1963, baixa no ano de 1969 para 9,55% e, em 1973, para 8,04%. Em proporções diferentes, seja quanto à participação na despesa total, seja quanto aos anos estudados, o mesmo fenômeno ocorre com as funções Governo e Administração Geral, Defesa e Segurança, Saúde e Serviços Urbanos, as quais diminuem sua participação no total, sobretudo a partir de 1970, quando o universo do setor público federal no Rio Grande do Sul é praticamente coberto pela pesquisa. Só a função Administração Financeira mantém uma participação regular, em torno de 6%, no total do setor público gaúcho.

Dentre as 10 funções que compõem o universo da economia pública gaúcha, as três funções que mais cresceram — Recursos Naturais, Bem-Estar Social e Indústria e Comércio — mais a função Serviços Urbanos (no que respeita à rede de água e esgoto) e a função Transporte e Comunicações (no que respeita a portos, ferrovias e telecomunicações) são as novas funções que o estado moderno assumiu para melhor viabilizar o crescimento econômico e social, principalmente a partir da década de 50. E a economia pública gaúcha não escapou dessa tendência, sobretudo no que concerne à criação de indústrias, como a refinaria Alberto Pasqualini, Aços Finos Piratini, CORLAC, AGASA; à exploração de energia elétrica, como a CEEE, ELETROSUL; à intermediação financeira, como o Banco do Brasil, BANRISUL, CEE; à previdência social, como o INPS, IPE; a telecomunicações, como a CRT, Correios e Telégrafos; ao saneamento básico, como a CORSAN; à exploração de portos e vias navegáveis, como

### Quadro 3

Distribuição percentual das despesas, por funções, do setor público gaúcho — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral . . . . .	6,89	7,26	5,83	4,06	2,65	3,44
Administração Financeira . . . . .	6,23	6,57	7,74	6,67	3,83	5,50
Defesa e Segurança . . . . .	10,70	11,80	12,43	6,77	8,66	5,80
Recursos Naturais e Agropecuários . . . . .	6,25	8,29	17,95	10,34	9,92	11,19
Viação, Transporte e Comunicações . . . . .	35,26	25,04	16,61	15,71	15,11	17,18
Indústria e Comércio . . . . .	12,10	9,54	11,33	12,49	19,13	20,65
Educação e Cultura . . . . .	5,72	9,68	12,41	9,55	8,81	8,04
Saúde . . . . .	1,69	1,91	2,82	1,03	1,09	1,08
Bem-Estar Social . . . . .	10,67	12,03	9,00	29,80	27,77	24,47
Serviços Urbanos . . . . .	4,49	7,88	3,88	3,58	2,82	2,65
TOTAL . . . . .	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela 23.

<sup>18</sup> Como se verá no item 1.3.2, o aumento dessa função, no que se refere às despesas em aposentadorias, pensões etc., não envolveu uma melhor redistribuição de renda pela economia pública.

o DEPRC, DNPVN; a exploração de ferrovias, como a VFRGS e, mais tarde, RFFSA e, mais recentemente, a compra e venda de produtos básicos como a COBAL.

Visto por esfera de Governo, nota-se, verticalmente, certa especialização de cada esfera em algumas funções conforme Quadro 23. Assim, as funções Recursos Naturais, Educação e Saúde<sup>19</sup> estão preponderantemente a cargo do setor público estadual; as funções Defesa e Segurança e Bem-Estar Social, a cargo do Governo Federal e a função Serviços Urbanos, fortemente a cargo dos municípios. A função Transporte e Comunicações, que até os anos 50 estava mais a cargo do Estado, passa, nos anos 60 e 70, a ser executada mais pelo Governo Federal; o mesmo fato ocorre com a função Indústria e Comércio, porém, a partir dos anos 70. Em 1973, essas duas últimas funções são executadas, no Rio Grande do Sul, preponderantemente pelo Governo Federal, representando, respectivamente, 48,48% e 54,84% do total das mesmas.

No que se refere à função Governo e Administração Geral é natural que a mesma, no Rio Grande do Sul, esteja mais centrada na esfera estadual, primeiro porque a parcela executada pelo Governo Federal está centralizada, em sua maior parte, na Capital Federal, segundo porque ela é a esfera que detém o primeiro lugar em tamanho de despesa em relação ao PILcf. A par disso, coube ao setor público estadual a execução de uma percentagem mais elevada de um maior número de funções, portanto, com atividades mais diversificadas.

Por outro lado, visto horizontalmente, em termos de participação de cada função no total da despesa executada em cada esfera de governo, observa-se que:

- quatro das 10 funções — Defesa e Segurança, Transporte e Comunicações, Indústria e Comércio e Bem-Estar Social — a cargo do Governo Federal no Rio Grande do Sul,

participaram no total de sua despesa com 66,24% em 1949, 65,63% em 1963, 88,64% em 1970 e 91,55% em 1973, com tendência crescente, entre os anos de 1949 e 1973, à exceção do ano de 1963 (Quadro 6);

- cinco das 10 funções — Administração Financeira, Transporte e Comunicações, Educação e Cultura, Bem-Estar Social e Serviços Urbanos — a cargo da esfera municipal, participaram no total de sua despesa com 86,46% em 1949, 87,22% em 1963, 82,47% em 1970 e 82,14 em 1973, exibindo um pequeno aumento de sua participação entre os anos de 1949 e 1963, para depois baixar e se estabilizar entre os anos de 1970 e 1973 (Quadro 10);
- seis das 10 funções — Administração Financeira, Recursos Naturais, Transporte e Comunicações, Indústria e Comércio, Educação e Cultura e Bem-Estar Social — a cargo do Governo Estadual, participaram no total de sua despesa com 85,00% em 1949, 81,29% em 1963, 87,20% em 1970 e 85,52% em 1973, exibindo decréscimo entre os anos de 1949 e 1963, para depois crescer e cair entre os anos de 1970 e 1973 (Quadro 8).<sup>20</sup>

Para terminar o estudo das despesas públicas, segundo as funções ou faixas em que atua a economia pública gaúcha, ver-se-á, rapidamente, sua participação no PILcf-RS, conforme demonstra o Quadro 4.

<sup>19</sup> Para um estudo teórico dos critérios de atribuições de funções num país de organização federativa, vide FUNDAÇÃO, op. cit., nota 11, cap. I. Ali se demonstra que essas três funções deveriam estar mais a cargo do Governo Central.

<sup>20</sup> Para um estudo das conseqüências financeiras que essas funções vêm causando ao Tesouro do Estado Gaúcho, vide FUNDAÇÃO, op. cit., nota 11, cap. I.

Quadro 4

Participação percentual das despesas, por funções, no PILcf-RS do setor público gaúcho — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	1,80	1,91	1,60	1,73	1,27	1,88
Administração Financeira .....	1,62	1,73	2,12	2,84	1,83	3,01
Defesa e Segurança .....	2,79	3,10	3,41	2,88	4,24	3,17
Recursos Naturais e Agropecuários .	1,63	2,18	4,92	4,40	4,75	6,12
Viação, Transporte e Comunicações .	9,20	6,58	4,55	6,68	7,23	9,39
Indústria e Comércio .....	3,15	2,51	3,10	5,31	9,15	11,29
Educação e Cultura .....	1,49	2,54	3,40	4,06	4,22	4,40
Saúde .....	0,44	0,50	0,77	0,44	0,52	0,59
Bem-Estar Social .....	2,78	3,16	2,47	12,68	13,29	13,38
Serviços Urbanos .....	1,17	2,07	1,06	1,53	1,35	1,45
TOTAL .....	26,09	26,28	27,41	42,54	47,84	54,68

FONTE: Tabela 27.

O total da despesa, como já se viu, aumentou sua participação no PILcf-RS no período estudado. De 1949 a 1963, o ganho de participação no PILcf-RS foi bastante lento, mas a partir de meados da década de 60 foi acelerado, revelando, talvez, uma tomada de consciência por parte das autoridades governamentais, aliás, um pouco tardia em relação ao que ocorreu a nível de Brasil, sobre a necessidade de uma maior atuação do setor público para resolver os problemas econômicos e sociais existentes no Rio Grande do Sul.

As funções que aumentaram sua participação no PILcf-RS foram as de Bem-Estar Social, Indústria e Comércio, Transporte e Comunicações, Recursos Naturais e Administração Financeira. Essas cinco funções, em conjunto, participaram com

43,19% do PILcf-RS em 1973, representando, no mesmo ano, em torno de 79% das despesas totais.

As cinco funções de despesas restantes mantiveram, nos pontos destacados pelo Quadro 4, sua participação no PILcf-RS mais ou menos estável, à exceção da Educação que aumenta de maneira acentuada de 1949 até 1963, de 1,49% para 3,40%, aumentando porém a um ritmo menos acentuado de 1963 até 1970, 4,22%, para manter-se praticamente constante em 1973, 4,40% do PILcf-RS. Pode-se concluir, portanto, que foi o primeiro conjunto de funções, estudado no parágrafo anterior, o responsável pela grande expansão do setor público na economia gaúcha, destacando-se entre elas as de Bem-Estar Social, Indústria e Comércio e Recursos Naturais;

## Quadro 5

Participação percentual das despesas, por funções, dos setores públicos federal, estadual e municipal no setor público gaúcho agregado — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

SETORES PÚBLICOS	1949	1959	1963	1969	1970	1973
<b>Governo e Administração Geral</b>						
Federal .....	10,06	10,60	13,88	14,58	15,56	11,51
Estadual .....	72,87	77,08	75,22	54,48	49,31	58,19
Municipal .....	17,07	12,32	10,90	30,94	35,13	30,30
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Administração Financeira</b>						
Federal .....	39,32	52,45	60,91	28,15	10,68	7,30
Estadual .....	47,50	33,71	29,70	61,63	75,36	70,53
Municipal .....	13,18	13,84	9,39	10,22	13,96	22,17
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Defesa e Segurança</b>						
Federal .....	70,81	70,06	73,16	60,79	67,69	57,20
Estadual .....	29,19	29,94	26,84	38,57	31,87	41,76
Municipal .....	-	-	-	0,64	0,44	1,04
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Recursos Naturais e Agropecuários</b>						
Federal .....	32,78	27,90	15,10	12,60	22,32	11,84
Estadual .....	65,89	71,24	84,54	85,81	76,63	86,52
Municipal .....	1,33	0,86	0,36	1,59	1,05	1,64
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Viação, Transporte e Comunicações</b>						
Federal .....	13,52	22,00	50,70	30,47	51,92	48,48
Estadual .....	80,55	71,51	47,41	56,27	37,27	38,88
Municipal .....	5,93	6,49	1,89	13,26	10,81	12,64
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Indústria e Comércio</b>						
Federal .....	-	-	6,53	43,63	53,20	54,84
Estadual .....	100,00	100,00	93,47	55,70	46,35	44,57
Municipal .....	-	-	-	0,67	0,45	0,59
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Educação e Cultura</b>						
Federal .....	14,91	14,25	21,66	20,04	20,56	19,05
Estadual .....	65,82	71,90	70,72	65,55	64,47	64,27
Municipal .....	19,27	13,85	7,62	14,41	14,97	16,68
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Saúde</b>						
Federal .....	-	-	-	-	9,06	3,66
Estadual .....	81,48	83,38	91,12	73,97	64,25	57,76
Municipal .....	18,52	16,62	8,88	26,03	26,69	38,58
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Previdência e Assistência Social</b>						
Federal .....	30,22	53,43	31,85	67,28	69,87	73,35
Estadual .....	51,33	27,32	41,87	28,83	26,55	21,53
Municipal .....	18,45	19,25	26,28	3,89	3,58	5,12
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Serviços Urbanos</b>						
Federal .....	-	-	-	10,87	3,59	1,82
Estadual .....	17,59	44,87	14,47	33,07	30,74	25,36
Municipal .....	82,91	55,13	85,53	56,06	65,67	72,82
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Total das despesas</b>						
Federal .....	22,20	29,55	33,13	40,07	47,06	45,30
Estadual .....	66,54	58,97	59,09	50,75	44,79	46,60
Municipal .....	11,26	11,48	7,78	9,18	8,15	8,10
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabelas 2, 3, 4 e 5.

Quadro 6

Distribuição percentual das despesas, por funções, do setor público federal  
no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	3,02	2,51	2,65	1,03	0,85	0,95
Administração Financeira .....	18,02	15,02	15,89	6,16	1,29	0,92
Defesa e Segurança .....	32,85	26,93	25,66	10,26	12,59	7,36
Recursos Naturais e Agropecuários .....	8,97	7,51	7,95	3,24	4,96	2,94
Viagem, Transporte e Comunicações .....	20,95	17,95	31,80	11,92	16,47	18,93
Indústria e Comércio .....	-	-	2,17	13,57	21,36	25,08
Educação e Cultura .....	3,75	4,49	7,88	4,77	3,80	3,39
Saúde .....	-	-	-	-	0,21	0,10
Bem-Estar Social .....	12,44	25,59	5,00	47,95	38,20	40,18
Serviços Urbanos .....	-	-	-	1,10	0,25	0,14
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela 24.

Quadro 7

Participação percentual das despesas, por funções, no PILEF-RS, do setor público  
federal no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	0,18	0,20	0,25	0,18	0,19	0,24
Administração Financeira .....	1,07	1,21	1,49	1,05	0,29	0,23
Defesa e Segurança .....	1,96	2,17	2,49	1,75	2,87	1,82
Recursos Naturais e Agropecuários .....	0,53	0,61	0,74	0,55	1,13	0,73
Viagem, Transporte e Comunicações .....	1,25	1,45	2,97	2,04	3,75	4,68
Indústria e Comércio .....	-	-	0,20	2,32	4,87	6,20
Educação e Cultura .....	0,23	0,36	0,74	0,81	0,87	0,84
Saúde .....	-	-	-	-	-	0,02
Bem-Estar Social .....	0,74	2,06	0,67	8,19	8,70	9,93
Serviços Urbanos .....	-	-	-	0,19	0,06	0,03
TOTAL .....	5,96	8,06	9,35	17,08	22,78	24,72

FONTE: Tabela 28.

Quadro 8

Distribuição percentual das despesas, por funções, do setor público estadual  
consolidado, no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	7,30	9,13	8,05	3,03	3,84	4,69
Administração Financeira (1) .....	7,26	4,84	4,15	10,64	9,53	8,32
Defesa e Segurança .....	4,52	5,77	5,48	5,14	6,23	5,23
Recursos Naturais e Agropecuários .....	6,01	9,60	24,95	17,44	17,89	20,86
Viagem, Transporte e Comunicações .....	41,48	29,23	16,67	17,38	12,43	14,72
Indústria e Comércio .....	17,67	15,57	17,41	13,68	19,57	19,04
Educação e Cultura .....	5,53	11,36	14,42	12,31	12,53	11,11
Saúde .....	2,01	2,60	4,72	1,50	1,55	1,55
Bem-Estar Social .....	7,05	6,10	3,69	16,22	15,25	11,47
Serviços Urbanos .....	1,16	5,80	0,94	2,66	2,18	1,86
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela 25.

(1) A partir de 1969, foram deduzidas as transferências de ICM aos municípios.

## Quadro 9

Participação percentual das despesas, por funções, no PILcf-RS, do setor público estadual consolidado, no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	1,30	1,47	1,34	0,65	0,62	1,19
Administração Financeira (1) .....	1,30	0,78	0,69	2,30	2,07	2,20
Defesa e Segurança .....	0,81	0,93	0,91	1,11	1,35	1,33
Recursos Naturais e Agropecuários .	1,07	1,55	4,16	3,77	3,88	5,30
Viação, Transporte e Comunicações .	7,40	4,70	2,78	3,76	2,69	3,74
Indústria e Comércio .....	3,15	2,51	2,90	2,96	4,24	5,04
Educação e Cultura .....	0,99	1,83	2,40	2,66	2,72	2,83
Saúde .....	0,36	0,42	0,70	0,30	0,34	0,39
Bem-Estar Social .....	1,26	0,98	0,61	3,51	3,31	2,92
Serviços Urbanos .....	0,21	0,93	0,16	0,58	0,47	0,47
TOTAL (1) .....	17,85	16,09	16,67	21,62	21,68	25,42

FONTE: Tabela 29.

(1) A partir de 1969, foram deduzidas as transferências de ICM aos municípios.

## Quadro 10

Distribuição percentual das despesas, por funções, do setor público municipal (Administração Direta), no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	10,11	7,50	8,85	9,50	11,12	10,29
Administração Financeira .....	11,91	10,22	10,42	7,76	9,71	10,52
Defesa e Segurança .....	-	-	-	0,47	0,47	0,48
Recursos Naturais e Agropecuários .	0,72	0,59	0,80	1,79	1,35	1,99
Viação, Transporte e Comunicações .	18,05	13,63	5,06	22,64	19,82	21,65
Indústria e Comércio .....	-	-	-	0,91	1,04	1,21
Educação e Cultura .....	9,57	11,24	11,81	14,97	16,01	16,59
Saúde .....	2,71	2,68	3,13	2,91	3,55	3,89
Bem-Estar Social .....	14,98	17,50	17,57	12,01	11,32	12,06
Serviços Urbanos .....	31,95	36,64	42,36	24,95	25,61	21,32
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela 26.

Quadro 11

Participação percentual das despesas, por funções, no PILcf-RS, do setor público municipal (Administração Direta), no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

FUNÇÕES	1949	1959	1963	1969	1970	1973
Governo e Administração Geral .....	0,31	0,23	0,19	0,37	0,44	0,46
Administração Financeira .....	0,36	0,32	0,23	0,38	0,38	0,46
Defesa e Segurança .....	-	-	-	0,02	0,02	0,02
Recursos Naturais e Agropecuários .	0,02	0,02	0,02	0,07	0,05	0,09
Viação, Transporte e Comunicações .	0,54	0,43	0,11	0,89	0,78	0,96
Indústria e Comércio .....	-	-	-	0,04	0,04	0,05
Educação e Cultura .....	0,29	0,35	0,26	0,59	0,63	0,73
Saúde .....	0,08	0,08	0,07	0,11	0,14	0,17
Bem-Estar Social .....	0,45	0,55	0,39	0,47	0,45	0,53
Serviços Urbanos .....	0,96	1,15	0,93	0,98	1,01	0,94
TOTAL .....	3,02	3,13	2,20	3,91	3,94	4,42

FONTE: Tabela 30.

### 1.3.2 - Despesas por Categorias Econômicas

Para completar o estudo empírico das despesas do setor público gaúcho, nesta visão global, este item fará uma análise

das grandes categorias econômicas, isto é, despesas de custeio ou de funcionamento, despesa de transferências correntes ao setor privado e de capital, basicamente, de investimento, conforme os Quadros 12 e 13.

Quadro 12

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, do setor público gaúcho — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1949	83,00	2,48	85,48	14,52	100,00
1959	79,53	8,38	87,91	12,09	100,00
1963	60,31	11,57	71,88	28,13	100,00
1969	49,70	24,31	74,01	25,99	100,00
1970	44,81	24,41	69,22	30,78	100,00
1973	40,02	26,64	66,66	33,34	100,00

FONTE: Tabela 31.

## Quadro 13

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas, no PILcf-RS, do setor público gaúcho — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1949	21,65	0,65	22,30	3,79	26,09
1959	20,90	2,20	23,10	3,18	26,28
1963	16,53	3,17	19,70	7,71	27,41
1969	21,14	10,34	31,48	11,06	42,54
1970	21,44	11,68	33,12	14,73	47,84
1973	21,88	14,57	36,45	18,23	54,68

FONTE: Tabela 34.

Em termos de estrutura, as despesas de custeio vêm perdendo sua participação no total da despesa, de 83% em 1949 para 40,00% em 1973, a favor das transferências correntes e das despesas de capital; essas aumentaram sua participação de 14,52% em 1949 para 33,34 em 1973, e aquelas de 2,48%<sup>21</sup> para 26,64%. Em termos de participação no PILcf-RS, todas as categorias aumentaram, porém em proporções diferentes, cabendo o maior acréscimo às transferências correntes, seguidas das despesas de capital. Partindo-se, entretanto, do ano de 1959 (o ano de 1949 contém algumas imperfeições quanto à classificação) verifica-se que essas duas categorias sofreram acréscimos semelhantes, seja na sua participação no total da despesa, seja no PILcf-RS.

É voz corrente, em literatura econômica, que um maior acréscimo nas despesas de capital, em detrimento das despesas de custeio, é um indicador tanto de uma melhoria da racionalidade do gasto público como de um melhor emprego do mesmo no sentido de acelerar o crescimento econômico. Da mesma forma, um aumento da participação

das transferências correntes é um indicador de que o setor público está cumprindo uma função de redistribuição de renda entre classes sociais, sobretudo se na estrutura de sua carga tributária predominarem os tributos diretos ou esses estiverem aumentando sua participação na mesma. Confrontando o Quadro 12 com o 1, que trata das despesas e da carga tributária, por categorias econômicas, parece que o setor público no Rio Grande do Sul vem alcançando, no período estudado, os dois objetivos referidos, pois tanto as despesas de capital ou de investimento como as despesas de transferências correntes vêm aumentando em detrimento das despesas de custeio, ao mesmo tempo que a carga tributária direta vem ganhando participação. Com efeito, a redução das despesas de custeio, acompanhada de um aumento das despesas de capital, se não estiver aumentando a capacidade ociosa nos bens e serviços

<sup>21</sup> Ressalte-se que, neste ano, não estão incluídas as transferências feitas pela Administração Direta Federal ao setor privado.



públicos, é uma prova de que o setor público está prestando maior número de bens e serviços à sociedade com um menor custo de pessoal, de material de consumo, de serviços de terceiros etc., portanto, de uma maneira mais eficiente ou racional. E mais, se os investimentos estão sendo destinados à montagem de uma infra-estrutura econômica (estradas, portos, hidroelétricas) e social (postos de saúde equipados, escolas, habitação, água e esgoto) e à produção de bens essenciais à economia (petróleo), pode-se afirmar que a economia pública está sendo eficaz e está alcançando o objetivo de acelerar o crescimento econômico. Tudo isso ocorreu na economia pública gaúcha, conforme foi estudado no item concernente às despesas por funções.

Por outro lado, se as despesas de transferências correntes, como auxílios, subvenções e abono familiar, são destinadas às classes de menor renda e ao mesmo tempo seu financiamento é feito mediante a cobrança de tributos progressivos, realmente a economia pública estará promovendo uma redistribuição de renda entre classes sociais. Todavia não foi isso o que ocorreu no caso da economia gaúcha e mesmo brasileira, durante o período de 1949 a 1973, apesar do aumento verificado na participação das transferências correntes no total das despesas. Isso pelas seguintes razões:

- uma grande parte das despesas de transferências correntes é destinada ao pagamento, seja de juro da dívida pública, seja de proventos a pensões a inativos e pensionistas, restando uma parcela reduzida aos auxílios, subvenções, abono familiar etc. E tudo indica, embora não se apresentem dados neste trabalho, que referidos itens são os que vêm crescendo a partir dos anos 50, primeiro pelos déficits e ope-

rações de crédito registrados nos balanços públicos, sobretudo a nível de esfera estadual e municipal, segundo pelo aumento de aposentados e pensionistas, seja a nível de Administração Direta Federal, Estadual e Municipal, seja pelo aumento daqueles enquadrados na previdência social, (INPS, IPERGS), tendo em vista sua implantação a partir do fim da década de 30, cujos efeitos em termos de aposentadoria, começam a dar-se mais tarde e de maneira crescente.

No que se refere às transferências correntes para pagamento de juros, é pacífico que as mesmas não têm caráter redistributivo, ao contrário, se referidas despesas forem financiadas com impostos regressivos, terão um efeito concentrador de renda. No que concerne às despesas de transferências destinadas a pagamentos de aposentadoria e pensões, embora haja consenso que sejam de caráter redistributivo, opina-se que as mesmas não o são, pelo simples fato de que referidas despesas se destinam a manter o "status quo" anterior, em que os aposentados estavam em atividade, e até a reduzi-lo, tendo em vista que o seu valor está, muitas vezes, aquém dos salários e ordenados pagos aos trabalhadores ativos<sup>22</sup>.

Outra razão para essa opinião é a origem do financiamento. Esse provém de tributos, preponderantemente indiretos e com caráter regressivo, como se viu anteriormente (vide Quadro 2), e mais, incluindo-se na carga tributária indireta a contribuição de previdência paga pelo em-

<sup>22</sup> Poder-se-ia argumentar que, como tais despesas impedem uma queda brusca da renda dos indivíduos, o setor público estaria, até certo ponto, praticando justiça social e estabilizando renda.

pregador, o FGTS, o PIS-PASEP, conforme se argumentou<sup>23</sup>, essa carga estará representando, em 1973, mais de 80% do total dos tributos arrecadados no Brasil e no Rio Grande do Sul. Esses tributos são pagos, em última instância, pelo consumidor e, como tal, pelos próprios beneficiários das despesas de transferências correntes. Além disso, uma parcela do financiamento da previdência social, isto é, a contribuição paga diretamente pelo empregado e classificada corretamente como tributo direto, como é evidente, é financiada, também, pelo próprio beneficiário da aposentadoria ou da pensão. Assim, apesar da aparência dos dados contidos nos Quadros 12 e 13, evidenciando um aumento acentuado, durante o período de 1949 a 1973, das transferências tanto na estrutura da despesa, como no PILcf-RS, e mesmo superior ao aumento da participação da carga tributária indireta, não se pode concluir, pelas razões já expostas, que a economia pública gaúcha tenha tido, através das transferências correntes ao setor privado, uma função redistribuidora de renda entre classes sociais.

Quanto ao aumento das despesas de capital ou de investimento em detrimento das despesas de custeio, considerado como indicador da racionalidade do gasto público bem como de um melhor emprego do mesmo para acelerar o crescimento econômico, embora correto, merece alguns reparos, como segue:

- não se deve esquecer que as despesas com educação e cultura, saúde pública, alimentação escolar e assistência social ao menor abandonado são, predominantemente, despesas de custeio. Tais despesas são tão válidas ou mesmo superiores, num país subdesenvolvido, quanto as despesas de capital para promover o desenvolvimento econômico e social. Economistas como Mirdal, e o

próprio bom senso está a indicar, afirmam que, em um país subdesenvolvido onde o índice de subnutrição e analfabetismo é elevado, tais despesas provocam, pelo aumento da capacidade de trabalhar dos indivíduos, uma maior taxa de crescimento econômico que ocasionaria as despesas de investimentos;

- por outro lado, as despesas citadas melhor se prestam a uma política de redistribuição de renda, devido à maior amplitude de seu raio de ação, pois atingem, quase sempre, uma grande faixa da população. Dessa maneira, ao contrário do que pode ocorrer com as despesas de capital, referidas despesas não só promoveriam o crescimento, como também o desenvolvimento econômico.

No caso da economia pública gaúcha, entretanto, apesar da perda de participação das despesas de custeio no total das despesas, durante o período de 1947 a 1973, as despesas com educação e saúde mantiveram, em conjunto, uma participação mais ou menos constante no referido total e foram, inclusive, elásticas em relação à renda, sobretudo as de educação, conforme se vê nos Quadros 3, 4 e 2, e a função Bem-Estar Social aumentou sua participação, apresentando uma elasticidade-renda elevada.

Assim, tudo indica que o setor público gaúcho não só aumentou sua participação nos investimentos, criando emprego e ajudando o crescimento econômico, como contribuiu, em parte, para aumentar a capacidade de trabalhar dos indivíduos, através de seus gastos com educação, saúde e assistência social, dando ao crescimento um caráter mais próximo do desenvolvimento econômico.

<sup>23</sup> Vide item 1.2 deste trabalho.

Os Quadros 14 a 20 mostram a distribuição das três categorias de despesas, por esferas de governo, a participação relativa no total de cada esfera e no PILcf-RS.

Nota-se, no Quadro 14, que o Governo Federal vem aumentando, durante o período, sua participação nas despesas de custeio e de transferências correntes, cabendo à esfera estadual, no decorrer do período, a maior parcela nas despesas de capital. A esfera municipal, além do pequeno tamanho no total das despesas, vem perdendo participação em todas as categorias de despesas.

Nos Quadros 15 e 16, vê-se que as despesas com transferências correntes vêm ganhando participação na estrutura das despesas federais, em detrimento, sobretudo, das despesas de custeio. O somatório dessas duas categorias aumentou sua participação no PILcf-RS, de 4,18% em 1949 para 6,93% em 1963, 17,00% em 1970 e 18,00% em 1973. As despesas de capital, embora não apresentem grande aumento de participação no total das despesas, crescem em relação ao PILcf-RS.

Nos Quadros 17 e 18, observa-se a perda de participação das despesas de custeio, a cargo do Governo Estadual, até 1969, a favor tanto das transferências correntes como das despesas de capital. A partir daí, nos anos de 1969, 1970 e 1973, ela mantém-se em torno de 44%. A participação das despesas de capital continua a aumentar, mas, agora, não em detrimento das despesas correntes e sim das transferências correntes que caem a partir de 1970; sua participação no total da despesa aumentou de 11,26% em 1949, para 29,65% em 1963, 36,80% em 1970 e 39,78% em 1973, o que está evidenciando que o setor público estadual consolidado vem melhorando, cada vez mais, sua capacidade de investir pelo menos até 1973, ano limite do presente trabalho. Em termos de participação no

PILcf-RS, as despesas de custeio diminuíram até 1970, recuperando-se um pouco em 1973, mas não o suficiente para atingir a participação alcançada nos anos de 1949 e 1959; as transferências correntes aumentaram sua participação até 1969, estabilizando-se daí em diante, enquanto que as despesas de capital aumentaram sua participação, no PILcf-RS, durante o período.

Nos Quadros 19 e 20, observa-se, também, que os municípios melhoraram sua capacidade de investir a partir dos anos 60<sup>24</sup>, pois as mesmas aumentaram sua participação no total das despesas de 10,25% em 1960, para 27,34% em 1970 e 31,96% em 1973; isso se deu em detrimento das despesas de custeio, que passaram de 75,78% em 1960, para 58,10% em 1970 e 52,33% em 1973; sua participação no PILcf-RS, embora crescente, é bastante pequena.

O estudo das despesas, por categorias econômicas por níveis de esferas de governos e comparadas entre si, evidenciou, primeiro, que a esfera federal, no Rio Grande do Sul, vem aumentando, no período estudado, sua participação nas despesas de transferências correntes de 28% em 1949, para 66% em 1973; segundo, que a esfera de governo estadual é a maior responsável pela execução das despesas de capital e, em terceiro lugar, que são as esferas de governo estadual e municipal as que vêm aumentando, na estrutura de suas despesas, a participação das despesas de capital, revelando, durante o período, uma contínua melhora em sua capacidade de investir.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> De 1949 a 1959, não se conseguiu série de despesas dos municípios por categorias econômicas.

<sup>25</sup> No Capítulo 3 far-se-á um estudo de alguns aspectos das despesas por categorias econômicas a nível de governo estadual.

Quadro 14

Participação das despesas, por categorias econômicas, dos setores federal, estadual

ANOS	DESPESAS DE CUSTEIO				TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
	Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal	Total	Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal	Total	Fede- ral	Esta- dual	Muni- cipal	Total
1949	20,35	79,65	-	100,00	27,91	72,09	-	100,00	20,88	79,12	-	100,00
1959 (2)	22,99	61,50	15,51	100,00	35,26	48,52	16,22	100,00	24,83	59,55	15,62	100,00
1963	36,70	53,69	9,61	100,00	20,83	72,88	6,29	100,00	33,80	57,19	9,01	100,00
1969	43,04	45,55	11,41	100,00	53,78	(3)40,74	5,48	100,00	46,71	43,91	9,38	100,00
1970	44,07	45,23	10,70	100,00	62,56	32,76	4,68	100,00	50,80	40,69	8,51	100,00
1973	39,12	50,51	10,37	100,00	65,74	29,23	5,03	100,00	49,31	42,37	8,32	100,00

FONTE: Elaborado a partir das Tabelas 8, 9, 10 e 11.

(1) É constituída pela soma dos três setores sem eliminação das transferências entre setores. Governo Federal e, em consequência, um aumento nas demais esferas de governo, devem-se à maneira uma série física de quilômetro construído pelo DNER e o preço médio do quilômetro construído no nos anos de 1968 e/ou de 1970. Vide explicação no Apêndice Metodológico. (4) A partir de 1969

Quadro 15

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, do setor público federal no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1949	63,59	6,58	70,17	29,83	100,00
1959	60,31	16,30	76,61	23,39	100,00
1963	65,82	8,33	74,15	25,85	100,00
1969	53,29	34,47	87,76	(1)12,24	100,00
1970	41,45	33,66	75,11	24,89	100,00
1973	35,33	36,76	72,09	27,91	100,00

FONTE: Tabela 32.

(1) Vide Nota 3 do Quadro 14.

Quadro 16

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas no PILcf-RS, do setor público federal no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1949	3,79	0,39	4,18	1,78	5,96
1959	4,86	1,31	6,17	1,88	8,06
1963	6,15	0,78	6,93	2,42	9,35
1969	9,10	5,89	14,99	2,09	17,08
1970	9,44	7,67	17,11	5,67	22,78
1973	8,73	9,09	17,82	6,90	24,72

FONTE: Tabela 35.

e municipal no setor público gaúcho agregado (1) — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL DAS DESPESAS			
Federal	Estadual	Municipal	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total
52,16	59,04	-	100,00	25,02	74,98	-	100,00
52,07	35,69	12,24	100,00	28,30	56,52	15,18	100,00
31,34	64,12	4,54	100,00	33,13	59,09	7,78	100,00
(3) 19,85	71,60	8,55	100,00	40,07	(4) 50,75	9,18	100,00
38,50	54,18	7,32	100,00	47,06	44,79	8,15	100,00
37,44	54,89	6,67	100,00	45,30	46,60	8,10	100,00

(2) Os dados municipais referem-se a 1960. (3) A queda de participação dos investimentos do como foram estimados os investimentos na construção de estradas de rodagem, que tomaram por base período de 1970 a 1973. Assim, é possível que uma parcela desses investimentos esteja computada foram deduzidas as transferências de ICM aos municípios.

#### Quadro 17

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, do setor público estadual consolidado no Rio Grande do Sul — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1949	83,06	5,68	88,74	11,26	100,00
1959	80,75	11,23	91,98	8,02	100,00
1963	54,00	16,35	70,35	29,65	100,00
1969 (1)	44,52	20,60	65,12	34,88	100,00
1970 (1)	44,68	18,52	63,20	36,80	100,00
1973 (1)	44,33	15,89	60,22	39,78	100,00

FONTE: Tabela 39.

(1) Foram deduzidas as transferências de ICM aos municípios.

#### Quadro 18

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas, no PILcf-RS do setor público estadual consolidado — 1949, 1959, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1949	14,83	1,01	15,84	2,01	17,85
1959	13,00	1,81	14,80	1,29	16,09
1963	9,00	2,72	11,73	4,94	16,67
1969 (1)	9,63	4,46	14,09	7,54	21,63
1970 (1)	9,69	4,02	13,70	7,98	21,68
1973 (1)	11,27	4,04	15,31	10,12	25,43

FONTE: Tabela 40.

(1) Foram deduzidas as transferências de ICM aos municípios.

## Quadro 19

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, do setor público municipal (Administração Direta) — 1960, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1960	75,78	13,97	89,75	10,25	100,00
1963	73,38	10,70	84,08	15,92	100,00
1969	61,66	15,33	76,99	23,01	100,00
1970	58,10	14,56	72,66	27,34	100,00
1973	52,33	15,71	68,04	31,96	100,00

FONTE: Tabela 33.

## Quadro 20

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas, no PILcf-RS do setor público municipal (Administração Direta) — 1960, 1963, 1969, 1970 e 1973

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferência	Total		
1960	2,38	0,44	2,82	0,32	3,15
1963	1,61	0,23	1,85	0,35	2,20
1969	2,41	0,60	3,01	0,90	3,91
1970	2,29	0,57	2,87	1,08	3,94
1973	2,31	0,69	3,01	1,41	4,42

FONTE: Tabela 36.

### 1.4 - Conclusão

Do estudo empírico da dimensão do setor público gaúcho, feito nos três itens anteriores, pode-se tirar algumas conclusões de ordem geral a saber:

- a economia pública gaúcha vem aumentando sua participação no PILcf-RS, no período de 1947 a 1973, tanto pelo lado da despesa, de 20 para 55%, como pelo lado da carga tributária, de 14% para 35%; esse aumento de participação, de maneira acelerada, deu-se entretanto tardiamente,

em relação ao que ocorreu com a economia pública brasileira, pois nessa se manifestou desde a década de 50, ao passo que naquela só se iniciou a partir dos anos 60;

- embora todas as esferas de governo tenham crescido, foi a esfera federal a que mais cresceu, revelando, ao longo do período, mas sobretudo a partir da década de 60, uma tendência à centralização do setor público gaúcho a favor do poder central. Em termos de despesas públicas, no seu conceito amplo, sua parti-

cipação no total passou de 22% em 1949<sup>26</sup> para 45% em 1973. Em termos de carga tributária passou de 49% para 66,58%, nos respectivos anos;

- dentre as funções de despesa executadas pelo setor público gaúcho, as principais responsáveis pelo seu acelerado crescimento e ganho de participação na economia foram as de Recursos Naturais (energia sobretudo), Bem-Estar Social e Indústria e Comércio. Essas três funções caracterizam o novo papel que o setor público, sem abandono das demais, está exercendo na economia, sobretudo para acelerar seu crescimento econômico;

- a carga tributária, apesar das modificações estruturais sofridas pela economia gaúcha e aumento de sua renda "per capita"<sup>27</sup>, permaneceu predominantemente indireta, tanto no seu conceito restrito como no seu conceito amplo, se forem alocados, como se faz referência, como tributos indiretos à contribuição de previdência paga pelo empregador, o FGTS, o PIS e o PASEP. Esse fato revela, primeiro, a preocupação do Governo em criar uma poupança forçada e, segundo, de não tributar, excessivamente, a poupança voluntária para não inibir a formação de um mercado de capitais, ambos com a finalidade de financiar o crescimento econômico;

- embora as 10 funções de despesas estejam distribuídas entre as três esferas de governo, verificou-se que as funções Transporte e Comunicações (sobretudo Transporte), Indústria e Comércio e Bem-Estar Social vêm sendo cada vez mais executadas pelo Governo Federal; que as funções Recursos Naturais, Educação e Saúde estão preponderantemente a cargo do Governo Estadual e que a função Serviços Urbanos, embora com uma participação decrescente, é ainda executada sobretudo pelos governos municipais. A função Defesa e Segurança, que era no início executada basicamente pelo Governo Federal, vem, pro-

gressivamente, sendo repartida entre o mesmo e o Governo Estadual e a função Serviços Urbanos entre esse e os municípios;

- por categorias econômicas, verificou-se que a esfera federal vem aumentando, cada vez mais, sua participação nas transferências correntes e que os governos Estadual e Municipal vêm aumentando sua participação nas despesas de capital, cabendo, contudo, o maior peso ao Estado. Por outro lado, a nível de setor público gaúcho, as despesas de transferências correntes e as de capital aumentaram sua participação, em detrimento das de custeio, até o fim da década de 60 e início da década de 70;

- viu-se também que, apesar do aumento das despesas de transferências correntes, durante o período estudado, tanto em participação na despesa total como no PILcf-RS, através das mesmas, não se pode identificar nenhuma tendência, na economia pública gaúcha, a cumprir seu objetivo de redistribuidora de renda. Se houve uma função redistribuidora de renda, essa se fez através das despesas com educação, saúde, alimentação escolar e assistência social<sup>28</sup>, via aumento da capacidade de melhor absorver conhecimentos e de trabalhar, das classes de menores rendas;

- por último, parece lógico concluir que, face às características já menciona-

<sup>26</sup> Chama-se a atenção que neste ano não estão contidas nem todas as despesas de transferências, nem as atividades empresariais, mas tudo indica que as mesmas não eram expressivas no Rio Grande do Sul.

<sup>27</sup> Para um estudo das modificações estruturais da economia gaúcha e evolução de sua renda "per capita", vide FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1974.

<sup>28</sup> Assistência social ao menor abandonado, financiamento subsidiado de habitação popular etc.

das, a economia pública gaúcha aumentou sua dimensão, de maneira lenta, até fins da década de 50, e de maneira acelerada, a partir de 60, mais para cumprir seu objetivo de desenvolvimento, ou melhor, crescimento econômico e parcialmente anticíclico<sup>29</sup>, do que

seu objetivo de redistribuição de renda.

No Capítulo 2 tentar-se-á dar uma explicação empírica e teórica da tendência universal do crescimento da economia pública e, particularmente, o da economia pública brasileira e gaúcha.

---

<sup>29</sup> Na segunda parte, será abordado o papel da economia pública na regularização do ciclo econômico da economia gaúcha.



## 2 - RAZÕES DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA PÚBLICA

O crescimento da economia pública em países capitalistas tem sido objeto de muitos estudos, tanto a nível de verificação empírica quanto a nível teórico, quer de um ponto de vista político-filosófico, quer econômico. Este capítulo abordará as razões tanto empíricas como teóricas de seu crescimento, sob o ponto de vista econômico, embora se tenha consciência de que, por detrás das justificativas apresentadas por determinado autor ou escola de pensamento econômico, existe uma concepção política ou filosófica a respeito do bom funcionamento de uma economia de mercado.

### 2.1 - Razões Baseadas na Evidência Empírica

#### 2.1.1 - Lei de Wagner

Um dos primeiros economistas, já no século XIX, a explicar as tendências do crescimento do setor público, via crescimento de suas despesas, foi Adolph Wagner. Segundo esse autor, em países em via de industrialização, as despesas públicas crescem a uma taxa superior à da renda nacional; em outras palavras, as despesas públicas possuem uma elasticidade-renda superior à unidade. Apesar de outros autores terem abordado o mesmo tema anteriormente, coube-lhe a primazia de demonstrar empiricamente a relação antes mencionada.

As razões apresentadas por Wagner para fundamentar seu ponto de vista foram basicamente três:<sup>1</sup>

- em primeiro lugar, o crescimento natural das atividades administrati-

vas e das despesas de segurança, cuja manutenção é responsabilidade precípua do Estado;

- em segundo, em decorrência da pressão provocada pela industrialização e urbanização sobre a demanda de serviços de natureza social, como educação, saúde, bem-estar social etc.;
- em terceiro, em virtude da necessidade de intervenção direta ou indireta do Estado no processo produtivo, para evitar a possível proliferação de monopólios que seriam facilitados pelas modificações tecnológicas e crescente necessidade de vultosos investimentos para a expansão de alguns setores industriais.

O suposto básico da lei de Wagner é de que determinadas despesas, como educação, saúde e assistência social, são consideradas bens superiores e, portanto, à medida que aumenta a renda "per capita", elas crescem mais que proporcionalmente às despesas com bens de natureza individual, como bens alimentícios, habitação, vestuário; outro suposto é o de que, à medida que o país se industrializa e aumenta o grau de monopolização da economia, as leis de mercado funcionam de maneira cada vez mais imperfeita.

A lei de Wagner tem sido objeto de

<sup>1</sup> SILVA, op. cit., nota 3 cap. I.

várias críticas,<sup>2</sup> dentre as quais destacam-se as mais importantes:

- seu caráter histórico, pois se refere ao crescimento da despesa pública em países onde o nível de renda esteja crescendo como resultado de um processo de industrialização. Talvez, a razão para isso tenha sido porque Wagner viveu no século XIX e elaborou suas idéias sobretudo a partir da observação do processo de industrialização da Alemanha. Por outro lado, Wagner pertencia à escola histórica do pensamento econômico que concebia a evolução econômica de cada país em termos de estágios que lhes são peculiares. Nesse sentido, o que é válido para uma etapa de desenvolvimento não é para a seguinte ou a anterior, retirando assim sua validade para prognosticar a tendência das despesas públicas;
- embora Wagner tivesse formulado sua lei como uma proposição da teoria positiva das despesas públicas, ela estava baseada na concepção normativa ou filosófica que o autor possuía sobre a natureza do Estado e das atividades estatais — concepção orgânica do Estado em oposição à concepção individualista do mesmo<sup>3</sup>. Assim, afirmam alguns críticos, a referida lei e as razões que lhe dão suporte são mais uma afirmação do que deveria ocorrer com as despesas públicas do que realmente tem ocorrido;
- outra crítica é a de que o autor não levou em consideração possíveis efeitos das guerras nas despesas públicas que, segundo os críticos, têm sido um dos principais fatores de expansão das mesmas no século XX. Wagner enumerou, naturalmente, as despesas com defesa e segurança co-

mo causa do crescimento do setor público, mas de maneira não tão intensiva como ocorreram neste século;

- por último, a hipótese de Peacock e Wiseman, sobre a limitação do crescimento das despesas, imposta pelas possibilidades de expansão da receita apresentada a seguir.

#### 2.1.2 - Hipótese de Peacock e Wiseman: Efeito Deslocamento da Receita

Peacock e Wiseman, embora reconheçam os efeitos da industrialização e urbanização sobre o crescimento das despesas públicas, argumentam, com base em uma pesquisa feita na Inglaterra,<sup>4</sup> para o período de 1790 a 1955, que as possibilidades de expansão das mesmas estão limitadas pelas possibilidades de crescimento da receita, sobretudo da receita tributária, dado o limite de tolerância dos contribuintes. Esse limite só será superado em períodos anormais da vida econômica e social, como guerras e depressões econômicas. Nesses casos, devido à menor resistência dos contribuintes face ao reconhecimento da intervenção

<sup>2</sup> a) BIRD, Richard M. O crescimento das despesas públicas. In: SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Política fiscal e programação de gastos do governo. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

b) BAIOCCHI, Mário. Despesa pública: mito e realidade. Porto Alegre, UFRGS, 1978. (Tese não publicada).

<sup>3</sup> Wagner, embora pertencesse à escola histórica alemã, foi influenciado, em matéria de finanças públicas, pela doutrina cameralista, a qual concebia o Estado como um ente independente dos indivíduos, com vontade própria que, além de ser sujeito da economia pública, preconizava uma maior participação do mesmo na economia nacional.

<sup>4</sup> Pesquisa efetuada por VEVERKA, Jindrich. The growth of government expenditure in the United Kingdom since 1970, apud BAIOCCHI, Mário. Despesa pública: mito e realidade. Porto Alegre, UFRGS, 1978. (Tese não publicada).

do Estado, a receita passa a um novo patamar de participação na economia nacional. Cessados os referidos períodos, dificilmente a receita tributária volta ao nível anterior, mesmo que se reduzam as despesas para cujo financiamento foram elevados os tributos. Esses acréscimos se destinarão a financiar, sejam as despesas decorrentes de uma demanda reprimida de bens e serviços anteriores, sejam os novos programas de natureza social: educação, previdência, assistência social etc., surgidos pós-superção dos períodos anormais, como uma nova aspiração da sociedade. Assim, segundo os autores, esse novo patamar da receita permanecerá até que novos períodos de conturbação da vida social e econômica apareçam quebrando a resistência dos contribuintes, atingindo um outro nível de receita. O crescimento relativo das despesas do setor público não se daria, portanto, de forma contínua, mas mediante alternância de períodos de relativa estabilidade com períodos de rápida expansão. A isso os autores chamaram efeito deslocamento.

Os autores tiram duas conclusões dessa pesquisa: primeira, que o crescimento da despesa está limitado pelo crescimento da receita e, segunda, que a elasticidade-renda superior à unidade, verificada nas séries históricas de despesas, está na verdade expressando a elasticidade, sobretudo da receita tributária. Assim como a lei de Wagner, a hipótese de Peacock e Wiseman teve adeptos e críticos.<sup>5</sup> Tendo em vista o objetivo deste trabalho, citar-se-ão apenas alguns deles.

Dentre os adeptos se encontra S. Gupta, que julga tê-la comprovado em sua análise de séries temporais de despesas.<sup>6</sup> Segundo esse economista, as séries de despesas, correspondentes ao Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Alemanha, evidenciaram nítido deslocamento das despesas públicas nos períodos de guerra, fato não

ocorrido na Suécia, país que não se envolveu nos dois conflitos mundiais. E mais, no que se refere às séries dos Estados Unidos e do Canadá, ele notou acentuados deslocamentos para cima da despesa pública, em decorrência da grande depressão dos anos 30. Esses fatos são exatamente os citados por Peacock e Wiseman para formular sua hipótese do efeito deslocamento da despesa pública em razão da quebra de resistência dos contribuintes em arcar com um maior ônus tributário.

Uma crítica à teoria citada é feita por Mário Baiocchi conforme palavras textuais do autor:<sup>7</sup> "... o pressuposto de Peacock e Wiseman de que são as grandes crises podem demover a barreira da restrição da receita revela uma visão parcial e apressada do problema, pois não leva em conta as diferentes políticas que podem ser adotadas para contornar ou eliminar esta restrição. De fato, a deficiência mais grave da hipótese de Peacock e Wiseman é de que, procurando explicar a despesa pela receita, não atentaram no ponto óbvio da conexão da receita com a renda que é a elasticidade-renda do sistema tributário. O conhecimento desta fornece elementos que permitem contornar o óbice da restrição. Senão, vejamos. Numa economia em crescimento as receitas podem crescer, em alguns casos, mais rapidamente do que a renda, de modo que esta expansão normal da receita pode levar a um crescimento firme e regular da despesa pública. Quanto mais elas-

<sup>5</sup> Um comentário dos vários adeptos e críticos, tanto de Wagner como de Peacock e Wiseman, encontra-se em Despesa Pública - Mito e Realidade, de BAIOCCHI, op. cit., nota 2b.

<sup>6</sup> GUPTA, S. Public expenditure and economic growth, apud BAIOCCHI, Mário. Despesa pública: mito e realidade. Porto Alegre, UFRGS, 1978. (Tese não publicada).

<sup>7</sup> BAIOCCHI, op. cit., nota 2b, p.120.

tica for a receita em relação à renda, tanto mais fácil aumentar a despesa pública (pelo menos à mesma taxa de crescimento da receita) sem que haja a interveniência de qualquer força exógena, catastrófica ou não.

"É claro que este argumento não invalida a proposição de Peacock e Wiseman (nem a de que há restrição, nem a de que são crises a removem). Apenas mostra, mas isto, penso, é importante, que há outras maneiras de levantar a restrição, além da que eles examinam, fato que a meu ver tira todo o impacto de efeito translação."

### 2.1.3 - Hipótese de Musgrave

Richard Musgrave, outro estudioso de finanças públicas, embora conclua que as séries históricas disponíveis de despesas públicas suportam a lei de Wagner diz que, para tal, se deve desagregar as mesmas em seus componentes, tendo em vista o maior crescimento de alguns setores ou funções. De outro lado, observa que a hipótese de uma crescente participação do governo na economia não se verifica tão acentuadamente nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. Dessa forma Musgrave, embora não refute a lei de Wagner, formula, com base nos reparos assinalados acima, a hipótese de que nos primeiros estágios do processo de crescimento econômico o aumento de participação da despesa pública na economia é maior. Assim, conforme palavras textuais de Musgrave:<sup>8</sup> "... Transporte deve ser fornecido para ampliar as fronteiras e ligar os recursos naturais ao mercado. Rodovias, ferrovias e portos são requeridos como pré-requisito para uma aplicação produtiva de capital no Setor Privado. Melhores técnicas agrícolas requerem irrigação. O uso de máquinas exige um nível mínimo de qualificação da mão-de-obra, e assim por diante. Todas essas formas de investimento, que apresentam um elevado índice de economias externas, devem ser, dessa forma, supridas por intermédio do Setor

Público... Num estágio mais avançado, as possibilidades de mobilização de poupanças pelo Setor Privado tornam-se mais numerosas, de forma que o desenvolvimento de setores industriais mais sofisticados já pode ser assumido pela iniciativa privada."

Provavelmente, Musgrave, ao formular sua hipótese, não se deu conta de três fenômenos que estão ocorrendo nos países de economia madura: o controle ecológico, face à poluição decorrente da civilização industrial; o crescimento descontrolado das grandes cidades tornando-se verdadeiras megalópolis (a falência econômica de New York é um exemplo), gerando deseconomias de escalas e, por último, o que pode ser caracterizado como uma nova versão da formulação mais geral da lei de Wagner, quando J.K. Galbraith<sup>9</sup> afirma: "O sistema industrial... tem estendido sua influência ao Estado profundamente. As decisões do Estado que são vitais para o sistema industrial — controle da demanda agregada, manutenção de um setor público externo tendo em vista a necessidade desse controle, responsabilidade pelo desenvolvimento de uma tecnologia avançada e previsão de um volume crescente de mão-de-obra qualificada — são consideradas da maior urgência social."

Wagner e Musgrave abordaram as causas do crescimento das despesas públicas pelo lado da demanda dos bens e serviços públicos, ao passo que Peacock e Wiseman, seguindo a tradição de alguns economistas como Colin Clark<sup>10</sup>, abordaram-nas pelo la-

<sup>8</sup> Citado por SILVA, op. cit., nota 3, cap. I, p. 25-7.

<sup>9</sup> GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. Lisboa, Dom Quixote, 1967.

<sup>10</sup> Colin Clark foi o formulador de um limite da carga tributária que, segundo ele, não poderia ultrapassar o limite de 25% do PIB, sob pena de causar graves problemas à economia, como inflação, greves etc.

do da oferta dos referidos bens, limitados, sobretudo, pela carga impositiva tolerada pela população.

Outra razão do crescimento da despesa pública e, conseqüentemente, do setor público, explicada pelo lado da oferta de bens e serviços, é dada pelo chamado Hiato de Produtividade.

#### 2.1.4 - Hiato de Produtividade

Essa hipótese é apresentada, principalmente, por Arthur Lewis e Alison Martin<sup>11</sup>. Segundo esses autores, uma explicação para o crescimento das despesas públicas maior que o da renda nacional, reside na menor produtividade do setor público em relação ao setor privado, resultante do emprego mais intensivo de mão-de-obra nas atividades governamentais.<sup>12</sup>

A razão do maior crescimento das despesas em relação à renda, mesmo quando a demanda e também a produção de bens e serviços do setor público são constantes, é devido ao fato de que os dados convencionais (valores monetários), relativos à despesa, medem insumos incorporados às mesmas e não a produção de bens e serviços. Se a produtividade desses insumos (mão-de-obra, equipamentos, materiais de consumo etc.), no setor público, é menor do que a do setor privado, é natural que uma maior parcela de recursos da economia seja carregada para a economia pública para que essa possa manter um nível constante de qualidade. O fundamento disso é que, secularmente, os setores que utilizam uma tecnologia mão-de-obra intensiva apresentam uma produtividade mais baixa do que os setores que utilizam tecnologia capital intensiva. E o setor público, no que concerne à prestação de bens e serviços públicos, como defesa e segurança, administração geral etc., utiliza uma tecnologia mão-de-obra intensiva. Além da baixa produtividade decorrente da relação capital/trabalho, pode-se aduzir a favor dessa hipóte-

se uma relativa inércia e emperramento da máquina administrativa estatal, exigindo maior número de pessoal para execução dos seus serviços, o que, talvez, seja uma das causas desse emperramento. Outra causa, reconhecida universalmente, é sua função de absorver os excedentes de mão-de-obra, principalmente não qualificada, que aportam anualmente ao mercado e não encontram emprego no setor privado, em parte devido ao uso de tecnologia capital intensivo nesse setor.

A hipótese do Hiato de Produtividade, como as três anteriormente descritas, possui o seu cunho de verdade, porém, ao contrário das demais, é de difícil comprovação, sobretudo nas atividades públicas caracterizadas como bens públicos puros<sup>13</sup>, porque os mesmos são quantificados pelos custos de seus insumos, isso é, não estão sujeitos a preços e seu produto final é difícil de ser medido fisicamente.

#### 2.1.5 - O Papel da Ideologia Política e da Burocracia

Além das razões explicativas do crescimento da despesa pública contidas nas quatro hipóteses anteriores, todas mais baseadas em fundamentos econômicos, isso é, mais dependentes do crescimento econômico, há outras que buscam seu fundamento na ideologia política e na sociologia, embora também com forte conteúdo econômico.

<sup>11</sup> ALISON, Martin & LEWIS, A. Patterns of public revenue and expenditure, apud BIRD, Richard M. O crescimento das despesas públicas. In: SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Política fiscal e programação de gastos públicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

<sup>12</sup> Vide maiores detalhes sobre esta hipótese em SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Política fiscal e programação de gastos públicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

<sup>13</sup> Vide conceito de bens públicos no item 2.2.1.1.1 deste trabalho.

No que se refere à ideologia política<sup>14</sup>, esse fenômeno se manifesta de maneira desigual em cada país segundo as suas raízes históricas, sendo mais marcante naqueles em que as ideologias de tendência socialista predominam sobre as de tendência individualista e liberal. Assim, a partir da segunda década do século XX, em razão das falhas dos mecanismos de mercado — incapacidade de por si só conduzir ao pleno emprego dos fatores de produção etc. —, das convulsões sociais decorrentes das duas guerras mundiais e das crises econômicas, operaram-se, na concepção dos cidadãos, em geral, e dos governantes, em particular, novas missões a serem desempenhadas pela economia pública, apenas diferenciadas por pequenos matisms em cada país, de acordo com suas raízes históricas. Citam-se a seguir as principais:<sup>15</sup>

- a missão de estabilização da economia para contrabalançar suas crises ou depressões, por meio de programas de trabalhos públicos ou socorros aos desempregados. A influência da grande depressão de 1929, ocorrida nos Estados Unidos e em grande parte dos países europeus, como Inglaterra, Alemanha, França etc., foi decisiva para a adoção de política econômica nesse sentido;
- a missão de satisfazer o desejo de segurança econômica manifestada pelos diversos grupos da população, tendo como consequência a instituição do seguro previdência, saúde etc.;
- a missão de intervenção em alguns domínios econômicos, como agricultura etc., através da garantia de preços mínimos, concessão de subvenções de vários tipos, para salvaguardá-la da exploração de oligopsonios e oligopolios engastados no setor industrial da economia;

- a missão de executar, totalmente ou em parte, certas atividades que a iniciativa privada não tem condições de executar ou executa mal.

A essa lista de novas missões ou funções que passaram a ser executadas pela economia pública, pode-se acrescentar uma outra que tomou corpo sobretudo a partir da década de 50 deste século, principalmente nos países subdesenvolvidos, quando os mesmos tomaram consciência do seu grau de subdesenvolvimento econômico: a necessidade de o Estado assumir novas funções de caráter empresarial ou ampliar suas funções tradicionais, ambas com o propósito de promover e acelerar o crescimento econômico para arrancar seus países do estado de subdesenvolvimento. Essas novas funções do Estado, embora tenham cunho econômico, são fruto de novas ideologias políticas que por sua vez resultam das novas aspirações e participação populares.

Outro fator determinante do crescimento da economia pública decorre da crescente burocratização de sua organização. Segundo a teoria das organizações complexas, estudada sobretudo a partir de Max Weber<sup>16</sup>, a medida que as mesmas crescem aumenta seu grau de burocratização<sup>17</sup>. Devi-

<sup>14</sup> O termo ideologia política é tomado aqui como uma tradução das novas aspirações da sociedade em matéria de bem-estar social cuja realização é concebida como atribuição do Estado.

<sup>15</sup> BROCHIER, Hubert & TABATONI, Pierre. Économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1959. (Collections Thémis).

<sup>16</sup> WEBER, Max et alii. Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. (textos traduzidos e organizados por Edmundo Campos).

<sup>17</sup> Sobre o papel da burocracia e da classe tecnoburocrática, que daí decorre, nas decisões políticas e econômicas da economia moderna, vide PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado e subdesenvolvimento industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977.

do à complexidade de suas funções e atividades, o Estado representa a maior organização burocrática complexa que cada vez mais se hierarquiza e especializa. À medida que a organização se desenvolve, cada vez mais se diferenciam as funções de comando, planejamento, execução e controle, exigindo um maior grau de hierarquização e burocratização da máquina administrativa, correndo-se, inclusive, o perigo de se inverter a pirâmide administrativa.<sup>18</sup>

Em um país de organização federativa, como é o Brasil, a organização burocrática estatal se superpõe verticalmente, pois se encontram, num mesmo espaço geográfico, órgãos das três esferas de governo, cada uma com sua organização própria e não raro prestando funções bastante semelhantes. Esse fato aumenta o grau de burocratização da organização estatal.

Por outro lado, no período em estudo, vem-se notando, tanto a nível federal como estadual, uma progressiva descentralização horizontal, seja em razão das novas atividades, seja do crescimento de suas antigas funções, criando-se órgãos com estruturas burocráticas complexas, mas os que lhes deram origem continuam funcionando praticamente nas mesmas bases anteriores. Acrescente-se a isso um certo emperramento e lentidão da máquina administrativa, sua função absorvedora de mão-de-obra, além da sua relação normal na combinação dos insumos — tecnologia mão-de-obra intensiva — e, ainda, a tendência à centralização das decisões nas mãos do poder central e tem-se uma idéia qualitativa do porquê da menor produtividade no setor público em relação à que existe no setor privado e, como tal, uma das razões explicativas do maior crescimento da despesa pública em relação à renda nacional.

#### 2.1.6 - Resumo

Resumindo-se as teorias explicativas do crescimento da despesa pública mais basea-

das na evidência empírica, pode-se destacar os seguintes pontos fundamentais:

- a) as hipóteses de Wagner, de Musgrave — fundamentadas na procura de bens e serviços — como a de Peacock e Wiseman — fundamentada na oferta de bens e serviços — explicam o crescimento da despesa pública basicamente em função do crescimento da renda nacional. Embora Peacock e Wiseman coloquem como limite do crescimento da despesa, a receita tributária, essa cresce em função da renda, salvo nos períodos de convulsão social. Nessas três hipóteses está subentendido que o crescimento da despesa pública é acompanhado de um crescimento físico dos bens e serviços públicos mais que proporcional ao crescimento físico dos bens e serviços do setor privado;
- b) a hipótese baseada no Hiato de Produtividade — de Martin e Lewis — e a baseada na Teoria da Organização Burocrática — a partir de Max Weber — explicam o crescimento da despesa pública também em função do crescimento da economia, mas seu crescimento superior ao da renda não significa que em termos físicos os bens e serviços públicos estejam crescendo mais ou menos que proporcionalmente aos do setor privado;
- c) na hipótese baseada na ideologia política, a despesa pública e os bens e serviços prestados pela economia pública crescem ou para retirar a economia de seu estado de sub-

<sup>18</sup> O jargão popular entre os funcionários públicos é bastante expressivo dessa situação: "Na função pública, há muito cacique e pouco índio".

emprego dos fatores de produção, ou para melhorar a distribuição da renda de seus fatores ou, ainda, para acelerar o crescimento econômico. Assim, parece estar implícita uma relação inversa, isto é, a renda ou a economia é uma função do crescimento da despesa e não ao contrário como é explicado nas outras hipóteses acima mencionadas.

### 2.1.7 - Evidência Empírica das Hipóteses de Wagner e de Peacock e Wiseman

Antes de testar as hipóteses de Wagner, de Peacock e Wiseman<sup>19</sup>, far-se-á um rol das variáveis determinantes do crescimento dos bens e serviços públicos, tanto pelo lado de sua demanda como de sua oferta, apresentando por Fernando Rezende da Silva<sup>20</sup> e tirado do estudo de Frederick Pryor:<sup>21</sup>

- a) variáveis que afetam, simultaneamente, a demanda e a oferta de bens públicos e semipúblicos: renda "per capita" (opera não apenas a demanda, mas também a capacidade de tributação e o custo dos serviços governamentais); riqueza "per capita" (opera no mesmo sentido da renda "per capita"); densidade populacional (influencia a demanda de alguns serviços, tais como estradas, assim como o custo de produção de outros serviços, tais como o fornecimento de transporte público à população escolar);
- b) variáveis que afetam principalmente a demanda de bens públicos e semipúblicos: urbanização (exige rede de água, de esgoto, arruamento etc.); industrialização (exige saúde, educação especializada, habitação); distribuição da renda (exige despesas com bem-estar social etc.); nível de instrução (exige

despesas com programas culturais etc.); estrutura etária da população (exige educação primária e secundária, previdência social etc.).

#### 2.1.7.1 - Verificação Empírica em Outros Países

As séries históricas das despesas públicas de países como Reino Unido, Alemanha e Suécia têm confirmado de maneira irregular no século XIX, mas de maneira nítida e regular no século XX, a lei ou hipótese de Wagner, pois sua elasticidade-renda, tanto para o agregado como por funções ou setores, se revelou superior à unidade, notando-se, inclusive, um crescimento mais acentuado nas atividades relacionadas com a produção de serviços de natureza social — educação, saúde, previdência social etc. — conforme demonstra o quadro a seguir.

Em suma, embora não se possa distinguir as razões explicativas apresentadas por Wagner das demais apresentadas nas outras hipóteses — limitação pela carga tributária, Hiato da Produtividade, ideologia e organização burocrática — a evidência empírica parece indicar que a lei de Wagner é válida em termos agregados para os países estudados e, ainda, que o crescimento mais acelerado das despesas está associado a uma expansão das atividades com a

<sup>19</sup> Deixa-se de testar as demais hipóteses acima analisadas por serem de difícil mensuração; por outro lado, como houve crescimento da economia pública gaúcha durante o período de 1947 a 1973, pode-se admitir que uma boa parcela desse crescimento é explicada pelas hipóteses que não puderam ser testadas.

<sup>20</sup> SILVA, op. cit., nota 3, cap. I.

<sup>21</sup> PRYOR, Frederick. Public expenditures in communist and capitalist nations. Homewood, Ill., Richard D. Irwin, 1968, apud SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Avaliação do setor público na economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA, 1972. (Relatório de Pesquisa, 13).



Quadro 1

## Evidência empírica da lei de Wagner

## a) Elasticidade das despesas governamentais em relação à renda nacional

ITENS	REINO UNIDO (1910-61)	ALEMANHA (1913-58)	SUÉCIA (1913-58)
Despesa total .....	2,11	3,90	1,49
Por funções			
Administração .....	1,50	2,20	-
Serviço da dívida .....	2,50	-	1,19
Defesa .....	1,78	2,20	-
Serviços sociais .....	2,56	5,10	1,63
Meio ambiente .....	1,89	3,40	1,49
Outros .....	-	-	1,32
Por categorias econômicas			
Transferências .....	2,94	6,50	1,42
Bens e serviços	1,78	2,60	1,41

## b) Taxa percentual média anual de crescimento em termos reais

ITENS	REINO UNIDO (1910-61)	ALEMANHA (1913-58)	SUÉCIA (1913-58)
Governo central .....	4,6	4,5	9,5
Governos locais .....	2,1	3,0	8,4

FONTE: SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Política fiscal e programação de gastos públicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

NOTA: 1. Os dados dos quais foi calculada esta tabela não são completamente comparáveis em cobertura ou classificação, de tal forma que comparações diretas entre países não podem ser feitas. Esta nota é feita por Richard Bird, de cuja monografia foi extraído o quadro.

2. Deixou-se de reproduzir os dados anteriores ao século XX, e os referentes ao Japão, ali constantes, por apresentarem crescimentos irregulares, tornando-se mais difícil sua interpretação e mesmo porque o mais interessante para o presente trabalho são os dados mais recentes.

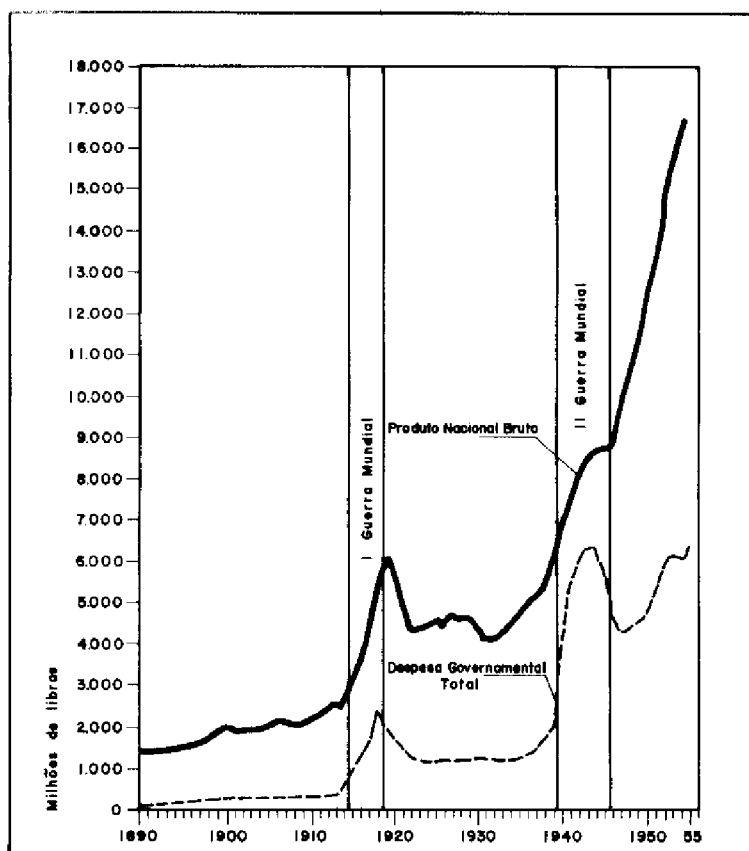
prestação de serviços de natureza social. De outro lado, conforme demonstra a parte inferior do referido quadro, o crescimento da despesa pública vem acompanhado de uma centralização de seu comando a favor do governo central, o mesmo que vem ocorrendo na economia pública gaúcha, confor-

me se viu no Capítulo 1.

A hipótese de Peacock e Wiseman foi verificada, entre outros países, na Inglaterra no período de 1890 a 1955, em um estudo feito pelos próprios autores e citado por Otto Eckstein<sup>22</sup> conforme o gráfico a seguir.

### GRÁFICO 1

#### DESPESAS TOTAIS DO GOVERNO E PNB DO REINO UNIDO, A PREÇOS CORRENTES



FONTE: ECKSTEIN, Otto. *Economia financeira: uma introdução à política fiscal*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

<sup>22</sup> ECKSTEIN, Otto. *Economia financeira: uma introdução à política fiscal*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

### 2.1.7.2 - Verificação Empírica no Setor Público Brasileiro e Gaúcho

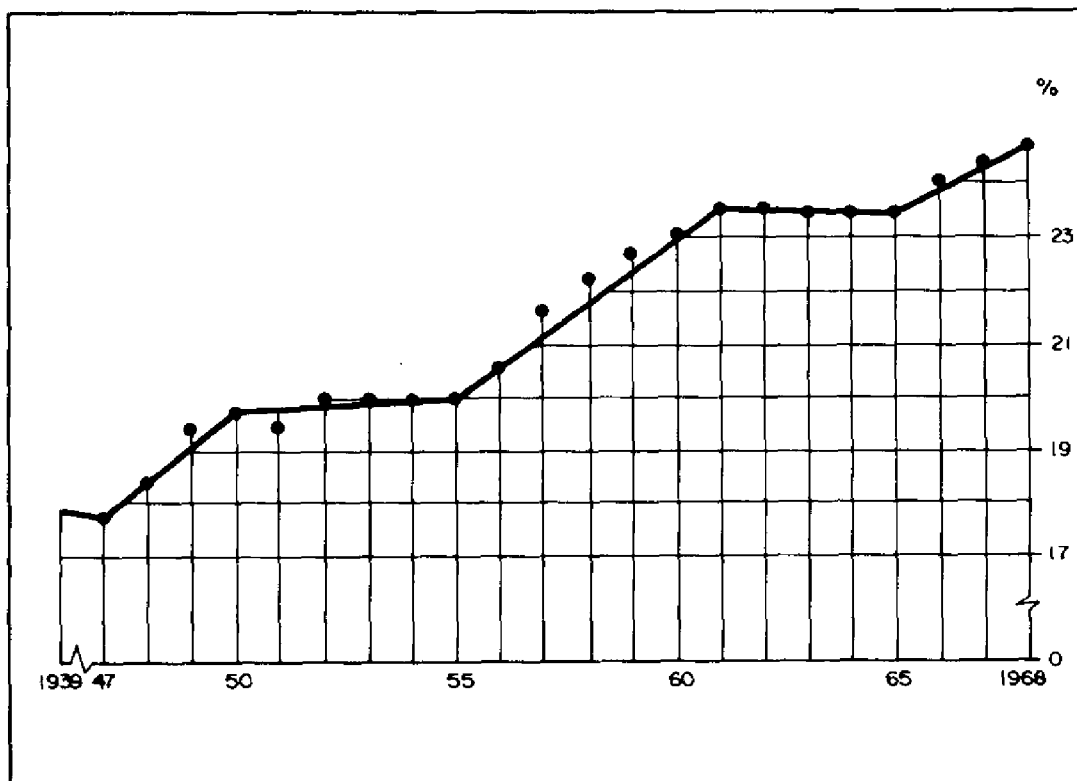
As informações disponíveis de despesas públicas a nível de Brasil, embora se refiram a um período de tempo mais reduzido (1947 a 1969), confirmariam, se calculada a elasticidade-renda da série, uma elasticidade superior à unidade, pois a participação da despesa pública no PIB praticamente dobrou no referido período, conforme se viu no Capítulo 1, item 1.1. Esse fato evidencia a lei de Wagner, pelo menos

no seu agregado total. Todavia não se possui série histórica das despesas públicas por funções para se verificar se foram as despesas de natureza social as que mais cresceram, núcleo básico da explicação de Wagner para a formulação de sua lei.

Quanto à hipótese de Peacock e Wiseman, Fernando Rezende apresenta o gráfico que segue, representativo das despesas públicas a nível de Brasil, e sugere sua aplicação nos seguintes termos:

GRÁFICO 2

#### DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO EM PERCENTAGEM DO PRODUTO INTERNO BRUTO – 1939 E 1947-1968



FONTE: SILVA, Fernando Antonio Rezende da. *Avaliação do setor público na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, 1972. (Relatório de Pesquisa 13).

"A hipótese aí apresentada é a de que a política de financiamento da expansão dos gastos, com a utilização do mecanismo inflacionário, observado principalmente no período 1956-60 e as novas perspectivas implantadas pelo Governo Revolucionário a partir de 1964, constituíramos fatores que explicam o deslocamento na curva de despesas observados nesses mesmos períodos."<sup>23</sup> E o autor brasileiro conclui suas observações sobre a aplicação das duas hipóteses, a de Wagner e a de Peacock, sobre o caso das despesas públicas no Brasil, como segue: "É importante observar que, de um lado, a hipótese de Wagner salienta o efeito do crescimento da demanda sobre a expansão dos gastos governamentais. E, de outro, Peacock e Wiseman destacam o efeito dos fatores que limitam o crescimento da oferta sobre as possibilidades efetivas de expansão dos gastos. A conjugação das duas hipóteses fornece um modelo de expansão que se ajusta à experiência brasileira dos últimos vinte anos, conforme mostra o gráfico. Os coeficientes de elasticidade-renda calculados com base nos valores agregados das despesas efetivamente realizadas refletem, na verdade, a elasticidade do sistema tributário — que seria alterada toda vez que perturbações sociais dessem oportunidade à realização de reformas — e não a elasticidade da demanda de serviços produzidos pelo governo".<sup>24</sup>

O autor parece ter razão, no que se refere ao último degrau da série, isto é, de 1965 a 1968, pois aí foi a reforma tributária que possibilitou um maior crescimento da despesa. Mesmo assim, a receita tributária foi aumentada, primeiro através do aumento de alíquotas e eliminação de isenções etc., de 1965 até 1966, depois, através de uma reforma substancial do sistema tributário em 1966 para vigorar a partir de 1967<sup>25</sup>, mais para sanear o déficit orçamentário e reduzir as operações de crédito do que propriamente expandir as des-

pesas públicas a uma taxa superior à do PIB.<sup>26</sup> Todavia o degrau ascendente da série, compreendido entre 1955 e 1960, não se deveu ao aumento dos tributos, mas sim ao financiamento da despesa por mecanismo inflacionário, como diz o próprio autor, e nesse caso foi a própria despesa que tomou impulso, mesmo com a restrição da receita tributária, para só se estabilizar em relação à renda no período de 1960 a 1965 e, mesmo assim, financiada a custo de vultosos déficits, crescentes até 1963, para diminuir gradativamente até sua extinção em 1973. Assim, não parece, como afirma Fernando Rezende, que a elasticidade-renda da despesa pública, no período considerado no gráfico, tenha refletido a elasticidade-renda da receita tributária.

Portanto, a nível de setor público brasileiro, embora tenha ocorrido o efeito deslocamento da despesa, tudo indica que o crescimento da despesa pública no período estudado é melhor explicado, seja pela lei de Wagner, seja, sobretudo, pela hipótese epígrafada neste trabalho como ideologia política, seja pela hipótese de Musgrave, pois que foi neste período de 1947 a 1973 que o País tomou verdadeira consciência de seu atraso econômico e tomou as medidas diretas e indiretas para superá-lo, conforme prova a abundante literatura sobre o assunto.

<sup>23</sup> SILVA, op. cit., nota 3, cap. I, p.34.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Raymundo Ferreira. La politique financière du gouvernement brésilien pendant la période de 1947 à 1973. Paris, Université Paris I, 1975. (Memoir sustentada no I.E.D. E.S.).

<sup>26</sup> No período de 1967 a 1976, a elasticidade-renda da receita tributária da União (1,492) foi superior à elasticidade-renda de sua despesa (1,097), conforme FUNDAÇÃO, op. cit., nota 11, cap. I. Esse fato deve ter ocorrido desde 1965, quando o Governo aumentou alíquotas e eliminou isenções de impostos como se disse acima.

A hipótese de Peacock e Wiseman<sup>27</sup> talvez se aplique melhor às despesas públicas realizadas pela Administração Direta das esferas estaduais e municipais, tendo em vista, principalmente, sua impossibilidade de emitir moeda e de alterar os limites de operações de crédito impostos pelo Governo Central, fazendo com que suas despesas oscilem mais ou menos de acordo com as oscilações de suas receitas tributárias mais as transferências intergovernamentais de receitas de tributos.<sup>28</sup>

No caso gaúcho, os dados de elasticidade-renda da despesa total e das funções, tanto do setor público gaúcho como do setor público estadual consolidado, constantes do quadro que segue, confirmam, de uma maneira geral, a hipótese de Wagner.

A elasticidade-renda da despesa total dos dois universos foi, no período de 1947 a 1973, de, respectivamente, 1,5401 e 1,3093, portanto superior à unidade, crescendo, assim, mais que a renda interna do Rio Grande do Sul.

Quadro 2

Elasticidade-renda da despesa total e por funções do setor público gaúcho e do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

ITENS DE DESPESAS	SETOR PÚBLICO GAÚCHO	SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO
Governo e Administração Geral .....	1,1499	1,4294
Administração Financeira .....	0,8955	1,7569
Defesa e Segurança .....	1,1725	1,3550
Recursos Naturais e Agropecuários ...	2,3853	2,0580
Energia Elétrica .....	2,7104	2,3781
Outros Recursos Naturais .....	0,2129	1,7837
Transportes e Comunicações .....	0,8029	0,1355
Viação e Transporte .....	0,6592	-0,1909
Comunicações .....	(1)3,5626	(1)2,9882
Indústria e Comércio .....	2,2423	1,6725
Educação e Cultura .....	1,8483	1,8817
Saúde .....	1,0620	0,9224
Bem-Estar Social .....	2,3938	2,6976
Serviços Urbanos .....	1,1926	1,6510
Despesa Total .....	1,5401	1,3093

FONTE: Tabela 22.

(1) Refere-se à elasticidade do período de 1964 a 1973.

<sup>27</sup> Com a adaptação de que os fatores exógenos, capazes de operar o efeito deslocamento da despesa e da receita tributárias, não sejam nem guerras, nem crises econômicas, mas fatores políticos que consigam quebrar a resistência dos contribuintes em pagar mais tributos.

<sup>28</sup> Supondo-se que essas esferas de governo, se assim for o caso, trabalhem com déficits mais ou menos constantes.

Da mesma forma, isso ocorreu com as despesas desdobradas por categorias funcionais, à exceção de Viação e Transporte a nível dos dois setores de governo, Saúde a nível do setor público estadual consolidado e Administração Financeira a nível do setor público federal.

De qualquer maneira, uma análise isolada de cada função de despesa constata que não foram as de caráter social — Educação, Saúde, Bem-Estar Social e uma grande parcela da função Serviços Urbanos — as que apresentaram maior elasticidade-renda, à exceção da função Bem-Estar Social, tanto a nível de setor público gaúcho como a nível de esfera estadual, enfraquecendo um pouco o núcleo explicativo da lei de Wagner. De fato, as despesas com Saúde apenas acompanham o crescimento da renda interna, ficando mesmo um pouco abaixo a nível do setor público estadual; a elasticidade-renda da função Educação, embora elevada (1,84 e 1,88, conforme Quadro 2), mesmo assim, foi menor que a elasticidade-renda exibida pela função Indústria e Co-

mércio, no que se refere ao setor público e às subfunções Energia e Comunicações, embora essa última cubra somente o período de 1964 a 1973. Essas duas subfunções e a função Indústria e Comércio são as principais atividades de caráter empresarial que a economia pública gaúcha vem assumindo, as quais, embora não estivessem fora das explicações dadas por Wagner, não eram o núcleo explicativo de sua lei.

Todavia, quando se agrupam as 10 funções de despesa da economia pública em três grandes categorias — de caráter social, de caráter administrativo, financeiro e segurança e de infra-estrutura econômica e atividades diretamente produtivas — o núcleo explicativo da lei de Wagner, que são as despesas de caráter social, é reforçado, conforme se vê no quadro a seguir.

Nesse quadro, despontam claramente as despesas de caráter social como as que mais cresceram em relação à renda no período considerado, pois apresentaram elasticidade-renda superior à das demais, ainda que

Quadro 3

Elasticidade-renda das despesas de caráter social, administrativo, financeiro e segurança e de infra-estrutura econômica e atividades diretamente produtivas — 1947-73

ITENS DE DESPESA	SETOR PÚBLICO GAÚCHO	SETOR PÚBLICO ESTADUAL
Despesas de caráter social (1) .....	2,2061	1,9532
Despesas de caráter administrativo, financeiro e segurança .....	1,1358	1,5329
Despesas de infra-estrutura e atividades diretamente produtivas (2) ....	1,3587	0,9991
DESPESA TOTAL .....	1,5401	1,3093

FONTE: Tabela 37.

(1) Compreende as funções Educação, Saúde, Bem-Estar Social e alguns serviços como água e esgoto, habitação. (2) Compreende as funções Transportes e Comunicações, Energia, Indústria e Comércio e alguns serviços urbanos, como ruas, calçamentos, praças etc.

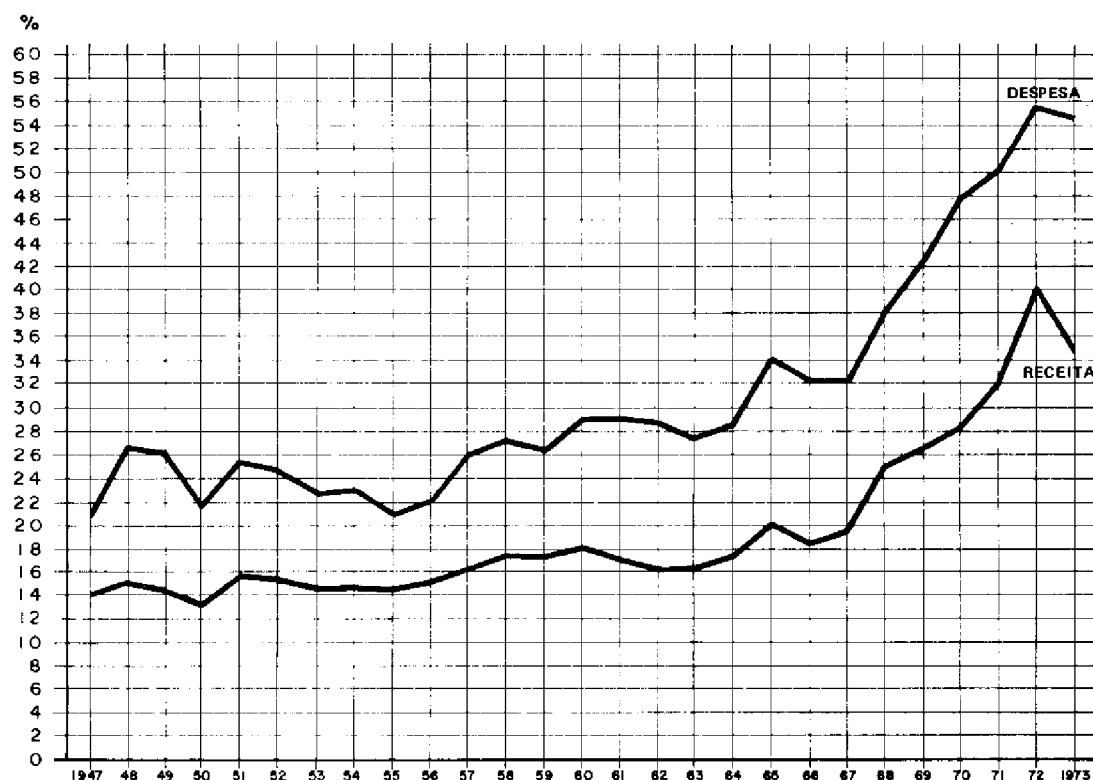
as outras categorias de despesas tenham crescido mais que a renda interna, à exceção das despesas de infra-estrutura a nível de setor público estadual. Dessa maneira, ainda que não se possa afirmar que as despesas públicas cresceram somente em função da renda, devido ao fator intencional do Governo em promover o desenvolvimento econômico-social, explicado pela hipótese da ideologia política, pode-se admitir que a lei de Wagner explicou em boa parte o crescimento do setor público gaúcho no período de 1947 a 1973, face ao fe-

nômeno de industrialização, urbanização etc., constatado no Estado do Rio Grande do Sul.<sup>29</sup>

Para testar a hipótese de Peacock e Wiseman, elaboraram-se os Gráficos 3 e 4. O Gráfico 3 expressa a despesa total e a receita tributária total do setor público gaúcho como percentagem do PILcf-RS. Observa-se que, ainda que os dois agregados tenham sido elásticos em relação à renda no período de 1947 a 1973, não o foram de maneira contínua durante toda a série. Com exceção de alguns períodos, embora as des-

GRÁFICO 3

**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA E DA DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO GAUCHO NO PILcf-RS – 1947-73**



FONTE: Tabelas 19 e 21.

<sup>29</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1976. v.4.

— 25 anos de economia gaúcha: aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado. Porto Alegre, 1977. v.2.

pesas do setor público estejam num patamar de participação no PILcf-RS mais elevado do que o da receita tributária, devido às outras fontes de receitas, de um modo geral as despesas flutuaram de acordo com a receita tributária, portanto sujeitando-se às restrições dessa e, como tal, confirmando em parte a hipótese de Peacock e Wiseman, com a ressalva de que as causas que determinaram o deslocamento da receita tributária — e em consequência da despesa — para níveis mais elevados, nos períodos expressos no referido gráfico, não foram nem as guerras, nem as recessões econômicas, como afirmamos dois autores. Essas causas decorreram de decisões deliberadas quer do Governo Federal, quer do Estadual, seja aumentando alíquotas, ou atualizando as bases de cálculo dos tributos durante o período, seja através de uma reformulação do sistema tributário a partir de 1967; tudo isso para evitar maiores déficits e operações

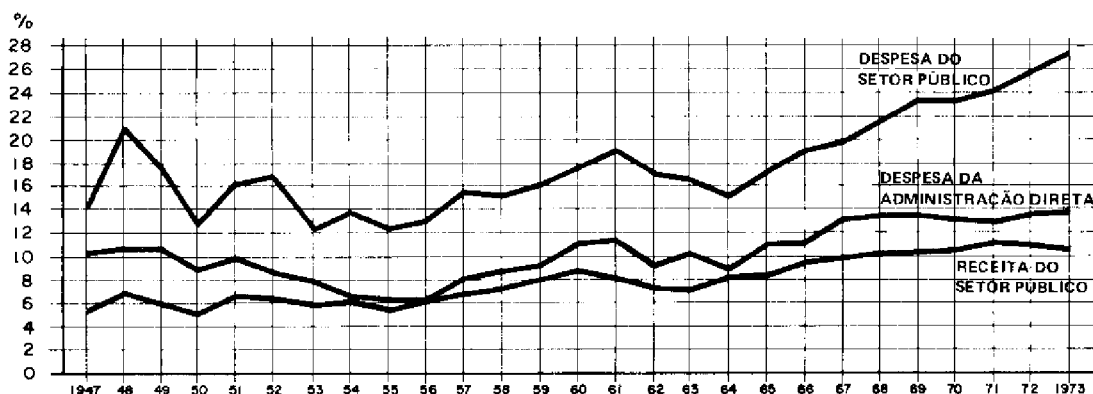
de crédito no financiamento das despesas.

O Gráfico 4, que expressa as despesas do setor público estadual e da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, ambas comparadas com a receita tributária estadual, apresenta as mesmas características destacadas no Gráfico 3, apenas com algumas exceções. Assim, nos períodos compreendidos entre os anos de 1960 a 1961, 1963 a 1964 e 1971 a 1973, as duas séries de despesas tiveram comportamento divergente do da série da receita tributária; no primeiro e último, enquanto as despesas cresciam mais rapidamente do que o PILcf-RS, ocorre o contrário às receitas tributárias<sup>30</sup>; já no período de 1963 a 1964, o fenômeno é inverso.<sup>31</sup>

Assim, com as mesmas ressalvas feitas para o Gráfico 3, pode-se admitir uma certa evidência da hipótese de Peacock e Wiseman, verificada nas despesas do setor público estadual e da Administração Direta do Estado.

#### GRÁFICO 4

**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL DO RS, DA DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO DO RS E DA DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL DO RS, NO PILcf-RS — 1947-73**



FONTE: Tabelas 21 e 38.

<sup>30</sup> Em 1961, o Governo aumentou o financiamento das despesas com maiores operações de crédito e maior déficit; a perda de participação da receita tributária, em 1972 e 1973, deveu-se ao seguinte: menor taxa de crescimento do ICM em 1972 e, em 1973, a retirada da receita da Taxa Rodoviária Única do elenco das receitas tributárias para o elenco das receitas de transferências correntes e de capital.

<sup>31</sup> Em 1964 houve redução das operações de crédito e do déficit do setor público consolidado e inclusive um superávit na Administração Direta estadual em razão de uma compressão das despesas públicas.



## 2.2 - Razões Teóricas

As hipóteses explicativas do crescimento da despesa pública e, em consequência, da economia pública, estudadas no item anterior, ainda que não se possa descartar seu caráter normativo, tiveram a pretensão de se basearem na teoria positiva. Neste item tentar-se-á fazer um resumo das teorias que explicam o tamanho e expansão da economia pública, sob um ponto de vista mais normativo, a primeira fundamentada nos postulados da teoria microeconômica; a segunda, nos da teoria econômica Marxista e a terceira, na macroeconomia Keynesiana e Pós-Keynesiana. Cada uma das teorias explica o tamanho e expansão da economia pública a partir de ângulos diferentes no que se refere a que bem ou serviço deve estar no âmbito da economia estatal, mas, muitas vezes, elas coincidem quanto ao tipo de bem ou serviço que cairá no seu campo. Em outras palavras, o mesmo bem ou serviço que deve ser prestado pela economia pública encontra explicações diferentes segundo as três teorias.

### 2.2.1 - Teorias Baseadas na Microeconomia

O postulado fundamental da teoria microeconômica é a ótima alocação dos recursos econômicos através das leis e mecanismos de mercado, tendo como ponto de partida a maximização dos lucros por parte dos produtores e a maximização das utilidades dos bens e serviços por parte dos consumidores. A consequência lógica da teoria microeconômica é que todo bem ou serviço deve possuir um preço a ser ofertado pelos produtores e pago diretamente pelos consumidores. Quem não tiver recursos para pagá-los está automaticamente excluído do uso ou utilidade dos referidos bens e serviços. Assim, todo bem e serviço que não estiver sujeito ao princípio da exclusão e não for consumido individualmente esta-

rã fora das leis de mercado; o mesmo se aplica aos bens ou serviços que, ao serem produzidos, não conduzem a uma ótima alocação de recursos. Ora, no mundo real existem tanto uns como outros tipos de bens ou serviços. Desse fato surgiram as primeiras teorias explicativas dos bens públicos baseadas na microeconomia.

#### 2.2.1.1 - Teorias Baseadas na Noção de Bens Públicos

Os economistas, cuja filosofia está fundamentada no individualismo econômico<sup>32</sup> e na crença do bom funcionamento das leis do mercado para resolver os problemas da produção de bens, encontraram três razões técnicas para atribuir um bem à economia pública: sua indivisibilidade, sua potencialidade em criar economias externas e os chamados monopólios naturais.<sup>33</sup>

##### 2.2.1.1.1 - Bens coletivos

Esses bens se caracterizam pelos seguintes elementos:

- a) todo bem coletivo é tecnologicamente indivisível e, como tal, não pode ser consumido senão coletivamente;
- b) cada indivíduo, isolada ou coletivamente, consome a totalidade do bem, pois o consumo do bem por um indivíduo não retira nada ao consumo dos demais indivíduos;
- c) não estão sujeitos ao princípio da

<sup>32</sup> Filosofia fundamentada na crença de que a ação e o interesse privados dos indivíduos se harmonizam com o interesse da sociedade. A consequência lógica dessa filosofia, no que respeita à atividade econômica do Estado, é a de que seu sujeito é o indivíduo e não o Estado.

<sup>33</sup> VESSILIER, Elisabeth. *Fondements de l'économie financière*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Thémis).

BARRÈRE, op. cit., nota 6, introd.

ECKSTEIN, op. cit., nota 22, cap. I.

exclusão. Com efeito, em razão das duas primeiras características, o fornecimento de tais bens deve ser gratuito; o preço compatível com um custo marginal zero é um preço nulo.

Os exemplos de bens ou serviços coletivos mais citados são o farol para guiar os navios, a sinalização nas estradas de rodagem, a defesa nacional, o policiamento do trânsito das ruas, o serviço contra incêndios etc. A contrapartida de custo desses bens, uma vez que não pode ser cobrada diretamente de cada usuário, deve ser financiada pelos impostos. E a teoria do imposto, baseada na teoria do benefício ou da troca desenvolvida pelos economistas que fundamentam suas idéias nas teorias individualistas da microeconomia, tem sua origem nessa concepção e na constatação das características mencionadas.<sup>34</sup>

#### 2.2.1.1.2 - Bens altamente criadores de economias e deseconomias externas

As economias externas resultam das divergências entre custos e benefícios privados e custos e benefícios sociais. Quando essas diferenças são elevadas, diz-se que o bem é altamente criador de economias ou deseconomias externas. Assim, quando uma empresa privada, que está sujeita à concorrência do mercado, não pode apropriar-se de todas as receitas proporcionadas pelo empreendimento — e também dos custos —, não é estimulada a produzir referido bem em quantidades ótimas como exigem as leis do mercado, pois os preços que ela está usando em suas decisões não medem perfeitamente os verdadeiros valores para a economia como um todo. Quando as diferenças entre custos e benefícios, privados e sociais, são muito elevadas, justifica-se a intervenção do Estado e, mesmo em certos casos de bens ou serviços, sua produção pela economia pública. Os exemplos mais citados para o caso das divergências entre

custo privado e social ou deseconomias externas são a poluição do ar, da água, devastação das florestas etc., e os mais citados para o caso das diferenças entre benefícios privados e sociais ou economias externas são a construção de barragens, regularização de leitos de rios que beneficiam as populações ribeirinhas etc., construção de estradas, de instalações de água e esgoto cujos resultados vão além da apropriação privada dos benefícios pelas unidades produtoras.

#### 2.2.1.1.3 - Monopólios naturais

Há certos tipos de bens e serviços cujas instalações para a produção exigem sua exploração sob a forma de monopólio, pois duas ou mais empresas atuando no mesmo espaço trariam duplicidade de instalações e desperdício de recursos econômicos. Exemplo disso são os serviços de água e esgoto, rede telefônica, energia elétrica e gás. A consequência lógica é a formação de monopólios naturais para explorar os referidos serviços. Ora, segundo a teoria das formas de mercados, uma empresa em situação de monopólio só realiza um lucro máximo ao praticar um preço superior ao do seu custo médio, tornando impossível a realização de um ótimo paretiano<sup>35</sup>, fato con-

<sup>34</sup> Para um estudo detalhado das teorias do imposto, tanto a do benefício como a da capacidade de pagar, vide MUSGRAVE, Richard. Teoria das finanças públicas. São Paulo, Atlas, 1973.

<sup>35</sup> Trata-se do chamado critério de eficiência de Pareto, desenvolvido pelo economista Vilfredo Pareto e que pode ser sintetizado como segue: "O regime de concorrência perfeita é eficiente no sentido de que após encontrado o equilíbrio geral do sistema, não será possível melhorar a situação de um consumidor ou empresário sem piorar a situação de um outro consumidor ou empresário". Vide ALMEIDA, Wanderley J. M. de. As atribuições econômicas do governo. In: SILVA, Fernando Antonio Rezende et alii. Política fiscal e programação de gastos públicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

denável pela teoria microeconômica baseada na concorrência perfeita e na ótima alocação de recursos.

Existe, entretanto, uma possibilidade de monopólio não excluída pela teoria neoclássica ou microeconômica formulada dentro dos princípios do equilíbrio pareto: trata-se das empresas que funcionam, à medida que crescem, a custo decrescente ou rendimento crescente.<sup>36</sup> Suas técnicas de produção permitem oferecer produtos a um preço tanto mais baixo quanto mais abundante for sua quantidade. Esse é o caso dos monopólios naturais. Contudo sem concorrência para fixar os limites sobre os lucros, alguma forma de intervenção pública torna-se necessária para assegurar preços razoáveis, seja através de controle de preços deixando o empreendimento a cargo da iniciativa privada, seja através da exploração direta pela economia pública, fenômeno comum em grande número dos países.

#### 2.2.1.2 - Teorias Baseadas na Noção de Necessidades Públicas

O principal elaborador dessa teoria é Richard Musgrave<sup>37</sup> que, além das funções atribuídas à economia pública — de redistribuição de renda e de estabilização da conjuntura econômica —, atribuiu-lhe uma função de alocação de recursos na economia nacional. É interessante notar que, embora Musgrave raciocine quanto às duas funções acima em termos macroeconômicos, permanece na linha do pensamento individualista e microeconômico no que se refere às funções de alocação de recursos atribuídas ao Estado. Contudo ele alarga o campo conceitual dos bens e serviços que devem ser realizados pela economia pública, ao introduzir, além dos itens já estudados anteriormente, os que representam as chamadas necessidades meritórias, como educação gratuita, merenda escolar e subsídios para casas de baixo custo. Os bens e serviços que

satisfazem essas necessidades, da mesma forma que os criadores de elevadas economias externas e os monopólios naturais, estão sujeitos ao princípio de exclusão, ao contrário do que ocorre com os chamados bens coletivos. Em outras palavras, são necessidades que, ao serem satisfeitas, provocam enormes economias externas, beneficiando toda a comunidade. Por outro lado, se as mesmas não forem satisfeitas, deixando-se, por exemplo, de fornecer educação e saúde às populações mais pobres, porque estariam sujeitas ao princípio da exclusão, toda a sociedade estaria perdendo, isso é, estaria havendo deseconomias externas.

Essas teorias, apesar de estarem baseadas em critérios técnicos, pecam em dois pontos fundamentais: primeiro, em insistir na construção de uma preferência social ou coletiva na escolha dos bens e serviços a serem prestados pela economia pública, a partir das preferências individuais manifestadas pela soberania do consumidor,<sup>38</sup> o que parece impraticável; segundo, porque seu campo conceitual não é suficientemente amplo para abranger todas as atividades exercidas atualmente pela economia pública na maioria dos países, desenvolvidos ou subdesenvolvidos.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> L'HERITEAU, Marie-France. Pourquoi des entreprises publiques? Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Thémis).

<sup>37</sup> MUSGRAVE, op. cit., nota 34.

<sup>38</sup> Para uma crítica dessas teorias, vide BARRÈRE, op. cit., nota 33.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças públicas. São Paulo. Atlas. 1978.

<sup>39</sup> Vide Capítulo 1 onde se encontram todos os tipos de bens e serviços prestados pela economia pública.

### 2.2.2 - Teorias Baseadas na Concepção Marxista

As teorias explicativas do crescimento e tamanho da economia pública, baseadas na teoria Marxista, decorrem de sua concepção do funcionamento contraditório da economia capitalista. Resumidamente, o mecanismo e evolução da economia capitalista, segundo Marx, é o seguinte: partindo da concepção Ricardiana, Marx afirma que o valor de uma mercadoria ou produto é igual à quantidade de trabalho socialmente necessária a sua produção. Mas a principal característica do trabalho humano reside no fato de ele poder produzir mais do que custa, ao contrário do que ocorre com os demais componentes de produção, como capital físico (equipamentos etc.), matérias-primas e os recursos naturais, que são transmitidos à mercadoria o valor contido neles. Um trabalhador tem necessidade, para assegurar sua subsistência e de sua família, de um número de horas de trabalho inferior ao número de horas que fornece ao capitalista. Sua remuneração, portanto, é feita de acordo com o número de horas necessárias a sua subsistência, mas o valor incorporado na mercadoria produzida é igual ao número de horas efetivamente trabalhadas. Dessa diferença surge um excedente que fica nas mãos do proprietário dos meios de produção. A relação entre esse excedente e o salário pago ao trabalhador Marx chamou de taxa de mais-valia. Marx também mostrou a imperiosidade de as empresas, face à concorrência e à necessidade de dominar os mercados de produtos, se concentrarem, desenvolverem novas tecnologias e, como tal, aumentarem o seu tamanho e, em consequência disso, ampliarem cada vez mais o seu capital constante — maquinaria, equipamentos e matérias-primas, na terminologia marxista — em relação aos demais componentes da produção. Ora, como o capital constante não cria valor, mas somente o capital variável — fundo de salários —,

Marx concluiu que a taxa de lucro, mantendo-se constante a taxa de mais-valia<sup>40</sup>, tem tendência a decrescer à medida que o sistema capitalista se desenvolve.<sup>41</sup>

Outra conclusão que Marx tirou do sistema capitalista é que o mesmo está sujeito a crises e depressões periódicas, em razão da pouca capacidade da classe trabalhadora em absorver toda a produção e da necessidade das empresas de cada vez produzirem mais para escapar de sua própria destruição face à concorrência.

Assim, a evolução e tamanho da economia pública baseada na concepção marxista é antes uma explicação de uma das maneiras de como o sistema capitalista contorna suas crises decorrentes da tendência decrescente de sua taxa média de lucro, ou da incapacidade da classe assalariada absorver o seu excedente de produção, do que propriamente uma teoria dos bens e serviços públicos. Existem, basicamente, duas correntes para explicar esse fenômeno: a corrente francesa, mais baseada na tendência decrescente da taxa média de lucro, ou abordando o problema da criação do excedente e a corrente americana baseada na absorção do excedente.

#### 2.2.2.1 - Corrente Francesa<sup>42</sup>

Essa corrente, representada por alguns teó-

<sup>40</sup> Não se discutem aqui os pormenores das variações dessa taxa por não interessarem ao presente trabalho.

<sup>41</sup> A taxa de lucro é medida pela seguinte equação:

$$\text{taxa de lucro} = \frac{pl}{c+v} = \frac{m}{c+1}$$

sendo  $pl$ , a mais-valia;  $v$ , o capital variável;  $c$ , o capital constante;  $m$ , a taxa de mais-valia;  $\frac{c}{v}$ , a composição orgânica do capital.

<sup>42</sup> Trata-se de uma das correntes francesas do pensamento marxista que estuda o papel do Estado no chamado capitalismo monopolista do Estado.

ricos do Marxismo na França,<sup>43</sup> afirma que, apesar de a tendência decrescente da taxa média de lucro estar-se verificando, o empresário privado, sobretudo a grande empresa monopolista, continua obtendo bons lucros porque a economia pública vem assumindo funções com o objetivo seja de aumentar a taxa de mais-valia do setor privado, seja de reduzir o valor monetário da composição orgânica das empresas desse setor, reduzindo o valor dos equipamentos, maquinaria e matérias-primas.

Segundo essa corrente, o Estado ou economia pública vem assumindo, a partir do século XX, as seguintes funções:<sup>44</sup>

- a) para aumentar a taxa de mais-valia no setor privado: educação, saúde e assistência social gratuitas, financiamento a baixo custo da habitação popular, subvenções a determinados tipos de bens ou serviços essenciais ao consumo popular etc. Isso reduz o custo dos chamados bens de salários (Wage Goods) e, como tal, permite que as empresas retirem de seus custos internos itens necessários à reprodução da mão-de-obra;
- b) para reduzir o valor do capital constante, a economia pública assume as empresas que exigem grandes investimentos em relação ao total de suas vendas, ou, ainda, empreendimentos que exigem longa maturidade para começar a produzir bens ou serviços, ficando ao setor privado as indústrias em que o índice de capitalização não seja muito elevado, permitindo uma maior taxa de lucro. Os exemplos dados para as empresas estatais são a siderurgia, carvão, eletricidade. Por outro lado, o setor estatal, através dessas empresas, abastece de matérias-primas, a preços abaixo do mercado, as empresas do

setor privado, reduzindo o valor de seu capital constante; a economia pública assume o papel de financiador do capital fixo das empresas privadas a juros subsidiados, barateando o custo de aquisição dos mesmos; emissão monetária e controle do crédito, permitindo, pela inflação, um barateamento do serviço da dívida feita para aquisição de equipamentos, maquinarias etc.

Todas as funções que a economia estatal vem assumindo para evitar a baixa da taxa de lucro no setor privado acabam por ampliar o seu tamanho, cujos recursos para financiá-las, tendo em vista não reduzir o lucro das empresas, são predominantemente oriundos dos tributos indiretos ou dos tributos diretos pagos pelas pessoas físicas. Os tributos diretos pagos pelas pessoas jurídicas e mesmo os indiretos, incidindo sobre bens de capital etc., são objeto de estímulos fiscais no sentido de facilitar a acumulação de capital a preços mais compensadores.

#### 2.2.2.2 - Corrente Americana<sup>45</sup>

Essa corrente é representada principalmente por P. Baran e P. Sweezy, os quais, tomando como campo de observação a economia americana, afirmam que o crescimento das despesas públicas é uma das principais

<sup>43</sup> BOCARA, Paul. *Économie et politique*, apud L'HERITEAU, Marie-France. *Pourquoi des entreprises publiques?* Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Thémis).

<sup>44</sup> BROCHIER, op. cit., nota 15, cap. II.

<sup>45</sup> Trata-se de uma das correntes do pensamento marxista; além das correntes tradicionais, fiéis ao pensamento original de Marx, existe uma corrente inovadora representada por James O'Connor, desenvolvida em seu livro: O'CONNOR, James. *U.S.A.: A crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.

maneiras de absorver o excedente da produção e, como tal, de manter em alto nível a atividade econômica dos Estados Unidos.<sup>46</sup>

Segundo esses autores, a compreensão do papel econômico do Estado no capitalismo monopolista exige uma definição de sua tendência a aumentar o excedente econômico e em examinar as modalidades de sua absorção pelas despesas públicas. A característica básica dessa economia é sua dominação por empresas gigantes que planejam a longo prazo suas atividades, controlam a demanda, determinam os preços, impõem seus objetivos de produção.<sup>47</sup> A lei fundamental do funcionamento do capitalismo não é mais a da tendência decrescente da taxa média de lucro, formulada por Marx, mas a do crescimento do excedente além de sua capacidade de absorção. O excedente é definido como a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. Seus principais componentes são: a renda da propriedade constituída do lucro da empresa, incluindo-se as cargas excessivas para depreciação do capital, do arrendamento da terra e do juro do capital; esbanjamentos causados pelo exagero nas despesas de publicidade, a renda gerada no setor da distribuição comercial, as remunerações dos serviços jurídicos; as despesas governamentais.<sup>48</sup>

Segundo os autores, as formas tradicionais de absorção do excedente tornaram-se insuficientes, porque o consumo pessoal da classe capitalista não aumenta na mesma proporção; os investimentos induzidos são desencorajados pela capacidade ociosa das empresas; o investimento autônomo é freado pela taxa de crescimento insuficiente da população, pela retenção do progresso técnico por parte das grandes empresas e pela exportação de capitais que se transforma rapidamente numa nova fonte de crescimento do excedente em consequência do repatriamento dos lucros. O capitalismo americano não está em depressão

crônica porque ele conseguiu novas formas de absorção do excedente: o esforço para vender que multiplicou as despesas ligadas aos métodos de estimular o consumo e, por outro lado, as despesas governamentais.

Os autores argumentam que as condições da economia americana e de outros países com características semelhantes — estado crônico de desemprego, sobrecapacidade de produção etc. — permitem aumentar as despesas públicas sem aumentar o ônus tributário na economia privada. Isso porque o emprego dos recursos ociosos, permitido pela injeção das despesas públicas, introduz um acréscimo de renda na comunidade sobre o qual será efetuada a tributação, permitindo, inclusive, um orçamento governamental equilibrado, cujo multiplicador é igual a um.<sup>49</sup> Assim, o crescimento da despesa pública traz no seu bojo um crescimento da renda nacional, cujos acréscimos, por sua vez, financiam as referidas despesas, sem transferências líquidas de recursos do setor privado para o setor público. A conclusão que tiram os referidos autores é de que na lógica macroeconômica do funcionamento do sistema não existe oposição de interesse entre o Estado e o sistema das grandes empresas, mas sim complementaridade entre os dois, tanto mais que a estrutura das despesas públicas é orientada no sentido de evitar concorrência com o setor industrial, já que seu crescimento tem sido marcado sobretudo pela compra de bens bélicos, cuja participação no PIB

<sup>46</sup> BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

<sup>47</sup> GALBRAITH, op. cit., nota 9, cap. 11.

<sup>48</sup> BARAN, op. cit., nota 46, cap. 11.

<sup>49</sup> Se o orçamento for deficitário, o multiplicador será maior que a unidade, e a renda gerada será maior que os acréscimos da despesa pública, conforme os ensinamentos da teoria macroeconômica Keynesiana.

passou de 0,7% em 1929, para 10,7% em 1957 e 10,6% em 1962. Sua participação no total das despesas públicas passou de 15% em 1922, para 42% em 1955 e 43,2% entre 1967 e 1969.<sup>50</sup>

Concluindo este item, pode-se afirmar que as duas correntes do pensamento marxista explicam o crescimento da economia pública mais centradas nos seguintes pontos: a corrente francesa, pela necessidade que tem o Estado de facilitar a criação do excedente, evitando o decréscimo da taxa de lucro no setor privado da economia, através do barateamento, seja dos bens que compõem a cesta de consumo do trabalhador, seja dos bens que compõem os equipamentos e matérias-primas utilizados pelas empresas; a corrente americana, pela necessidade que tem o Estado de absorver o excedente através da compra de bens privados, criando uma demanda adicional, permitindo a realização de lucros pela maior produção, devido ao uso mais intenso da capacidade instalada existente na economia.

A primeira corrente faz sua análise com base na observação do que vem ocorrendo no setor público dos países europeus, ao passo que a segunda está centrada na observação do que está ocorrendo no setor público dos Estados Unidos. Ambas, porém, insistem no fato de que, sem a maior participação da economia pública, o capitalismo não teria condições de sobreviver e de se desenvolver nos moldes verificados a partir da década de 1930. Ambas as correntes afirmam que, longe de ser um entrave ao livre crescimento das forças produtivas da economia privada, como afirmam algumas correntes de pensamento econômico baseadas na crença do bom funcionamento do mercado, o crescimento da economia pública tem sido um fator de estabilidade e de garantia de seu funcionamento.<sup>51</sup> A corrente americana do pensamento marxista, no que se refere à absorção do excedente pelas

despesas públicas, apresenta certas semelhanças com a corrente keynesiana e pós-keynesiana que será estudada a seguir.

### 2.2.3 - Teorias Baseadas na Concepção Macroeconômica Keynesiana e pós-Keynesiana

#### 2.2.3.1 - Concepção Anglo-Americana

A concepção macroeconômica keynesiana desenvolve a despesa e receita públicas dois novos princípios reguladores da economia, além do de ajustamento na ótima alocação de recursos já concebido pela corrente microeconômica, que são o de estabilização da economia e o de uma melhor redistribuição de renda entre as classes sociais. Esses dois princípios decorrem, basicamente, da constatação de que as forças de mercado por si só não conduzem a um equilíbrio da economia a nível de pleno emprego dos fatores da produção,<sup>52</sup> devido a uma insuficiência da demanda global efetiva em absorver toda a produção proporcionada pela capacidade instalada da economia. Ambos os princípios conduzem à plena utilização dos fatores da produção, o primeiro, exigindo que o setor público gaste mais, reduzindo ou mantendo o mesmo nível de carga tributária anterior, aumenta o fluxo de investimento da economia e, conseqüentemente, a renda e a produção; o segundo, exigindo maiores despesas de transferência às classes de menores rendas e reduzindo o ônus tributário que recai sobre elas, aumenta

<sup>50</sup> BROCHIER, op. cit., nota 15, cap. II, p. 456-72.

<sup>51</sup> Esse pensamento é compartilhado pelos economistas que se filiam à corrente keynesiana e mesmo fora dela, mas não marxista, como John Kenneth Galbraith. GALBRAITH, op. cit., nota 9, cap. II.

<sup>52</sup> Chama-se a atenção para o fato de que muito antes de Keynes, economistas, sobretudo pertencentes à corrente socialista, já atentavam para esse fato.

sua propensão marginal a consumir e, conseqüentemente, a demanda por bens privados, a renda e a produção da economia. Em ambos os casos há um efeito multiplicador da renda até que a economia atinja sua capacidade instalada. Esse é o papel do setor público que decorre da concepção keynesiana e é aceito sobretudo pela corrente anglo-americana.

Segundo essa corrente, o Estado pode intervir na economia para produzir qualquer tipo de bem ou serviço, mas tendo como limite o pleno emprego dos fatores da produção. Nessa concepção encaixam-se as duas divisões concebidas por Richard Musgrave: "Divisão de Distribuição e de Estabilização"<sup>53</sup>, cujas funções são, respectivamente, de fazer ajustamentos na distribuição de renda e de manter um alto nível de utilização dos recursos e de um valor estável da moeda.<sup>54</sup> Uma outra corrente de origem keynesiana, mas que se filia também à corrente histórico-sociológica da economia, incorpora novas funções ao Estado e, em conseqüência, à economia pública que será estudada a seguir.

#### 2.2.3.2 - Concepção Francesa

Essa corrente, representada sobretudo por Alain Barrère<sup>55</sup>, François Perroux e J. R. Housiaux, visa a integrar à teoria econômica os fenômenos observados na economia contemporânea e que não cabem no quadro restrito do modelo de economia pública concebido pelo pensamento baseado na microeconomia. Eles concentram suas análises sobre os fenômenos de crescimento e de organização, ausentes das teorias do equilíbrio geral — do tipo walrasiano — e do ótimo paretiano. Por outro lado, vão além do conceito keynesiano puro, cujas funções da economia pública são apenas ampliadas para recolocar a economia nacional em equilíbrio com pleno emprego dos fatores da produção. Atribuem à economia pública, também, a função de promover o progresso eco-

nômico. Alain Barrère destaca três objetivos do Estado em matéria econômica:<sup>56</sup> a realização do bem-estar econômico da sociedade, da segurança econômica e da justiça social, os quais, traduzidos para a economia pública, implicam os seguintes objetivos: desenvolvimento econômico, regularização da conjuntura econômica e realização da justiça fiscal.

Para cumprir os três objetivos citados, a economia pública moderna tem movimentado uma massa de recursos financeiros que tornou raros os domínios em que ela não penetra, seja como compradora de insumos do setor privado, seja como fornecedora de bens e serviços, quer tradicionais, quer aqueles tipicamente de mercado. O referido autor conclui que, para alcançar um mais alto bem-estar social a um custo social ótimo, o Estado pode intervir em todos os domínios da economia, isto é: a) onde o indivíduo não pode agir utilmente; b) onde a ação pública traz vantagens superiores à atividade privada; c) onde o interesse privado é contrário à realização do bem comum.<sup>57</sup>

Referindo-se especificamente às funções empresariais do Estado, François Perroux destaca três razões para a sua atuação:<sup>58</sup>

- possibilidade de realizar novas combinações que são incompatíveis com

<sup>53</sup> MUSGRAVE, op. cit., nota 34, cap. II.

<sup>54</sup> Esse autor, através do estudo das funções de alocação de recursos, estudado no item 1.2.1.2, de redistribuição de renda e de estabilização da conjuntura econômica, representa uma passagem das teorias micro para as teorias macroeconômicas na determinação da economia pública.

<sup>55</sup> BARRÈRE, op. cit., nota 33, cap. II.

<sup>56</sup> BARRÈRE, Alain. Politique financière. Paris, Dalloz, 1958.

<sup>57</sup> BARRÈRE, op. cit., nota 56, cap. II.

<sup>58</sup> L'HERITEAU, op. cit., nota 36, cap. II.



a lógica da rentabilidade capitalista, porque introduz um risco muito elevado para o empresário privado;

- necessidade de realizar, no interior de um ramo industrial, coordenações que não se pode esperar das empresas privadas ou que são feitas (a coordenação) em detrimento do interesse coletivo;
- realização de coordenação entre indústrias (eletricidade e carvão, estrada de ferro e de rodagem, por exemplo).

Por outro lado, Jacques R. Houssiaux aponta sete categorias de motivos em favor da intervenção da economia pública na economia nacional:<sup>59</sup>

- confiar a empresas públicas os setores que apresentam rendimentos crescentes ou custos decrescentes;
- impedir ou corrigir a ação de monopólios privados;
- organizar um setor de produção onde a intervenção do setor privado se revela insuficiente;
- assegurar a defesa de um setor nacional ameaçado pela concorrência estrangeira;
- assegurar o desenvolvimento e a repartição desejada do consumo coletivo;
- assegurar o funcionamento de um nível adequado de infra-estrutura econômica e social;
- assegurar a coordenação de certas atividades no interior dos setores deixados à iniciativa privada.

Segundo a concepção francesa, essas têm sido as funções modernas de uma economia pública interessada em promover e planejar o desenvolvimento de uma economia que permanece nos quadros da livre iniciativa empresarial, cabendo ao Estado o objetivo de promover o bem comum e defender os interesses nacionais. Assim, segundo

Alain Barrère, pertence à economia pública o que o Estado decide tomar a seu cargo e as razões apresentadas para a extensão de suas atividades produtivas dependem das circunstâncias em que as diferentes empresas são constituídas: Primeira Guerra Mundial, a grande depressão de 1930, a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução e a necessidade de desenvolver setores estratégicos para o crescimento econômico etc.<sup>60</sup>

#### 2.2.4 - Evidência Empírica

Os Quadros de 4 a 10, contendo as despesas públicas no seu conceito mais restrito, isto é, sem as empresas públicas, em alguns pontos de uma série de 1900 a 1962 e a participação das empresas estatais em alguns setores da economia, foram elaborados numa tentativa de evidenciar as teorias explicativas do papel, evolução e tamanho da economia pública baseadas na concepção neoclássica ou microeconômica, marxista, keynesiana ou pós-keynesiana.

Assim, no campo restrito das despesas públicas contidas nos Quadros 4, 5 e 6, isto é, eliminadas as despesas decorrentes das empresas públicas, pode-se verificar três tendências determinantes do crescimento das despesas públicas nas economias industrializadas:

- a) uma persistência de uma relativa participação das despesas militares — sobretudo nos Estados Unidos — que, mesmo em período de paz, não sofreram queda acentuada, nem em relação à renda nacional, nem em relação ao total das despesas públicas;
- b) um aumento persistente das despesas de caráter social — educação, saúde, previdência etc. — que vem

<sup>59</sup> Op. cit. nota 36, cap. II.

<sup>60</sup> BARRÈRE, op. cit., nota 33, cap. II.

## Quadro 4

Despesas públicas, por categorias econômicas, em percentagem da renda nacional e no total na França — 1900, 1920, 1938, 1947 e 1962

ANOS	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	TRANSFÊRÊNCIAS	OUTRAS	TOTAL
1900	3,5=32,1	3,0=27,5	0,5= 4,6	1,0= 9,2	2,9=26,6	10,9=100
1920	3,9=18,5	3,1=14,7	2,1= 9,9	7,1=33,6	4,9=23,2	21,1=100
1938	5,8=29,0	6,9=34,5	0,7= 3,5	2,8=14,0	3,8=19,0	20,0=100
1947	7,8=29,5	6,7=25,4	5,6=21,2	4,9=18,6	1,4= 5,3	26,4=100
1962	9,9=29,6	6,4=19,1	6,8=20,3	8,9=26,6	1,5= 4,5	33,5=100

FONTE: Elaborado a partir de dados apresentados por BROCHIER, Hubert & TABATONI, Pierre. Économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1959. (Collections Thémis).

## Quadro 5

Estrutura das despesas públicas por funções na França — 1900, 1920, 1938, 1947 e 1962

ANOS	GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO	DEFESA	EXTERIOR CIVIL	EDUCAÇÃO E CULTURA	ANTIGOS COMBATENTES	AJUDA SOCIAL	TRANSPORTES E COMÉRCIO	ALOJAMENTO E URBANISMO	AGRICULTURA	COMÉRCIO E INDÚSTRIA	DIVERSOS	TOTAL
1900	10,7	37,7	3,6	7,3	0	0,8	6,9	1,2	1,7	1,7	28,0	100
1920	11,3	41,4	3,1	3,7	1,9	1,6	11,6	2,3	0,3	0,1	22,7	100
1938	9,3	40,7	0,8	9,5	5,9	6,0	5,9	1,4	1,1	1,2	18,2	100
1947	11,2	32,2	3,5	8,9	3,4	5,7	11,4	7,6	1,6	9,9	4,6	100
1962	11,2	22,1	5,4	14,3	4,6	11,0	6,6	8,4	4,4	5,9	6,1	100

FONTE: Elaborada a partir de dados apresentados por BROCHIER, Hubert et alii. Économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1975. (Collections Thémis).

Quadro 6

Despesas públicas, por funções, em percentual do PIB nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Alemanha

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	DEFESA	DÍVIDA PÚBLICA	LEI, ORDEM E ADMINISTRAÇÃO	INTERVENÇÕES ECONÔMICAS	SERVICIOS SOCIAIS (Educação, Saúde, Ajuda para Alojamento Urbano, Previdência Social etc.)
Estados Unidos						
1902	7,1	1,5	0,5	1,1	2,1	1,9
1922	11,8	1,9	1,9	0,9	3,6	3,5
1940	19,3	2,3	1,7	1,2	7,2	6,9
1948	20,9	8,4	2,0	0,9	3,4	6,2
1962	30,6	10,6	1,7	1,0	6,3	11,0
Reino Unido						
1900	14,4	6,9	1,0	1,4	2,5	2,6
1923	24,2	3,2	7,1	2,0	3,4	8,5
1938	30,0	8,9	4,0	1,9	3,9	11,3
1955	36,6	9,6	4,2	2,3	4,3	16,3
1963	38,0	6,5	3,3	n.a	n.a	n.a
Alemanha						
1901	14,9	3,3	n.a	n.a	n.a	n.a
1925	28,1	3,6	0,2	4,3	2,7	17,3
1932	37,6	2,7	1,2	5,6	3,3	24,8
1950	40,7	6,5	0,8	4,6	4,6	24,2
1958	44,1	5,2	0,9	4,0	6,1	27,9

FONTE: MUSGRAVE, Richard. Fiscal system. In: BROCHIER, Hebert et alii. Economie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.

ganhando cada vez mais participação no total das despesas públicas;

- c) um aumento das despesas representativas da intervenção do Estado na economia privada.

Os itens a e b, assim como as despesas de Administração Geral e Financeira, podem ser explicados pelas teorias normativas assentadas na teoria individual e

microeconômica, se se inclui nelas a concepção de Musgrave dos chamados bens meritórios: educação, saúde e assistência social.

O crescimento das despesas militares e mesmo as de caráter social, sob a forma de ajuda de desemprego, subvenção a casas populares e algumas de intervenção econômica, são, contudo, melhor explicadas pelas correntes americanas de pensamento mar-

xista e keynesiano, de vez que referidas despesas são uma forma de absorção do excedente econômico para permitir o uso mais intenso da capacidade instalada da economia. Já o crescimento das despesas de caráter social em geral e as de intervenção econômica — itens b e c — se explicam também pela corrente marxista francesa, pois ambas ou diminuem os custos da mão-de-obra para os empresários privados, ou permitem um ganho adicional além de sua rentabilidade normal, aumentando assim sua taxa de lucro.

Enfim, o crescimento das despesas constantes dos itens a, b e c — são também explicadas pela corrente pós-keynesiana francesa. Essa corrente, como se viu, não se restringe somente a critérios econômicos para justificar o que é despesa pública; ela se baseia, antes de tudo, em critérios histórico-sociológicos e mesmo políticos. Na verdade, está implícita nessa corrente uma certa descrença no adequado funcionamento das leis de mercado, mas sua concepção decorre da necessidade que cabe à economia pública de aumentar o bem-estar da sociedade para satisfazer as novas aspirações da mesma.

Por outro lado, essas duas correntes de pensamento possuem um bom conteúdo explicativo para a evolução e estrutura das funções de despesas ocorridas na economia pública do Rio Grande do Sul, à exceção das despesas militares, pois, como se viu no Capítulo I deste trabalho, foram as despesas de caráter social (educação, bem-estar social etc.) e de intervenção econômica (indústria e comércio, recursos naturais e agropecuários etc.) as que mais cresceram no período de 1947 a 1973.

Todavia são as novas funções de caráter empresarial, representadas pelas empresas públicas, que melhor se prestam para pôr em evidência as teorias explicativas do papel do Estado na economia; os Quadros 7 e 8 contêm a participação do vo-

lume das vendas e dos investimentos em capital fixo efetuado pelas empresas públicas em cada setor e no total da economia dos seis países da Comunidade Econômica Européia, excluídas as empresas financeiras e agrícolas; os Quadros 9 e 10 contêm uma amostra da participação das empresas públicas do Brasil, no total de um conjunto de 731 empresas públicas e privadas nacionais e multinacionais.

No que se refere aos países do Mercado Comum Europeu — Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo — referente ao ano de 1963, as empresas públicas estão concentradas fortemente nas chamadas indústrias de base — energia elétrica, carvão, transporte ferroviário, comunicações e algumas indústrias siderúrgicas etc. Outro aspecto importante é que o volume de suas vendas tem menor participação que seus investimentos fixos, seja em cada setor correspondente, seja no total das empresas, excluídas as financeiras e agrícolas. Nesse último caso, a participação dos investimentos é de duas vezes e meia a três vezes maior do que o volume de negócios realizado pelas empresas públicas no total das empresas industriais e comerciais, conforme demonstram os Quadros 7 e 8.

No caso do Brasil, de uma amostra de 731 empresas,<sup>61</sup> onde 115 são estatais — 59 do Governo Federal, 39 estaduais e 17 municipais — referente ao ano de 1974, verifica-se que a ação empresarial da economia pública está localizada principalmente na produção de insumos básicos — mineração, siderurgia, petróleo (extração e processamento), química, petroquímica, ferti-

<sup>61</sup> SUZIGAN, Wilson. As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira. In: SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Aspectos da participação do governo na economia. Rio de Janeiro, IPEA, 1976. (Monografia 26).

Quadro 7

Volume de vendas das empresas públicas e privadas, em cada setor,  
da Comunidade Econômica Europeia — 1963

SETORES ECONÔMICOS	ALEMANHA	FRANÇA	ITÁLIA	BÉLGICA	HOLANDA	LUXEMBURGO
Energia .....	74,4	54,6	46,3	18,0	85,3	44,9
Indústria .....	3,6	5,0	5,4	0,4	3,9	0,01
Transporte e comunicações .....	54,4	61,0	54,5	54,0	44,0	47,4
Comércio e serviços diversos .....	1,0	2,9	0,5	-	-	-
% no total da economia não agrícola (sem o setor financeiro) .....	7,2	10,0	8,1	4,5	18,7	3,7

FONTE: L'HERITEAU, Marie-France. Pourquoi des entreprises publiques? Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Themis).

Quadro 8

Investimentos das empresas públicas e privadas, em cada setor,  
da Comunidade Econômica Europeia — 1963

SETORES ECONÔMICOS	ALEMANHA	FRANÇA	ITÁLIA	BÉLGICA	HOLANDA	LUXEMBURGO
Energia .....	81,2	91,0	85,0	27,5	90,0	97,9
Indústria .....	4,1	3,3	27,0	3,6	5,5	-
Transporte e comunicações .....	72,2	74,0	75,0	66,0	38,0	13,9
Comércio e serviços diversos .....	-	14,0	5,0	-	-	-
% no total da economia não agrícola	18,1	33,5	28,0	13,5	21,0	26,0

FONTE: L'HERITEAU, Marie-France. Pourquoi des entreprises publiques? Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Themis).

lizante etc. —; na produção de serviços de utilidade pública — energia elétrica, gás, água e esgotos, administração portuária etc. — de transporte — ferroviário e marítimo —; e de comunicações. Assim, grande parte de suas empresas está localizada nos chamados setores da base.

Esse fenômeno ocorre também na economia pública gaúcha, conforme se viu no item 1.3.1 e se verá no Volume 2 deste trabalho dedicado à análise do setor empresarial gaúcho.

De algumas relações estabelecidas nos Quadros 9 e 10 constata-se, a exemplo dos países europeus, que as empresas públicas empresariais participam com 54,3% do patrimônio líquido e 62,9% do imobilizado líquido do total das empresas, e apenas com 25,2% de seu faturamento; o mesmo ocorre com a relação lucro líquido/patrimônio líquido, demonstrando uma rentabilidade mais baixa nas empresas públicas<sup>62</sup>, à exceção

das empresas dos setores de mineração, borracha e distribuição de derivados de petróleo. Dessa maneira, o papel da economia pública, no seu conceito amplo dado neste trabalho, atuando como empresário, quer nos outros países, quer no Brasil, localizando-se na maior parte em setores que se caracterizam por investimentos de volume elevado, longa maturação e baixa rentabilidade, é basicamente o de suprir insumos e serviços básicos às demais empresas, na maioria privadas nacionais ou estrangeiras, localizadas em setores mais próximos do consumo final, beneficiando-se assim de uma maior rentabilidade.

Uma tentativa de explicar os fatos já descritos a respeito das empresas públicas, tanto na Europa como no Brasil e Rio Grande do Sul, à luz das teorias sobre a economia pública, poderá ser feita como segue.

Tanto a teoria Individualista ou Mi-

Quadro 9

Número de empresas e participação percentual no Brasil — 1974

GRUPO DE EMPRESAS	NÚMERO	%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	IMOBILIZADO LÍQUIDO (%)	FATURAMENTO (%)	LUCRO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	IMOBILIZADO LÍQUIDO/EMPREGO (Cr\$ 1 000)
Empresas governamentais .....	115	15,7	54,3	62,9	25,2	11,4	287,0
Empresas multinacionais .....	246	33,7	24,5	20,2	42,8	20,6	87,3
Empresas privadas nacionais .....	370	50,6	21,2	16,9	32,0	22,8	56,6
TOTAL .....	731	100,00	100,00	100,00	100,00	16,1	135,4

FORNTE: SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Aspectos da participação do governo na economia. Rio de Janeiro, IPEA, 1976. tab. III.2, p.102 (Monografia 26).

<sup>62</sup> A rentabilidade mais baixa não decorre de uma má administração das empresas estatais, mas sim de sua maior densidade de capital e do fato de o preço dos bens e serviços estar, muitas vezes, abaixo do preço de mercado.

croeconômica como a teoria Marxista — corrente francesa — justificam a "publicização" das empresas com alta densidade de capital, isto é, maior relação capital/trabalho, embora por motivos diversos. A primeira, porque os chamados monopólios naturais e as empresas geradoras de economias externas são basicamente empresas que exigem longa maturação de seus investimentos e alta densidade de capital. A segunda corrente, porque referidas empresas apresentam uma baixa taxa de lucro, seja em razão de sua alta densidade de capital, seja em razão do fornecimento de seus produtos a um nível mais baixo que o preço de mercado, beneficiando duplamente as empresas privadas, primeiro, porque permite a essas se localizarem nos setores de maior rentabilidade e, segundo, porque as mesmas, mediante a compra de insumos subsidiados, conseguem obter uma taxa de lucro mais elevada. Mas a teoria baseada no pensamento microeconômico não explica a "publicização" das demais empresas que não preenchem as duas condições anteriormente descritas, sejam de caráter industrial, comercial e financeiro. É o caso das instituições de financiamento a longo prazo, na sua maioria estatais, como também de alguns bancos de financiamento a curto prazo; de algumas empresas produtoras ou comercializadoras de bens, cuja finalidade é regular os preços de bens essenciais à alimentação popular ou de estabilizar a renda de certos setores da agricultura. Esses últimos fatos perturbam as leis de mercado que, segundo a referida corrente de pensamento, se deixadas ao seu livre funcionamento conduziriam a uma ótima alocação de seus recursos produtivos.

A corrente keynesiana pura, representada principalmente pela corrente americana, não parece justificar o grande surto do setor empresarial estatal, tanto nos setores de base como nos demais, inclusive o financeiro, devido ao seu caráter per-

manente que acaba por aumentar a oferta de bens e serviços; como se sabe, o fundamento dessa teoria é o aumento da demanda mediante um aumento do fluxo de despesa do setor público, seja de consumo, de investimento ou de transferências aos consumidores e isto é feito através da intervenção do Estado na economia no seu conceito restrito, isto é, despesas que não tenham caráter empresarial. A economia pública é antes compradora de bens, geradora e distribuidora de renda, do que produtora, salvo os chamados bens e serviços públicos ou semipúblicos, como defesa e segurança, justiça, educação, assistência e previdência social. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à teoria representada pela corrente marxista americana, pois, como se viu, as despesas públicas crescem para absorver o excedente de produção da economia a pleno emprego, incapaz de ser absorvido pelas formas tradicionais, com o consumo e investimento privado.

A presença das empresas públicas nos mais variados setores da economia, sobretudo nos seus setores de base e financeiros, tanto nos países europeus como no Brasil e Rio Grande do Sul, encontra, também, justificativa na corrente macroeconômica pós-keynesiana francesa. Como se viu, além dos objetivos de regularização da conjuntura e de redistribuição de renda, essa corrente atribui como objetivo do Estado o planejamento e o desenvolvimento da economia nacional, assim como a defesa dos setores econômicos ameaçados pela concorrência estrangeira. E uma das maneiras de atingir esses objetivos, além de suas funções mais tradicionais, é atuando como empresário na produção de bens e serviços considerados estratégicos à economia, assim como na formação da poupança financeira necessária ao seu financiamento. Essa última parte explica porque as economias públicas atuais detêm a maioria das instituições financeiras, sobre-

Quadro 10

Participação percentual dos três grupos de empresas na amostra,

SETORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)			IMOBILIZADO LÍQUIDO (%)		
	EG	EMN	EPN	EG	EMN	EPN
<b>Insumos básicos</b>						
Mineração .....	68,5	28,7	2,8	65,6	32,4	2,0
Cimento .....	-	38,3	61,7	-	37,8	62,2
Siderurgia .....	72,6	13,8	13,6	86,1	15,9	8,0
Metais não-ferrosos .....	-	47,7	52,3	-	36,6	63,4
Celulose e papel .....	5,3	37,5	57,2	3,4	36,2	60,4
Borracha .....	7,3	69,5	23,2	8,4	57,1	34,5
Química e petroquímica .....	34,8	63,0	2,2	37,0	61,8	1,2
Fertilizantes e adubos .....	20,4	8,4	71,2	47,4	8,0	44,6
Petróleo (extração e processamento)	96,4	1,7	1,9	98,0	0,5	1,5
<b>Indústrias mecânicas e elétrica</b>						
Tratores, máquinas, terraplenagem e implementos .....	-	86,3	13,7	-	87,6	12,4
Máquinas, motores e equipamentos industriais e para escritório .....	2,1	66,7	31,2	4,6	71,6	23,8
Material elétrico e de comunicações	-	90,4	9,6	-	91,3	8,7
Veículos automotores .....	-	99,3	0,7	-	99,5	0,5
Autopeças e carrocerias .....	-	62,5	37,5	-	62,3	37,7
Aviões e outros veículos .....	20,3	27,2	52,5	8,8	38,1	53,1
<b>Outros gêneros da indústria de transformação (1)</b>						
Indústria da construção civil e engenharia .....	26,9	2,8	70,3	54,1	1,0	44,9
<b>Serviços industriais de utilidade pública</b>						
Energia elétrica (geração e distribuição) .....	84,6	15,4	-	86,3	13,7	-
Gás, água e esgotos .....	99,4	-	0,6	99,8	-	0,2
<b>Outros serviços de utilidade pública (2)</b>						
.....	98,3	-	1,7	98,0	-	2,0
<b>Serviços</b>						
Comércio (atacadista e varejista) .	-	7,1	92,9	-	7,2	92,8
Distribuidora de derivados de petróleo .....	24,4	57,3	18,3	18,5	55,3	26,2
Importação e exportação .....	5,9	53,7	40,4	5,6	42,3	52,1
Armazenagem .....	84,1	4,4	11,5	89,3	3,3	7,4
Transporte ferroviário .....	100,0	-	-	100,0	-	-
Transporte rodoviário .....	5,9	-	94,1	10,5	-	89,5
Transporte marítimo .....	51,7	1,7	46,6	47,7	1,0	51,3
Transporte aéreo .....	22,7	6,1	71,2	18,9	0,1	81,0
Comunicações .....	100,0	-	-	100,0	-	-
Imobiliários .....	-	10,7	89,3	-	16,5	83,5
Outros serviços .....	-	16,7	83,3	-	33,9	66,1
Serviços diversos (3) .....	53,2	21,8	25,0	43,9	26,6	29,5

FONTE: SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Aspectos da participação do governo na economia.

NOTA: Os símbolos significam: EG-Empresas Governamentais; EMN-Empresas Multinacionais; EPN-Empresas Privadas

(1) Compreende outros produtos de minerais não-metálicos; produtos metálicos diversos; madeira; mobiliários; dutos de matérias plásticas; têxtil; vestuário e calçados; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e serviços públicos diversos. (3) Processamento de dados; pesquisas de recursos minerais; serviços de xerox,



por setores, segundo os vários critérios e suas relações — 1974

FATURAMENTO (%)			IMOBILIZADO LÍQUIDO/EMPREGO (Cr\$ 1 000)			FATURAMENTO/EMPREGO (Cr\$ 1 000)			LUCRO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)		
EG	EMN	EPN	EG	EMN	EPN	EG	EMN	EPN	EG	EMN	EPN
64,3	35,4	0,3	475,4	275,7	703,4	247,9	167,3	35,4	24,6	15,7	1,5
-	33,5	56,5	-	468,8	285,5	-	208,5	155,7	-	14,9	6,3
60,4	18,7	20,9	356,3	70,2	95,7	182,4	162,2	181,8	8,0	36,8	28,0
-	59,2	40,8	-	113,8	156,2	-	307,0	167,9	-	31,3	19,8
-	26,8	73,2	392,9	180,1	92,6	-	142,5	172,6	1,6	31,8	28,4
6,9	71,5	21,6	203,5	98,0	34,2	346,5	194,0	99,5	37,0	21,7	19,7
21,4	74,6	4,0	877,4	145,3	79,0	859,6	323,4	463,5	9,2	18,2	21,5
20,6	8,5	70,9	265,0	62,8	105,4	602,5	583,0	738,9	58,3	80,3	47,0
93,7	3,1	3,2	412,4	90,6	162,1	746,3	172,2	637,2	24,5	66,4	41,2
-	79,3	20,7	-	64,8	29,4	-	292,9	241,0	-	22,5	48,0
1,8	80,4	17,8	72,6	43,7	36,7	82,6	143,2	80,3	13,6	19,4	10,9
-	88,5	11,5	-	47,0	29,7	-	149,6	157,6	-	24,1	13,9
-	100,0	-	-	78,8	115,2	-	219,9	-	-	9,2	0,2
-	72,2	27,8	-	50,3	59,0	-	130,1	110,8	-	18,1	30,5
18,7	28,3	53,0	38,3	76,5	58,6	138,7	97,1	100,2	31,1	12,2	24,5
-	55,3	44,7	-	59,0	62,1	-	190,9	127,7	-	24,2	21,0
0,7	3,4	95,9	865,0	6,6	19,6	18,0	34,3	63,2	2,1	9,4	26,8
63,6	36,4	-	770,3	296,7	-	123,5	172,2	-	11,3	17,2	-
95,9	-	4,1	359,6	-	39,8	49,6	-	129,6	3,6	-	31,4
99,2	-	0,8	86,2	-	-	89,8	-	-	6,1	-	-4,7
-	9,0	91,0	-	37,5	34,9	-	269,7	198,7	-	19,2	25,6
25,4	60,1	14,5	171,1	185,0	73,7	3 027,2	2 568,4	527,4	29,3	26,2	22,3
0,0	56,2	43,8	638,5	73,6	112,7	37,4	743,1	674,1	1,7	34,0	18,2
59,0	1,6	39,4	241,6	188,7	190,7	56,6	23,3	267,9	10,9	18,8	19,9
100,0	-	-	122,1	-	-	18,5	-	-	0,1	-	-
11,7	-	88,3	10,2	-	40,6	21,0	-	76,3	-105,9	-	28,4
54,3	1,7	44,0	311,5	55,9	554,1	595,2	156,3	835,9	25,3	52,5	45,1
16,0	4,5	79,5	127,1	-5,3	127,0	118,2	229,6	137,4	14,1	129,2	19,8
100,0	-	-	174,9	-	-	45,6	-	-	7,7	-	-
-	3,1	96,9	-	47,3	36,6	-	74,9	132,2	-	6,2	15,5
-	1,5	98,5	-	7 245,5	63,7	-	-	80,1	-	-17,9	10,2
38,7	22,0	39,3	43,0	166,6	42,6	62,7	229,2	115,7	16,0	25,9	13,7

Rio de Janeiro, IPEA, 1976. tab. III.2, p. 102 (Monografia 26).

Nacionais.

couro, peles e produtos similares; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; gráfica; conglomerados e diversos. (2) Compreende administração portuária; serviços de desenvolvimento leasing, turismo e outros.

tudo as destinadas a financiar a formação bruta de capital fixo da economia nacional.

### 2.3 - Conclusões

Este capítulo destinou-se a fazer uma abordagem das várias teorias que explicam as razões do constante aumento da participação da economia pública na economia nacional que vem sendo observado nos mais variados países, sobretudo a partir da segunda década do século XX. Todas as teorias aqui estudadas, umas tentando dimensioná-la, outras destacando o papel que a economia pública deve cumprir e vem cumprindo nas economias capitalistas atualmente, acabam por explicar, senão cabalmente, pelo menos uma parcela dos fatos que vem determinando o crescimento das despesas públicas mais rapidamente que os demais agregados da economia nacional.

Assim, as teorias fundamentadas na baixa produtividade dos serviços públicos, como na complexidade crescente da burocracia estatal, possuem uma boa dose de verdade, mas não são suficientes para explicar todo o fenômeno do gigantismo da economia pública; o mesmo ocorre com as hipóteses de Peacock e Wiseman, baseadas nos limites da receita tributária e sua elasticidade-renda, tendo em vista, sobretudo, que a economia pública assumiu funções empresariais que prescindem em grande parte das referidas receitas. As teorias Marxista e Keynesiana esposadas pela corrente americana, se bem que possuam uma parcela de validade universal, parecem melhor explicar a economia pública daquele país, tendo em vista o grande papel que a mesma exerce na absorção do seu excedente econômico, sem o qual a economia nacional estaria funcionando bem abaixo de sua capacidade produtiva. A teoria neoclássica ou microeconômica, se bem que lógica e coerente por definir o campo da economia pú-

blica segundo critérios técnico-econômicos de seus bens e serviços, não é suficientemente ampla para abranger todo o universo atual da mesma. As hipóteses de Wagner e as teorias Marxista e Pós-Keynesiana, defendidas pela corrente francesa — embora partam de pontos de vistas diferentes —, são as que melhor explicam a evolução e dimensão da economia pública da maioria dos países, sejam desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A corrente marxista, partindo da premissa de que a economia capitalista entregue ao livre jogo de sua evolução contraditória tende a enfrentar dificuldades crescentes, explica o aumento das funções da economia pública como um freio a essa tendência. A corrente pós-keynesiana dá ênfase ao crescimento da economia pública como meio de racionalizar e planejar o desenvolvimento da economia, regularizar sua conjuntura e melhor distribuir os resultados de sua produção, tendo em vista, primeiro, corrigir as imperfeições das leis de mercado e, segundo, alcançar um mais alto bem-estar social da população que não seria atingido sem a intervenção estatal. A dimensão e crescimento da economia pública, segundo essa última corrente, decorrem mais de decisões políticas que encontram um ambiente ideológico favorável do que propriamente de uma necessidade para a sobrevivência da economia capitalista. Nesse sentido, a corrente francesa de origem keynesiana coincide com a corrente político-ideológica explicativa da ampliação das funções econômico-sociais do Estado.

Como a ampliação dessas funções de caráter empresarial e assistencial e o crescimento acelerado de algumas antigas funções — como Educação, Saúde e mesmo de Segurança — decorrem dos objetivos que o Estado assume para atingir o crescimento econômico, regularizar a conjuntura etc., e esses, para serem efetivos, exigem decisões de políticas econômicas globais em-

ciços recursos financeiros, é natural que em países de organização federativa haja uma tendência a um maior crescimento do setor público federal em detrimento dos setores públicos estaduais e locais, embora todos eles cresçam em relação à renda nacional. É o que está ocorrendo na maioria dos países de organização federativa, inclusive no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul como se viu no Capítulo I.

Após uma visão global da evolução e dimensão da economia pública gaúcha e de algumas teorias explicativas, onde se constata, à exceção das despesas militares, que a mesma segue uma tendência universal, os capítulos seguintes procurarão estudar, sobretudo a nível do setor público estadual consolidado, alguns aspectos particulares do papel da economia pública na economia gaúcha.



**II - ASPECTOS  
DO SETOR PÚBLICO  
ESTADUAL**

**20**



### **3- DESPESAS DE CUSTEIO, DE INVESTIMENTO E FONTES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO**

#### **3.1 - A Função de Custeio da Administração Direta**

As despesas por categorias econômicas do setor público estadual, principalmente em comparação com as outras esferas de governo, foram analisadas no Capítulo 1. Neste serão analisadas, de uma forma mais detalhada, apenas as subcategorias de custeio e de investimento, por representarem funções específicas dentro do setor público estadual, a de custeio desempenhada, principalmente, pela Administração Direta e a de investimento pela Administração Indireta.

Conforme se viu no Capítulo 1, as despesas de custeio vêm perdendo posição relativa em detrimento das transferências correntes e das despesas de capital. De acordo com a Tabela 39, essas despesas de custeio representavam, nos primeiros anos do período, uma participação em torno de 80% do total das despesas do setor público estadual, tendo decrescido para aproximadamente 40% no final do mesmo. Essa queda de participação deveu-se, sobretudo, ao item "outras despesas de custeio", cuja participação se reduziu a menos da metade no decorrer da série, 41,29% em 1947 para 18,83% em 1973. As despesas de pessoal também decresceram, mas não de maneira tão acentuada, representando 36% em 1947 e 22% em 1973. Essas despesas, em relação ao PILcf-RS, permaneceram ao longo da série em torno de 6%, não ocorrendo, portanto, uma queda real das mesmas (Tabela 40). Esse declínio de participação relativa das des-

pesas de pessoal do setor público estadual deveu-se, basicamente, às variações ocorridas com as despesas de pessoal da Administração Indireta, embora nos últimos dez anos da série esse fato também tenha ocorrido na Administração Direta (Tabelas 41 e 42). Até 1964, a participação das despesas de pessoal da Administração Direta apresentou-se bastante irregular, com percentuais mais elevados entre 1964 e 1966, ocorrendo, a partir daí, um acentuado decréscimo até o final da série. Esse último fato, conforme se verá no item 3.2, não quer dizer que tenha havido uma redução do número de pessoal, pois tudo indica que ele aumentou; está revelando, isso sim, uma política de achatamento salarial em relação aos funcionários públicos.

Ressalta-se, porém, que a Administração Direta detém a maior parcela das despesas de pessoal do setor público estadual, representando, em média, 67% do total no período.

Quanto às despesas de capital, essas aumentaram sua participação no total das despesas do setor público estadual. Esse aumento relativo deveu-se, na sua maior parte, aos investimentos, cuja média de participação no total das despesas, entre 1947 e 1952, foi de 6,85%, entre 1953 e 1960, 12,38% e, entre 1961 e 1973, de 19,6%, atingindo 27,6% nesse último ano.

Os investimentos apresentaram uma tendência crescente em relação ao PILcf-RS, evoluindo de 1,97% em 1947 para 7,57% em 1973. A maior parcela desses investimentos esteve a cargo da Administração Indi-

reta, conforme se verá no Capítulo 4. Esse fato evidencia que a Administração Indireta vem cumprindo cada vez mais uma função de investimento, ao contrário da Administração Direta, que desempenha uma função preponderantemente de custeio, conforme se pode ver no Quadro 1.

De acordo com o Quadro 1, em média

61,8% das despesas correntes do setor público estadual são realizadas pela Administração Direta, sendo que as despesas de custeio, por sua vez, representam em média 56,7%. A diferença entre esses dois percentuais é constituída pelas transferências correntes que, à exceção do juro da dívida, pensões, aposentadoria etc., se

Quadro 1

Participação percentual das despesas de pessoal, custeio e correntes da Administração Direta nas respectivas categorias do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	PESSOAL	CUSTEIO	CORRENTES
1947	72,61	70,45	76,6
1948	63,66	50,72	52,7
1949	71,89	59,35	81,0
1950	73,66	66,20	74,4
1951	72,96	57,75	63,3
1952	67,88	44,32	50,1
1953	64,89	60,27	70,4
1954	44,13	43,56	55,2
1955	42,27	38,57	56,3
1956	47,35	34,07	52,8
1957	52,09	40,46	56,6
1958	52,86	50,17	66,3
1959	55,11	53,87	61,3
1960	67,39	45,64	65,7
1961	66,65	42,20	61,8
1962	65,31	39,55	56,9
1963	67,15	56,97	73,0
1964	70,78	53,88	66,2
1965	70,84	62,50	65,4
1966	74,75	60,21	65,3
1967	70,81	60,25	69,4
1968	71,86	59,03	71,2
1969	69,33	56,85	67,4
1970	68,05	54,68	65,6
1971	71,22	54,64	65,4
1972	67,66	52,50	62,0
1973	67,04	52,86	61,3

FONTE: Tabelas 10, 12 e 13.

transformarão, na sua maior parte, em despesas de custeio ao serem transferidas às fundações, autarquias e municípios. Vê-se, portanto, que, para avaliar a função Custeio da Administração Direta, se torna necessário tomar o total das despesas correntes. Os elevados percentuais dessas despesas confirmam, assim, a função de Custeio desempenhada pela Administração Direta.

### 3.2 - O Emprego Público

Na Tabela 39 foram analisadas as despesas com pessoal. Essas despesas de pessoal levantam o problema de emprego público, sua dimensão e seu significado. É o que se pretende fazer nas linhas a seguir.

É crescente a preocupação dos governos com a geração de um volume de empregos capaz de atender ao crescimento demográfico, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Essa preocupação é muito maior nesses últimos, onde o problema do emprego assume características diferentes das apresentadas naqueles. Enquanto nos países desenvolvidos o desemprego é aberto, nos subdesenvolvidos o problema principal é o desemprego disfarçado, ou subemprego. A par dessa preocupação, constata-se um relativo fracasso das políticas adotadas com esse objetivo. Inicialmente acreditava-se que o próprio crescimento da economia traria consigo a solução do problema. Isso, na realidade, não se vem concretizando. Ao mesmo tempo em que o produto apresenta elevadas taxas de crescimento, o mesmo não acontece com a oferta de oportunidades de trabalho.

Em vista disso, passaram os governos a adotar políticas específicas destinadas a eliminar o desemprego e a reduzir o subemprego.

A razão apontada por Rezende<sup>1</sup> para esse fracasso reside na contradição dessa própria política que, se por um lado con-

cede incentivos fiscais e financeiros às empresas que empreguem mais mão-de-obra por unidade de capital, por outro favorece a aquisição de equipamentos sofisticados, altamente poupadores de mão-de-obra.<sup>2</sup> Em face dessa política, são conhecidas duas posições divergentes.

A primeira<sup>3</sup> sustenta que, se ocorresse um decréscimo nos encargos sociais das folhas de pagamento, as empresas utilizariam mais mão-de-obra. Para os autores dessa proposta esses encargos sociais não deveriam incidir sobre a folha de pagamento e sim serem substituídos por um novo tipo de imposto sobre o valor agregado. Como se vê, essa posição advoga uma atuação governamental sobre o setor privado da economia, com o objetivo de que esse passe a absorver mais mão-de-obra. Essa política implicaria um possível decréscimo da produtividade industrial, tendo em vista a adoção de técnicas com mão-de-obra intensiva.

A segunda<sup>4</sup> coloca em dúvida a eficácia dos incentivos apresentados na proposição anterior e sugere que o emprego poderia ser aumentado através da absorção direta da mão-de-obra pelo Governo. Essa medida, se por um lado acarretaria um custo financeiro para o Estado (pagamento de salários), teria, contudo, seu custo compensado por uma elevação da receita previdenciária, através do aumento do número de contribuintes, e liberaria o poder público de possíveis transferências de caráter

<sup>1</sup> SILVA, op. cit., nota 38, cap. II.

<sup>2</sup> Estudos recentes da Fundação do Comércio Exterior demonstram que as empresas exportadoras mais beneficiadas com estímulos fiscais são as intensivas em capital.

<sup>3</sup> BACHA, Edmar et alii. Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra: uma interpretação do problema e seu debate. Rio de Janeiro, IPEA, 1972.

<sup>4</sup> SILVA, op. cit., nota 38, cap. II, p. 334.

social para assistir a outras despesas. Por outro lado, o emprego direto de mão-de-obra pelo setor público desempenharia, ainda, um importante papel na contenção da migração para as grandes cidades. O aumento do emprego público direto nas pequenas cidades, em atividades intensivas em mão-de-obra, além de representar um baixo custo financeiro, conteria importantes fluxos migratórios para os centros urbanos maiores, evitando, assim, um crescimento desordenado nas grandes cidades que, a partir de um certo ponto, começa a gerar deseconomias de escala e excessivos gastos públicos.

Outra questão a ser levantada refere-se à qualificação da mão-de-obra empregada pelo setor público. A opinião corrente é de que o setor público estaria empregando cada vez mais mão-de-obra qualificada, em virtude da maior mecanização de seus serviços e da expansão das atividades governamentais em áreas não tradicionais. Sendo assim, o setor público não estaria absorvendo a mão-de-obra não qualificada, mas concorrendo com o setor privado na demanda por mão-de-obra qualificada.

Os dados disponíveis sobre o emprego público no Rio Grande do Sul são apenas os censitários, o que impossibilita uma análise mais detalhada, pois as informações referem-se apenas aos anos de 1950, 1960 e 1970. O universo abrangido é amplo, incluindo os serviços públicos propriamente ditos e outras atividades de caráter empresarial das três esferas do Governo, como pode ser observado na Tabela 43. De acordo com esses dados, o pessoal ocupado em atividades públicas no Rio Grande do Sul era de 195.519 em 1970, representando 8,62% da população economicamente ativa e 20,14% dos empregados assalariados urbanos. Em outras palavras, de cada cinco empregados urbanos, um trabalha em atividades públicas. Esses percentuais representam elevado crescimento em relação a 1960 e 1950.

Com efeito, a participação na população economicamente ativa foi de 6,17% em 1960 e de 4,77% em 1950 e, em relação aos empregados urbanos, a participação foi de 17,51% e 18,46%, respectivamente, em 1960 e 1950. Em termos absolutos, o índice de evolução, com base 100 em 1950, foi de 159 em 1960 e de 287 em 1970, revelando uma crescente oferta de oportunidades de trabalho por parte do setor público.

A nível de Brasil, os dados se aproximam dos constatados para o Rio Grande do Sul, ou seja, em 1950 e 1973 o emprego público representava 6,0% e 8,5%, respectivamente, da população economicamente ativa, representando, por outro lado, 19,3% e 19,4% do emprego assalariado urbano.<sup>5</sup>

A explicação para a crescente oferta pública de oportunidades de trabalho, revelada pelos dados citados, referentes ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, reside principalmente em dois fatores: primeiramente, e com um maior grau de certeza, na expansão e diversificação das atividades governamentais; em segundo lugar, embora com menor evidência, na função absorvedora de mão-de-obra do Estado, pois, como se viu na Parte I, o setor público aumentou sua participação na renda estadual e, segundo a teoria do Hiato da Produtividade, esse setor tem uma função de mão-de-obra intensiva, notadamente no que se refere ao setor público tradicional.

A questão que se coloca agora é sobre a qualificação da mão-de-obra demandada pelos serviços públicos. É sabido que grande parte dos serviços públicos estão sendo mecanizados, o que exigiria cada vez mais mão-de-obra qualificada. Afirma-se mesmo ser "bem provável que a expansão do emprego nas atividades governamentais venha antes a competir com a demanda por mão-de-

<sup>5</sup> SILVA, op. cit., nota 38, cap. II, p. 338.



-obra qualificada proveniente do setor capitalista do que a absorver a crescente oferta da força de trabalho não qualificada"<sup>6</sup>.

Os dados disponíveis para o Rio Grande do Sul (Tabela 44) não permitem conclusões muito esclarecedoras a respeito do assunto. O universo abrangido pela Tabela 44 não é o mesmo da Tabela 43. Essa compreende inúmeras atividades descentralizadas, ao passo que aquela compreende basicamente a centralizada estadual, com exclusão do ensino público.

A primeira conclusão que os dados permitem diz respeito à grande percentagem de empregados públicos com baixíssima ou sem nenhuma qualificação (66% em 1970), aceitando-se a premissa de que a qualificação possa ser medida pelo número de anos de estudo. Esse percentual engloba todas as pessoas desde "sem instrução" até com "primário completo". É bem verdade que esse percentual foi maior em 1960 (75%) e em 1950 (76%).

A segunda conclusão importante é que a proporção dos servidores públicos com curso secundário completo apresenta um elevado crescimento, com percentuais de 17,38% em 1950, 20,78% em 1960 e 27,87% em 1970. Por outro lado, o percentual dos servidores com curso superior completo, além de ser pequeno, vem decrescendo no período considerado: 6,23% em 1950, 3,69% em 1960 e 5,74% em 1970.

Esse último ponto encontra explicação no fato de que o Estado, talvez, esteja contratando seus técnicos com formação superior nos inúmeros órgãos da Administração Indireta, cujo universo não é abrangido pelos dados em estudo.

Assim, poder-se-ia concluir que nos quadros da Administração Centralizada estaria havendo um incremento de mão-de-obra qualificada de nível médio, em detrimento da não qualificada, conforme os dados já citados.

### 3.3 - Investimentos

Na análise da Tabela 39 foi destacada a crescente participação da categoria *investimentos* no total das despesas, o que mostra a importância do papel econômico que o setor público estadual vem assumindo nos últimos anos. Já a Tabela 45 pretende verificar como esse volume de investimentos públicos se distribui pelas funções de despesa. De acordo com o mesmo, os maiores percentuais pertencem às funções Recursos Naturais e Agropecuários e Viação, Transporte e Comunicações. A primeira com percentuais que variam de 11,83% a 59,33%, no período de 1949 a 1973. A segunda apresenta percentuais mais regulares, variando de 27,78% a 65,74%. Devido ao comportamento irregular dos percentuais das duas funções, não é possível verificar tendência nos mesmos. Contudo o importante a ser destacado é que os investimentos somados dessas duas funções representam de 52 a 90% de todos os investimentos. A explicação dessa concentração reside nas próprias características das funções, basicamente, de infra-estrutura econômica.

Cabe ainda ressaltar: a) o crescente percentual de participação dos investimentos da função Indústria e Comércio, 5,33% e 19,81% respectivamente no início e final do período; b) a perda gradativa de participação dos investimentos da função Educação e Cultura, cujo percentual de 14,79% em 1949 passa para 1,76 em 1973;<sup>7</sup> c) a queda de participação relativa dos investimentos da função Segurança Pública, 18,93% e 0,70% respectivamente em 1949 e 1973.

<sup>6</sup> SINGER, Paul. Economia política do trabalho. São Paulo, Hucitec, 1977.

<sup>7</sup> Ressalte-se que não estão incluídos os recursos provenientes do Salário-Educação e do convênio MEC-USAID, os quais se destinaram, basicamente, a financiar investimentos.

A Tabela 46 foi composta através de agregação de funções semelhantes às da Tabela 45. O objetivo dessa agregação foi a obtenção de informações sobre duas áreas-chaves, em termos de análise de políticas de desenvolvimento: a área de infra-estrutura econômica e a de infra-estrutura social. Os valores da primeira representam o somatório dos investimentos das funções Viação, Transporte e Comunicações, Serviços Urbanos e mais os investimentos em energia elétrica, contidos na função Recursos Naturais e Agropecuários. Já os dados da infra-estrutura social compreendem os das funções Educação e Cultura, Saúde e Bem-Estar Social.

Os investimentos em infra-estrutura econômica concentram, em média, 68% de todos os investimentos públicos estaduais no período em estudo. Os percentuais apresentam um comportamento crescente até 1965 (90,59%), passando, então, a decrescer até o final da série (65,88%), ficando, mesmo assim, em níveis superiores aos do início da mesma, que foram de 43,20%.

Na área de infra-estrutura social, por sua vez, o comportamento dos percentuais é irregular, porém marcadamente decrescente. Sua participação no total dos investimentos é muito pequena, com exceção do ano de 1949 (18,93%). Nos demais anos da série, contudo, os percentuais variam de 2 a 6%, representando uma sensível perda de participação dos investimentos dessa área.

Essa perda de participação relativa dos investimentos sociais é reflexo de seu menor crescimento em relação aos investimentos em infra-estrutura econômica, o que pode ser verificado através da sua participação no PILcf-RS; enquanto o total dos investimentos aumentou sua participação de 0,92% para 7,57% entre 1949 e 1973, no mesmo período os investimentos em infra-estrutura econômica elevaram sua participação no produto de 0,40% para 4,99%, e os investimentos em infra-estrutura social conser-

varam sua participação em torno de 0,20%.

Cabe aqui perguntar pela razão dessa tão elevada desproporção entre os investimentos da área econômica e os da área social. Essa questão encontraria resposta, em parte, nas próprias características das duas áreas. Os investimentos na infra-estrutura econômica são necessariamente mais vultosos que os da área social. Parece claro que a construção de uma estrada envolva maior soma de recursos que a de uma escola; uma hidroelétrica certamente requer um volume maior de investimentos que um hospital. Por outro lado, as funções de caráter social são executadas, basicamente, a nível de despesas de custeio.

Esse aspecto, porém, não responde a toda a questão. Existe, além disso, a crença da superioridade dos investimentos econômicos sobre os sociais como impulsionadores do desenvolvimento. Essa idéia é defendida em grande parte da literatura sobre desenvolvimento econômico, conforme se comentou na Parte I deste trabalho. Embora isso possa, em parte, ser aceito como verdadeiro, não deve reduzir a importância dos investimentos sociais para o próprio desenvolvimento econômico. A significativa redução dos percentuais dos investimentos em infra-estrutura social sugere<sup>8</sup>, além disso, uma maior prioridade nas decisões governamentais, em proveito da área de infra-estrutura econômica.

### 3.4 - A Hipótese de Hirschman

Hirschman<sup>9</sup> defende a teoria de que uma estratégia de desenvolvimento econômico deverá ser baseada em desequilíbrios, isto

<sup>8</sup> Vide nota 7.

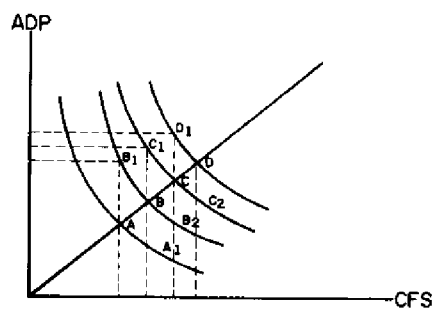
<sup>9</sup> HIRSCHMAN, Albert. A estratégia do desenvolvimento econômico. In: HIGGINS, Benjamin. *Desarrollo económico: principios, problemas, políticas*. Madrid, Gredos, 1970. p. 387-94.

é, através de saltos descontínuos. Afirma que o desequilíbrio deliberado da economia é a melhor maneira para se alcançar o crescimento econômico dentro de uma estratégia estabelecida "a priori". Utiliza, para apresentar o seu modelo, um diagrama onde relaciona os investimentos em Atividades Diretamente Produtivas-ADP e em Capital Fixo Social-CFS.

Considera como sendo CFS, num sentido amplo, todos os serviços básicos oferecidos pelo setor público, tais como justiça, ordem, transporte, comunicações, energia etc., onde o núcleo do conceito incluiria apenas transporte e energia. Por sua vez, as ADP incluiriam todas as atividades privadas diretamente produtivas.

O ponto central que o autor coloca é a identificação do comportamento do CFS, isto é, se o mesmo atua como propulsor ou seguidor dos investimentos em ADP, pois sua teoria baseia-se na premissa de que CFS e ADP não podem-se expandir ao mesmo tempo.

O desenvolvimento dar-se-ia por dois caminhos, conforme diagrama a seguir.



a) "Mediante excesso de CFS"

O aumento de CFS de A até  $A_1$  provoca um aumento de ADP, até que se chegue a um nível de equilíbrio mais elevado em B. Continuando-se o incremento de CFS até  $B_2$ , o nível das ADP irá aumentar até o ponto C e assim por diante.

b) "Mediante escassez de CFS"

Aumentando-se ADP de A até  $B_1$ , ocorrerá um acréscimo de CFS até alcançar o ponto B, num nível mais elevado. Uma expansão de ADP até  $C_1$  induzirá a expansão de CFS até atingir o equilíbrio no ponto C.

A linha que liga os pontos A, B, C e D, entre si, representa os pontos ótimos das curvas, ou seja, os pontos de equilíbrio entre os dois tipos de investimento.

Através da visualização do gráfico não se tem condições de opinar qual dos dois caminhos deveria ser seguido. E também não existe uma relação técnica entre CFS e ADP que determine em que proporções essas duas variáveis deveriam combinar-se. Por esse motivo torna-se difícil operacionalizar o modelo teórico de Hirschman como se pretendia. No entanto, apesar dessa dificuldade, procurar-se-á utilizar sua idéia e avançar algumas hipóteses específicas para o caso do Rio Grande do Sul, quanto ao papel do investimento governamental como indutor, ou não, dos investimentos privados.

Para tanto, de acordo com a disponibilidade de dados, considerar-se-ão como sendo CFS os investimentos dos setores de infra-estrutura econômica (energia, transportes, comunicações e serviços urbanos) realizados pelo setor público estadual. Serão também utilizados dados físicos do setor de energia elétrica (geração e consumo) e de serviços urbanos (economias ligadas à rede d'água). Por outro lado, em face da não disponibilidade de dados sobre as ADP, serão utilizados os dados do produto industrial e do produto total do Rio Grande do Sul como parâmetros das mesmas. Assim, para o confronto dos dados, utilizar-se-ão índices de evolução com base 100 em 1960 e as variações anuais das taxas de crescimento dessas variáveis, como se pode observar nas Tabelas 47 e 48.

Ao analisar-se a Tabela 47, verifi-

ca-se, primeiramente, que o ritmo de crescimento dos investimentos em infra-estrutura econômica é muito superior ao crescimento da economia (PILcf-RS).

Observando-se o índice de evolução, nota-se que, enquanto os investimentos em infra-estrutura atingem, no final do período, um índice de 633 (em relação à base 100 em 1960), a economia gaúcha, como um todo, atinge 217. Esse fato pode ser reforçado pelo cálculo da elasticidade-renda que, no período de 1953 a 1973, foi de 2,77, significando isso que esses investimentos cresceram 2,77 vezes mais que a renda interna no período. O volume crescente de investimentos nessa área é acompanhado, também, pelo crescimento da oferta, em termos físicos, desses serviços. Por exemplo, a geração bruta de energia elétrica apresentou índices superiores aos do PILcf-RS, alcançando 367 no ano de 1973, assim como o número de economias ligadas à rede d'água da CORSAN, que apresentou um índice de 333, enquanto o produto atingiu 217 no mesmo ano, em relação à base 100 em 1960.

Uma comparação das taxas geométricas de crescimento dessas variáveis conduz à mesma conclusão, ou seja, um crescimento maior das três variáveis acima mencionadas em relação ao PILcf-RS, no período de 1960 a 1973.

Enquanto os investimentos em infra-estrutura cresceram 15,3% a.a., a geração bruta de energia elétrica 10,5% a.a. e as economias ligadas à rede d'água 9,7% a.a., o produto gaúcho cresceu 6,1% a.a.

Com essa análise pretende-se concluir que o maior ritmo de crescimento dos investimentos de infra-estrutura econômica estaria a indicar um relativo atraso dessa área em relação ao crescimento da economia. Com relação à energia elétrica, pode-se ainda relacionar o consumo industrial com o produto industrial do Rio Grande do Sul (Tabela 48), tendo o consumo in-

dustrial atingido, no final do período, um índice de 624 e o produto industrial, 213. Disso se conclui que o ritmo de expansão do primeiro foi maior que o do segundo, o que estaria a indicar a ocorrência de uma escassez de energia elétrica em períodos anteriores.

No setor dos serviços urbanos, além da informação do Quadro 9 de que, em 1973, apenas 58,6% dos municípios gaúchos dispunham de rede d'água da CORSAN, dados da FIBGE indicam que, em 1972, apenas 62,87% dos domicílios urbanos e 59,84% da população urbana do Rio Grande do Sul eram abastecidos pela rede geral de água<sup>10</sup>, demonstrando a grande carência desses serviços no Estado.

Nesse ponto, poder-se-ia concluir que, se o setor público está investindo nesses setores a um ritmo sempre superior ao próprio crescimento da economia, o estaria fazendo pressionado pela escassez dos serviços citados, ou seja, induzido por uma demanda que cresceu a um ritmo maior que sua oferta.

Essa conclusão estaria de acordo com a afirmação de que o Estado é induzido a investir, ou seja, ele age pressionado pelas necessidades da acumulação do capital privado. Nesse sentido poder-se-ia dizer que o Estado é seguidor dos investimentos privados. Essa afirmação, contudo, não nega que o Estado desempenhe um papel importante nos países em desenvolvimento, como o Brasil, à medida que os seus investimentos em infra-estrutura econômica — energia, estradas, comunicações, água e esgoto — sejam indispensáveis para que novos investimentos privados se materializem.

Desse modo, retomando a hipótese de Hirschman e dentro das limitações impostas pela precariedade dos dados uti-

<sup>10</sup> INDICADORES SOCIAIS RS. Porto Alegre, FEE, n. 2, mar. 1975.

lizados, as observações feitas anteriormente encaminham para a conclusão de que o desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul se estaria realizando "mediante escassez de CFS", a segunda alternativa do diagrama de Hirschman. Explicitando-se melhor, é através de um aumento das ADP que o Estado se verá na contingência de aumentar sua oferta de CFS até atingir um nível superior. A oferta desses serviços proporcionará uma nova expansão das ADP até que os mesmos se tornem novamente escassos, forçando a um novo avanço dos investimentos por parte do Estado.

### 3.5 - As Fontes de Financiamento

A análise das fontes de financiamentos das despesas de capital do setor público é importante à medida que revela a origem dos recursos de que se vale o Estado para, além de manter em funcionamento sua máquina administrativa, realizar seus investimentos.

A primeira fonte de financiamento é constituída pelo superávit em conta corrente, que representa o saldo entre as receitas e despesas correntes. Quando houver déficit em conta corrente, esse não financia, mas deve ser financiado pelas receitas de capital. As outras fontes são as receitas de capital propriamente ditas, onde se destacam as operações de crédito, e o déficit em conta de capital, esse constituído pela diferença entre as despesas e receitas de capital. O superávit em conta de capital, quando houver, não se constitui em fonte de financiamento, mas será transferido para o exercício seguinte.

De acordo com a Tabela 49, o superávit em conta corrente do setor público estadual consolidado, nos anos considerados, teve alta participação no financiamento das despesas de capital, acima de 25%, chegando a representar, em quatro anos da série, entre 35 e 40% do total do financiamento. As receitas de capital têm parti-

cipação crescente, mas irregular, chegando, em 1971, a 81,6%; mesmo declinando no final da série elas se constituem, a partir de 1960, na principal fonte de financiamento. Já o déficit em conta de capital, que no início era o principal financiador, representando mais de 60%, torna-se menos expressivo, até chegar a uma participação de apenas 8,3%, em 1970. Em 1971 e 1972 não houve déficit em conta de capital e, como tal, esse não se constituiu em fonte de financiamento. Em 1973, contudo, o mesmo volta a financiar um quarto das despesas de capital.

Após a análise dessas fontes de financiamentos a nível de setor público estadual, ver-se-á o papel desempenhado pela Administração Direta como financiadora das despesas de capital e dos investimentos do mesmo setor público. Na Tabela 50 são analisadas as diferentes formas de financiamento utilizadas pela Administração Direta. As fontes de financiamento são as mesmas da tabela anterior. Deve-se, contudo, notar que o déficit em conta corrente (ocorre em 11 anos da série) não financia, mas deve ser financiado por outras fontes de recursos.

De acordo com essa tabela, a Administração Direta financiou 35,75% de todas as despesas de capital e 52,52% de todos os investimentos<sup>11</sup> realizados pelo setor público estadual ao longo do período de 1947 a 1973 (colunas "q" e "r"). Em relação aos investimentos ressalta-se, ainda, que em cinco anos da série (1948, 1950, 1952, 1965 e 1967) a Administração Direta foi responsável pelo seu financiamento integral e em outros oito anos (1947, 1949, 1951, 1961, 1964, 1966, 1968 e 1970) por mais de 60% do mesmo. Vê-se, assim, que, se por um la-

<sup>11</sup> Os investimentos são parte das despesas de capital. Essas compreendem ainda as inversões financeiras e as transferências de capital.

do, sua participação na realização dos investimentos é pequena, principalmente no final da série (entre 10 e 20%), sendo a Administração Indireta a principal responsável pelos mesmos, por outro, é a Administração Direta a que cumpriu o principal papel de financiá-los, manifestando, contudo, nos últimos três anos uma tendência decrescente nesse financiamento<sup>12</sup>.

Entre as diversas fontes de financiamento das despesas de capital, constata-se que, tomando-se o total da série, o superávit em conta corrente participou com 12,1%, as operações de crédito, com 6,7%, as receitas de capital, com 12,2% e o déficit em conta de capital, com 11,4% do total do financiamento.<sup>13</sup> Torna-se difícil fazer

uma análise vertical das fontes, ao longo do período, devido ao seu comportamento irregular, que impossibilita constatar-se uma tendência das mesmas a uma maior ou menor participação no financiamento.

Dessa forma, vê-se que, mesmo em face da crescente descentralização administrativa estadual, em que a Administração Indireta incorpora as novas funções assumidas pelo Estado, que exigem fortes investimentos, a Administração Direta não perdeu sua importância, pois, além de desempenhar sua função tradicional de custear o funcionamento da máquina administrativa do Estado, assume a de financiar grande parte dos investimentos realizados pela Administração Indireta.

<sup>12</sup> Conforme Evolução das Finanças - FEE, 1978, constata-se que a partir de 1973 o ICM, principal fonte de recurso do Estado, passa a revelar uma elasticidade-renda menor do que um, indicando isso que a tendência revelada deve estar-se acentuando.

<sup>13</sup> Os percentuais 12,1, 12,2 e 11,4 perfazem os 35,7% correspondentes à parcela do financiamento efetuado pela Administração Direta. Os restantes 64,3% são efetuados pela Administração Indireta. O percentual 6,7 das operações de crédito está contido nas receitas de capital, não sendo, por isso, somado aos demais.

## **4 - ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA NO RIO GRANDE DO SUL**

### **4.1 - Considerações Iniciais**

Como se viu no Capítulo 1, a partir, sobretudo, da grande depressão dos anos 30, o Estado começou a experimentar uma maior participação no processo econômico, mormente como produtor de bens e serviços.

Essa maior participação deu origem ao que, hoje, se chama intervenção do Estado na economia. E como consequência dessa, tem sido o Estado compelido a descentralizar-se administrativamente. A essa nova forma de atuação do Estado dá-se o nome de Administração Descentralizada ou Indireta. Esse universo é formado por órgãos, tais como autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

A nível de Rio Grande do Sul, esse fenômeno tem início em 1928, mas começa a tomar vulto a partir dos anos 60. Essa expansão tem seus reflexos diretos nos investimentos e nos gastos totais do setor público estadual.

### **4.2 - Administração Descentralizada**

As diferenças que existem entre os órgãos da Administração Descentralizada são principalmente de ordem jurídica, embora exista uma relação entre sua forma jurídica e o seu campo de ação. Economicamente, tem-se esses órgãos atuando nos diversos ramos da economia gaúcha, ora como produtores de bens, ora como prestadores de serviços. A relação jurídico-econômica dá-se no momento em que se define a função (empresarial, caso das sociedades de economia mista, e técnico-científica, caso das fun-

dações) a ser desempenhada, tendo como fator preponderante, para a definição da característica jurídica, a gama de investimentos a serem despendidos e o montante de recursos a serem captados. A seguir, tentar-se-á conceituar juridicamente, de modo sucinto, cada uma dessas formas.

#### a) Autarquias:

- constituem-se de serviços autônomos criados por lei;
- são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público;
- têm receita e patrimônio próprios.

No setor público do Estado do Rio Grande do Sul, quanto a sua ação econômica, existem duas formas de autarquia: as empresariais e as não empresariais. Aquelas se caracterizam pela produção de bens e serviços que são colocados no mercado e remunerados por preços e tarifas, enquanto que essas atuam na produção de bens e serviços públicos não remunerados pelo mercado.

#### b) Fundações:

- constituem-se de serviços autônomos criados por lei;
- são dotadas de personalidade jurídica de direito privado;
- têm receita e patrimônio próprios.

#### c) Sociedades de economia mista:

- constituem-se de entidades autônomas criadas por lei;
- são dotadas de personalidade jurídica de direito privado;
- têm receita e patrimônio próprios;

- exercem atividades em quase todos os setores econômicos;
- na constituição de seu capital, as ações com direito a voto pertencem majoritariamente ao poder público (Administração Direta e Indireta);
- quando submetidas ao regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá apenas à Administração Direta, em caráter permanente.

d) Empresas públicas:

- constituem-se de entidades autônomas criadas por lei;
- exercem atividades econômicas que o Governo seja levado a desenvolver por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito;
- têm patrimônio próprio e capital exclusivo do poder público<sup>1</sup>.

A Administração Descentralizada no Rio Grande do Sul, bem como em outros estados, é entendida como um agente promotor do crescimento econômico via produção e prestação de bens e serviços. Por outro lado, essa descentralização se deve a várias razões: eficiência econômica, exemplo CEEE; racionalidade administrativa, exemplo fundações; financeiras, para melhor captação de recursos, exemplo CEEE, CORAG, BANRISUL e CORSAN; e sociais, para prestação de assistência social, exemplo IPERGS.

Para uma melhor visão e compreensão da Administração Descentralizada do setor público estadual, fez-se a matriz das instituições do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mostrando a sua situação até 1973. O principal objetivo dessa matriz é mostrar, principalmente, o campo de atividade de cada um desses órgãos, bem como a finalidade para a qual cada um foi criado e, ainda, mostrar a sua fonte de recursos.

### 4.3 - Evolução da Administração Descentralizada

O considerável incremento de seu número, as transformações na constituição jurídica, a maior preferência por órgãos do tipo fundações e sociedades de economia mista foram os pontos marcantes da Administração Indireta do setor público estadual durante o período em estudo.

Considera-se o primeiro fator de relevada importância, porque, a partir do momento em que há um incremento no número físico, ocorre, paralelamente, um aumento na participação do Estado no processo econômico. Por outro lado, as transformações na constituição jurídica de alguns órgãos (autarquias em sociedades de economia mista e fundações) vieram dar a esses um maior grau de flexibilidade administrativa e eficiência econômica, principalmente no que concerne à captação de recursos e orientação dos seus investimentos.

Observa-se no Quadro 2 que, de uma forma geral, a característica jurídica com que se revestem os órgãos criados representa a natureza de intervenção do Governo na economia.

Por exemplo: uma intervenção com pouca autonomia administrativa, semelhante à da Administração Direta, dá lugar à criação de autarquias. Por outro lado, uma intervenção com ampla autonomia administrativa leva à criação de sociedades de economia mista e empresas públicas. Essa orientação tem suas razões explicativas nas novas funções assumidas pelo Estado,<sup>2</sup> cujo objetivo principal foi o de acelerar o processo de desenvolvimento econômico-social.

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Sistema de informação para o planejamento. Rio de Janeiro, FGV, 1974.

<sup>2</sup> Conforme se viu nos Capítulos 1 e 2.



Quadro 1

## Matriz das instituições do Governo do Estado do Rio Grande do Sul — situação em 1973

INSTITUIÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FUNCIONAMENTO	ORIGEM	ATIVIDADE	FINALIDADE	FONTES DE RECURSOS
<b>1 - FUNDAÇÕES</b>						
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre-OSPA	1965	1965	OSPA	Cultural	Manter uma orquestra sinfônica, criação de uma escola para formação de músicos profissionais, promover concertos etc.	Contribuição do Estado, do Município, recursos próprios e receitas diversas.
Fundação Zootécnica do Rio Grande do Sul	1972	1973	SDO	Pesquisas naturais	Proporcionar condições para estudos e pesquisas por parte de investigadores nacionais e estrangeiros.	Contribuição, subvenções e auxílios da União, do Estado, dos municípios, recursos próprios etc.
Fundação de Ciência e Tecnologia-CIENTEC	1972	1972	ITERGS	Estudo de aplicação de métodos científicos e tecnológicos	Solução de problemas peculiares de entidades privadas e governamentais para estimular o crescimento econômico do RGS.	Contribuições e subvenções da União, do Estado, dos municípios e rendas decorrentes de prestação de serviços.
Fundação de Economia e Estatística-FEE	1973	1974	SUPLAG	Análise econômica e levantamento estatístico	Órgão de apoio operacional do planejamento estadual, execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado.	Auxílios da União, do Estado, dos municípios, venda de publicações e prestação de serviços.
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	1966	1967	Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	Ensino técnico	Manutenção de cursos de aperfeiçoamento e especialização.	Transferências do Estado, recursos próprios e de terceiros.
Fundação do Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul-FAPERGS	1964	1965	-	Pesquisa científica	Custear total ou parcialmente projetos de pesquisas científicas no Estado.	Subvenção do Estado, doações, legados etc.
Fundação Educacional para o Trabalho	1967	-	-	Ensino técnico	Criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino, cujos currículos incluam técnicas ou práticas agrícolas, industriais, comerciais e de educação para o lar, sem finalidade lucrativa.	Transferências do Estado, Município, contribuições da comunidade, recursos próprios etc.
Fundação Sul-Riograndense de Assistência	1964	1964	-	Assistência social	Prestar assistência social, médica, hospitalar e escolar e especialmente medidas de amparo a menores abandonados.	Subvenção da União, Estado e municípios.
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos-FDRH	1972	1972	CEORHAE	Aperfeiçoamento de recursos humanos	Promover estudos que visem à criação do estímulo ao aproveitamento dos recursos humanos, promoção do aperfeiçoamento de recursos humanos no setor público e privado.	Contribuições da União, Estado, Município e de prestação de serviços.
Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional-FAERS	1973	1974	-	Assistencial	Destina-se à promoção, coordenação e execução de programas e serviços assistenciais em atendimento aos excepcionais do Estado.	Subvenção da União, Estado e municípios.
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM	1969	1970	DEPAS	Assistencial	Conjugar esforços do poder público e da comunidade para solução do problema do menor que por suas condições sócio-econômicas não tem acesso aos meios normais de desenvolvimento.	Subvenção do Estado, recursos próprios e doações.
Fundação Gaúcha do Trabalho-FGT	1966	1966	-	Aperfeiçoamento da mão-de-obra	Estudo, planejamento e execução da formação de mão-de-obra no Estado.	Subvenção da União, Estado e municípios.
<b>2 - AUTARQUIAS</b>						
a) De infra-estrutura Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem-DAER	1937	1938	Diretoria de Viação Terrestre	Infra-estrutura rodoviária	Estudar, projetar, construir, conservar e melhorar as rodovias a seu cargo e também disciplinar e fiscalizar o uso dessas estradas.	Fundo Rodoviário Nacional, transferência estadual e receita operacional.

(continua)

## Quadro I

Matriz das instituições do Governo do Estado do Rio Grande do Sul — situação em 1973

INSTITUIÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FUNCIONAMENTO	ORIGEM	ATIVIDADE	FINALIDADE	FONTES DE RECURSOS
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais-DEPRC	1951	1952	-	Infra-estrutura portuária e hidroviária	Planejar, executar e fiscalizar todos os serviços concernentes à construção, melhoria, ampliação, conservação, demarcação e balizamento de portos, canais de acesso e das vias pluviais e lacustres do Estado.	Transferências estaduais, Fundo Portuário Nacional e Fundo de Melhoramento dos Portos e receitas operacionais.
Departamento Aeroviário do Estado-DAE	1968	1968	DAE	Infra-estrutura aeroviária	Executar a política aeroportuária e aeroviária do Estado, complementando as atividades dos Ministérios da Aeronáutica e dos Transportes.	Transferências estaduais e receitas operacionais.
b) Econômicas Instituto Riograndense do Arroz-IRGA	1940	1940	-	Compra e venda de arroz, produção e industrialização do arroz	Regularizar o mercado interno do arroz, bem como colocação no mercado externo do excedente.	Taxa de prestação de serviços e receitas operacionais.
Bolsa de Valores (1)	1954	1954	-	Aproximação entre compradores e revendedores de valores imobiliários	Fomento do mercado de valores imobiliários (ações, títulos de dívida pública etc.).	Transferência do Estado e recursos próprios.
Instituto Sul-Riograndense de Carnes-INSTUCARNE	1934	1934	-	Fomento a pecuária de corte	Fomento e regularização da pecuária de corte.	Taxas para prestação de serviços, taxas de cooperação, arrendamentos de instalações e contribuição do Estado para custeio.
Departamento da Loteria do Estado	1947	1947	-	Exploração de serviços lotéricos	Captação de recursos, com o fim de suprir entidades de assistência social e do desporto amadorista.	Recursos próprios.
Caixa Econômica Estadual-CEE	1960	1960	-	Intermediação financeira principalmente na captação de pequenas poupanças	Receber em depósito com a responsabilidade do Governo Estadual, importâncias provenientes de economias populares e, subsidiariamente, disponibilidades monetárias de empresas e instituições públicas e privadas, conceder empréstimos para investimentos de interesse público e social etc.	Depósitos, juros etc.
c) Sociais Instituto de Previdência do Estado-IPERGS	1931	1932	-	Providenciária e assistência médico-hospitalar	Prestar ao funcionalismo público estadual, devidamente inscrito no órgão, serviços de previdência e assistência social na forma da legislação em vigor e administrar os recursos vinculados nos diversos fundos assistenciais.	Contribuição de seus associados.
3 - ECONOMIAS MISTAS Aços Finos Piratini-AFP	1960	1964	-	Siderúrgica: produção de aços finos	Implantação e exploração comercial e industrial de usinas siderúrgicas de mineração do carvão e de atividades afins ou correlatas no território do Estado ou fora dele.	Participação do Estado, da União, operações de crédito etc.
Açúcar Gaúcho S/A-AGASA	1962	1964	-	Industrialização da cana-de-açúcar	Cultura da cana, industrialização e comércio do açúcar e de produtos subsidiários e correlatos, bem como participação no desenvolvimento e na exploração de atividades afins, inclusive importação e exportação, estabilização da renda dos produtores de cana.	Participação do Estado, do BRDE, e receitas operacionais.

(continua)

Quadro 1

Matriz das instituições do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - situação em 1973

INSTITUIÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FUNCIONAMENTO	ORIGEM	ATIVIDADE	FINALIDADE	FONTES DE RECURSOS
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A-BAN-RISUL	1928	1928	-	Intermediação financeira, basicamente de curto prazo	Prática de operações bancárias compatíveis com a manutenção interna da instituição etc.	Participação do Estado, depósitos, juros etc.
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A-BADESUL	197	1973	-	Intermediação financeira de médio e longo prazo	Financiar e promover o desenvolvimento econômico e social na área do Rio Grande do Sul.	Dotações orçamentárias específicas, valor relativo à participação do Estado nos recursos próprios do BRDE e outros.
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas-CORAG	1973	1973	Departamento de Imprensa Oficial	Composição de jornais, editoriais e serviços gráficos	Execução de serviços gráficos em geral e o exercício de atividades correlatas, cabendo-lhe em especial a edição do Diário Oficial do Estado, do Diário da Assembléia, do Diário da Justiça e do Diário do Comércio e Indústria.	Participação do Estado e receitas operacionais.
Companhia Estadual de Silos e Armazéns-CESA	1969	1969	Comissão Estadual de Silos e Armazéns	Armazenagem, conservação, escoamento etc.	Executar no Estado a política oficial da guarda e preservação de produtos perecíveis e deterioráveis, projetar, construir e equipar as unidades para tanto necessárias, colaborar para a execução da política reguladora do mercado de produtos perecíveis e deterioráveis.	Participação do Estado e receitas operacionais.
Central Vitivinícola do Sul-VINOSUL S/A	1972	1972	Concentrada de Mosto de Coxias e Benedito Gonçalves.	Indústria de sequestração do vinho	Exercer atividades de concentração de mosto de uvas e outras frutas, comercialização com os vitivinicultores do RGS.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Riograndense de Nitrogenados-CRN	1973	-	-	Química e petroquímica	Implantação e exploração comercial e industrial de unidades petroquímicas.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Riograndense de Turismo-CR-TUR	1971	1972	-	Turismo	Realização de estudos, projetos e programas visando à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa, tendendo a fomentar o turismo e as atividades correlatas no território do Estado.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Riograndense de Saneamento-CORSAN	1965	1966	S.D.O.	Infra-estrutura em saneamento básico	Realizar estudos, projetos, construções, operações e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, bem como qualquer outra atividade afim.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional de Obras-CEDRO	1972	1972	S.D.O.	Construção civil e engenharia	Executar política estadual de construção e conservação de prédios e a referente a programas de desenvolvimento regional e urbano.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul-PROCERGS	1971	1973	Centro de Processamento de Dados	Prestação de serviços	Execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e assessoramento técnico para os órgãos da administração pública e entidades privadas.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.

(continua)

Quadro 1

Matriz das instituições do Governo do Estado do Rio Grande do Sul — situação em 1973

INSTITUIÇÕES	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FUNCIONAMENTO	ORIGEM	ATIVIDADE	FINALIDADE	FONTES DE RECURSOS
Companhia Riograndense de Mineração-CRM	1969	1970	DACM	Mineração-mine-rais não metálicos	Promover pesquisas, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral, bem como outras substâncias minerais.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul-COHAB	1964	1965		Construção civil e engenharia	Execução do plano estadual de habitação, estudo dos problemas de habitação popular, urbanização das áreas em que devem ser construídas as moradias a seu cargo.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Riograndense de Telecomunicações-CRT	1960	1964	Comissão Estadual de Comunicações	Serviços públicos telefônicos	Exploração de serviços de telecomunicações, de serviços telefônicos retomados, bem como qualquer outra atividade afim.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Estadual de Energia Elétrica-CEEE	1961	1964	Comissão Estadual de Energia Elétrica	Serviços de eletricidade	Projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.	Participação do Estado, quota-parte do IUEE, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos-CORLAC	1970	1970	DEAL	Comercialização de laticínios	Organizar e explorar as atividades de produção, industrialização e comercialização do leite e derivados.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Produtos Gaúchos S/A-PROGASA	1965	1965		Industrial	Industrialização da cebola e outros produtos agrícolas. Estabilização dos preços da cebola.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul-CEDIC	1973	1973	-	Companhia de desenvolvimento	Prestar assistência e consultoria técnica na elaboração, execução e implantação de estudos, programas e projetos relacionados com a política estadual de promoção e dinamização do desenvolvimento comercial e industrial do Estado.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
S/A Riograndense de Carnes-SARGA (2)	1970	-	INSTUCARNE	Carnes frigorificadas e industrializadas	Exploração industrial e comercial do TENDAL Frigorífico de Porto Alegre.	Participação do Estado, recursos de terceiros e receitas operacionais.
Companhia de Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul-COTEPE	1972	-	-	Desenvolvimento da pesca	Planejar, implantar e administrar terminais pesqueiros de interesse do Estado.	Participação do Estado, recursos próprios e de terceiros.
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras-CINTEA	1969	1969	-	Infra-estrutura rodoviária em estradas alimentadoras	Realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal.	Participação do Estado e receitas operacionais.

FONTE: LEIS E DECRETOS DE CONSTITUIÇÃO DE CADA ÓRGÃO.

NOTA: Nos anos de 1974-76, foram acrescentados ao universo descentralizado gaúcho mais os seguintes órgãos: Fundação Metropolitana para o Planejamento-METROPLAN, 1974; Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1974; Fundação Rio-Grandense Universitária de Gastroenterologia-FUGAST, 1975; e Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação-FUNLAR, 1975. Por outro lado, através da Lei 5.893, de 16.07.75, o Departamento da Loteria do Estado foi incorporado pela CEE.

(1) Extinta em 1967, passando para a iniciativa privada. (2) Sociedade criada para substituir o Instituto de Carnes, mas até o presente momento não entrou em funcionamento e nem aquele instituto se extinguiu.

Quadro 2

## Evolução física da Administração Descentralizada do setor público estadual do Rio Grande do Sul — 1928-1973

ANO DE CRIAÇÃO	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	EMPRESA PÚBLICA	TOTAL
1928			BANRISUL		1
1931	IPERGS				2
1934	INSTUCARNE				3
1937	DAER				4
1940	IRGA				5
1942	ITERGS (1)				6
1943	CEEE (2)				7
1947	DEAL (3)				8
	DACM (4)				9
	Departamento de Loteria (5)				10
1951	DEPRC				11
1952	CESA (6)				12
1960	CEE		AFP		14
	Bolsa de Valores (7)		CRT		16
1961			CEEE		17
1962			AGASA		18
1963			PROGASA		19
1964		Sul-Riograndense de Assistência	COHAB		21
		FAPERGS			22
1965		OSPA	CORSAN		24
1966		FGT			25
1967		Escola Técnica Libertato Salzano Vieira da Cunha			26
		Educacional para o Trabalho (8)			27
1968	DAE				28
1969		FEBEM	CRM	CINTEA	31
			CESA		32
1970			CORLAC		33
			SARCA (8)		34
1971			CR-TUR		35
			PROCERGS		36
1972		CIENTEC	CEDRO		38
		FDRH	COTEPE (8)		40
		Zoobotânica (8)	VINGSUL		42
1973		FEE (8)	CEDIC		44
		Atendimento ao Excepcional (8)	CRN		46
			CORAG		47
			BADESUL		48
TOTAL	14	12	21	1	48

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA. Gabinete de Orçamento e Finanças.

(1) Foi extinto pela Lei 6.370, de 06.06.1972, dando origem à CIENTEC. (2) Foi extinta pela Lei 4.136, de 13.09.1961, dando origem à CEEE. (3) Foi extinto pela Lei 5.964, de 13.02.1970, dando origem à CORLAC. (4) Foi extinto pela Lei 5.835, de 20.10.1969, dando origem à CRM. (5) Foi extinto pela Lei 6.893, de 16.07.1975, passando a ser um departamento interno da CEE. (6) Foi extinta pela Lei 1.836, de 02.10.1969, dando origem à CESA. (7) Foi extinta em 1967, passando para a iniciativa privada. (8) Foram criadas nos respectivos anos, mas até 1973 não haviam entrado em funcionamento.

O Quadro 3 é um resumo do anterior e mostra, por décadas, como se processaram essas transformações de ordem jurídica e estrutural.

Pode-se observar que, da década de 50 para a de 60, ocorreu quase uma triplicação de órgãos, com preponderância das economias mistas, fato esse que demonstra um nítido crescimento do aparato burocrático estadual.

se a CEE, que se constitui em um dos principais captadores de pequenas poupanças; no campo social, tem-se o IPERGS que é o responsável pela previdência e assistência social do funcionalismo público estadual. Por outro lado, em fins da década de 60, o número de autarquias começa a diminuir. Algumas, como a Bolsa de Valores e o Departamento da Loteria do Estado, foram extintas. Outras, como a CEEE, DEAL, DACM

### Quadro 3

Composição do setor público estadual, segundo o número de órgãos — 1930-1973

ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA ESTADUAL	1930	1940	1950	1960	1973
Autarquias .....	3	9	11	14	7
Fundações .....	-	-	-	7	12
Sociedades de economia mista ...	1	1	1	10	21
Empresas públicas .....	-	-	-	1	1
TOTAL .....	4	10	12	32	41

FONTE: Quadro 2.

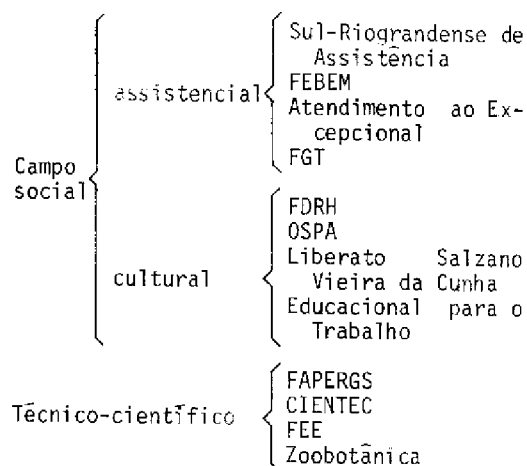
#### 4.3.1 - Autarquias e Fundações

O primeiro tipo de órgão desenvolvido em larga escala pelo setor público gaúcho foi a autarquia. Essa, conforme evidencia o quadro anterior, é a que predomina nas primeiras décadas compreendidas no período estudado.

A matriz das instituições do Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta esses órgãos atuando em diferentes campos. Por exemplo: no campo de infra-estrutura de transporte, onde o DAER desempenha um papel relevante, projetando, construindo e conservando as rodovias; no campo econômico, tem-se o IRGA que exerce uma função reguladora do mercado interno do arroz, bem como coloca o seu excedente no mercado externo; no campo financeiro, tem-

e CESA, são transformadas em sociedades de economia mista, face ao próprio crescimento das respectivas funções que desempenhavam e à necessidade de evitar as normas de controle da contabilidade pública e, conseqüentemente, obter uma maior flexibilidade administrativa. Por fim, tem-se o ITERGS que se transformou em fundação, pelos mesmos motivos já citados.

Quanto às fundações, tem-se o início de sua proliferação em meados dos anos 60; surgem, também, como uma maior opção administrativa livre da semelhança e dependência do regimento administrativo central. O seu campo de atuação é o técnico-científico e o social, esse subdividido em assistencial e cultural, conforme se vê a seguir:



#### 4.3.2 - Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas

As décadas de 60 e 70 marcam o início dessas organizações. Todavia a primeira a ser constituída foi o BANRISUL, em 1928. A criação desse banco foi motivada pela crise agropecuária que assolava o Estado desde 1926. Naquele momento, a sua finalidade precípua era dar crédito aos setores atingidos pela crise, principalmente a pecuária. Mas, de 1928 até 1960, predominaram, de acordo com o estágio econômico do Estado e com a política de ação do Governo, as autarquias.

Assim, a partir dos anos 60, o Governo estende seu raio de ação a novas áreas, assumindo funções até então inexistentes ou parcialmente executadas pela iniciativa privada, tais como financiamento, processamento de dados, abastecimento de gêneros agrícolas, habitação popular, saneamento e fomento à industrialização.

A matriz das instituições evidência, de uma forma mais direta, esse conjunto, mostrando suas atividades e finalidades. O Quadro 2 mostra o tamanho e o avanço cronológico.

Essas empresas atuam em vários setores de atividades, como industrial, serviços e infra-estrutura, como se verá no Volume 6, Tomo 2, dedicado à análise econômica do setor empresarial, onde se constata que as mesmas estão atuando, praticamente, em todos os ramos de atividade econômica

do Estado, desempenhando um papel relevante nos seus respectivos setores de ação.

Em resumo, o que se pode concluir da evolução da Administração Descentralizada do Rio Grande do Sul é que sua expansão, nos últimos 14 anos, sugere uma intervenção sistemática do Governo no domínio econômico, ora com objetivos de regulação e controle, ora como produtor e distribuidor de bens e serviços.

#### 4.4 - Participação da Administração Descentralizada nos Gastos e Investimentos do Setor Público Estadual

Conforme se constatou no item 4.3, a proliferação ocorrida na Administração Descentralizada, principalmente nos últimos 14 anos, tem seus reflexos diretos nos gastos e investimentos totais do setor público estadual, conforme demonstra o Quadro 4.

Observa-se que ambas as variáveis, despesas e investimentos totais da Administração Descentralizada, têm uma significativa participação relativa nas mesmas variáveis a nível de setor público estadual. Os gastos da Administração Descentralizada revelam um aumento de sua participação no total dos gastos do setor público estadual, determinado, principalmente, pelo progressivo aumento da participação de seus investimentos, que de uma média de 51,41%, de 1947 a 1960, passam para 80,88%, no período de 1960 a 1973, e para 85,74%, no período de 1969 a 1973, conforme os seguintes dados:

Períodos	Despesa Adm.	Investimentos
	Desc.	Adm. Desc.
	Despesa setor público est.	Investimentos setor público est.
1947-73	44,98%	66,69%
1947-60	43,39%	51,41%
1960-73	49,97%	80,88%
1969-73	53,82%	85,74%

Quadro 4

Participação percentual da Administração Descentralizada nas despesas e nos investimentos totais do setor público estadual consolidado — 1947-73

ANOS	SETOR PÚBLICO ESTADUAL		ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA		C/A (%)	D/B (%)
	Despesa Total (Cr\$ 1 000)	Investimentos (Cr\$ 1 000)	Despesa Total (Cr\$ 1 000)	Investimentos (Cr\$ 1 000)		
	A	B	C	D		
1947	2 003	277	576	87	28,75	31,40
1948	3 248	70	1 582	52	48,70	74,28
1949	3 276	169	1 272	93	38,82	55,02
1950	2 729	200	876	89	32,09	44,50
1951	3 945	238	1 669	130	42,30	54,62
1952	5 239	347	2 471	57	47,16	16,42
1953	4 842	539	1 730	291	35,72	53,98
1954	6 932	1 052	3 354	590	48,38	56,08
1955	8 068	983	3 963	473	49,11	48,11
1956	11 129	1 252	5 957	596	53,52	47,60
1957	15 641	1 813	8 051	994	51,47	54,82
1958	17 104	2 511	7 381	1 359	43,15	54,12
1959	23 503	1 526	10 569	1 181	44,96	77,39
1960	35 758	5 928	16 540	4 137	46,25	69,78
1961	56 987	12 496	28 055	8 700	49,23	69,62
1962	87 308	21 335	45 016	14 714	51,55	68,96
1963	152 642	33 418	67 594	24 093	44,28	72,09
1964	270 361	30 677	133 921	27 522	49,53	89,71
1965	473 812	54 311	224 096	48 552	47,29	89,39
1966	733 864	137 899	382 067	82 697	52,06	59,96
1967	997 373	115 761	422 354	108 055	42,34	93,34
1968	1 440 944	243 613	691 857	221 041	48,01	90,73
1969	2 111 900	458 876	1 063 522	410 771	50,35	89,55
1970	2 766 911	534 538	1 472 455	451 093	53,21	84,39
1971	3 682 183	834 662	2 001 696	754 372	54,36	90,38
1972	4 868 057	1 228 789	2 678 560	1 013 225	55,02	82,46
1973	7 252 914	2 003 502	4 071 878	1 641 561	56,14	81,93

FONTE: Tabela 10.

Esse fato revela que a Administração Descentralizada está cumprindo uma função eminentemente investidora no Estado.

O quadro a seguir evidencia a participação de cada tipo de órgão na compo-

sição do universo da Administração Descentralizada.

Comprova-se, nesse quadro, o fenômeno das transformações jurídicas, ou seja, as autarquias nos anos 60 começam a per-



Quadro 5

Composição percentual da Administração Descentralizada, segundo as suas despesas totais — 1947-73

ANOS	ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA (Cr\$ 1 000)	AUTARQUIAS (Cr\$ 1 000)	SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (Cr\$ 1 000) (1)	FUNDAÇÕES (Cr\$ 1 000)	B/A %	C/A %	D/A %
	A	B	C	D			
1947	576	576	-	-	100,0	-	-
1948	1 582	1 582	-	-	100,0	-	-
1949	1 272	1 272	-	-	100,0	-	-
1950	876	805	71	-	91,9	8,1	-
1951	1 669	1 568	101	-	93,9	6,1	-
1952	2 471	2 351	120	-	95,1	4,9	-
1953	1 730	1 575	155	-	91,0	9,0	-
1954	3 354	3 153	201	-	94,0	6,0	-
1955	3 963	3 737	236	-	94,0	6,0	-
1956	5 957	5 656	301	-	94,9	5,1	-
1957	8 051	7 663	388	-	95,2	4,8	-
1958	7 381	6 852	529	-	92,8	7,2	-
1959	10 569	9 897	672	-	93,6	6,4	-
1960	16 540	15 463	1 077	-	93,4	6,6	-
1961	28 055	26 473	1 582	-	94,4	5,6	-
1962	45 016	42 284	2 732	-	93,9	6,1	-
1963	67 594	62 486	5 108	-	92,4	7,6	-
1964	133 921	78 453	54 859	609	58,6	41,0	0,4
1965	224 096	129 416	90 401	4 279	57,7	40,0	2,3
1966	382 067	173 478	201 528	7 061	45,4	52,7	1,9
1967	422 354	192 363	220 871	9 120	45,5	52,3	2,2
1968	691 857	295 984	382 947	12 928	42,8	55,4	1,8
1969	1 063 522	429 688	614 693	19 141	40,4	57,8	1,8
1970	1 472 455	667 828	774 006	30 621	45,3	52,6	2,1
1971	2 001 696	684 792	1 301 360	15 544	34,2	65,0	0,8
1972	2 678 560	710 856	1 943 364	24 340	26,5	72,5	1,0
1973	4 071 878	1 103 086	2 911 771	57 021	27,1	71,5	1,4

FONTE: Secretaria da Fazenda - Consolidação Geral das Contas do Setor Público Estadual (1964-73), Balanços Anuais dos Órgãos da Administração Indireta Estadual (1947-63).

(1) Incluída a CINTEA.

der o comando das ações para as sociedades de economia mista, ocorrendo, em 1964, o grande salto da participação dessas no total é que, a partir de 1966, assumem a

preponderância dos gastos desse universo. No final do período, 1973, tem-se as sociedades de economia mista representando 71,5% do universo descentralizado.

#### **4.5 - Conclusão**

As novas funções assumidas pelo Estado, com o objetivo principal de acelerar o processo de desenvolvimento econômico-social rio-grandense, impeliram-no a descentralizar-se administrativamente.

À medida que essas funções cresceram e demandaram uma maior flexibilidade administrativa, houve, no seio desse universo, uma transformação institucional, passando-se, a partir dos anos 60, a optar por sociedades de economia mista, cuja forma

jurídica é a mais adequada para atender ao objetivo de eficiência econômica, tendo em vista as novas funções assumidas pelo Estado.

Dessa forma, principalmente as sociedades de economia mista, de 1966 em diante, conforme Quadro 5, para o desempenho dessas novas atribuições do Estado, cumpriram uma função preponderantemente de investimento, cabendo à Administração Direta uma função em que predomina o custeio e o financiamento, conforme se viu no Capítulo 3.

## 5 - O PAPEL DO SETOR PÚBLICO NO CICLO DA ECONOMIA GAÚCHA

### 5.1 - Considerações Iniciais

Nas economias capitalistas, o nível da atividade econômica está sujeito a flutuações que se processam em torno à tendência. O estudo das flutuações de uma variável poderá ou não conduzir à existência de uma componente cíclica, à medida que o mesmo procure identificar as causas e os mecanismos de propagação do fenômeno observado.

As teorias acerca dos ciclos econômicos podem ser classificadas de formas diversas, de acordo com os critérios de cada autor. E.C. Bratt as classifica segundo as causas geradoras, dividindo-as em dois grupos: exógenas e endógenas.<sup>1</sup> As exógenas se referem, basicamente, ao clima, manchas solares, inovação tecnológica e guerras; ao passo que as endógenas têm origens psicológicas, monetárias e no subconsumo.

Entre os representantes das teorias exógenas, destaca-se Schumpeter, que atribui às ondas de inovações tecnológicas os efeitos de expansão e contração dessa variável em torno à tendência. Por outro lado, Jevons atribui aos fatores meteorológicos as flutuações na produção industrial, via agricultura.

Destacam-se, das teorias endógenas, a monetária, de Hawtrey, e a do subconsumo, de Hobson; o primeiro atribui, principalmente, à elasticidade da moeda a responsabilidade pelas variações na demanda efetiva, gerando, na fase expansionista, elevação de preços e produção e o inverso na fase de contração. O segundo atribui à

poupança excessiva em função da concentração de renda a oferta elástica de bens de consumo.

As teorias Keynesiana e Pós-Keynesiana deram origem às teorias modernas do ciclo econômico, a partir de duas contribuições de Keynes. A primeira reforça a corrente que atribui as flutuações cíclicas a causas endógenas, especificamente os investimentos, cujas variações se devem à variação na eficiência marginal do capital. A segunda, também endógena, se refere à introdução da função Consumo. Assim, a teoria Keynesiana não possui apenas uma causa; encontram-se em sua essência causas psicológicas, do subconsumo e do superinvestimento. As teorias Pós-Keynesianas de Harrod, Hicks, Hansen e Samuelson introduzem a interação multiplicador-acelerador, como causa dinâmica do ciclo.

As grandes crises, nos séculos XIX e XX, produziram estudos e reformulação de leis da teoria clássica, destacando-se Marx e Keynes entre os diversos teóricos que, estudando os meios de produção capitalista, embora haja alguns pontos em comum, chegam a conclusões diferentes. A taxa de lucro decrescente de Marx pode ser comparada à queda na eficiência marginal do capital, nos períodos de desestímulo aos investimentos, manifestando-se a contradição entre produção e absorção do excedente econômico. A essa contradição Marx

<sup>1</sup> ARAGON, Enrique Padilla. Ciclos económicos y política de estabilización. Mexico, Siglo XXI, 1967.

atribui a crise. Para Keynes, o ciclo se deve às flutuações na eficiência marginal do capital, que depende do fluxo de renda do bem de capital e do seu custo de reposição. À medida que aumenta o investimento, motivado pelo otimismo dos empresários, esses dois fatores agem no sentido de reduzir a eficiência marginal do capital, elevando o custo dos bens de capital e reduzindo a receita marginal dos bens produzidos com os bens de capital. O colapso da eficiência marginal do capital é seguido por uma maior elevação da taxa de juros, motivada pelo aumento da preferência pela liquidez.

Por outro lado, Keynes coloca que a desigual distribuição de renda restringe o consumo. Como na fase de expansão o aumento da capacidade produtiva não é acompanhado por um aumento na propensão marginal a consumir, manifesta-se aí uma contradição entre capacidade produtiva e consumo.

Nas teorias existentes, as hipóteses sobre as origens do ciclo são heterogêneas e calcadas em países desenvolvidos que apresentam características diferentes das dos em desenvolvimento, apresentando, já naqueles, dificuldades para sua verificação empírica. Essa problemática aparece de forma clara nas palavras de Matthews: "Uma dificuldade própria a esse tipo de pesquisa é que o funcionamento da economia é tão complexo que as provas geralmente admitem uma ampla variedade de interpretações. Até mesmo no que se refere a um único ciclo, é difícil formular ou refutar uma hipótese de modo conclusivo e a generalização mostra-se ainda mais difícil."<sup>2</sup>

Uma outra dificuldade, que se apresenta à verificação empírica das causas geradoras do ciclo, relaciona-se ao universo escolhido — Rio Grande do Sul — que, por se tratar de uma economia regional, se correlaciona política e economicamente com a economia nacional. Mas, apesar

das teorias divergirem quanto às causas geradoras do ciclo, há uma concordância quanto ao papel do Estado em controlar, em maior ou menor grau, as flutuações cíclicas, umas dando ênfase à política monetária, outras, à política fiscal.

Este capítulo estudará o papel desempenhado pelo setor público nas flutuações da economia gaúcha, via política fiscal, ao nível de verificação empírica, não se analisando as causas geradoras do ciclo.

Como ciclo econômico se entendem as flutuações da atividade econômica que podem ser verificadas nas variáveis renda, produto, emprego e outras. O conceito clássico identifica a fase de contração do ciclo através de quedas absolutas no nível de atividade econômica. Modernamente, o conceito de ciclo não inclui, necessariamente, a verificação de quedas absolutas, bastando quedas relativas em torno à tendência histórica. Esse é o conceito utilizado, conforme metodologia apresentada no apêndice deste trabalho.

## 5.2 - Análise

A presença da componente cíclica na economia gaúcha foi constatada em dois períodos da série de 1947 a 1973 — 1956-62 e 1962-73 — e em um período de expansão no início da série de 1948 a 1956, através de variações no PILcf em relação a sua tendência histórica.

Serão utilizadas na análise as variáveis de despesas por categorias econômicas e funções e alguns agregados econômicos do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Optou-se por uma análise estatística das fases do ciclo, com vistas à verificação do papel do setor público nessas

<sup>2</sup> MATTHEWS, R. C. O. Ciclos econômicos. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. (Manual de Economia Cambridge).

flutuações. Constataram-se, nos períodos compreendidos entre 1948 e 1956, 1956 e 1962 e 1962 e 1973, pontos de máxima e mínima, caracterizando períodos de crescimento e desaquecimento da economia gaúcha, não significando, o fato, que esses pontos se mantenham, necessariamente, em séries maiores. Tem-se por outro lado, na série histórica do PILcf-RS, três pontos de queda absoluta nas taxas de crescimento, 1948:-0,19; 1959:-0,47; e 1972:-0,45. Embora sua existência fosse constatada, esse fato não é decisivo à verificação de ciclo, bastando para tanto que a série apresente quedas relativas em torno a sua tendência histórica.

Caracterizam-se como períodos de crescimento os de 1948 a 1956, 1959 a 1962 e 1967 a 1973, em que as taxas geométricas foram, efetivamente, significativas para a variável-referência da economia (PILcf-RS), ao passo que os de queda relativa das taxas de crescimento foram os de 1956 a 1959 e 1962 a 1967, cuja evolução pode ser observada nas tabelas em anexo. Note-se, por outro lado, que o produto nacional (PILcf-BR), apesar de ter comportamento oscilatório semelhante ao do PILcf-RS, à exceção do período de 1956 a 1959, não apresentou ciclo, segundo a metodologia utilizada.

Como reforço à constatação cíclica da economia gaúcha representada pelo PILcf-RS, utilizaram-se as seguintes variáveis termométricas: o produto industrial, consumo industrial e total de energia elétrica no Rio Grande do Sul; exportações interestaduais e para o exterior; IVC-ICM (corrigido) e a construção civil, medida pela área vistoriada para habitações em Porto Alegre no período de 1960 a 1973. Essas variáveis reforçam a constatação cíclico-aleatória para a economia rio-grandense no período considerado de 1948 a 1973.

Todavia a série correspondente ao IVC-ICM, após eliminada a influência das alíquotas e de algumas isenções, embora

não apresente uma função cíclica, demonstra um comportamento histórico análogo ao do PILcf-RS.

A variável construção civil, embora cíclica nos períodos de 1962 a 1967 e 1967 a 1973, não reflete corretamente o comportamento da economia; primeiro, pelo desestímulo advindo da lei do inquilinato, que congelou aluguéis, e pela inexistência de organismos apropriados para o financiamento da casa própria durante o período de 1952 a 1966; segundo, porque o crescimento superior ao da economia, a partir de 1967, devido à liberação dos aluguéis e à criação de mecanismos de financiamento próprio, reflete, em parte, uma demanda potencial insatisfeita.

A análise da função anticíclica do setor público gaúcho será feita em duas etapas: períodos de queda e ascensão do ciclo do PILcf-RS em relação à tendência da série histórica. Verificar-se-á, ainda, o comportamento dos setores componentes do produto interno, identificando aqueles que possam ter agravado o ciclo.

### **5.3 - Períodos de Queda na Evolução da Economia Estadual**

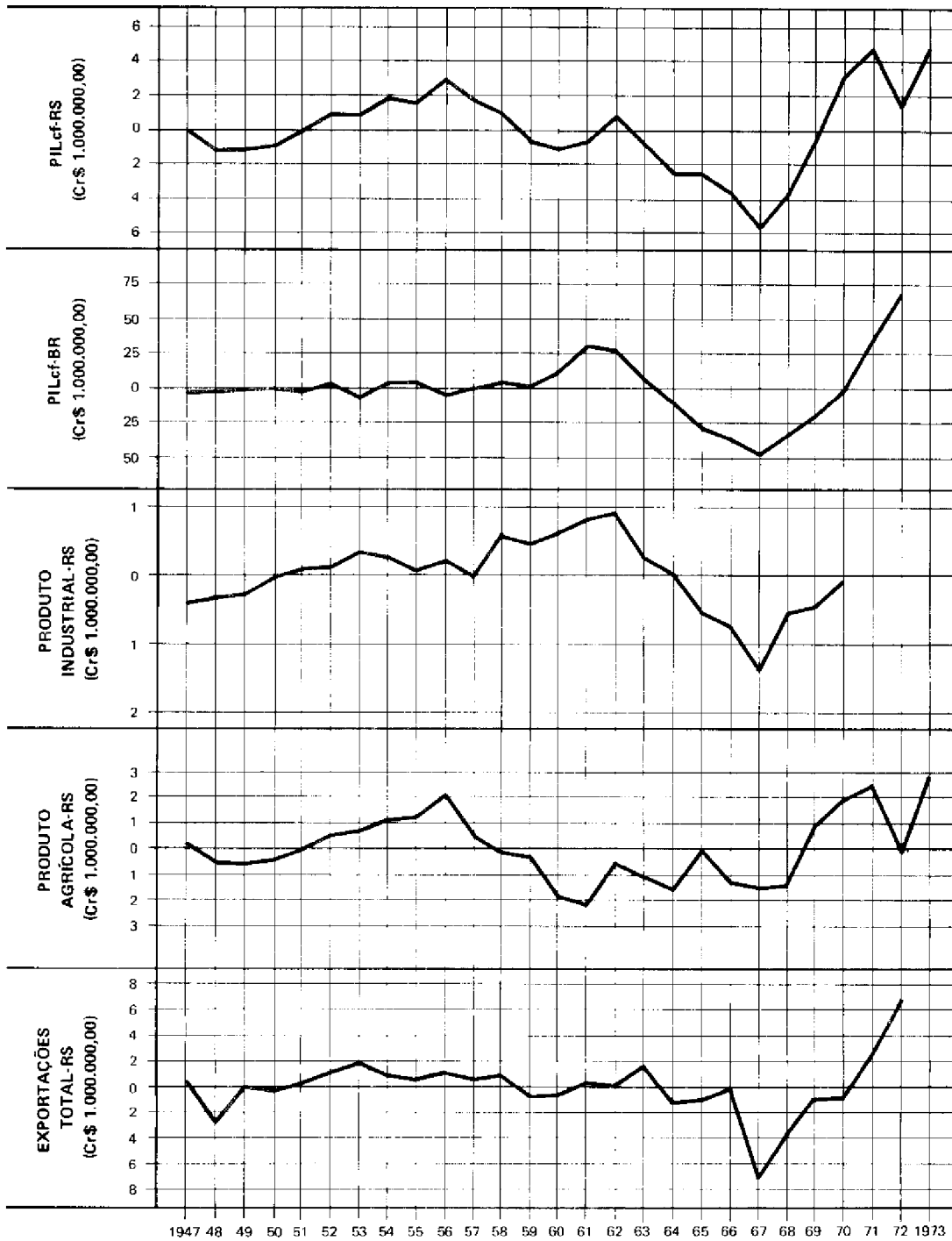
#### **5.3.1 - A Função do Setor Público no Período de 1956 a 1959<sup>3</sup>**

No primeiro período, de 1956 a 1959, a variável referência PILcf-RS registra uma queda, 1,23%, em relação ao período anterior, de 1948 a 1956, com uma taxa de crescimento de 7,52%, em oposição à expansão da economia nacional, refletida no aumento da taxa de crescimento de 6,27% para 7,11% a.a.

<sup>3</sup> Embora se identifique no gráfico o ano de 1960 como ponto de mínima, escolheu-se o ano de 1959, devido ao fato desse registrar uma taxa de crescimento negativa, indicando uma reversão na curva.

## GRÁFICO 1

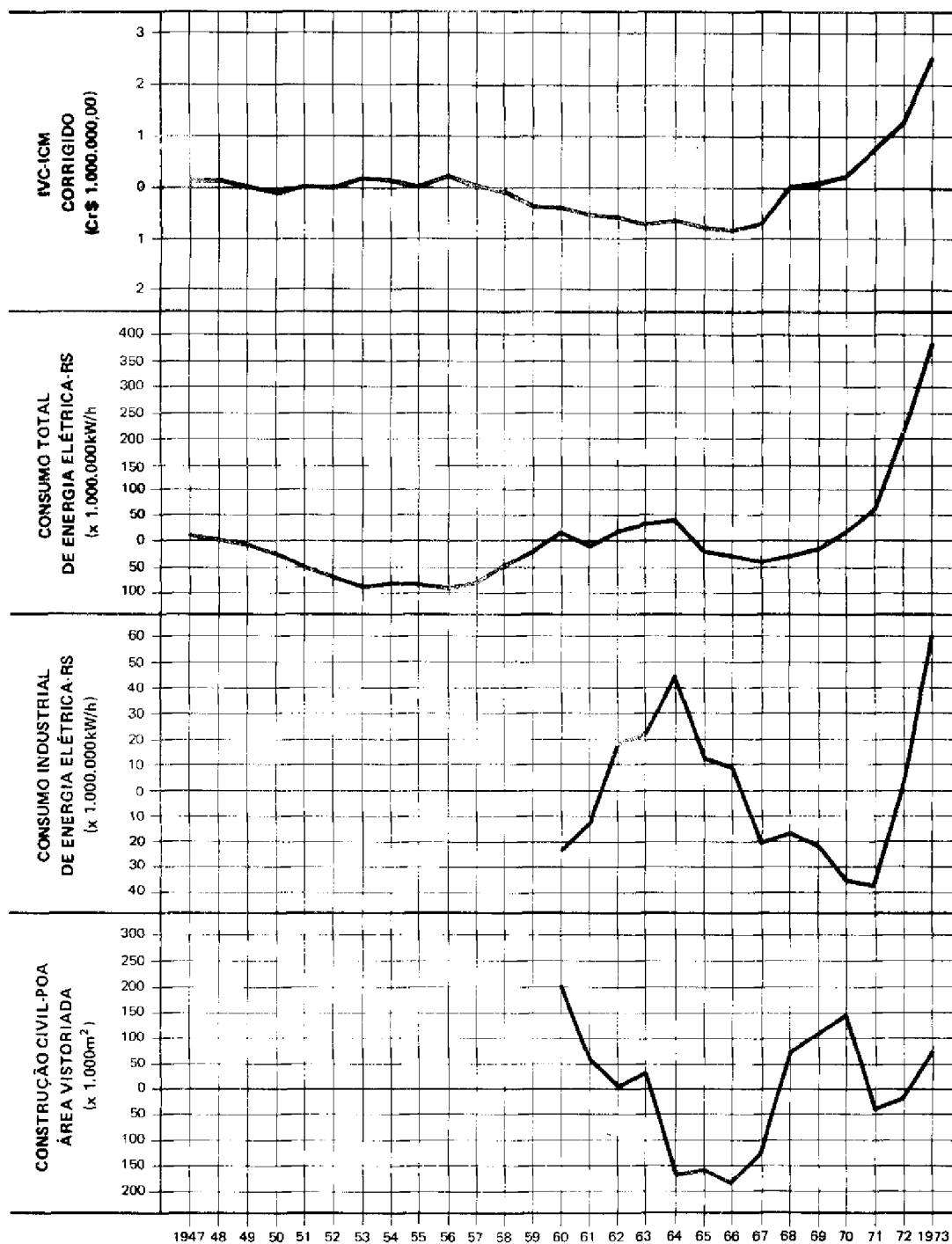
COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS PILcf-RS, PILcf-BR, PRODUTO INDUSTRIAL-RS, PRODUTO DA AGRICULTURA-RS, TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (RS), IVC-ICM CORRIGIDO (RS) CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA (RS), CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (SETOR INDUSTRIAL) E CONSTRUÇÃO CIVIL-PA (ÁREAS VISTORIADAS) – 1947-73



(continua)

GRÁFICO 1

COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS PIL<sub>cf</sub>-RS, PIL<sub>cf</sub>-BR, PRODUTO INDUSTRIAL-RS, PRODUTO DA AGRICULTURA-RS, TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (RS), IVC-ICM CORRIGIDO (RS) CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA (RS), CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (SETOR INDUSTRIAL) E CONSTRUÇÃO CIVIL-PA (ÁREAS VISTORIADAS) – 1947-73



FONTE: Tabela 67.

As outras variáveis, exportação, consumo total de energia elétrica e a série IVC-ICM corrigida, confirmam o movimento oscilatório do PILcf-RS, conforme Tabelas 51 e 52.

A queda no PILcf-RS foi consequência, basicamente, do setor agrícola que, a partir de uma taxa de crescimento de 7,35% no período anterior, decresce para -3,80%. A retração na economia rio-grandense pode ser atribuída ao setor agrícola, visto que sua participação na composição do produto foi de 34,5%, em média. Entretanto o setor industrial do Estado, embora caindo de 8,08 para 7,25%, não chega a comprometer a economia.

O Estado atua na economia, basicamente, como redistribuidor de renda, regulador e promotor do desenvolvimento. Cabe-lhe, como regulador, controlar as variações na atividade econômica, ou seja, as flutuações cíclicas. Em períodos de queda no nível de produção, o Estado age através de política fiscal, aumentando suas despesas e reduzindo suas receitas, principalmente a tributária. O déficit resultante, que nas fases de queda tem tendência crescente, é coberto via operações de crédito<sup>4</sup> e emissão de moedas.

A nível de estados-membros, que não têm poder de emissão, esse déficit é coberto por receitas extra-orçamentárias e de curto prazo que compõem a dívida flutuante, formada, principalmente, por operações de tesouraria e restos a pagar.

No que se refere ao setor público, conforme gráfico comparativo e Tabelas 53 e 54, o agregado despesa total do setor público gaúcho apresenta comportamento cíclico. As variáveis investimento do setor público gaúcho e a despesa total do setor público federal no Rio Grande do Sul apresentam comportamento análogo ao do PILcf-RS, enquanto a despesa total do setor público estadual consolidado apresenta com-

portamento oposto, aumentando sua taxa de crescimento de 1,01% para 5,82%, portanto anticíclico. Esse comportamento deve-se à despesa total de sua Administração Direta, cuja taxa de crescimento passa de 0,66% a.a (1948-56) para 11,63% no período de 1956 a 1959, enquanto a despesa total da Administração Descentralizada teve um comportamento inverso, passando de 2,21% para -0,15%. Dentro da Administração Direta estadual, a função Educação e Cultura foi a que mais contribuiu para esse crescimento, apresentando a maior elasticidade-renda no período de 1955 a 1958, em relação aos demais períodos da série de 1947 a 1973, e uma elevação em sua taxa de crescimento de 4,53% (1948-56) para 20,90% a.a. no período em estudo.

O financiamento das despesas da Administração Direta, tendo em vista a queda da taxa de crescimento das receitas tributárias que passa de 7,53% para 2,74%, é feito através de operações de crédito, conforme Tabela 53, e do déficit, com um crescimento de cinco vezes o da renda, contribuindo, assim, para o comportamento anticíclico daquela variável.

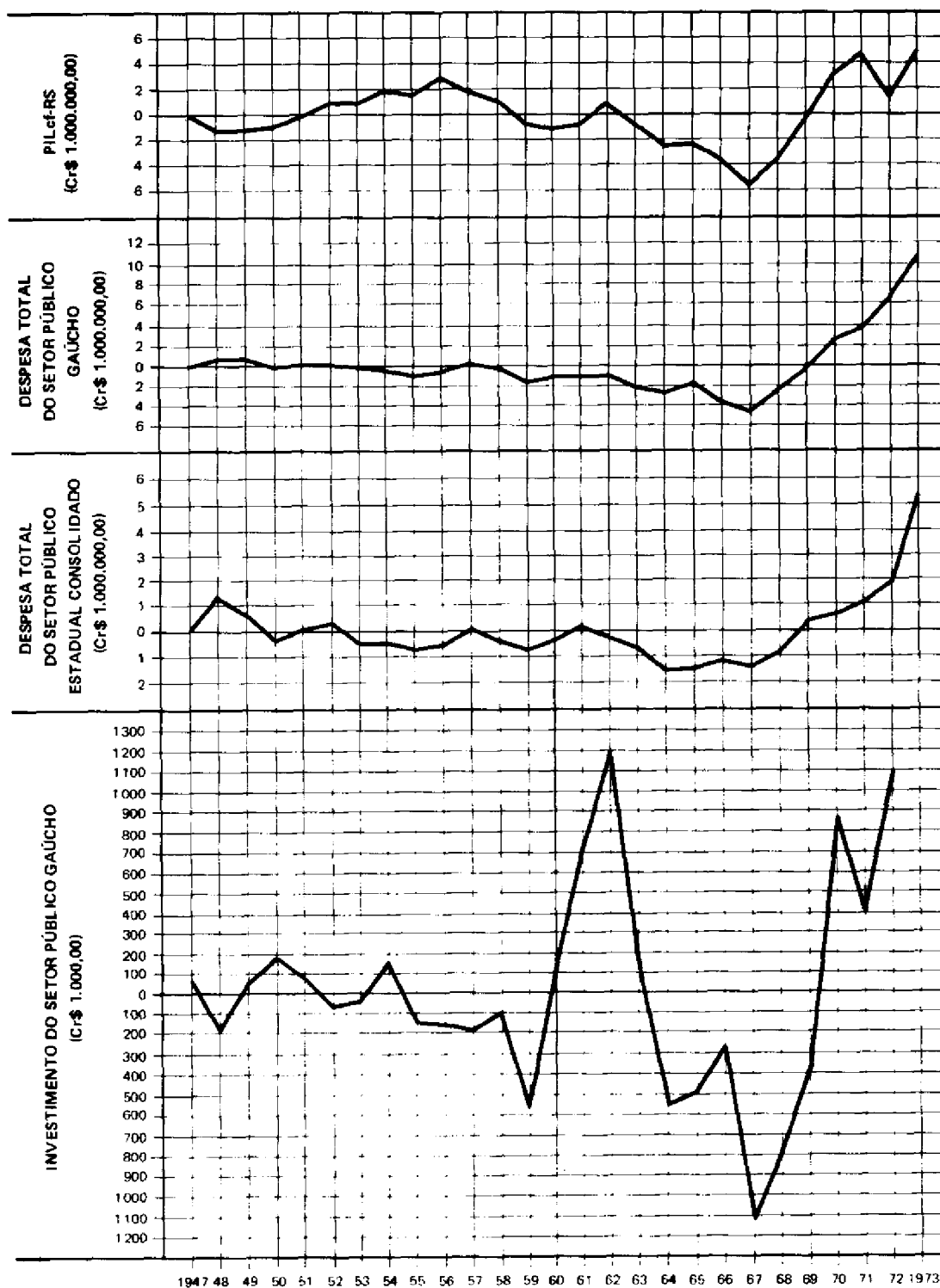
Da mesma forma, a queda nas taxas de crescimento da receita tributária do setor público gaúcho indica, também, uma função anticíclica, vista essa sob a forma de política de estabilização, à medida que o Governo, arrecadando menos em termos relativos, deixa de reduzir o poder de consumo.

<sup>4</sup> Todavia, no caso brasileiro, pela Lei nº 4.320, as operações de crédito de longo prazo são consideradas receitas e, como tal, o conceito de déficit acima exposto é, de um modo geral, maior do que o verificado nos seus orçamentos.



GRÁFICO 2

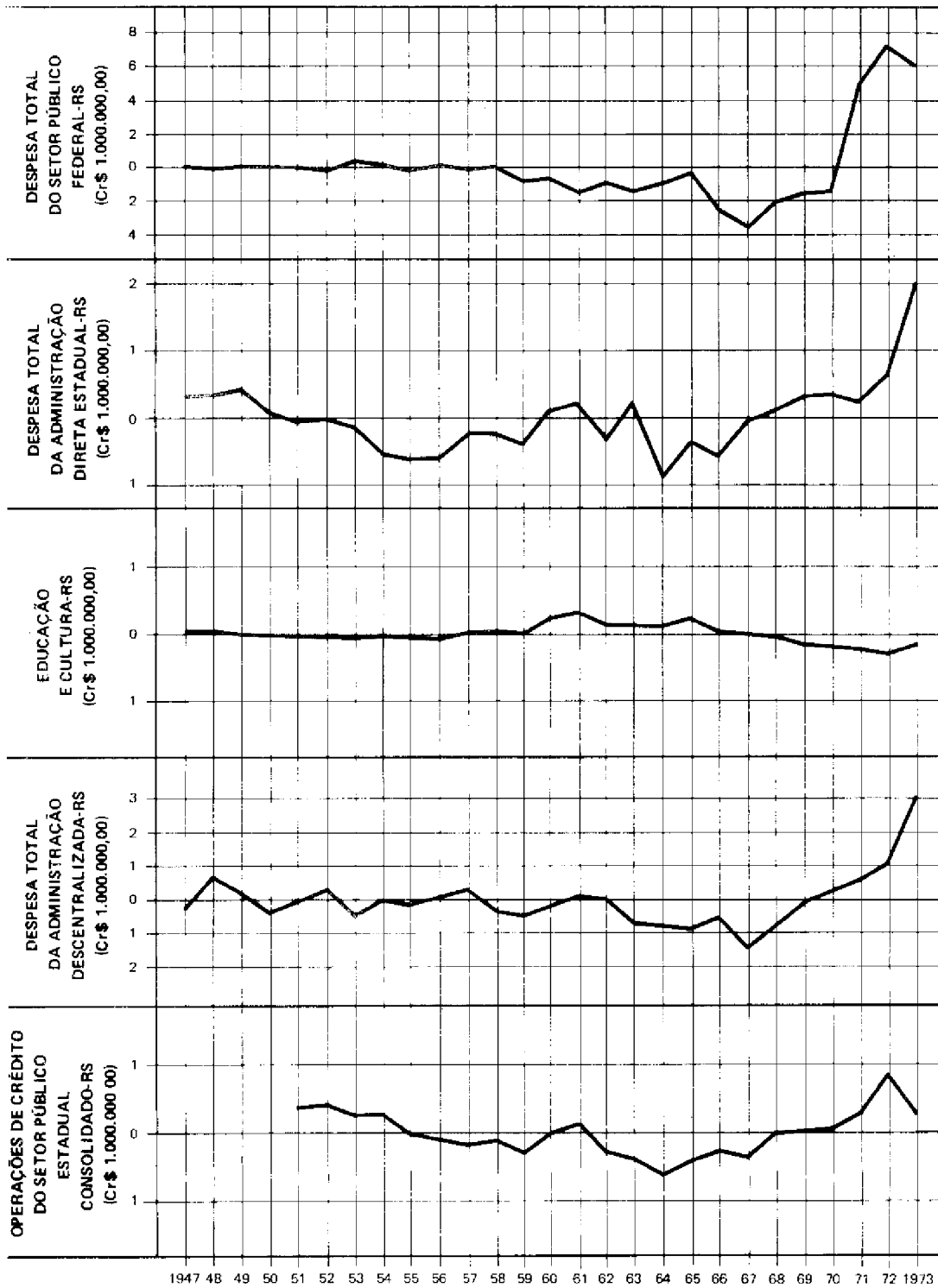
COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS PIL e RS, DESPESAS, RECEITAS E DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL – 1947-73



(continua)

GRÁFICO 2

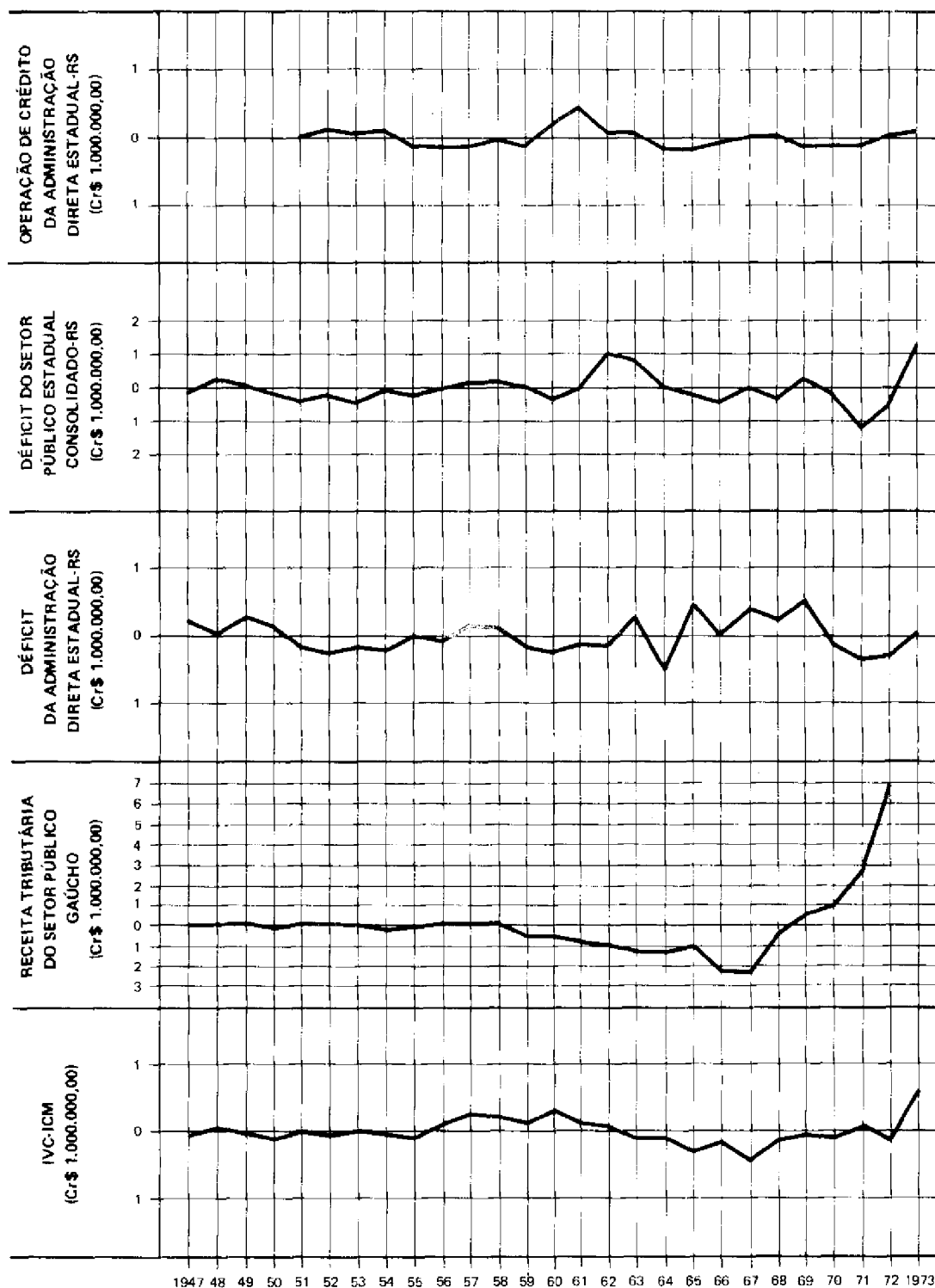
COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS PILcf-RS, DESPESAS, RECEITAS E DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL – 1947-73



(continua)

GRÁFICO 2

COMPARAÇÃO DAS VARIÁVEIS PILcf-RS, DESPESAS, RECEITAS E DÉFICIT  
DO SETOR PÚBLICO NO RIO GRANDE DO SUL – 1947-73



FONTE: Tabela 6B.

### 5.3.2 - A Função do Setor Público no Período de 1962 a 1967

Esse período se caracteriza por relativa estagnação em todos os setores da economia, com a taxa de crescimento do PILcf-BR, caindo de 8,40% para 3,41% a.a.

A nível de Rio Grande do Sul, no período de 1962 a 1967, o PILcf-RS cai de 5,41% (1959-62) para 2,36%. Essa tendência se verifica também nas variáveis exportação-RS e consumo total e industrial de energia elétrica.

Pelo lado da economia gaúcha, a agricultura apresenta um comportamento análogo ao PILcf-RS nas oscilações periódicas em torno à tendência (1947-73); mesmo não demonstrando um comportamento cíclico, apresenta períodos de ascensão e queda e, embora se tenha verificado um decréscimo em sua taxa de crescimento, de 3,23% (1959-62) para 2,62% (1962-67), esse fato não comprometeu seriamente o desempenho da economia, visto ter a renda apresentado uma queda mais significativa, com taxas de crescimento de 5,41% para 2,36% nos mesmos períodos.

O agregado da indústria gaúcha demonstra um comportamento uniforme nos períodos que antecedem o de 1962 a 1967, com taxas de crescimento de 8,07% (1948-56), 7,25% (1956-59) e 7,65% (1959-62), o mesmo não acontecendo para o período considerado (1962-67) em que sua taxa de crescimento é praticamente nula (0,37%). Embora apresente o caráter cíclico-aleatório ao longo da série histórica e não tenha, nos períodos anteriores ao de 1962 a 1967, variações muito acentuadas (vide Gráfico 1), essa variável apresenta um comportamento atípico de 1963 a 1967, com taxas de crescimento negativas nos anos de 1963, 1965 e 1967, de -2,21%, -0,85% e -1,47% respectivamente. Esse fenômeno é observado também a nível de PILcf-BR, com as menores taxas de crescimento de toda série a partir de 1947.

A instabilidade cíclica da economia foi acompanhada pelo setor público, cuja variável despesa total do setor público gaúcho registra uma queda na taxa de crescimento, passando de 12,34%, no período de 1959 a 1962, para 3,45%. Esse comportamento também se verificou nas variáveis investimentos do setor público gaúcho, que passaram de uma taxa de crescimento de 67% para -9,69% e na despesa total do setor público federal no Rio Grande do Sul, que passa de 15,45% para 2,77%, reforçando a hipótese de que essas variáveis tiveram uma função agravante no ciclo da economia gaúcha (vide Gráfico 2).

A causa da redução das despesas do setor público federal no Rio Grande do Sul foi, basicamente, devido à política anti-inflacionária adotada pela União, com base no Plano de Ação Econômica do Governo-PAEG, mediante cortes em investimentos e reajustes salariais abaixo do índice inflacionário.

A despesa total do setor público estadual consolidado e sua componente despesa total da Administração Descentralizada sofreram quedas relativas, conforme Tabela 54. Contrariando essa tendência, a despesa total da Administração Direta estadual agiu como atenuadora no período considerado, cumprindo, assim, uma função anticíclica. O mesmo ocorreu, ligeiramente, com a receita tributária do setor público gaúcho, caindo de 6,09 para 5,32% e, mais acentuadamente, com o IVC-ICM, com uma queda de 7,90% para 5,49%.

### 5.4 - Períodos de Expansão na Economia Estadual

Seguindo-se a metodologia estabelecida, após a análise dos períodos de queda da economia gaúcha, serão enfocados alguns aspectos do crescimento estadual nos períodos de 1948 a 1956, 1959 a 1962 e 1967 a 1973, sendo os dois últimos pertencen-

tes aos ciclos de 1956 a 1962 e 1962 a 1973.

#### *5.4.1 - A Função do Setor Público nos Períodos de 1948 a 1956 e de 1959 a 1962*

A economia gaúcha (PILcf-RS) apresenta-se em expansão nos dois períodos considerados, com as taxas de crescimento de 7,52% e 5,41% ao ano.

Essa expansão também se verificou a nível nacional, com o PILcf-BR apresentando as taxas de 6,27 e 8,40% a.a.

O setor agrícola teve uma participação elevada, embora decrescente no PILcf-RS, 38% em média no primeiro período e 30,24% no segundo. No primeiro período, a expansão da economia pode ser atribuída ao desempenho dos setores industrial e agrícola, conjuntamente, que cresceram a taxas de 8,08 e 7,35% a.a. Já no segundo período, o setor agrícola foi o principal responsável pela recuperação do PILcf-RS passando de uma taxa de crescimento negativa, -3,80% no período de 1956 a 1959, para 3,23% no período em estudo, ao passo que a indústria demonstra uma certa estabilidade ao longo da série, com taxas de crescimento, praticamente constantes (Tabela 52), de 8,08% (1948-56), 7,25% (1956-59) e 7,65% (1959-62) a.a. Em termos de participação relativa, o produto industrial vem crescendo com as médias de 17,27%, 18,36% e 20,76% nos mesmos períodos considerados.

Nas fases de ascensão do produto, o Estado, segundo o conceito Keynesiano, atuaria com uma política de estabilização, provocando superávit ao reduzir suas despesas e aumentar suas receitas. Isso, contudo, não se verifica em países em desenvolvimento, em que o Estado assume o papel de promotor do crescimento, utilizando-se da elasticidade das receitas para atender a necessidades de capital social básico, ainda insatisfeitas, ficando a política de estabilização econômica como uma meta secundária.

A nível do Estado do Rio Grande do Sul, as variáveis despesa total e investimento do setor público gaúcho e a despesa total do setor público federal no Rio Grande do Sul tiveram um comportamento semelhante ao do PILcf-RS, conforme demonstra o Gráfico 4, e com as taxas de crescimento, à exceção do primeiro agregado no período de 1948 a 1956, superiores às do PILcf-RS, refletindo mais uma política de crescimento do que de estabilização.

Em relação à esfera estadual, a despesa total do setor público estadual consolidado, no período de 1948 a 1956, bem como a despesa total, tanto da Administração Direta quanto da Indireta, tiveram um comportamento inverso ao da economia, pois, embora suas taxas de crescimento tenham sido positivas, foram menores do que a do PILcf-RS, atenuando, assim, as flutuações da economia. No segundo período de 1959 a 1962, a despesa total do setor público estadual consolidado e a despesa total da Administração Descentralizada tiveram o mesmo comportamento da economia. Por outro lado, a despesa total da Administração Direta estadual cumpre uma função atenuadora das flutuações da economia, reduzindo o ritmo de crescimento de suas despesas. O mesmo fenômeno ocorre com a variável receita tributária do setor público gaúcho, que cumpre, também, uma função anticíclica, pois seu comportamento foi idêntico ao do PILcf-RS.

#### *5.4.2 - A Função do Setor Público no Período de 1967 a 1973*

Esse período caracteriza-se por um crescimento acelerado em todos os setores da economia, tendo o PILcf-BR crescido à taxa de 9,90% em contrapartida à taxa de 3,41% do período de recessão, de 1962 a 1967. Esse crescimento é facilitado por um conjunto de políticas econômicas e, inclusive, pela capacidade ociosa acumulada na indústria de transformação nesse período.

A economia gaúcha (PILcf-RS) cresceu à taxa de 8,66% a.a., apesar de apresentar uma taxa negativa no ano de 1972 (-0,45%).<sup>5</sup>

As variáveis termométricas, exportação, IVC-ICM corrigido, construção civil, consumo total e industrial de energia elétrica, ligadas ao desempenho da economia, apresentam taxas de crescimento superiores às do período anterior e ao PILcf-RS, confirmando a expansão verificada na economia no período.

A recuperação da economia gaúcha no período de 1967 a 1973 foi devido ao bom desempenho dos setores industrial e agrícola. O primeiro passa de uma taxa de 0,37% para 10,39% a.a. e o segundo, de 2,62% para 8,15% nos períodos considerados respectivamente.

A fase de expansão da economia também se verifica no setor público com aumento nas taxas de crescimento, tanto das receitas como das despesas. A despesa total e a receita tributária do setor público gaúcho cresceram a elevadas taxas no período, 20,72% e 23,38% em relação às taxas de 3,45% e 5,32% do período anterior.

Em relação à esfera estadual, o agregado despesa total do setor público estadual consolidado e seus componentes, despesas totais da Administração Descentralizada e da Administração Direta, também acompanham a expansão da economia.

O crescimento da despesa pública está indicando, novamente na fase de expansão, o papel do Estado mais de promotor do crescimento do que de estabilizador da atividade econômica.

### 5.5 - Conclusão

A crescente participação do Estado na economia justifica um estudo de seu papel não só no processo de crescimento econômico como no de estabilização da atividade econômica.

Ressalta-se que, nos países em desen-

volvimento, o Estado tem como função prioritária promover o crescimento econômico, ficando a política de estabilização como uma meta secundária e mais aplicada às fases de queda da atividade econômica.

Como estabilizador, o Estado atua, segundo a teoria Keynesiana, através da política fiscal, reduzindo receitas tributárias e aumentando despesas nos períodos de queda e o inverso nos períodos de expansão.

Os objetivos deste capítulo foram a verificação empírica da existência de ciclos e o papel desempenhado pelo setor público nessas flutuações. A presença da componente cíclica na economia gaúcha foi constatada em diversos períodos da série de 1947 a 1973, através de variações do PILcf, em relação à tendência da série histórica. Essas flutuações foram reforçadas por outras variáveis consideradas termômetros da atividade econômica.

O comportamento oscilatório do PILcf-RS teve como principais responsáveis as flutuações verificadas na agricultura, tendo em vista a sua grande participação na economia e a relativa estabilidade do setor industrial, à exceção do período de 1962 a 1967. O setor público gaúcho, representado pela sua despesa total, acompanha o movimento cíclico do PILcf-RS, bem como os agregados investimento do setor público gaúcho e a despesa total do setor público federal no Rio Grande do Sul.

Em relação à esfera estadual, o agregado despesa total do setor público estadual consolidado também acompanha a tendência do PIL com um comportamento cíclico, à exceção dos dois primeiros períodos, em que seu comportamento foi anticíclico.

<sup>5</sup> Embora tenha havido uma queda real no PILcf-RS, considerou-se todo o período como de expansão, porque as variáveis termométricas confirmam esse comportamento.

Isso pode ser explicado pela composição do agregado, em que, no início da série, predomina a despesa total da Administração Direta, que cumpre em toda a série uma função anticíclica. A partir do terceiro período a Administração Descentralizada amplia-se, refletindo seu comportamento cíclico no agregado despesa total do setor público estadual consolidado.

A receita tributária do setor público gaúcho cumpre, também, uma função anticíclica, quando apresenta comportamento idêntico ao do PILcf — caindo nas fases de queda e elevando-se nas fases de expansão —, indicando, assim, que o Estado deixa de arrecadar, liberando poder de

consumo. Pelo lado da despesa, no entanto, o setor público gaúcho tem um comportamento cíclico.

Concluindo-se, a esfera estadual cumpre uma função anticíclica nas fases descendentes da economia, elevando a taxa de crescimento das despesas totais da Administração Direta e do agregado despesa total do setor público estadual consolidado, esse nos períodos iniciais da série, enquanto as variáveis despesa total da Administração Descentralizada estadual, investimentos do setor público gaúcho e despesa total do setor público federal no Rio Grande do Sul acompanham o comportamento cíclico do PILcf-RS.

## **6 - LIBERDADE DO GOVERNO ESTADUAL NA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

### **6.1 - Considerações Iniciais**

Uma das características das finanças do Estado do Rio Grande do Sul — e certamente da maioria dos estados brasileiros — é a redução da sua liberdade na programação de seus gastos. Para melhor se compreender o significado dessa liberdade, não se pode divorciar desse conceito os dois agregados das finanças públicas, que são as despesas e receitas, bem como as causas determinantes do seu agravamento.

Neste estudo, tentar-se-á ver, dentro das despesas, os grupos que determinam o seu crescimento, bem como as causas que influem no crescimento das receitas. Para tanto, as despesas serão divididas em vinculadas e compulsórias que, somadas, formarão as despesas incompressíveis.

Nesta análise, a liberdade de programar do Estado será medida tanto pelo lado da despesa como pelo da receita.

### **6.2 - Despesas Vinculadas**

Despesas vinculadas são as decorrentes de receitas vinculadas a determinados programas. Portanto, no decorrer deste estudo, quando se mencionar uma ou outra estar-se-á falando do mesmo fenômeno.

A nível de Estado do Rio Grande do Sul existem, no período em estudo, dois tipos de despesas vinculadas: as de origem federal e as que foram instituídas por lei estadual. As primeiras são as transferências do Governo Federal ao Estado, cuja aplicação, de acordo com as características de que se revestem, tem destinação es-

pecífica determinada pela esfera mantenedora de tais recursos. As segundas são as criadas pelo próprio Governo do Estado com a finalidade de atender aos objetivos específicos.

Apresenta-se a seguir o conjunto de elementos dessa categoria, utilizado neste estudo.

#### a) De origem federal:

- Taxa Rodoviária Única-TRU;
- cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica-IUEE;
- cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País-IUMP;
- cota-parte do Fundo de Participação dos Estados-FPE.

#### b) De origem estadual:

- Taxa de Cooperação-Ovinos;
- Taxa de Educação;
- compensação referente ao ICM, conforme artigo 50 da Lei nº 5.373, de 27.12.66, Lei nº 5.626, de 12.07.68 e Lei 5.812, de 18.09.69;
- contribuição ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE, conforme Decreto-Lei 1.528, de 21.08.61 (1% da receita tributária estadual);
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul — formação da Carteira de Crédito Agrícola (80% dos dividendos devidos ao Estado);
- participação dos municípios no ICM (20% da arrecadação total);
- renda líquida da Loteria do Estado;
- PASEP;
- Fundo Operação Empresa-FUNDOPEN;



- dividendos da CEEE;
- TRU dos municípios (25% da receita arrecadada no Estado).

O universo de receitas vinculadas federais não foi considerado em toda a sua plenitude, tendo em vista que algumas receitas não passam pelo orçamento da Administração Direta — Fundo Rodoviário Nacional, Salário-Educação etc. —, mas, indiretamente, vêm acarretar, a médio prazo, um acréscimo das despesas compulsórias da Administração Direta, via transferência a autarquias e aumento de despesa para manutenção de prédios escolares.

Pelo lado das receitas vinculadas estaduais, observa-se que iniciam a partir de 1956 e que são as responsáveis pelo comando do universo de receitas vinculadas, conforme Tabela 56. O principal elemento que responde por essa supremacia estadual é a participação dos municípios no Imposto sobre Vendas e Consignações-IVC até 1966, e a partir de 1967, com a reforma tributária, no ICM.<sup>1</sup>

Detendo-se na análise do universo, ou seja, receitas vinculadas estaduais mais receitas vinculadas federais, observa-se que já no início da série, 1956, elas têm

uma participação significativa na despesa e receita total, 19,5% na primeira e 20,7% na segunda, ou seja, praticamente 1/5 do total dos gastos ou dos recursos do Estado. Em 1973, ponto final da série, a participação é ainda maior, 27,8% pelo lado da despesa e 29,7% pelo da receita.

No entanto a série apresenta dois períodos de flutuações diferentes, um de 1956 a 1964 e outro de 1965 a 1973. O quadro a seguir apresenta a média das participações nesses períodos.

O que se pretende evidenciar neste item é o significativo aumento na participação de um período para outro, tanto pelo lado da despesa como pelo da receita. Por outro lado, nota-se, tanto na média de participação por períodos como nas participações anuais, que a relação receitas vinculadas/receita total sempre apresenta uma maior taxa de participação que a relação receitas vinculadas/despesa total. Isso é devido ao fato de na despesa total estar incluído o déficit.

Assim sendo, essa significativa participação das receitas nas despesas e receitas totais vem em prejuízo da liberdade do Estado na programação dos seus in-

#### Quadro 1

Participação relativa das receitas vinculadas na despesa e receita total da Administração Direta estadual — 1956-64 e 1965-73

PERÍODOS	(%)	
	<u>RECEITAS VINCULADAS</u> DESPESA TOTAL	<u>RECEITAS VINCULADAS</u> RECEITA TOTAL (1)
1956 a 1964	14,02	14,96
1965 a 1973	22,10	24,61

FONTE: Tabela 56.

(1) Receita com operação de crédito.

<sup>1</sup> Embora se trate de receita estadual, trata-se de uma vinculação de origem constitucional, portanto independente de um ato voluntário estadual.

vestimentos, pois quanto maior a participação das receitas vinculadas, menor será o grau de liberdade na programação. E conforme se verificou, essa participação vem aumentando e repercutindo diretamente na diminuição do grau de liberdade.

### 6.3 - Despesas Compulsórias

De uma forma geral, define-se como despesas compulsórias o conjunto de gastos considerados mínimos à manutenção da máquina administrativa, funcionando ou não. Embora possa haver divergências quanto ao grau de compulsoriedade de certos gastos, para efeitos deste estudo e segundo o conceito citado, adotou-se o seguinte conjunto de despesas, cujos valores constam na Tabela 57:

- pessoal;
- amortização e juros da dívida pública;
- transferência a pessoas;
  - pensões;
  - proventos dos servidores inativos;
  - abono familiar;
  - salário-família;
- contribuições de previdência social;<sup>2</sup>
- transferências correntes para a Administração Indireta;<sup>3</sup>
- despesas com energia elétrica;
- locação de imóveis;
- despesas com comunicações.

É mister que se ressalte a existência de outras tantas categorias que poderiam estar incluídas nesse conjunto, são não o estando por dificuldades de captação desses elementos e por não prejudicarem a análise do trabalho.<sup>4</sup>

Constata-se na Tabela 58 que a categoria despesas com pessoal é a que tem, no decorrer de toda a série, a maior participação relativa; em segundo, vem a categoria transferências a pessoas, que na-

da mais é do que um segmento das despesas com pessoal, pois cobre as despesas com inativos, abono familiar, salário-família etc.; em terceiro lugar, vem a categoria transferências correntes para a Administração Indireta (autarquias e fundações), cujo destino é, basicamente, para pagamento de pessoal dessas instituições; após, vêm as categorias amortização, juros da dívida pública etc. Dessa forma, fica claro que o grosso das despesas compulsórias, cerca de 90%, é destinado para pagamento de pessoal.

O principal ponto a ser evidenciado neste item é a significativa participação que as despesas compulsórias têm no total das despesas ou das receitas (com e sem operações de crédito) da Administração Direta estadual. Conforme mostra a Tabela 59, a relação despesas compulsórias/despesas ou receitas totais não tiveram, no decorrer do período de 1947 a 1973, uma tendência que possa ser considerada como crescente. O que ocorre são dispersões em torno de uma média, que não chegam a ser significativas. Tirando-se uma média das participações no período, têm-se que as despesas compulsórias participam, em média, com 51,0% das despesas totais, 54,6% das receitas totais e com 57,9% das receitas totais sem operações de crédito. Assim, embora não crescentes, mas devido a sua grande participação nos agregados totais, as despesas compulsórias, juntamente com as vinculadas que foram crescentes, vêm

<sup>2</sup> Inclusive FGTS.

<sup>3</sup> Mormente para autarquias e fundações.

<sup>4</sup> Os casos particulares, tais como despesas com combustíveis e lubrificantes, fardamentos para a polícia militar, alimentação aos presos e etapas de alimentação na Secretaria de Segurança Pública, pagamentos determinados por sentença judiciária e outras de caráter compulsório a nível apenas de secretaria, não foram levados em consideração.

reduzindo a liberdade do Estado na programação de seus gastos, conforme demonstram a Tabela 60 e o Gráfico 1.

#### 6.4 - Formas de Ampliação da Liberdade de Programar

Viu-se no item 6.1 que a Administração Direta veio gradativamente perdendo seu poder de programar livremente suas despesas. Este item mostrará, dentro de sua pequena margem de manipulação, como o Estado ampliou seu raio de ação para satisfazer outras despesas, basicamente de capital.

Os diferentes graus de liberdade podem ser mensurados como segue:  $G_1 = RT' - DI$ , onde  $RT'$  corresponde à receita total da Administração Direta sem operações de crédito, e  $DI$  iguala despesas vinculadas mais despesas compulsórias;  $G_2 = RT - DI$ , onde  $RT$  corresponde à receita total com opera-

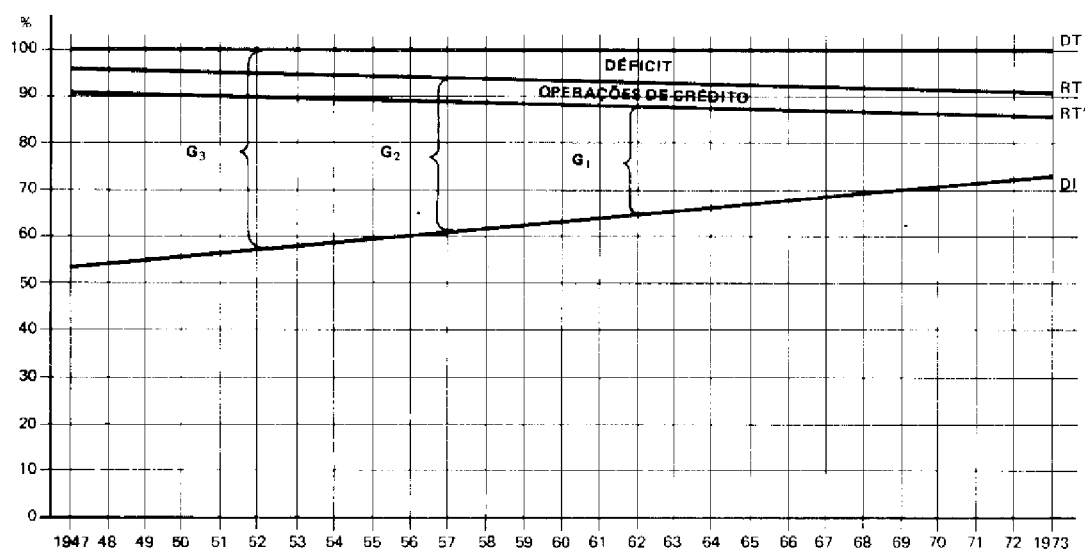
ções de crédito; e  $G_3 = DT - DI$ , onde  $DT$  representa a despesa total. Nesse caso,  $DT$  é igual à  $RT$  mais o déficit. Então  $G_3 > G_2 > G_1$ .

Assim,  $G_1$ ,  $G_2$ ,  $G_3$  estariam representando a maior ou menor disponibilidade de recursos que o Estado teria para alocar em outros setores não atingidos pelas despesas incompressíveis.

O Quadro 2, as Tabelas 60 e 61 e o Gráfico 1 mostram a evolução desses três graus de liberdade. Vê-se que, embora todos decresçam, o Estado aumenta o seu raio de manobra ao passar, sucessivamente, da primeira relação para a terceira. Em  $G_1$ , o Estado teria uma margem de manipulação de suas despesas, em 1947, de 47,4%, reduzindo-se sucessivamente para chegar a apenas 23,9% em 1973. Ao lançar mão de operações de crédito, sua margem de manipulação revela-se maior em comparação com  $G_1$ , 27,7% em 1973, e, ao fazer uso do déficit con-

GRÁFICO 1

#### GRAU DE LIBERDADE NA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1947-73



FONTE: Tabela 62

NOTA: DT = Despesa total da Administração Direta estadual; RT = Receita total da Administração Direta estadual; RT' = Receita total sem operações de crédito da Administração Direta estadual;  $G_1 = RT' - DI$ ,  $G_2 = RT - DI$ ,  $G_3 = DT - DI$ .

tido em  $G_3$ , esse embora ainda decrescente, essa mesma margem se amplia para 53,6% em 1947 e para 31,1% em 1973.

Assim, o Estado, face às crescentes despesas incomprimíveis, viu-se obrigado, para fazer frente aos investimentos, a lançar mão de novos tipos de recursos, operações de crédito e déficit, embora não conseguindo recuperar a margem de liberdade que o mesmo possuía nos primeiros anos da série, se tivesse se valido somente das receitas normais.

cado em um federalismo fiscal, centraliza, a nível da União, as decisões em matéria tributária, ficando, dessa forma, as esferas estaduais sem poder decisório para manipular os seus tributos.<sup>5</sup>

As despesas compulsórias, embora não estivessem contribuindo para o agravamento desse grau, porque tiveram uma participação relativa constante ao longo do período, não permitiram, contudo, que o Estado ampliasse sua liberdade em programar suas despesas.

Todavia as despesas vinculadas con-

## Quadro 2

Participação relativa dos graus de liberdade da Administração Direta estadual

ANOS	$G_1/RT$	$G_2/RT^1$	$G_3/DT$
1947	47,4	47,4	53,6
1950	34,8	34,8	42,3
1955	32,0	33,8	39,6
1960	25,9	34,4	34,7
1965	16,4	20,5	35,2
1970	23,3	25,8	29,7
1973	23,9	27,7	31,1

FONTE: Tabela 61.

### 6.5 - Causas da Diminuição da Liberdade de Programar

Feita a análise do grau de liberdade do Estado na programação de seus gastos, verificar-se-á, neste item, alguns dos motivos que influenciaram nessa perda. Esses motivos têm suas raízes explicativas tanto pelo lado dos gastos como pelo lado dos recursos. Pelo lado dos gastos pode-se atribuir a responsabilidade às despesas vinculadas e compulsórias, ao longo da série, pela diminuição dessa liberdade. Pelo lado dos recursos pode-se atribuir ao modelo tributário brasileiro que, cal-

tribuíram em muito para essa diminuição. Tanto as de origem federal como estadual cresceram de forma significativa. Nas estaduais pode-se citar, a partir de 1967, a participação dos municípios no ICM. Antes da reforma tributária, as transferências dos estados para os seus municípios eram baseadas no Art. 20 da Constituição Federal de 1946, que dizia o seguinte:

<sup>5</sup> Um exemplo disso é o ICM que, embora sendo um tributo estadual, tem suas alíquotas e a distribuição de sua receita determinadas pelo Governo Federal.

"Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta (30%) por cento do excesso arrecadado".

Com a reforma tributária em 1967, a situação ficou da seguinte forma, conforme Art. 23, item II, § 8º, da Constituição Federal de 1967: "Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item II, oitenta por cento (80%) constituirão receita dos Estados e vinte por cento (20%), dos municípios. As parcelas pertencentes aos municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito nas formas e nos prazos fixados em lei federal".

Essa transformação, por força constitucional, por si só explica o aumento desse elemento. As transferências, que antes eram de 30% de um excedente que poderia ocorrer ou não, de 1967 em diante passam a ocorrer sempre e de forma cada vez mais alta.

De outra forma, no longo período de 1956 a 1973, foram criadas outras vinculações, conforme Tabela 55. Dentre essas, as que mais se destacam, ao nível do crescimento em participação relativa, são: contribuição no BRDE; dividendos da CEEE, que têm seu início em 1965; Carteiras de Crédito Agrícola do BANRISUL, que a partir de 1968 começa a participar de forma mais acentuada; por fim tem-se, em 1970, a TRU dos municípios.

No que concerne às vinculações federais, tem-se as cotas-partes do IUEE, do IUMP e do FPE e a TRU que são criadas nos anos de 1960, 1965, 1967 e 1973, respectivamente. Dentre essas, a que mais se destaca é a cota-parte do FPE.<sup>6</sup>

Pelo lado dos recursos, viu-se, quando da análise do item 6.4, que, durante o período, na maior parte dos anos a recei-

ta (com ou sem operações de crédito) é sempre inferior à despesa.<sup>7</sup>

Esse fato pode ser explicado, em alguns pontos, por um crescimento real maior das despesas em relação à receita ou mesmo por um decréscimo na arrecadação, que pode ter suas origens em problemas exógenos. Por exemplo, sendo o Rio Grande do Sul um estado agroindustrial, onde o produto da indústria depende, em grande parte, da matéria-prima oriunda da agricultura, os problemas exógenos, tais como precipitações pluviométricas acima do normal, geadas muito fortes e secas prolongadas, interferem diretamente no produto final. Ora, sempre que um desses problemas se apresenta, resulta em uma queda no produto final, o que redundará no decréscimo da arrecadação.

Um outro ponto que afetou a arrecadação no Estado, mormente a partir de 1967, foi a política de incentivos fiscais orientada pelo Governo Federal a determinados produtos. Desse ano em diante foram concedidos benefícios, tais como imunidade, isenção, redução da base de cálculo e de alíquotas e crédito especial<sup>8</sup>, principalmente à exportação. Esses benefícios provocaram maior reflexo negativo na receita estadual, principalmente levando-se em conta o significativo coeficiente de abertura da economia gaúcha para o exterior, setor mais estimulado<sup>9</sup>. Por outro lado, o Estado também perde, a partir deste ano, o poder de alterar as alíquotas de sua principal fonte de receita que é o ICM.

<sup>6</sup> Esse fundo, a partir de 1978, foi totalmente desvinculado.

<sup>7</sup> No Gráfico 1, pode-se visualizar melhor esse fato.

<sup>8</sup> Sobre esses incentivos vide FUNDAÇÃO, op. cit., nota 11. cap. I.

<sup>9</sup> Todavia, a partir de 1978, além da desvinculação do FPE foram transferidos para o IPI os encargos decorrentes do crédito especial concedido ao ICM.

## 7 - RESUMO E CONCLUSÕES

Da descrição e análise feita no corpo dos seis capítulos precedentes a respeito da evolução e papel da economia pública gaúcha na economia como um todo, referente ao período de 1947 a 1973, pode-se tirar as seguintes conclusões:

No Capítulo 1, a exemplo do que ocorreu e vem ocorrendo na maioria dos países, inclusive o Brasil, a economia pública gaúcha vem ganhando participação na economia estadual, seja medida pelo lado de suas despesas ou pelo lado de suas receitas tributárias. Esse fato, apesar de algumas argumentações em contrário, está revelando que a atividade econômica dos Estados modernos tornou-se, cada vez mais, imprescindível no funcionamento da engrenagem de uma economia de mercado, cumprindo funções de acumulação de capital, de uma melhoria na reprodução de mão-de-obra, de absorção tanto de mão-de-obra como de excedentes de produção etc., tendo como objetivo o crescimento da economia, sua estabilização e uma menor concentração de sua renda.

Esse maior crescimento da economia pública gaúcha em relação à economia estadual se deu nas três esferas de governo, mas foi a esfera federal a que mais aumentou sua participação tanto em termos de despesa como, sobretudo, de receitas tributárias. Esse fato revela que, no decorrer do período estudado, principalmente a partir dos anos 60, o Governo Federal vem aumentando seu poder de comando sobre as demais esferas de governo e sobre a economia gaúcha.

A carga tributária no Rio Grande do Sul como no Brasil, apesar das modificações estruturais por que passou sua eco-

nomia e do crescimento de sua renda "per capita", permaneceu predominantemente indireta se forem considerados somente os impostos e taxas. Isso também ocorre, no seu conceito amplo, se foram alocadas, na carga tributária indireta e não na direta, as contribuições obrigatórias como as de previdência social, a exceção da paga pelos empregados, o FGTS, o PIS-PASEP, conforme se argumentou no item 1.2 do Capítulo 1, deste trabalho.

No estudo das despesas classificadas por funções constatou-se que foram as com Energia, Bem-Estar Social e Indústria e Comércio as que mais cresceram no período, constituindo-se, como tal, nas principais responsáveis pelo ganho de participação do setor público na economia. Essas atividades representam os novos campos de atuação do estado moderno na economia, sem abandono das funções tradicionais, com o objetivo, principalmente, de acelerar seu crescimento.

No estudo das despesas constatou-se uma certa especialização de cada esfera de governo na execução das mesmas. Assim, na classificação das despesas por funções, Transporte e Comunicações, Indústria e Comércio e Bem-Estar Social vêm sendo, cada vez mais, executadas pelo Governo Federal; Energia, Educação e Saúde estão sendo executadas pelo Governo Estadual e a Função Serviços Urbanos vem sendo repartida entre esse e os governos municipais. Por outro lado, as despesas com Defesa e Segurança que eram, no início, executadas basicamente pelo Governo Federal, vêm sendo repartidas entre esse e o Governo Estadual. Na classificação por categorias econômicas ou natureza das despesas, o Gover-

no Federal vem aumentando sua participação nas transferências correntes ao setor privado; os Governos Estadual e Municipal vêm aumentando sua participação nas despesas de capital, cabendo contudo o maior peso ao Estado.

A nível de setor público gaúcho, isto é, incluindo as três esferas de governo, as despesas de capital, sobretudo as de investimento, e as despesas de transferências correntes ao setor privado aumentaram sua participação no total das despesas, em detrimento das despesas de custeio, até o início da década de 70<sup>1</sup>.

Em razão dos argumentos expostos nos itens 1.2 e 1.3.2 do Capítulo 1, apesar dos aumentos das despesas de transferências correntes, tanto nas despesas totais como no PILcf-RS, através das mesmas, não se pôde identificar, na economia gaúcha, nenhuma tendência da economia pública a cumprir uma função redistribuidora de renda. Se houve essa função, a mesma se fez através das despesas com educação, saúde, alimentação escolar etc., via aumento da capacidade de melhor absorver conhecimentos e de trabalhar das classes de menor renda.

No estudo das razões empíricas do crescimento da economia pública, viu-se, no Capítulo 2, que todas as teorias apresentam uma parcela de verdade, no que se refere ao crescimento da economia pública gaúcha. Assim, as teorias fundamentadas na baixa produtividade dos serviços públicos, como na complexidade crescente da burocracia estatal, explicam, em parte, o crescimento das despesas executadas com os chamados serviços públicos tradicionais, como educação, saúde, defesa e segurança, justiça etc., pois que, para sua prestação, se verifica o emprego de uma tecnologia mão-de-obra intensiva e ao mesmo tempo sua organização burocrática se torna mais complexa à medida que tais serviços crescem; a hipótese de Peacock e Wise-

man, sobretudo em relação à Administração Direta do Estado, porque suas despesas estão mais ou menos limitadas pela sua receita tributária, devido aos limites de suas operações de crédito e tendo em vista que os estados-membros não possuem prerrogativas para emitir moeda para financiar seus déficits; a hipótese de Musgrave, tendo em vista o estágio de desenvolvimento por que vinha e vem passando a economia gaúcha, a partir de 1947. Mas são a lei de Wagner e a ideologia política as que parecem dar uma melhor explicação do crescimento da economia pública gaúcha, a primeira, por indicar que, apesar do grande crescimento das despesas de caráter empresarial, foram as despesas de caráter social, bem-estar, educação etc., núcleo básico de sua lei, as que mais cresceram no período; a segunda, porque foi neste período, sobretudo a partir da década de 50, que a ideologia do desenvolvimento econômico tomou corpo no Brasil e no Rio Grande do Sul e a economia estatal foi um fator decisivo para concretizá-la.

No estudo das razões teóricas do crescimento da economia pública verificou-se que, pela sua abrangência, embora partam de pontos de vista diferentes, foram as teorias Marxista e Pós-Keynesiana, de origem francesa, as que melhor explicam o crescimento da economia pública gaúcha e brasileira. As duas correntes citadas, de origem americana, estão mais fundamentadas na absorção do excedente de produção, no sentido de ampliar a demanda efetiva por bens e serviços do setor privado e,

<sup>1</sup> A partir de 1974, testes efetuados a nível da economia pública estadual constataram uma queda dos seus investimentos. Esse fato, que deve estar ocorrendo também com as demais esferas de governo, face à crise econômica a partir de 1973, deve estar alterando a tendência verificada acima.

como tal, manter o funcionamento da economia em pleno emprego, explicando melhor, assim, a economia pública dos Estados Unidos. A teoria fundamentada na microeconomia explica um conjunto de bens públicos e alguns de caráter empresarial, mas não é suficiente para explicar todo o campo abrangido pela economia pública no seu conceito amplo.

Viu-se, também, que a tendência à centralização da economia pública, embora com graus diferentes, é um fenômeno universal e não peculiar ao caso brasileiro, em razão da ação do estado moderno como planejador e formulador da política econômica.

No que se refere ao estudo das despesas por categorias econômicas, restrito ao campo do setor público estadual, isto é, excluindo o federal e municipal, verificou-se, conforme se vê no Capítulo 3 o seguinte:

a) uma redução, ao longo do período de 1947 a 1973, da participação das despesas de custeio, devido tanto às despesas com pessoal e outras despesas de custeio; todavia, em relação ao PILcf, a participação das despesas com pessoal se manteve mais ou menos constante ao longo da série. As despesas correntes, apesar do aumento das transferências correntes, também tiveram uma participação decrescente em favor, sobretudo, do aumento de participação das despesas com investimentos, o que vem revelando um aumento da capacidade de investir do Estado até 1973<sup>2</sup>;

b) uma função de custeio da máquina administrativa, mais a cargo da Administração Direta Estadual, ao passo que a função investimento está cada vez mais a cargo da sua Administração Indireta e essa se faz, principalmente, nos setores de infra-estrutura econômica: Transporte, Energia etc. Todavia, pelo lado do financiamento dos investimentos, verifica-se que uma grande parte do mesmo está a car-

go da Administração Direta;

c) no teste da hipótese de Hirschman, que a ação do Estado na economia, em matéria de investimentos, se deu mais por escassez do que por excesso, ou seja, os investimentos públicos se realizaram sob pressão das exigências das atividades do setor privado;

d) que, a precariedade dos dados estatísticos não permitiu uma comprovação segura da função absorvedora de emprego por parte da economia pública; contudo ficou evidente que a relação pessoal ocupado em atividades públicas/empregados assalariados urbanos cresceu, passando de 18,46% em 1950 para 20,14% em 1970, conforme Tabela 43. Por outro lado, ficou evidente que o mesmo absorve uma alta percentagem de mão-de-obra não qualificada, embora essa percentagem seja decrescente no período, cedendo lugar a uma absorção crescente de mão-de-obra qualificada de nível médio.

O Capítulo 4 apresenta que a economia pública estadual, para cumprir suas novas funções na economia, descentralizou-se administrativamente. De início predominaram as formas de organização autárquicas, mas à medida que essas funções cresceram, umas já geridas sob a forma de organização autárquica, outras ainda no seio da Administração Direta, houve uma nova transformação institucional, passando-se a optar, de preferência, por sociedades de economia mista, em vista da predominância das atividades de caráter empresarial, para administração das quais essa forma jurídica se revela mais adequada para alcançar o requisito da eficiência econômica.

Constatou-se, ainda, que a Administração Descentralizada vem ganhando parti-

<sup>2</sup> A partir de 1974, como já se mencionou, o Estado começou a dar sinais de perda de sua capacidade de investir.



cipação no total das despesas realizadas pelo setor público estadual, representando, em 1973, mais de 50% da mesma. Por outro lado, como já se fez menção, a Administração Descentralizada vem cumprindo uma função investidora, principalmente a partir de 1960, representando, nos últimos anos do período, uma média de 80% dos investimentos realizados pelo setor público estadual.

No estudo do papel do setor público no ciclo da economia gaúcha, abordado no Capítulo 5, verificou-se que a esfera estadual cumpre uma função anticíclica nas fases de queda da economia, mas foi a sua Administração Direta a que exerceu esse papel em todos os períodos da série estudada, ao passo que a administração estadual consolidada só desempenhou-o no primeiro período da série; os demais agregados da economia pública gaúcha, tais como despesas federais e investimento público total, não cumpriram uma função anticíclica, pois os mesmos acompanharam o comportamento cíclico da economia.

No estudo da evolução da liberdade

do Governo Estadual na programação das despesas da Administração Direta, apresentado no Capítulo 6, percebe-se claramente ao longo do período de 1947 a 1973, conforme Gráfico 1, que a mesma vem paulatinamente perdendo essa liberdade, devido, principalmente, às receitas vinculadas de origem federal e estadual. A ampliação da liberdade em programar suas despesas tem sido conferida pelas fontes de financiamento oriundas das operações de crédito e dos déficits orçamentários.

Essas foram as conclusões que se pôde tirar do estudo do crescimento e transformação por que vem passando a economia pública gaúcha, para desempenhar seu papel na economia rio-grandense; algumas tiveram caráter universal; outras são próprias do Estado Brasileiro, como as referentes ao maior grau de dependência das Unidades Federativas ao Governo Central, no que se refere à manipulação de suas receitas e despesas, tendo em vista tratar-se de um país de organização federativa, onde se pressupõe um maior grau de liberdade dos estados-membros.



# APÊNDICE METODOLÓGICO



## 1 - ABRANGÊNCIA DOS DADOS

Face à dificuldade de conceituação teórica dos diferentes setores de governo utilizados neste trabalho, optou-se por uma enumeração dos órgãos que compõem cada um deles. Por outro lado, no que diz respeito à estrutura das despesas e receitas, foram adotadas as definições da Lei 4320 de 17.03.64, considerando-se, porém, como inversões financeiras toda a participação em aumento de capital.

*Setor Público Federal no Rio Grande do Sul:* compreende as despesas federais no Rio Grande do Sul, conforme discriminação abaixo:

- a) Administração Direta e Autárquica: série de salários e ordenados (1947-69) e uma série de investimentos em formação bruta de capital fixo (1947-67) mais as despesas dos seguintes órgãos: Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (1960-73), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE (1970-73), Superintendência Nacional da Marinha Mercante-SUNAMAM (1971-73), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (1970-73), Fundação Universidade Federal de Pelotas-FUFPEL (1970-73), Instituto Nacional de Previdência Social-INPS (1967-73), Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis-DNPVN (1967-73), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (1966-73), Departamento Nacional de Estradas de Ferro-DNEF (1961-73), Departamento Nacional de Obras e Saneamento-DNOS (1964-73), Univer-

sidade Federal de Santa Maria-UFSM (1964-73), Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários-IAPC (1947-65), Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Servidores Portuários-IAPFESP (1954-60), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER (série investimentos entre 1970-73 e projeções entre 1953-69). Para o período de 1970 a 1973 foram utilizadas unicamente as despesas da Publicação Agregados Econômicos Regionais, Vol. I e II, 1977 da FGV/IBRE/SUDESUL, que, além das despesas referidas, contém outras, sendo, portanto, mais completo o universo abrangido. As despesas dessa publicação foram somadas as do DNER, por julgar-se não estarem as mesmas nela compreendidas.

- b) Administração Empresarial: compreende as seguintes empresas: Refinaria Alberto Pasqualini-REFAP (1962-73), Banco do Brasil S/A-BB (1970-73), Banco da Amazônia S/A-BASA (1970-73), Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC (1970-73), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT (1969-73), Centrais Elétricas do Sul-ELETROSUL (1970-73), Rede Ferroviária Federal S/A-RFFSA (1960-73), Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL (1971-73). As receitas do setor público federal são, basicamente, as da Administração Direta, acrescidas das seguintes arrecadações: contribui-

ções de previdência social (1967-73), PIS (1970-73), PASEP (1970-73) e FGTS (1970-73).

**Setor Público Estadual Consolidado:** compreende a consolidação<sup>1</sup> das receitas e das despesas da Administração Direta e Indireta Estadual do Rio Grande do Sul de 1947 a 1973.

**Setor Público Municipal do Rio Grande do Sul:** compreende as receitas e despesas das Administrações Diretas Municipais do Rio Grande do Sul de 1947 a 1973.

**Setor Público Gaúcho:** compreende a consolidação do setor público federal, do setor público estadual consolidado e do setor público municipal do Rio Grande do Sul.

## 2 - DESPESAS POR FUNÇÕES

A classificação das despesas por função é a estabelecida pela Lei Federal 4320 de 17.03.64. No período anterior (1947-63), para a Administração Indireta utilizou-se o critério da característica predominante do órgão (exemplo: o DEAL foi classificado na função Indústria e Comércio e o DAER na função Transporte) e para a Administração Direta foi feita uma adaptação da Lei 2416 de 17.07.40, que adotava uma classificação das despesas por serviços para a Lei 4320 de 17.03.64.

A classificação das despesas por funções refere-se às grandes faixas ou campos de atuação do Estado na economia, com o objetivo de prestar um bem ou serviço à sociedade, tais como: educação, saúde, estradas etc. Nas 10 funções estabelecidas pela Lei 4320 de 17.03.64 estão contidos os seguintes campos:

- a) Governo e Administração: encontram-se as despesas com sua função legislativa, judiciária e executiva a nível de administração superior; despesas com suas relações exteriores, planejamento, assessoramento técnico, estatística etc.
- b) Administração Financeira: contém as despesas com arrecadação e fiscalização de tributos; despesas

com os serviços de contabilidade da receita e da despesa; despesas com o serviço da dívida etc.

- c) Defesa e Segurança: contém as despesas realizadas para prestar defesa e segurança terrestre, marítima e aérea; despesas com segurança do trânsito, contra sinistros e serviços penitenciários etc.
- d) Recursos Naturais e Agropecuários: contém as despesas realizadas com a assistência e fomento à produção animal, vegetal e mineral; despesas com energia elétrica, carbonífera; despesas com imigração e colonização etc.
- e) Viação, Transporte e Comunicações: contém despesas com a construção de rodovias, ferrovias, aeroportos e hidrovias; despesas com telecomunicações etc.
- f) Indústria e Comércio: inclui as despesas realizadas com os investimen-

<sup>1</sup> Consiste na eliminação das duplicações de valores originadas das transferências entre a Administração Direta e Indireta e entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, alocando-se as receitas na origem e as despesas no destino.

- tos e atividades industriais, comerciais, silos, armazéns, frigoríficos, abastecimento, turismo etc.
- g) Educação e Cultura: contém todas as despesas realizadas com o ensino em todos os seus níveis; com a educação física, com o patrimônio artístico e histórico etc.
- h) Saúde: inclui as despesas com assistência médico-hospitalar, médico-ambulatorial, assistência à maternidade e infância; despesas com profilaxia de moléstias infecto-contagiosas, higiene, controle e erradicação de endemias, saneamento, educação sanitária etc.
- i) Bem-Estar Social: inclui as despesas com previdência social, assistência social, assistência a menores, ao trabalho; despesas com habitação etc.
- j) Serviços Urbanos: contém as despesas com serviços de água e esgotos, limpeza pública, iluminação pública, ruas, avenidas, praças, parques, jardins, feiras, matadouros, cemitérios etc.

### **3 - DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

As despesas por categorias econômicas são classificadas também de acordo com a Lei 4320, no período de 1964 a 1973. No período de 1947 a 1963 foi feita uma adaptação para essa lei das despesas dos balanços, tanto da Administração Direta como da Indireta. A classificação das despesas, por categorias econômicas estabelecidas pela Lei 4320 de 17.03.64, se refere à natureza da despesa realizada, isto é, se destinada ao custeio ou manutenção das atividades do Estado ou do setor privado ou, ainda, se destinada ao aumento e modernização das referidas atividades. Assim:

- nas despesas de custeio estão incluídas as despesas com manutenção de serviços anteriormente criados pelo Estado, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis e imóveis; são despesas realizadas com pagamento de pessoal, civil e militar, com material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos;

- nas transferências correntes estão incluídas as despesas que o Estado faz ao setor privado, sem exigência de contrapartida direta de bens e serviços, tais como subvenções sociais, econômicas, juros da dívida pública, inativos, pensionistas, salário-família, abono familiar etc;<sup>2</sup>
- nos investimentos estão contidas as despesas realizadas com obras públicas, equipamentos, instalações, material permanente e despesas com estudos e projetos;
- nas inversões financeiras estão contidas as despesas com aquisição de imóveis e de títulos representativos de capital de empresas privadas, isto é, não classificadas como economia mista ou empresa pública

<sup>2</sup> Face à consolidação do setor público, todas as transferências entre órgãos públicos são canceladas.

ca, assim como outros ativos financeiros, isto é, fundos rotativos etc<sup>3</sup>;

- nas transferências de capital estão contidas as despesas que o Go-

verno faz, sem contrapartida direta de bens e serviços ao setor privado, tais como amortização da dívida pública, auxílio para investimentos etc<sup>4</sup>.

#### 4 - METODOLOGIA DA VERIFICAÇÃO DO CICLO

Sendo o objetivo principal do Capítulo 5 a verificação de ciclos na economia do Rio Grande do Sul, foi montado um teste, não paramétrico, de verificação de tendência e presença de ciclo para o PILcf-RS, o qual forneceu os parâmetros comparativos de quedas e de ascensões, pontos de máxima e mínima do movimento oscilatório da série. Os resultados dessa verificação foram utili-

zados como padrão de referência para o comportamento histórico das demais variáveis abordadas pelo estudo.

Além disso, a metodologia desenvolvida para verificação cíclico-aleatória da variável PILcf-RS é utilizada para verificar, também, os movimentos oscilatórios de outras variáveis endógenas e exógenas<sup>5</sup>. Veja os cálculos no item 6 deste Apêndice.

#### 5 - LIMITAÇÕES

A primeira limitação deste trabalho, além das já citadas na introdução, decorreu da impossibilidade de captar-se todo o universo das despesas executadas pelo setor público federal no Rio Grande do Sul, durante o período de 1947 a 1970, devido ao fato de sua apropriação ser feita segundo o local de pagamento e não segundo o destino, isto é, o local onde efetivamente a despesa foi realizada. Face a isso, valeu-se de uma série de levantamentos efetuados pela Fundação Getúlio Vargas, tais como salários e ordenados, formação de capital fixo e outros tipos de despesas efetuadas pela administração não empresarial<sup>6</sup>. Sabe-se, contudo, que, devido à causa ci-

tada, esses dados não abrangem todas as despesas federais no Rio Grande do Sul, sobretudo às referentes a transferências

<sup>3</sup> Face à consolidação do setor público, todas as participações em aumento de capital das sociedades de economia mista são canceladas.

<sup>4</sup> Face à consolidação do setor público, todas as transferências entre órgãos públicos são canceladas.

<sup>5</sup> Para maiores esclarecimentos vide CAJIBAU, Herbert. Estatística econômica. Porto Alegre, UFRGS, 1970.

JOHNSTON, Y. Métodos econométricos. São Paulo, Atlas, 1971.

<sup>6</sup> Vide lista dos órgãos no item 1 deste Apêndice.

correntes ao setor privado. Por outro lado, embora represente mais de 90% das despesas federais de caráter empresarial, estão representados no seu universo somente os seguintes órgãos: a Refinaria Alberto Pasqualini, desde a sua implantação; Banco da Amazônia, de 1970 a 1973; Banco do Brasil, de 1970 a 1973; Banco Nacional de Crédito Cooperativo, de 1970 a 1973; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de 1967 a 1973; ELETROSUL, de 1970 a 1973; Rede Ferroviária Federal, de 1960 a 1973<sup>7</sup>; Companhia Brasileira de Alimentação, de 1971 a 1973. Entretanto, no período de 1970 a 1973, o universo das despesas federais cobriu, praticamente, todo o seu universo, face aos novos levantamentos efetuados pela Fundação Getúlio Vargas, abrangendo todas as categorias de despesa; persistem, contudo, as mesmas dificuldades de captação das despesas, face ao critério de apropriação referido.

A segunda limitação refere-se ao cálculo dos investimentos em rodovias efetuados pelo Governo Federal no Rio Grande do Sul. Contando-se com uma série de investimentos realizados no período de 1970 a 1973 e de uma série de quilômetros de estradas construídas anualmente, no período de 1953 a 1973, estimou-se, com base nos preços médios dos anos de 1970 e 1973, o custo unitário do quilômetro para os anos compreendidos entre 1953 e 1970. Esse procedimento, utilizado para reconstrução de séries estatísticas, na falta de dados reais, tem o inconveniente de não levar em conta nem as possíveis melhorias de produtividade, nem as diferenças de custos, devido, no caso, à topografia do terreno e à melhor qualidade de uma rodovia em relação a outra.

Assim, no que se refere às despesas do setor público federal, procurou-se cobrir, à medida do possível, o seu universo, mesmo às custas de aparentes duplicações; mas essas foram aceitas para preencher uma parte das despesas não captadas

e que realmente foram executadas no Rio Grande do Sul. Através desse procedimento espera-se ter captado ao menos 80% das despesas federais aqui realizadas.

A terceira limitação refere-se à adaptação da classificação das despesas constantes da Lei 2416 de 1940, que vigorou até 1963, e à classificação das despesas por funções e por categorias econômicas, contidas na Lei 4320 que entrou em vigor no Rio Grande do Sul a partir de 1964. Embora se tenha agido com o máximo cuidado e não se tenha encontrado grandes dificuldades, toda adaptação acarreta, necessariamente, algumas imperfeições.

A quarta limitação refere-se à adaptação da série de salários e investimentos da Administração Direta do Governo Federal, referente ao período de 1947 a 1969, à classificação por funções segundo a Lei 4320, pois tomou-se como base para tal transformação os coeficientes de participação que as mesmas apresentaram no período de 1970 a 1973. Isso supõe uma permanência de estrutura de participação dessas funções entre si. Todavia, essa limitação é atenuada, tendo em vista que são poucas as funções de despesas executadas diretamente pela Administração Direta federal no Rio Grande do Sul, resumindo-se, basicamente, às de Defesa e Segurança, Agricultura e Pecuária e Saúde. As demais funções de despesas são executadas, predominantemente, pelos órgãos da sua Administração Indireta, tais como Educação, Transporte e Comunicações, Energia, Bem-Estar Social, Serviços Urbanos, e essas foram classificadas segundo o órgão executor, isto é, se executadas pelos órgãos de previdência social, seriam classifica-

<sup>7</sup> Antes de 1960 ela está incluída no setor público estadual. O mesmo fato ocorre com a Aços Finos Piratini, pois até 1975 ela estava subordinada ao Estado do Rio Grande do Sul.

das na função Bem-Estar Social etc. Esse mesmo critério foi aplicado para se classificar as despesas executadas pelos órgãos da Administração Indireta estadual referente ao período de 1947 a 1963.

A quinta limitação refere-se às despesas classificadas por categorias econômicas realizadas pelos municípios. Elas só aparecem com essa classificação a partir de 1960. Antes foi impraticável sua classificação pela impossibilidade de obten-

ção de séries de todos os municípios com a classificação pela natureza da despesa constante da Lei 2416 de 17.07.40.

A sexta limitação refere-se ao universo temporal do trabalho (1947-73). A razão disso reside na indisponibilidade de dados sobre a renda estadual (PILcf), fora desse período, e em ser esse mesmo período o abrangido pela série "25 Anos de Economia Gaúcha", no qual se insere o presente trabalho.



6. Teste para Verificação de Tendência e Presença de Ciclo no PILcf  
no Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	TESTE DE TENDÊNCIA			DETERMINAÇÃO COMPONENTE TENDENCIAL		ELIMINAÇÃO COMPONENTE TENDENCIAL	
	t	PILcf-RS $Y_t$	Ranks P	Escores Positivos P	$\bar{Y}_{c,t} = ae^{bx}$ $\bar{Y}_{c,t}$	Fator de Correção ( $\gamma$ ) $1,00215839$ $\bar{Y}_\gamma$	Resíduos $Y_t - Y_\gamma$ $r_t$
1947	1	17 586,4	2	25	17 618	17 656	-70
1948	2	17 377,3	1	25	18 555	18 595	-1 218
1949	3	18 353,3	3	24	19 541	19 583	-1 230
1950	4	19 741,9	4	23	20 580	20 624	-882
1951	5	21 587,2	5	22	21 673	21 720	-133
1952	6	23 773,2	6	21	22 825	22 874	-899
1953	7	24 999,1	7	20	24 039	24 091	908
1954	8	27 257,5	8	19	25 316	25 371	1 887
1955	9	28 274,3	9	19	26 662	26 720	1 554
1956	10	31 027,9	10	17	28 079	28 140	2 888
1957	11	31 485,3	11	16	29 572	29 636	1 849
1958	12	32 344,2	13	14	31 144	31 211	1 133
1959	13	32 190,7	12	14	32 799	32 870	-679
1960	14	33 466,5	14	13	34 542	34 617	-1 151
1961	15	35 678,5	15	12	36 378	36 457	-779
1962	16	39 199,8	16	11	38 312	38 395	805
1963	17	39 612,1	17	10	40 348	40 435	-823
1964	18	40 057,3	18	9	42 493	42 585	-2 528
1965	19	42 392,4	19	8	44 751	44 848	-2 456
1966	20	43 511,6	20	7	47 130	47 232	-3 720
1967	21	44 043,6	21	6	49 635	49 742	-5 698
1968	22	48 610,4	22	5	52 274	52 387	-3 777
1969 (1)	23	54 689,7	23	4	55 052	55 171	-481
1970 (1)	24	61 201,4	24	3	57 978	58 103	3 098
1971 (1)	25	65 948,4	26	1	61 060	61 191	4 757
1972 (1)	26	65 650,0	25	1	64 305	64 443	1 207
1973 (1)	27	72 495,8	27	0	67 723	67 868	4 628
$\Sigma$	-	1 012 564,8	-	348	1 010 384	1 012 565	-10

FORTE: Tabela 1.

(1) Projeções preliminares.

Verificação da presença da Componente Tendencial

Escore Total:

$$S = 2P - \frac{1}{2} n(n-1)$$

$$S = 2 \times 348 - 0,5 \times 27(26) = 345$$

$$S' = S / -1 = 344$$

$$\sigma_s = \sqrt{\frac{n(n-1)(2n+5)}{18}} = 47,97$$

$$Z_c = \frac{S' - 0}{\sigma_s} = \frac{344}{47,97} = 7,17$$

$Z_t = 1,96$  (Teste bicaudal)

$Z_c > Z_t$ , existe grande probabilidade da série conter TENDÊNCIA a um nível de significância de 5%

Cálculo do Coeficiente de variação residual ( $\gamma_r$ ):

$$\sigma_r^2 = \frac{\sum r_t^2}{n} - \frac{156493658}{27} = 5.796.061,41$$

$$\sigma_r = 2407,5$$

$$\gamma_r = \frac{\sigma_r}{\bar{y}_t} = \frac{2407,5}{37502,4} = 0,0642 + 6,42\%$$

Verificação da presença de CICLO:

Seqüência de tamanho 1 -  $f_1 = 4$

Seqüência de tamanho 2 -  $f_2 = 3$

Seqüência de tamanho 3 -  $f_3 = 3$

Cálculo das freqüências teóricas:

$$f_{t_1} = \frac{5(n-3)}{12} = 10,00$$

$$f_{t_2} = \frac{11(n-4)}{60} = 4,22$$

$$f_{t_3} = \frac{4n-21}{60} = 1,45$$

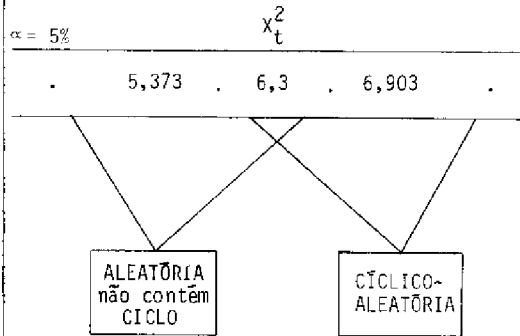
$f_i$	$f_{t_i}$	$(f_i - f_{t_i})$	$(f_i - f_{t_i})^2$
4	10,00	-6,00	36,0000
3	4,22	-1,22	1,4884
3	1,45	1,55	2,4025

Determinação da variável  $\chi_c^2$ , conforme cálculos procedidos, obtêm-se:

$$\chi_c^2 = \frac{(f_1 - f_{t_1})^2}{f_{t_1}} + \frac{(f_2 - f_{t_2})^2}{f_{t_2}} + \frac{(f_3 - f_{t_3})^2}{f_{t_3}}$$

$$= \frac{36}{10} + \frac{1,4884}{4,22} + \frac{2,4025}{1,45} = 5,6096$$

$$\therefore \chi_c^2 = 5,6096$$



A série é CÍCLICO-ALEATÓRIA ( $5,373 < \chi_c^2 < 6,3$ )

Teste do coeficiente de correlação (r): ( $t_{n-2, g, l, \alpha}$ )

$$t_t = 1,71$$

$$\alpha = 0,05$$

$$r^2 = 0,980728255$$

$$t_{c,r} = \sqrt{\frac{n-2}{1-r^2}} \cdot r = \sqrt{\frac{25}{0,01927}} \cdot 0,9903 = 35,6684$$

$t_{c,r} > t_t$ , significa que o coeficiente de correlação (r) é altamente significativo

Valores calculados na função  $Y = ae^{bx}$ :

$$R^2 = 0,980728255$$

$$\alpha = 16729,06226$$

$$\hat{\beta} = 0,051788286$$

$$F = 1272,235914$$

$$T_c = 35,66841620$$

$$\hat{\beta}, r$$

**ANEXO**

**23**

Tabela 1

Produto Interno Líquido a custo de fatores-PILcf e Deflator do  
Rio Grande do Sul e do Brasil — 1947-73

ANOS	PILcf-RS VALOR NOMINAL (Cr\$ 1 000)	PILcf-RS VALOR REAL (Cr\$ 1 000) (1)	PILcf-BR VALOR REAL (Cr\$ 1 000) (1)	DEFLATOR (2) DISPO- NIBILIDADE INTERNA - COL. 2 DA REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA
1947	14 093,4	17 586,4	172 890,4	87
1948	15 434,0	17 377,3	185 763,1	93
1949	18 353,3	18 353,3	198 041,7	100
1950	21 199,3	19 741,9	210 914,4	111
1951	24 224,8	21 587,2	223 391,0	129
1952	30 684,4	23 773,2	242 799,1	145
1953	39 624,5	24 999,1	248 938,4	166
1954	50 549,5	27 257,5	274 089,7	211
1955	65 445,2	28 274,3	292 903,7	245
1956	86 346,2	31 027,9	302 211,6	294
1957	100 197,3	31 485,3	326 570,8	336
1958	112 416,0	32 344,2	351 722,1	380
1959	146 031,7	32 190,7	371 328,2	524
1960	200 684,0	33 466,5	407 371,8	677
1961	296 881,5	35 678,5	449 356,6	927
1962	510 085,7	39 199,8	472 923,6	1 407
1963	915 790,8	39 612,1	480 251,1	2 467
1964	1 763 153,1	40 057,3	494 312,1	4 699
1965	2 749 774,5	42 392,4	507 778,9	7 370
1966	3 838 438,8	43 511,6	533 722,4	10 173
1967	5 029 340,4	44 043,6	559 269,8	13 048
1968	6 719 932,5	48 610,4	611 354,7	16 208
1969	8 966 456,0	54 689,7	666 410,3	19 572
1970	11 728 121,2	61 201,4	729 783,7	23 445
1971	15 160 391,4	65 948,4	812 169,0	28 236
1972	18 848 614,7	65 650,0	896 534,8	33 027
1973	26 463 514,5	72 495,8	-	38 022

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1974. v.1.

(1) A preços de 1949. (2) Utilizado para deflacionar as demais variáveis à exceção do PILcf - BR e RS.



## público gaúcho — 1947-73

(Cr\$ i 000)

1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
2 988	7 801	14 638	23 599	34 850	74 374	119 240	128 753	154 870	148 954	206 472	308 238	498 457
5 213	8 788	19 419	15 001	7 635	27 240	33 295	14 919	254 572	214 922	522 126	577 689	795 424
8 150	14 970	31 193	52 383	76 313	116 279	149 007	177 636	258 414	496 988	543 452	611 833	838 981
13 302	22 639	45 051	61 075	87 872	183 940	190 806	281 199	394 247	556 511	727 298	1 247 528	1 619 194
10 278	17 142	32 576	39 109	62 251	144 164	130 685	219 410	338 289	552 215	671 089	1 172 125	1 531 523
3 024	5 497	12 475	21 965	25 621	39 775	50 121	61 789	55 958	4 296	56 209	75 403	87 671
15 554	28 879	41 693	86 436	291 545	310 143	313 962	460 651	599 102	847 993	1 268 270	1 874 297	2 485 423
15 542	28 864	40 620	80 984	281 979	294 679	285 307	413 878	441 828	722 102	1 152 878	1 548 312	2 062 975
12	15	1 073	5 452	9 566	15 464	28 655	46 773	157 274	125 891	115 392	325 985	422 448
14 344	22 642	28 434	72 198	90 548	129 354	179 084	348 422	476 230	1 073 423	1 841 262	1 902 653	2 988 363
12 874	18 187	31 132	66 723	115 712	161 795	234 274	285 135	364 159	494 381	656 137	870 174	1 163 667
1 405	2 449	7 076	7 947	9 513	16 701	22 154	29 168	39 229	61 427	79 524	97 537	156 183
9 506	14 190	22 577	79 221	204 533	160 853	299 956	722 646	1 136 614	1 558 369	1 916 560	2 694 856	3 541 592
3 609	5 507	9 743	28 830	20 396	53 330	73 018	106 802	136 930	158 321	205 477	248 463	383 816
87 045	146 052	250 956	503 413	938 917	1 226 424	1 604 746	2 555 333	3 814 376	5 611 289	7 606 578	10 469 267	14 471 130

## federal do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ i 000)

1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
498	990	2 267	4 759	4 741	7 619	9 624	10 308	15 708	23 766	42 323	49 968	62 447
2 936	5 942	13 603	28 554	28 447	45 715	57 744	62 332	94 254	38 267	34 636	43 820	60 289
5 360	10 773	22 822	48 114	48 239	77 113	96 773	103 886	157 689	336 403	354 988	363 432	481 702
1 494	2 970	6 802	14 278	14 224	23 037	29 250	31 885	49 677	132 491	176 346	276 587	192 165
-	-	-	-	-	-	-	-	-	97 383	129 250	214 592	127 824
1 494	2 970	6 802	14 278	14 224	23 037	29 250	31 885	49 677	35 108	47 096	61 995	64 341
7 046	20 053	27 213	52 060	224 055	174 878	188 225	236 518	182 570	440 088	731 943	951 089	1 238 640
7 046	20 053	27 213	52 060	224 055	174 878	188 225	236 518	161 431	394 755	693 036	909 558	1 174 907
-	-	-	-	-	-	-	-	21 139	45 333	38 907	41 531	63 733
-	516	1 856	4 862	12 686	13 366	17 471	70 135	207 781	571 112	835 762	1 160 060	1 640 825
3 224	4 960	6 742	17 628	29 651	39 779	63 427	52 310	72 978	101 625	129 706	183 929	221 634
-	-	-	-	-	-	-	-	-	5 568	5 758	3 563	6 599
2 124	2 926	4 283	33 060	49 991	27 609	72 529	431 933	734 226	1 020 633	1 364 411	2 010 561	2 628 765
-	-	-	9 583	13 728	14 331	11 742	14 761	16 954	6 474	12 960	10 072	8 981
22 682	48 614	85 588	212 918	425 762	423 450	516 785	1 014 148	1 531 247	2 671 537	3 678 823	5 053 832	6 542 047

## consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ i 000)

1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
4 078	6 776	12 287	14 680	30 109	44 753	73 930	89 281	58 706	72 154	99 626	170 815	315 590
3 022	3 661	6 333	6 106	13 573	17 342	98 503	121 487	378 869	466 542	703 144	771 557	1 106 187
2 788	4 197	8 371	14 269	28 075	39 137	52 234	72 740	99 669	158 406	185 415	243 450	351 651
11 760	19 591	38 089	46 538	73 648	159 179	148 660	244 515	338 289	454 832	541 840	957 533	1 403 699
10 278	17 142	32 576	39 109	62 251	144 164	130 685	219 410	338 289	454 832	541 840	957 533	1 403 699
1 482	2 449	5 513	7 429	11 397	15 015	17 975	25 105	-	-	-	-	-
10 118	14 673	25 449	32 564	67 490	115 024	120 813	166 846	337 131	315 953	395 496	741 484	993 390
10 106	14 658	24 376	27 112	57 924	99 560	92 158	120 073	200 996	235 395	319 011	457 030	634 675
12	15	1 073	5 452	9 566	15 464	28 655	46 773	136 135	80 558	76 485	248 454	358 715
14 344	22 126	26 578	67 336	95 376	115 439	160 661	276 575	265 240	497 502	735 502	730 167	1 333 366
6 756	11 946	22 015	44 743	86 061	108 442	149 117	197 298	238 775	318 709	420 059	534 012	747 850
1 119	2 111	6 449	6 611	9 513	13 580	17 788	22 188	29 017	39 463	50 682	60 946	104 114
-	1 188	5 631	32 678	63 299	106 455	154 356	211 929	314 589	387 866	486 781	574 333	771 679
920	1 039	1 441	4 633	6 668	14 502	21 311	38 085	51 613	55 474	63 638	83 610	125 388
56 987	87 308	152 642	270 361	473 812	733 864	997 373	1 440 944	2 111 900	2 766 911	3 682 183	4 868 057	7 252 914

Tabela 5

Despesa, por funções, da Administração Direta do setor

FUNÇÕES	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Governo e administração geral ...	32	45	56	62	69	76	94	115	135	185	212	278	343
Administração financeira .....	48	55	66	68	86	94	142	151	158	245	244	384	467
Defesa e segurança .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos naturais e agropecuários	2	3	4	4	3	6	9	10	8	11	11	24	27
Energia elétrica .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros .....	2	3	4	4	3	6	9	10	8	11	11	24	27
Viação, transporte e comunicações	72	84	100	127	113	121	97	160	268	384	350	733	623
Viação e transporte .....	72	84	100	127	113	121	97	160	268	384	350	733	623
Comunicações .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria e comércio .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação e cultura .....	29	39	53	64	80	85	128	161	164	214	290	443	514
Saúde .....	11	13	15	17	20	22	26	38	43	50	49	102	122
Bem-estar social .....	35	51	83	86	127	159	146	264	275	400	1 494	505	800
Serviços urbanos .....	48	134	177	202	225	266	476	385	410	759	968	1 568	1 675
<b>TOTAL</b> .....	<b>327</b>	<b>425</b>	<b>554</b>	<b>630</b>	<b>723</b>	<b>828</b>	<b>1 118</b>	<b>1 284</b>	<b>1 461</b>	<b>2 248</b>	<b>3 618</b>	<b>4 037</b>	<b>4 571</b>

FONTE: FINANÇAS PÚBLICAS. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, v. 4/16, 1947/1959.

FINANÇAS PÚBLICAS: orçamentos e balanços municipais. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, v. 36, n. 326-8, abr./dez. 1976.

NOTA: Os dados referentes ao período de 1960 a 1972 são estimativa da FEE.

Tabela 6

Despesa, por funções, da Administração

FUNÇÕES	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Governo e administração geral ...	90	146	233	136	154	197	277	417	621	1 077	1 575	1 986	2 107	3 228	4 006
Administração financeira .....	138	122	139	261	269	331	456	459	524	496	536	788	1 080	1 284	3 070
Defesa e segurança .....	113	128	148	135	149	217	276	455	537	746	1 093	1 149	1 355	2 049	2 786
Recursos naturais e agropecuários	85	91	82	80	102	278	141	178	198	286	297	407	741	2 849	4 470
Energia elétrica .....	14	6	78	37	3	203	29	30	2	-	3	-	-	1 538	2 988
Outros .....	71	85	4	43	99	75	112	148	196	286	294	407	741	1 311	1 482
Viação, transporte e comunicações	567	646	766	885	1 193	1 062	1 215	466	604	904	1 314	1 323	1 997	3 567	4 858
Viação e transporte .....	567	645	765	883	1 192	1 060	1 213	464	603	898	1 308	1 316	1 998	3 561	4 846
Comunicações .....	-	1	1	2	1	2	2	2	1	6	6	7	9	6	12
Indústria e comércio .....	21	35	44	23	40	38	48	84	79	100	145	181	182	125	560
Educação e cultura .....	162	188	181	219	254	284	343	554	652	848	1 475	1 946	2 669	5 289	8 758
Saúde .....	57	63	66	86	79	123	135	284	209	413	518	617	612	849	1 199
Bem-estar social .....	222	237	287	69	109	130	162	348	441	496	898	1 281	1 726	2 583	3 484
Serviços urbanos .....	17	19	38	47	64	56	88	228	358	214	287	230	1 363	719	920
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 472</b>	<b>1 675</b>	<b>1 984</b>	<b>1 941</b>	<b>2 413</b>	<b>2 716</b>	<b>3 142</b>	<b>3 473</b>	<b>4 223</b>	<b>5 580</b>	<b>8 138</b>	<b>9 908</b>	<b>13 832</b>	<b>22 542</b>	<b>34 113</b>

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1977.

Tabela 7

Despesa, por funções, da Administração

FUNÇÕES	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Governo e administração geral ...	5	8	6	6	7	8	11	16	19	21	28	34	39
Administração financeira .....	-	-	-	71	101	120	155	201	236	361	608	659	754
Defesa e segurança .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos naturais e agropecuários	38	78	115	82	209	252	229	415	536	658	987	1 427	1 516
Energia elétrica .....	38	78	115	82	209	252	229	415	536	658	987	1 427	1 516
Outros .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viação, transporte e comunicações	452	753	593	606	658	832	1 001	1 751	1 962	2 540	3 882	4 263	4 873
Viação e transporte .....	452	753	593	606	658	832	1 001	1 751	1 962	2 540	3 882	4 263	4 873
Comunicações .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria e comércio .....	67	541	535	69	632	1 160	225	846	968	2 142	2 141	571	2 806
Educação e cultura .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bem-estar social .....	14	202	23	42	62	99	109	125	242	295	405	427	581
Serviços urbanos .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b> .....	<b>576</b>	<b>1 582</b>	<b>1 272</b>	<b>876</b>	<b>1 669</b>	<b>2 471</b>	<b>1 730</b>	<b>3 354</b>	<b>3 953</b>	<b>5 957</b>	<b>8 051</b>	<b>7 381</b>	<b>10 569</b>

FONTE: CONSOLIDACÃO GERAL DAS CONTAS DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL 1964/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1965/1974.

BALANÇO ANUAL DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA ESTADUAL 1947/1963. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1974.

## público municipal do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
496	623	1 207	1 780	3 958	-	21 972	28 415	27 088	33 335	51 412	64 523	87 455	120 450
590	651	1 095	2 096	3 555	-	7 252	10 400	23 205	34 217	44 904	65 382	115 412	123 048
-	-	-	-	-	-	-	-	1 011	1 657	2 179	3 049	4 951	5 628
37	49	77	161	260	-	1 723	2 897	4 799	6 281	6 228	9 113	13 408	23 270
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37	49	77	161	260	-	1 723	2 897	4 799	6 281	6 228	9 113	13 408	23 270
655	870	505	1 017	1 791	-	20 240	34 924	57 286	79 403	91 652	140 831	181 724	253 393
655	870	505	1 017	1 791	-	20 240	34 924	57 286	79 403	91 652	140 831	181 724	253 393
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	869	952	1 712	3 209	4 809	9 998	12 426	14 172
694	892	1 280	2 375	4 352	-	13 574	22 680	35 527	52 497	74 047	106 382	152 233	194 183
134	206	338	628	1 336	-	3 112	4 366	6 980	10 212	16 396	23 084	33 028	45 470
1 154	1 578	3 156	3 534	8 079	-	13 346	20 658	27 264	42 429	52 344	75 368	109 961	141 148
2 552	3 904	5 734	8 519	12 438	-	24 600	65 424	67 332	87 489	118 508	128 879	190 781	249 447
8 314	8 773	13 392	20 110	35 769	72 987	106 688	190 716	252 204	350 729	462 479	626 409	901 379	1 170 209

## Direta do Rio Grande do Sul — 1947-76

(Cr\$ 1 000)

1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
6 671	12 083	16 547	26 749	43 485	71 120	47 893	59 256	71 828	99 287	170 439	315 413	345 010	679 389	905 132
3 422	5 893	30 144	53 214	79 908	132 520	225 107	330 095	391 949	495 514	622 295	902 538	1 325 843	2 195 237	2 834 133
4 197	8 371	14 269	28 075	39 135	52 234	72 740	99 669	158 406	185 415	243 499	351 651	463 860	626 435	865 681
5 702	12 526	7 516	44 009	44 753	50 868	61 659	72 119	104 104	86 732	187 703	269 956	341 260	565 146	514 459
3 253	7 013	1 238	34 655	31 739	35 424	38 614	36 140	59 890	31 512	115 668	175 988	208 612	401 218	309 092
2 449	5 513	6 278	9 354	13 014	15 444	23 045	35 979	44 254	55 220	72 035	94 008	132 648	163 928	206 367
6 157	13 131	5 210	4 299	9 042	55 547	78 117	106 490	158 205	229 846	299 687	322 340	417 829	673 159	1 128 423
6 142	12 058	5 075	865	1 057	49 834	73 076	84 898	158 155	214 676	274 812	296 840	381 611	621 160	1 076 744
15	1 073	135	3 434	7 985	5 713	5 041	21 592	50	15 170	24 875	25 500	35 218	51 999	51 679
1 428	1 467	2 669	4 669	8 635	23 015	32 093	40 781	61 632	75 944	129 777	205 182	300 958	337 388	486 368
11 946	22 015	44 709	86 037	108 403	148 891	196 799	237 188	317 315	418 231	528 140	734 966	1 067 175	1 814 256	2 492 085
2 111	6 448	6 612	9 514	13 590	17 787	22 188	29 017	39 463	50 682	60 946	104 114	149 507	276 844	546 665
4 611	11 471	23 328	41 584	74 522	105 596	161 243	217 864	245 647	300 908	325 368	450 306	571 486	787 523	1 310 761
1 039	1 441	5 048	6 965	10 975	5 286	7 458	21 050	7 746	15 285	10 744	16 074	132 766	1 000	12 120
47 284	94 846	156 052	307 115	432 450	662 864	905 297	1 213 529	1 555 295	1 957 844	2 578 598	3 672 580	5 115 695	7 956 379	11 098 828

## Indireta do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
63	72	105	204	400	754	1 030	1 251	64	552	1 656	1 489	1 676	3 777
1 191	1 900	3 234	6 537	10 720	20 202	25 521	38 107	74 237	148 999	204 203	391 565	386 587	546 676
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 954	7 290	13 889	25 563	39 201	64 033	148 686	126 354	216 091	301 360	390 634	486 520	820 250	1 200 109
3 954	7 290	13 889	25 563	28 032	33 681	78 087	68 955	134 607	181 670	235 598	278 960	510 482	764 601
-	-	-	-	11 169	30 352	70 599	57 399	81 484	119 690	155 036	207 560	309 768	435 508
3 463	5 457	8 516	12 318	30 889	62 223	111 531	112 225	160 306	316 777	314 401	369 665	714 771	960 626
3 463	5 457	8 516	12 318	25 437	52 657	96 067	83 570	113 533	180 641	233 843	293 180	432 817	604 659
-	-	-	-	5 452	9 566	15 464	28 655	46 773	136 135	80 658	76 485	281 954	355 967
7 145	12 258	17 703	19 528	44 296	67 992	60 825	76 184	120 503	145 447	325 792	467 044	407 975	875 156
-	-	-	-	60	106	240	713	1 250	3 148	4 512	6 336	11 821	20 302
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
724	1 078	1 569	3 444	8 286	18 507	26 684	50 694	84 258	106 176	179 528	199 020	256 015	349 572
-	-	-	-	59	279	7 550	16 826	35 149	41 063	30 729	60 057	79 465	115 660
16 540	28 055	45 016	67 594	133 921	224 096	382 067	422 354	691 657	1 063 522	1 472 855	2 001 696	2 678 560	4 071 878



Tabela 8

Despesas, por categorias econômicas,

ANOS	DESPESAS CORRENTES				
	Despesas de Custeio			Transferências	Total
	Pessoal	Outras	Total		
1947	1 222	1 155	2 377	86	2 463
1948	1 758	1 863	3 621	110	3 731
1949	1 894	2 079	3 973	119	4 092
1950	2 063	1 432	3 495	164	3 659
1951	2 434	2 463	4 897	214	5 111
1952	2 770	3 519	6 289	253	6 542
1953	3 199	2 693	5 892	639	6 531
1954	3 428	4 054	7 482	931	8 413
1955	4 524	4 499	9 023	1 406	10 439
1956	7 995	6 764	14 769	1 451	16 210
1957	10 075	9 109	19 184	1 878	21 062
1958	10 867	11 450	22 317	2 324	24 641
1959	14 196	16 318	30 514	3 216	33 730
1960	21 669	15 332	37 001	6 623	43 624
1961	31 688	22 836	54 524	9 323	63 847
1962	51 357	36 334	87 691	12 253	99 944
1963	111 552	39 807	151 359	29 014	180 373
1964	263 400	63 435	326 835	51 292	378 127
1965	397 594	81 921	479 515	99 498	579 013
1966	542 631	144 030	686 661	121 602	808 263
1967	750 603	231 376	981 979	202 632	1 184 611
1968	879 782	420 057	1 299 839	544 508	1 844 347
1969	1 181 452	714 388	1 895 840	927 010	2 822 849
1970	1 600 565	914 264	2 514 829	1 369 458	3 884 287
1971	2 060 021	1 487 881	3 547 902	1 721 504	5 269 406
1972	2 506 084	2 027 580	4 533 664	2 473 444	7 007 108
1973	3 360 416	2 430 623	5 791 039	3 855 216	9 646 255

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 9, 10 e 11.

do setor público gaúcho — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

DESPEAS DE CAPITAL				
Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências	Total	TOTAL GERAL
379	1	91	471	2 934
197	...	189	386	4 117
495	...	200	695	4 787
750	...	210	960	4 619
829	5	229	1 063	6 174
789	...	229	1 018	7 560
2 297	11	170	2 478	9 009
3 145	12	124	3 281	11 694
2 875	5	247	3 127	13 566
2 748	12	164	2 924	19 134
4 368	242	299	4 909	25 971
5 386	161	448	5 995	30 636
4 278	118	242	4 638	38 368
13 492	412	496	14 400	58 024
21 434	643	1 121	23 198	87 047
44 016	546	1 546	46 108	146 052
83 042	10 733	2 112	70 583	250 956
77 549	33 877	13 860	125 286	503 413
288 609	50 836	20 459	359 904	938 917
322 543	74 621	21 887	418 161	1 226 424
296 087	83 672	40 377	420 136	1 604 746
555 329	112 754	42 903	710 986	2 555 333
759 913	130 065	101 548	991 527	3 814 376
1 154 275	268 978	303 749	1 727 002	5 611 289
1 659 803	157 119	520 250	2 337 172	7 606 578
2 500 453	283 872	677 834	3 462 159	10 469 267
3 454 674	434 740	935 461	4 824 875	14 471 130

Tabela 9

Despesas, por categorias econômicas, do setor

ANOS	DESPESAS CORRENTES				
	Despesas de Custeio			Transferências	Total
	Pessoal	Outras	Total		
1947	497	1	498	53	551
1948	558	2	560	67	627
1949	653	42	695	72	767
1950	723	3	726	95	821
1951	928	23	951	122	1 073
1952	1 071	24	1 095	161	1 256
1953	1 302	34	1 336	182	1 518
1954	1 398	80	1 478	375	1 853
1955	1 932	86	2 018	536	2 554
1956	4 311	92	4 403	745	5 148
1957	3 814	140	3 954	1 166	5 120
1958	4 606	175	4 781	1 397	6 178
1959	6 722	374	7 096	1 918	9 014
1960	9 155	803	9 958	2 454	12 412
1961	11 091	1 052	12 143	2 503	14 646
1962	23 388	1 535	24 923	4 000	28 923
1963	51 823	4 511	56 334	7 133	63 467
1964	148 567	5 036	153 603	15 652	169 255
1965	165 999	8 283	174 282	27 097	201 379
1966	246 464	9 178	255 642	135	255 777
1967	346 580	12 983	359 563	14 568	374 131
1968	324 752	148 986	473 738	288 838	762 576
1969	488 789	327 255	816 044	527 708	1 343 752
1970	716 146	391 119	1 107 265	899 320	2 006 585
1971	857 988	648 299	1 506 287	1 189 419	2 695 706
1972	1 039 047	814 130	1 853 177	1 820 217	3 673 394
1973	1 262 558	1 048 175	2 310 733	2 405 136	4 715 869

FONTE: FGV.

FGV/IBRE.

SUDESUL. Agregados econômicos regionais. Porto Alegre, 1977. v.1, 2 e 3.

Dados fornecidos diretamente pelas empresas.

NOTA: Os dados do período de 1947 a 1969 tiveram como fonte a série de salários capital fixo do mesmo órgão.

público federal no Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências	Total	
102	1	...	103	654
127	...	...	127	754
326	...	...	326	1 093
550	...	...	550	1 371
591	...	...	591	1 664
442	...	...	442	1 698
1 758	...	...	1 758	3 276
2 157	...	...	2 157	4 010
1 892	...	...	1 892	4 446
1 496	...	...	1 496	6 644
2 555	...	...	2 555	7 675
4 459	...	...	4 459	10 637
2 752	...	...	2 752	11 766
7 079	...	...	7 079	19 491
8 036	...	...	8 036	22 682
19 535	156	...	19 691	48 614
21 865	256	...	22 121	85 588
43 562	101	...	43 633	212 918
224 171	212	...	224 383	425 762
167 467	506	...	167 973	423 450
142 553	101	...	142 654	516 785
248 111	3 461	...	251 572	1 014 148
186 568	927	...	187 495	1 531 247
510 675	958	153 319	664 952	2 671 537
739 440	7 779	235 907	983 126	3 678 832
985 725	6 346	387 616	1 379 687	5 053 081
1 201 165	15 036	609 977	1 826 178	6 542 047

e ordenados da FGV e os do período de 1947 a 1967, a série de dados sobre a formação bruta

## Despesas, por categorias econômicas, do setor público

ANOS	DESPESAS CORRENTES				
	Despesas de Custeio			Transferências	Total
	Pessoal	Outras	Total		
1947	723	827	1 550	85	1 635
1948	1 197	1 435	2 632	357	2 989
1949	1 199	1 522	2 721	186	2 907
1950	1 340	799	2 139	180	2 319
1951	1 498	1 728	3 226	247	3 473
1952	1 709	2 666	4 375	288	4 663
1953	1 897	1 541	3 438	684	4 122
1954	2 232	2 690	4 922	822	5 744
1955	2 588	2 952	5 540	1 293	6 833
1956	3 683	4 424	8 107	1 594	9 701
1957	6 266	5 351	11 617	1 670	13 287
1958	6 890	5 028	11 918	2 066	13 984
1959	7 473	11 505	18 978	2 639	21 617
1960	11 057	12 303	23 360	5 724	29 084
1961	16 318	18 685	35 003	8 005	43 008
1962	23 453	30 991	54 444	10 289	64 733
1963	51 892	30 535	82 427	24 955	107 382
1964	99 860	45 883	145 743	47 508	193 251
1965	196 665	58 715	255 380	94 823	350 203
1966	250 886	112 191	363 077	139 828	502 905
1967	331 897	163 173	495 070	267 700	762 770
1968	465 855	212 344	678 199	374 881	1 053 080
1969	560 068	303 469	863 528	572 163	1 435 690
1970	725 176	411 061	1 136 277	695 061	1 831 299
1971	988 097	567 898	1 555 995	881 587	2 437 582
1972	1 167 105	848 258	2 015 363	1 127 508	3 142 871
1973	1 616 880	1 366 013	2 982 893	1 593 207	4 576 100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 12 e 13.

estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências	Total	
277	-	91	368	2 003
70	-	189	259	3 248
169	-	200	369	3 276
200	-	210	410	2 729
238	5	229	472	3 945
347	-	229	576	5 239
539	11	170	720	4 842
1 052	12	124	1 188	6 932
983	5	247	1 235	8 068
1 252	12	164	1 428	11 129
1 813	242	299	2 354	15 641
2 511	161	448	3 120	17 104
1 526	118	242	1 886	25 503
5 928	394	352	6 674	35 758
12 496	581	902	13 979	56 987
21 335	278	962	22 575	87 308
33 418	10 447	1 395	42 260	152 642
30 677	33 663	12 770	77 110	270 361
54 311	50 253	19 046	123 609	473 812
137 899	73 331	19 729	230 959	733 864
115 761	81 338	37 505	234 603	997 373
243 613	106 158	38 158	387 864	1 440 944
458 876	124 775	92 558	676 210	2 111 900
534 538	264 348	136 726	935 612	2 766 911
834 662	142 386	267 613	1 244 601	3 682 183
1 228 789	265 078	231 319	1 725 186	4 868 057
2 003 502	401 638	271 674	2 676 814	7 252 914

Tabela 11

## Despesas, por categorias econômicas, da Administração Direta

ANOS	DESPESAS CORRENTES				
	Despesas de Custeio			Transferências	Total
	Pessoal	Outras	Total		
1947	...	327	327	-	327
1948	...	425	425	-	425
1949	...	554	554	-	554
1950	...	630	630	-	630
1951	...	723	723	-	723
1952	...	829	829	-	829
1953	...	1 118	1 118	-	1 118
1954	...	1 284	1 284	-	1 284
1955	...	1 461	1 461	-	1 461
1956	...	2 248	2 248	-	2 248
1957	...	3 618	3 618	-	3 618
1958	...	4 037	4 037	-	4 037
1959	...	4 571	4 571	-	4 571
1960	2 559	2 226	4 785	882	5 667
1961	3 413	3 099	6 512	1 078	7 590
1962	4 514	3 808	8 322	1 228	9 550
1963	8 139	6 617	14 756	2 152	16 908
1964	14 972	12 516	27 488	3 768	31 256
1965	34 932	14 923	49 855	11 220	61 075
1966	45 524	22 661	68 185	19 274	87 459
1967	65 856	55 220	121 076	26 762	147 838
1968	89 175	58 727	147 902	34 747	182 649
1969	132 595	83 676	216 271	53 762	270 033
1970	159 244	109 477	268 721	67 315	336 036
1971	213 937	157 786	371 723	92 682	464 405
1972	299 932	181 878	481 810	138 492	620 302
1973	390 977	221 457	612 434	183 753	796 187

FONTE: FEE.

FINANÇAS PÚBLICAS. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, v. 4/16,

FINANÇAS PÚBLICAS: orçamentos e balanços municipais. Rio de Janeiro, Ministério

NOTA: Os dados, que tiveram como fonte estimativa da FEE, referem-se ao período de 1960

do setor público municipal do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

DESpesas DE CAPITAL				TOTAL GERAL
Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências	Total	
...	...	...	...	327
...	...	...	...	425
...	...	...	...	554
...	...	...	...	630
...	...	...	...	723
...	...	...	...	829
...	...	...	...	1 118
...	...	...	...	1 284
...	...	...	...	1 461
...	...	...	...	2 248
...	...	...	...	3 618
...	...	...	...	4 037
...	...	...	...	4 571
485	18	144	647	6 314
902	62	219	1 183	8 773
3 146	112	584	3 842	13 392
2 455	30	717	3 202	20 110
3 310	113	1 090	4 513	35 769
10 127	371	1 414	11 912	72 987
16 287	784	2 158	19 229	106 688
37 773	2 233	2 872	42 878	190 716
61 610	3 135	4 810	69 555	252 204
67 343	4 363	8 990	80 696	350 729
109 062	3 673	13 708	126 443	462 479
138 260	7 014	16 730	162 004	626 409
209 730	12 448	58 899	281 077	901 379
302 146	18 065	53 810	374 022	1 170 209

1947/1959.

da Fazenda, v. 36, n. 326-8 abr./dez. 1976.

a 1972.



Tabela 12

Despesas, por categorias econômicas, da

ANOS	DESPESAS CORRENTES				
	Despesas de Custeio			Transferências	Total
	Pessoal	Outras	Total		
1947	525	567	1 092	161	1 253
1948	762	573	1 335	239	1 574
1949	862	753	1 615	254	1 869
1950	987	429	1 416	309	1 725
1951	1 093	770	1 863	337	2 200
1952	1 160	779	1 939	396	2 335
1953	1 231	841	2 072	829	2 901
1954	985	1 159	2 144	1 024	3 168
1955	1 094	1 043	2 137	1 710	3 847
1956	1 744	1 018	2 762	2 360	5 122
1957	3 264	1 436	4 700	2 825	7 525
1958	3 642	2 337	5 979	3 293	9 272
1959	4 118	6 105	10 223	3 031	13 254
1960	7 451	3 211	10 662	8 451	19 113
1961	10 876	3 894	14 770	11 793	26 563
1962	15 317	6 213	21 530	15 292	36 822
1963	34 844	12 112	46 956	31 390	78 346
1964	70 684	15 135	85 819	42 145	127 964
1965	139 308	20 292	159 600	69 369	228 969
1966	187 544	31 067	218 611	109 776	328 387
1967	235 030	63 264	298 294	231 125	529 419
1968	334 765	65 606	400 371	349 146	749 517
1969	388 319	102 601	490 920	476 062	966 982
1970	493 502	127 782	621 284	580 013	1 201 297
1971	703 737	146 480	850 217	742 953	1 593 170
1972	789 640	268 463	1 058 103	890 311	1 948 414
1973	1 083 968	492 833	1 576 801	1 226 500	2 803 301
1974	1 506 579	643 408	2 149 987	1 650 487	3 800 474
1975	2 410 610	876 822	3 287 432	2 550 982	5 838 414
1976	3 567 524	1 036 476	4 604 000	3 623 887	8 227 887

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria

## Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-76

(Cr\$ 1 000)

DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências	Total	
189	...	30	219	1 472
17	...	84	101	1 675
75	...	40	115	1 984
110	...	106	216	1 941
107	5	101	213	2 413
290	...	91	381	2 716
115	11	115	241	3 142
205	12	88	305	3 473
224	5	147	376	4 223
312	12	134	458	5 580
352	22	239	613	8 138
495	31	110	636	9 908
345	36	197	578	13 832
1 791	280	1 358	3 429	22 542
2 403	414	4 733	7 550	34 113
2 731	39	7 692	10 462	47 284
3 401	1 085	12 014	16 500	94 846
3 344	3 733	21 011	28 088	156 052
41 076	6 471	30 594	78 146	307 115
49 641	14 164	40 258	104 063	432 450
49 944	19 789	63 712	133 445	662 864
68 617	12 511	74 652	155 780	905 297
100 914	36 629	109 004	246 547	1 213 529
134 140	31 201	199 656	354 997	1 556 294
91 987	41 948	230 739	364 674	1 957 844
243 660	65 783	320 741	630 184	2 578 598
437 190	67 070	365 019	869 279	3 672 580
615 826	106 256	593 136	1 315 218	5 115 692
776 013	249 740	1 092 209	2 117 962	7 956 376
263 298	923 670	1 183 973	2 870 941	11 098 828

da Fazenda, 1948/1977.

Tabela 13

Despesas, por categorias econômicas, da Administração Indireta

ANOS	DESPEAS CORRENTES				
	Despesas de Custeio			Transferências	Total
	Pessoal	Outras	Total		
1947	196	253	449	7	456
1948	432	852	1 284	192	1 476
1949	333	754	1 087	10	1 097
1950	349	357	706	28	734
1951	401	1 025	1 426	47	1 473
1952	544	1 718	2 262	85	2 347
1953	629	662	1 291	83	1 374
1954	1 187	1 458	2 645	89	2 734
1955	1 406	1 808	3 214	198	3 412
1956	1 822	3 273	5 095	251	5 346
1957	2 815	3 648	6 463	329	6 792
1958	2 993	2 355	5 348	345	5 693
1959	3 349	5 386	8 735	481	9 216
1960	2 982	8 518	11 500	553	12 053
1961	4 491	13 565	18 056	1 078	19 134
1962	6 815	21 524	28 339	1 324	29 663
1963	14 052	16 812	30 864	2 747	33 611
1964	29 176	30 748	59 924	15 186	75 110
1965	57 357	38 441	95 798	34 717	130 515
1966	67 342	77 124	144 466	45 491	189 957
1967	96 867	99 908	196 775	62 516	259 291
1968	131 090	146 739	277 829	97 114	374 943
1969	171 749	200 856	372 605	148 869	521 474
1970	231 776	283 173	514 949	208 993	723 942
1971	284 360	421 418	705 778	230 288	936 066
1972	377 465	579 794	957 259	344 452	1 301 711
1973	532 912	373 176	1 406 088	505 287	1 911 375

FORNE: CONSOLIDAÇÃO GERAL DAS CONTAS DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL 1964/1973. Porto  
BALANÇO ANUAL DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA ESTADUAL 1947/1963. Porto

do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	Inversões Financeiras	Transferências	Total	TOTAL GERAL
87	-	33	120	576
52	-	54	106	1 582
93	-	82	175	1 272
89	-	53	142	876
130	-	66	196	1 669
57	-	67	124	2 471
291	-	65	356	1 730
590	-	30	620	3 354
473	-	78	551	3 963
596	-	15	611	5 957
994	220	45	1 259	8 051
1 359	130	199	1 688	7 381
1 181	82	90	1 353	10 569
4 137	114	236	4 487	16 540
8 700	167	54	8 921	28 055
14 714	239	400	15 353	45 016
24 093	9 362	528	33 983	67 594
27 522	31 270	19	58 811	133 921
48 552	43 749	1 280	93 581	224 096
82 697	66 272	451	192 110	382 067
108 055	54 198	810	163 063	422 354
221 041	94 755	1 120	316 914	691 857
410 771	100 632	30 645	542 048	1 063 522
451 093	257 965	39 456	748 514	1 472 455
754 372	119 306	191 952	1 065 630	2 001 696
1 013 225	228 329	135 295	1 376 849	2 678 560
1 641 561	367 121	151 821	2 160 503	4 071 878

Alegre, Secretaria da Fazenda, 1965/1974.

Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1964.





Tabela 17

Receita, por categorias econômicas, da Administração Direta do setor

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Receitas correntes .....	315	428	580	675	734	859	1 140	1 241	1 479	2 118	3 003	3 482	4 290	7 047	9 397	14 289
Receitas tributárias .....	239	244	362	438	503	585	797	865	1 015	1 437	1 796	2 314	2 458	1 904	2 958	5 478
Impostos diretos .....	10	15	27	22	30	32	66	64	83	92	...	...	...	608	1 013	2 430
Impostos indiretos .....	151	149	197	221	248	265	353	411	494	593	807	897	1 051	671	1 026	1 510
Outras receitas tributárias .....	78	80	138	195	225	288	378	390	438	762	989	1 417	1 407	625	909	1 538
Receita patrimonial .....	5	6	8	6	6	7	11	14	15	19	25	34	49	33	72	112
Receita industrial .....	68	74	84	87	84	104	122	118	138	209	285	304	323	372	572	814
Transferências correntes ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 243	3 405	4 014
Receitas diversas .....	3	104	126	144	141	163	210	244	311	453	897	830	1 460	2 496	2 390	3 841
Receitas de capital .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	354	457	1 870
Operações de crédito .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	153	1 508
Transferências de capital ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109	162	124
TOTAL DAS RECEITAS .....	315	428	580	675	734	859	1 140	1 241	1 479	2 118	3 003	3 482	4 290	7 401	9 854	16 129

FONTE: FEE.

FINANÇAS PÚBLICAS. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, v. 4/16, 1947/1959.

FINANÇAS PÚBLICAS: orçamentos e balanços municipais. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, v. 36, n. 326-8, abr./dez. 1976.

NOTA: Os dados, que tiveram como fonte estimativa da FEE, referem-se ao período de 1960 a 1972.

Tabela 18

Receita, por categorias econômicas, da Administração

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Receitas correntes .....	1 259	1 580	1 624	1 650	2 345	2 557	2 855	3 065	3 738	5 206	6 834	8 156	13 108	19 794	26 625
Receitas tributárias .....	742	1 051	1 060	1 093	1 541	1 799	2 136	2 728	3 350	4 838	6 455	7 723	11 674	17 638	24 014
Imposto sobre transmissão "causa mortis" e "inter-vivos" .....	59	68	68	75	102	115	155	197	242	296	282	439	521	665	822
Imposto sobre transmissão de bens imóveis ..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto territorial rural .....	17	34	34	34	35	68	66	76	86	94	116	119	118	133	168
Impostos diretos .....	76	102	102	109	137	182	221	273	328	390	398	558	639	798	990
Impostos sobre vendas e consignações (2) .....	541	730	774	841	1 069	1 266	1 676	2 200	2 721	3 484	4 671	5 545	6 817	10 374	14 235
Impostos de selo .....	30	44	48	51	63	75	109	140	170	121	252	228	172	343	421
Impostos sobre circulação de mercadorias .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros impostos .....	76	85	50	62	69	58	63	40	45	34	28	27	-	-	-
Impostos indiretos .....	647	859	872	944	1 201	1 399	1 848	2 300	2 936	3 639	4 951	5 800	6 989	10 717	14 656
Outras receitas tributárias .....	19	90	86	40	203	217	67	75	86	809	1 106	1 365	4 046	6 123	8 388
Receita patrimonial .....	16	6	6	8	9	12	13	13	16	19	30	43	55	83	168
Receita industrial .....	460	460	492	516	615	561	532	95	126	155	215	226	256	385	532
Transferências correntes ...	30	29	50	28	26	32	29	14	16	15	18	25	31	16	22
Receitas diversas .....	11	34	16	5	154	153	145	215	230	179	116	139	1 092	1 672	1 869
Receitas de capital .....	40	59	59	68	185	385	327	565	117	48	124	483	416	2 676	6 027
Operações de crédito .....	-	-	-	-	173	373	318	550	106	37	108	471	309	2 593	5 393
Transferências de capital ...	28	47	49	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital ..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS .....	1 299	1 635	1 583	1 718	2 530	2 942	3 182	3 630	3 856	5 254	6 958	8 639	13 524	22 470	32 652

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1977.

(1) No ICM foi acrescida a parcela de Cr\$ 86 302 000,00 referente ao ICM dos municípios arrecadado extra-orçamentariamente. Da rubrica contém as taxas adicionais.

## público municipal no Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000)

1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
17 179	32 265	62 327	95 181	163 528	221 419	300 846	386 461	543 716	697 894	957 958
8 427	18 744	35 870	49 958	32 581	45 234	63 886	87 758	123 140	165 137	226 724
3 448	4 321	11 685	16 660	19 644	25 114	33 384	47 455	65 164	83 796	109 991
2 770	5 916	12 946	18 628	2 724	6 725	10 349	16 464	24 850	36 423	54 693
2 209	5 507	11 239	14 670	10 213	13 395	20 153	23 839	33 126	44 918	62 040
176	277	441	449	995	810	2 097	2 556	8 206	11 532	16 397
475	1 114	2 683	4 471	4 560	6 732	10 124	9 374	12 486	16 861	23 877
6 441	9 314	17 763	29 913	109 522	155 479	200 403	257 604	357 130	463 624	618 991
1 160	2 816	5 570	10 390	15 870	13 164	24 336	29 169	42 754	50 740	71 969
1 574	3 501	7 594	7 480	16 415	32 529	43 228	69 116	104 784	194 387	176 646
743	2 669	1 345	389	1 397	9 643	7 164	33 671	42 918	118 311	76 848
248	206	5 151	6 380	13 570	19 945	33 850	33 441	54 518	56 594	89 062
18 753	35 766	69 921	102 661	179 943	253 948	344 074	455 577	648 500	892 281	1 134 604

## Direta no Rio Grande do Sul — 1947-75

(Cr\$ 1 000)

1962	1963	1964	1965	1966	1967 (1)	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
41 003	72 361	159 672	237 678	381 662	520 305	722 398	968 149	1 389 893	1 766 399	2 238 182	3 111 617	4 070 295	5 913 764
37 191	64 757	137 181	218 076	358 059	463 082	663 317	892 530	1 180 735	1 628 777	2 008 556	2 739 948	3 658 212	5 281 953
293	387	1 528	2 178	3 364	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	6 487	6 996	9 421	13 179	19 868	28 365	49 900	74 153	114 556
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
293	387	1 528	2 178	3 364	6 487	6 996	9 421	13 179	19 868	28 365	49 900	74 153	114 556
23 397	41 410	86 634	136 967	254 307	-	-	-	-	-	-	-	-	-
591	720	2 081	3 881	9 606	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	431 510	640 403	862 380	1 120 505	1 529 595	1 862 817	2 618 993	3 494 077	5 011 180
-	-	-	-	-	431 510	...	...	...	...	9 099	19 360	31 081	73 913
23 988	42 130	88 715	140 848	263 913	444 119	640 403	862 380	1 120 505	1 529 595	1 871 916	2 638 353	3 525 158	5 085 093
12 910	22 240	46 938	75 050	90 782	25 085	19 918	20 729	47 061	79 314	108 275	51 695	58 901	82 304
195	148	284	459	946	1 333	3 618	5 863	8 506	10 204	63 833	82 498	100 574	243 355
729	1 613	2 758	7 951	6 202	4 262	5 642	7 612	9 316	11 388	14 635	14 608	1 403	2 660
16	29	16 680	8 389	6 920	9 545	32 734	37 758	29 441	44 135	44 870	94 580	164 356	192 492
2 872	5 814	2 769	2 803	9 535	42 083	17 087	24 386	161 895	71 895	106 288	179 983	137 750	193 304
3 929	7 043	4 027	6 624	13 580	39 158	68 437	52 478	84 971	153 127	258 532	385 835	849 755	1 617 455
3 869	6 967	3 888	6 417	13 123	32 921	50 541	35 762	47 139	56 326	124 973	174 521	558 007	1 274 012
-	-	-	-	-	5 784	16 556	15 692	36 356	56 331	80 901	107 411	151 160	194 703
-	-	-	-	204	269	365	592	556	1 586	10 191	22 395	5 824	30 752
44 932	79 404	163 699	244 302	395 242	559 463	790 835	1 020 627	1 474 864	1 919 526	2 496 714	3 497 452	4 920 050	7 531 219

outros impostos foram transferidos Cr\$ 7 907 000,00 para transferências correntes e Cr\$ 5 764 000,00 para transferências de capital. (2) Não



Tabela 19

Participação percentual, por esferas de governo, das despesas públicas  
no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	SETOR PÚBLICO GAÚCHO (1) (%)	SETOR PÚBLICO FEDERAL-RS (%)	SETOR PÚBLICO ES- TADUAL CONSOLIDADO (%)	SETOR PÚBLICO MUNI- CIPAL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA) (%)
1947	20,82	4,64	14,21	2,32
1948	26,67	4,89	21,04	2,75
1949	26,09	5,96	17,85	3,02
1950	21,79	6,47	12,87	2,97
1951	25,49	6,87	16,29	2,98
1952	24,64	5,53	17,07	2,70
1953	22,74	8,27	12,21	2,82
1954	23,13	7,93	13,71	2,54
1955	20,71	6,79	12,33	2,23
1956	22,16	7,69	12,89	2,60
1957	25,92	7,66	15,61	3,61
1958	27,25	9,46	15,21	3,59
1959	26,28	8,06	16,09	3,13
1960	28,91	9,10	17,81	3,15
1961	29,32	7,64	19,19	2,96
1962	28,63	9,53	17,11	2,63
1963	27,41	9,35	16,66	2,20
1964	28,55	12,08	15,33	2,03
1965	34,15	15,48	17,23	2,65
1966	31,95	11,03	19,12	2,78
1967	31,91	10,28	(2)19,83	3,79
1968	38,03	15,09	(2)21,44	3,75
1969	42,54	17,08	(2)23,55	3,91
1970	47,84	22,78	(2)23,59	3,94
1971	50,17	24,27	(2)24,28	4,13
1972	55,54	26,81	(2)25,82	4,78
1973	54,68	24,72	(2)27,40	4,42

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.25, n.6, jun. 1971.

---. Rio de Janeiro, FGV, v.27, n.9, set. 1973.

BAER, Werner et alii. As modificações no papel do Estado na economia brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 3(4): 883-912, dez. 1973.

NOTA: O setor público brasileiro, incluindo a Administração Direta e Indireta das três esferas de governo, teve, para 1969, como despesa total de Cr\$ 64 067 928 mil; PIL-cf-BR de Cr\$ 103 682 700 mil; cujo percentual dessa relação foi de 61,79. Para a relação despesa pública/PIB, o percentual foi de 50%, conforme BAER, Werner, KERSTENETZKY, Isaac e VILLELA V. Annibal. As modificações no Papel do Estado na Economia Brasileira. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. RJ, IPEA, 3(4), 1973.

(1) O setor público gaúcho é o somatório do setor federal, do estadual e do municipal, subtraídas as transferências intergovernamentais. (2) Os percentuais do setor público estadual consolidado, sem as transferências de ICM aos municípios, são os seguintes: 1967, 18,14; 1968, 19,54; 1969, 21,62; 1970, 21,68; 1971, 22,27; 1972, 23,85 e 1973, 25,42.

Tabela 20

## Taxas adicionais incidentes sobre o IVC no Rio Grande do Sul — 1951-66

(Cr\$ 1 000)

ESPECIFICAÇÃO	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Transporte ....	-	-	-	-	-	758	1 053	1 258	1 522	1 968	2 661	4 129	7 228	15 341	24 313	39 105
Eletificação ..	127	152	201	261	321	399	537	639	763	1 704	2 341	3 639	6 376	13 536	21 453	27 706
Educação .....	-	-	-	-	-	-	-	-	1 429	1 838	2 496	3 882	6 378	13 535	21 454	-
Desenvolvimento agropecuário .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	221	311	484	1 273	2 706	4 291	6 749
Comunicações ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 077
Subtotal .....	127	152	201	261	321	1 157	1 590	1 897	3 714	5 731	7 806	12 134	21 255	45 118	71 511	76 637
IVC .....	1 069	1 256	1 676	2 200	2 721	3 484	4 671	5 545	6 817	10 374	14 235	22 397	41 410	86 634	136 967	254 307
TOTAL .....	1 196	1 418	1 877	2 461	3 042	4 641	6 261	7 442	10 531	16 105	22 041	34 531	62 665	131 752	208 478	330 944

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1977.

Tabela 21

## Carga tributária no Rio Grande do Sul — 1947-73

(%)

ANOS	SETOR PÚBLICO GAÚCHO			SETOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL			SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO			ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL		
	Carga Tributária			Carga Tributária			Carga Tributária			Carga Tributária		
	Direta (1)	Indireta (2)	Total	Direta (1)	Indireta (2)	Total	Direta	Indireta (2)	Total	Direta	Indireta (2)	Total
1947	4,39	9,57	13,95	3,77	3,07	6,84	0,54	4,87	5,41	0,07	1,52	1,70
1948	4,40	10,77	15,17	3,64	2,98	6,62	0,66	6,30	6,97	0,10	1,48	1,58
1949	4,27	10,16	14,43	3,57	2,96	6,53	0,56	5,37	5,93	0,15	1,83	1,97
1950	3,84	9,53	13,37	3,22	2,81	6,02	0,51	4,76	5,28	0,10	1,96	2,07
1951	4,39	11,34	15,73	3,70	3,18	6,88	0,57	6,21	6,77	0,12	1,95	2,08
1952	4,79	10,73	15,52	4,09	3,01	7,10	0,60	5,92	6,51	0,10	1,80	1,91
1953	4,43	10,16	14,59	3,70	2,78	6,49	0,55	5,53	6,09	0,16	1,84	2,01
1954	4,65	10,04	14,69	3,98	2,89	6,87	0,54	5,57	6,11	0,13	1,58	1,71
1955	4,81	9,66	14,46	4,18	2,97	7,15	0,50	5,26	5,76	0,13	1,42	1,55
1956	4,90	10,41	15,31	4,35	3,06	7,41	0,45	5,79	6,24	0,11	1,56	1,66
1957	5,05	11,26	16,31	4,65	3,53	8,18	0,40	6,74	7,14	...	1,79	1,79
1958	5,19	12,25	17,44	4,69	3,84	8,53	0,50	7,15	7,65	...	2,06	2,06
1959	5,12	12,38	17,50	4,68	3,68	8,37	0,44	7,74	8,17	...	1,68	1,68
1960	5,04	13,10	18,14	4,34	3,92	8,26	0,40	8,51	8,91	0,30	0,65	0,95
1961	5,04	12,14	17,19	4,37	3,79	8,16	0,33	7,86	8,20	0,34	0,66	1,00
1962	4,32	11,75	16,06	3,78	3,80	7,59	0,06	7,35	7,41	0,48	0,60	1,07
1963	4,43	11,75	16,18	4,01	3,91	7,92	0,04	7,29	7,33	0,39	0,54	0,92
1964	4,69	12,92	17,60	4,18	4,24	8,42	0,09	8,03	8,12	0,42	0,65	1,06
1965	6,31	13,88	20,18	5,90	4,68	10,49	0,08	8,31	8,39	0,42	0,88	1,30
1966	3,06	15,47	18,53	2,54	4,92	7,46	0,09	9,68	9,77	0,43	0,87	1,30
1967	4,82	14,75	19,58	4,30	4,60	8,91	0,13	9,89	10,02	0,39	0,26	0,65
1968	7,11	17,84	24,95	6,63	7,21	13,84	0,10	10,33	10,43	0,37	0,30	0,67
1969	7,01	19,58	26,60	6,54	8,87	15,40	0,11	10,38	10,48	0,37	0,34	0,71
1970	8,00	20,44	28,44	7,49	9,67	17,16	0,11	11,42	10,53	0,40	0,34	0,75
1971	9,74	22,28	32,01	9,18	10,77	19,95	0,13	11,12	11,25	0,43	0,38	0,81
1972	11,54	28,67	40,21	10,95	11,54	28,20	0,15	10,99	11,14	0,44	0,43	0,88
1973	12,16	22,50	34,66	11,56	11,52	23,08	0,19	10,54	10,73	0,41	0,44	0,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1, 14, 15, 16 e 17.

NOTA: Carga tributária é igual à receita tributária/PTLcf-RS.

(1) A partir de 1970 inclui dados do PIS, PASEP e FGTS. (2) Inclui outros tributos não especificados.

Coeficientes de determinação ( $R^2$ ) e de elasticidade-renda por esfera de governo, no Rio

ESPECIFICAÇÃO	SETOR PÚBLICO MUNICI- PAL DO RIO GRANDE DO SUL		SETOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL	
	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$
<b>Despesas por funções</b>				
Governo e administração geral .....		1,3889		1,2256
Administração financeira .....		1,0474		0,1824
Defesa e segurança .....		2,1824		1,0837
Recursos naturais e agropecuários .....		2,1020		1,4531
Energia elétrica .....		-		-1,6091
Outros recursos naturais .....		2,1020		0,7017
Viação, transportes e comunicações .....		1,3178		2,1425
Viação e transporte .....		1,3178		2,0930
Comunicações .....		-		1,0545
Indústria e comércio .....		3,3891		7,4201
Educação e cultura .....		1,6704		2,3872
Saúde .....		1,4285		-1,4634
Bem-estar social .....		1,0934		2,7689
Serviços urbanos .....		1,0048		-3,4640
TOTAL .....	0,8991	1,2734	0,9639	2,0667
<b>Receitas</b>				
Receita tributária .....	0,0606	0,1462		
Transferências correntes e capital .....				
Receita total com Operações de crédito .				
Receita total sem Operações de crédito .			0,9202	2,0672
IVC-ICM (2) .....				
IC-IPI .....				1,7606
Imposto de Renda .....				1,0252

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 2, 3, 4, 6, 7, 15, 16, 17 e 18.

NOTA:  $\hat{\beta}$  e  $R^2$  foram calculados com base nos dados deflacionados pelo deflator da Col.

(1) Período 1964-73. (2) Incluídas as taxas adicionais que incidiam sobre o IVC.

( $\hat{\beta}$ ) das despesas, por funções, e das receitas,  
Grande do Sul — 1947-73

SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO DO RIO GRANDE DO SUL		SETOR PÚBLICO GAÚCHO		ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO RIO GRANDE DO SUL		ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO RIO GRANDE DO SUL	
$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$
	1,4294		1,1499		0,9816		-0,1915
	1,7569		0,8956		2,0455		2,5323
	1,3550		1,1725		1,3550		...
	2,0580		2,3853		1,5722		2,7503
	2,3781		2,7104		...		2,2681
	1,7837		0,2129		1,3640		1,7611
	0,1355		0,8029		-0,1923		0,7828
	-0,1909		0,6592		-0,4481		0,4401
	(1)2,980		3,5626		...		2,9722
	1,6725		2,2443		2,0148		1,4550
	1,8817		1,8483		1,8751		5,9310
	0,9224		1,0620		0,8236		...
	2,6976		2,3938		1,7617		2,3464
	1,6510		1,1926		0,2580		4,3411
0,9181	1,3093	0,9535	1,5401	0,8881	1,2395	0,9003	1,5445
				0,9645	1,4534		
	2,0312			0,1171	1,6174		
	1,3960			0,8906	1,2135		
1,9121	1,2975			0,8824	1,2053		
					1,6476		

2 da Conjuntura Econômica, conforme a Tabela 1.

Tabela 23

Distribuição percentual das despesas, por

ANOS	0	1	2	3	3.1	3.2	4
1947	5,15	10,46	12,24	6,68	1,77	4,91	39,64
1948	5,49	5,98	9,79	6,10	2,04	4,06	38,21
1949	6,89	6,23	10,70	6,25	4,03	2,22	35,26
1950	5,15	10,05	11,34	5,76	2,58	3,18	43,39
1951	4,28	8,18	10,17	7,13	3,43	3,69	38,58
1952	4,37	7,88	9,76	8,98	6,02	2,96	30,82
1953	4,87	8,62	9,87	6,07	2,86	3,21	43,51
1954	5,21	6,64	9,76	6,70	3,81	2,89	36,63
1955	6,34	6,50	10,67	7,33	3,97	3,36	33,39
1956	7,71	0,99	14,42	7,99	3,44	4,55	25,11
1957	7,62	5,61	10,91	6,92	3,85	3,07	29,38
1958	8,15	6,00	10,71	8,01	4,66	3,35	33,83
1959	7,26	6,57	11,80	8,29	3,95	4,34	25,04
1960	4,45	4,39	9,11	13,84	9,47	4,37	21,82
1961	3,43	6,10	9,36	15,29	11,81	3,48	17,87
1962	5,34	6,02	10,25	15,50	11,74	3,76	19,77
1963	5,83	7,74	12,43	17,95	12,98	4,97	16,61
1964	4,69	2,98	12,39	12,13	7,77	4,36	17,17
1965	3,71	0,81	8,13	9,36	6,63	2,73	31,05
1966	6,06	2,22	9,48	15,00	11,75	3,24	25,29
1967	7,43	2,07	9,29	11,27	8,14	3,13	19,56
1968	5,04	0,58	6,95	11,00	8,59	2,41	18,03
1969	4,06	6,67	6,77	10,34	8,87	1,47	15,71
1970	2,65	3,83	8,66	9,92	9,84	0,08	15,11
1971	2,71	6,86	7,14	9,56	8,82	0,74	16,67
1972	2,94	5,52	5,84	11,92	11,20	0,72	17,90
1973	3,44	5,50	5,80	11,19	10,58	0,61	17,18

FONTE: Tabela 2.

NOTA: Código das funções: 0 - Governo e Administração Geral; 1 - Administração Elétrica; 3.2 - Outros Recursos Naturais; 4 - Viação, Transportes e Comunicações; 4.1 - tura; 7 - Saúde; 8 - Bem-Estar Social; 9 - Serviços Urbanos.

## funções, do setor público gaúcho — 1947-73

4.1	4.2	5	6	7	8	9	TOTAL
39,64	-	3,00	6,99	2,32	9,61	3,91	100,00
38,18	0,03	13,99	6,00	1,85	8,89	3,70	100,00
35,24	0,02	12,10	5,72	1,69	10,67	4,49	100,00
43,34	0,05	3,53	7,49	1,21	6,69	5,40	100,00
38,56	0,02	12,52	6,87	1,60	5,99	4,68	100,00
30,79	0,03	17,43	6,15	1,92	9,02	3,66	100,00
43,49	0,02	4,75	6,70	1,80	9,80	4,00	100,00
36,61	0,02	9,67	7,64	2,75	9,70	5,30	100,00
33,38	0,01	9,46	7,32	1,86	11,01	6,12	100,00
25,08	0,03	13,29	7,10	2,42	10,73	5,01	100,00
29,36	0,02	10,30	8,07	2,18	14,20	4,82	100,00
33,81	0,02	4,18	9,19	2,35	12,00	5,58	100,00
25,02	0,02	9,54	9,68	1,91	12,03	7,88	100,00
21,80	0,02	14,39	13,32	1,69	12,34	4,65	100,00
17,86	0,01	16,48	14,79	1,61	10,92	4,15	100,00
19,76	0,01	15,50	12,45	1,68	9,72	3,77	100,00
16,19	0,42	11,33	12,41	2,82	9,00	3,88	100,00
16,09	1,08	14,34	13,25	1,58	15,74	5,73	100,00
30,03	1,02	9,64	12,32	1,01	21,78	2,19	100,00
24,03	1,26	10,55	13,19	1,36	13,12	4,36	100,00
17,78	1,78	11,16	14,60	1,38	18,69	4,55	100,00
16,20	1,83	13,64	11,16	1,14	28,28	4,18	100,00
11,58	4,13	12,49	9,55	1,03	29,80	3,58	100,00
12,87	2,24	19,13	8,81	1,09	27,77	2,82	100,00
15,16	1,52	19,47	8,63	1,05	25,20	2,70	100,00
14,79	3,11	18,17	8,31	0,93	25,74	2,72	100,00
14,26	2,92	20,65	8,04	1,08	24,47	2,65	100,00

Financeira; 2 - Defesa e Segurança; 3 - Recursos Naturais e Agropecuários; 3.1 - Energia  
Viação e Transporte; 4.2 - Comunicações; 5 - Indústria e Comércio; 6 - Educação e Cul-







Tabela 28

Participação percentual das despesas, por funções, do setor público federal no Rio Grande do Sul no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
1947	0,16	1,00	1,74	0,50	0,51	...	0,10	...	0,62	...	4,64
1948	0,17	1,01	1,78	0,51	0,58	...	0,12	...	0,72	...	4,89
1949	0,18	1,07	1,96	0,53	1,25	...	0,23	...	0,74	...	5,96
1950	0,16	0,94	1,83	0,48	1,83	...	0,30	...	0,94	...	6,47
1951	0,17	1,04	1,98	0,52	1,73	...	0,37	...	1,05	...	6,87
1952	0,16	0,93	1,70	0,47	1,03	...	0,31	...	0,94	...	5,53
1953	0,14	0,85	1,55	0,42	4,06	...	0,34	...	0,92	...	8,27
1954	0,12	0,71	1,36	0,35	3,78	...	0,55	...	1,27	...	7,93
1955	0,13	0,77	1,39	0,39	2,58	...	0,27	...	1,27	...	6,79
1956	0,22	1,33	2,33	0,66	1,40	...	0,34	...	1,40	...	7,69
1957	0,15	0,98	1,74	0,49	2,26	...	0,33	...	1,69	...	7,66
1958	0,18	1,06	1,90	0,53	3,60	...	0,38	...	1,82	...	9,46
1959	0,20	1,21	2,17	0,61	1,45	...	0,36	...	2,06	...	8,06
1960	0,20	1,19	2,06	0,59	3,64	...	0,37	...	1,05	...	9,10
1961	0,17	0,99	1,81	0,50	2,37	...	1,09	...	0,72	...	7,64
1962	0,19	1,16	2,11	0,58	3,93	0,10	0,97	...	0,57	...	9,53
1963	0,25	1,49	2,49	0,74	2,97	0,20	0,74	...	0,47	...	9,35
1964	0,27	1,62	2,73	0,81	2,95	0,28	1,00	...	1,88	0,54	12,08
1965	0,17	1,03	1,75	0,52	8,15	0,46	1,08	...	1,82	0,50	15,48
1966	0,20	1,19	2,01	0,60	4,56	0,35	1,04	...	0,72	0,37	11,03
1967	0,19	1,15	1,92	0,58	5,13	0,35	1,26	...	1,44	0,23	10,28
1968	0,15	0,93	1,56	0,47	3,52	1,04	0,78	...	6,43	0,22	15,09
1969	0,16	1,05	1,75	0,55	2,04	2,32	0,81	...	8,19	0,19	17,08
1970	0,19	0,29	2,87	1,13	3,75	4,87	0,87	0,05	8,70	0,06	22,78
1971	0,28	0,23	2,34	1,16	4,83	5,51	0,86	0,04	8,93	0,09	24,27
1972	0,27	0,23	1,93	1,47	5,05	6,15	0,98	0,02	10,67	0,05	26,81
1973	0,24	0,23	1,82	0,73	4,68	6,20	0,84	0,02	9,93	0,03	24,72

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 3.

NOTA: Código das funções: vide Tabela 23.

Tabela 29

Participação percentual das despesas, por funções, do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
1947	0,67	1,25	0,80	0,87	7,23	0,62	1,15	0,40	1,09	0,12	14,21
1948	1,00	1,21	0,83	1,09	9,06	3,73	1,22	0,41	2,36	0,12	21,04
1949	1,30	1,30	0,81	1,07	7,40	3,15	0,99	0,36	1,26	0,21	17,85
1950	0,67	1,23	0,64	1,09	7,03	0,77	1,03	0,18	...	0,22	12,87
1951	0,66	1,11	0,70	1,29	7,64	3,19	1,05	0,33	0,14	0,26	16,29
1952	0,67	1,08	0,71	2,53	6,17	4,30	0,93	0,40	0,12	0,18	17,07
1953	0,73	1,13	0,70	1,46	5,59	1,08	0,87	0,34	0,11	0,22	12,21
1954	0,86	0,91	0,90	1,96	4,39	2,24	1,10	0,57	0,36	0,45	13,71
1955	0,98	0,80	0,82	1,88	3,92	1,96	1,00	0,32	0,10	0,55	12,33
1956	1,27	0,57	0,86	1,80	3,72	2,95	0,99	0,48	...	0,25	12,89
1957	1,60	0,75	1,09	2,21	5,01	2,67	1,48	0,52	...	0,29	15,61
1958	1,80	0,82	1,02	2,86	4,97	1,14	1,74	0,55	0,12	0,20	15,21
1959	1,47	0,78	0,93	1,55	4,70	2,51	1,83	0,42	0,98	0,93	16,09
1960	1,64	0,67	1,02	3,39	3,50	4,16	2,64	0,42	0,01	0,36	17,81
1961	1,37	1,02	0,94	3,96	3,41	4,83	2,95	0,38	...	0,31	19,19
1962	1,33	0,72	0,82	3,84	2,88	4,34	2,34	0,41	0,23	0,20	17,11
1963	1,34	0,69	0,91	4,16	2,78	2,90	2,40	0,70	0,61	0,16	16,66
1964	0,84	0,35	0,81	2,84	1,85	3,82	2,54	0,37	1,85	0,26	15,33
1965	1,09	0,49	0,73	2,68	2,45	3,47	3,13	0,35	2,30	0,24	17,23
1966	1,17	0,45	1,02	4,15	3,00	3,01	2,83	0,35	2,77	0,38	19,12
1967	1,47	1,96	1,04	2,96	2,40	3,19	2,96	0,35	3,07	0,42	19,83
1968	0,44	1,81	1,08	3,64	2,48	4,12	2,94	0,33	3,15	0,57	21,44
1969	0,65	(1)4,23	1,11	3,77	3,76	2,96	2,66	0,30	3,51	0,58	(1)23,55
1970	0,62	(1)3,98	1,35	3,88	2,69	4,24	2,72	0,34	3,31	0,47	(1)23,59
1971	0,66	(1)4,64	1,22	3,57	2,61	4,85	2,77	0,33	3,21	0,42	(1)24,28
1972	0,91	(1)4,09	1,29	5,08	3,93	3,87	2,83	0,32	3,05	0,44	(1)25,82
1973	1,19	(1)4,18	1,33	5,30	3,74	5,04	2,83	0,39	2,92	0,47	(1)27,40

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 4.

NOTA: Código das funções: vide Tabela 22.

(1) Os percentuais sem as transferências de ICM aos municípios são os seguintes: Função 3: 1969, 2,30; 1970, 2,07; 1971, 2,68; 1972, 2,12; 1973, 2,20; Total: 1969, 21,62; 1970, 21,68; 1971, 22,27; 1972, 23,85; 1973, 25,42.

Tabela 30

Participação percentual das despesas, por funções, da Administração Direta do setor público municipal do Rio Grande do Sul no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
1947	0,23	0,34	-	0,01	0,51	-	0,21	0,08	0,25	0,34	2,32
1948	0,30	0,36	-	0,02	0,54	-	0,25	0,08	0,33	0,87	2,75
1949	0,31	0,36	-	0,02	0,54	-	0,29	0,08	0,45	0,96	3,02
1950	0,29	0,32	-	0,02	0,60	-	0,30	0,08	0,41	0,95	2,97
1951	0,28	0,35	-	0,01	0,47	-	0,33	0,08	0,52	0,93	2,98
1952	0,25	0,31	-	0,02	0,39	-	0,28	0,07	0,52	0,87	2,70
1953	0,24	0,36	-	0,02	0,24	-	0,32	0,06	0,37	1,20	2,82
1954	0,23	0,30	-	0,02	0,32	-	0,31	0,07	0,52	0,76	2,54
1955	0,20	0,24	-	0,01	0,41	-	0,25	0,06	0,42	0,62	2,23
1956	0,21	0,28	-	0,01	0,44	-	0,25	0,06	0,46	0,88	2,60
1957	0,21	0,24	-	0,01	0,35	-	0,29	0,05	1,49	0,96	3,61
1958	0,25	0,34	-	0,02	0,65	-	0,39	0,09	0,45	1,39	3,59
1959	0,23	0,32	-	0,02	0,43	-	0,35	0,08	0,55	1,15	3,13
1960	0,25	0,29	-	0,02	0,33	-	0,35	0,06	0,57	1,27	3,15
1961	0,21	0,22	-	0,01	0,29	-	0,30	0,07	0,53	1,31	2,96
1962	0,24	0,21	-	0,01	0,09	-	0,25	0,06	0,62	1,12	2,63
1963	0,19	0,23	-	0,02	0,11	-	0,26	0,07	0,39	0,93	2,20
1964	0,22	0,20	-	0,01	0,10	-	0,25	0,07	0,45	0,70	2,03
1965	...	...	-	...	...	-	...	...	...	...	2,65
1966	0,57	0,18	...	0,04	0,53	0,02	0,35	0,08	0,34	0,64	2,78
1967	0,56	0,21	...	0,06	0,69	0,02	0,45	0,08	0,41	1,30	3,79
1968	0,40	0,34	0,01	0,07	0,85	0,02	0,52	0,10	0,40	1,00	3,75
1969	0,37	0,38	0,02	0,07	0,89	0,04	0,59	0,11	0,47	0,98	3,91
1970	0,44	0,38	0,02	0,05	0,78	0,04	0,63	0,14	1,45	1,01	3,94
1971	0,42	0,43	0,02	0,06	0,93	0,06	0,70	0,15	0,49	0,85	4,13
1972	0,46	0,61	0,02	0,07	0,96	0,06	0,81	0,17	0,58	1,01	4,78
1973	0,46	0,46	0,02	0,09	0,96	0,05	0,73	0,17	0,53	0,94	4,42

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 5.

NOTA: Código das funções: vide Tabela 23.

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas,  
do setor público gaúcho — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferências	Total		
1947	81,02	2,93	83,95	16,05	100,00
1948	87,95	2,67	90,62	9,38	100,00
1949	83,00	2,49	85,48	14,52	100,00
1950	75,67	3,55	79,22	20,78	100,00
1951	79,32	3,47	82,78	17,22	100,00
1952	83,19	3,35	86,53	13,47	100,00
1953	65,40	7,09	72,49	27,51	100,00
1954	63,98	7,96	71,94	28,06	100,00
1955	66,51	10,36	76,95	23,05	100,00
1956	77,19	7,58	84,72	15,28	100,00
1957	73,87	7,23	81,10	18,90	100,00
1958	72,85	7,59	80,43	19,57	100,00
1959	79,53	8,38	87,91	12,09	100,00
1960	63,77	11,41	75,18	24,82	100,00
1961	62,64	10,71	73,35	26,65	100,00
1962	60,04	8,39	68,43	31,57	100,00
1963	60,31	11,57	71,87	28,13	100,00
1964	64,92	10,19	75,11	24,89	100,00
1965	51,07	10,60	61,67	38,33	100,00
1966	55,99	9,92	65,90	34,10	100,00
1967	61,19	12,63	73,82	26,18	100,00
1968	50,87	21,31	72,18	27,82	100,00
1969	49,70	24,31	74,01	25,99	100,00
1970	44,81	24,41	69,22	30,78	100,00
1971	46,64	22,63	69,27	30,73	100,00
1972	43,30	23,63	66,93	33,07	100,00
1973	40,02	26,64	66,66	33,34	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 8.

Tabela 32

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas,  
do setor público federal no Rio Grande do Sul -- 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferências	Total		
1947	76,15	8,10	84,25	15,75	100,00
1948	74,27	8,89	83,16	16,84	100,00
1949	63,59	6,58	70,17	29,83	100,00
1950	52,95	5,25	59,88	40,12	100,00
1951	57,15	7,33	64,48	35,52	100,00
1952	64,49	9,48	73,97	26,03	100,00
1953	40,78	5,56	46,34	53,66	100,00
1954	36,86	9,35	46,21	53,79	100,00
1955	45,39	12,06	57,44	42,56	100,00
1956	66,27	11,21	77,48	22,52	100,00
1957	51,52	15,19	66,71	33,29	100,00
1958	44,95	13,13	58,08	41,92	100,00
1959	60,31	16,30	76,61	23,39	100,00
1960	51,09	12,59	63,68	36,32	100,00
1961	53,54	11,04	64,57	35,43	100,00
1962	51,27	8,23	59,50	40,50	100,00
1963	65,82	8,33	74,15	25,85	100,00
1964	72,14	7,35	79,49	20,51	100,00
1965	40,93	6,36	47,30	52,70	100,00
1966	60,37	0,03	60,40	39,60	100,00
1967	69,58	2,82	72,40	27,60	100,00
1968	46,71	28,48	75,19	24,81	100,00
1969	53,29	34,47	87,76	12,24	100,00
1970	41,45	33,66	75,11	24,89	100,00
1971	40,94	32,33	73,28	26,72	100,00
1972	36,67	36,02	72,70	27,30	100,00
1973	35,33	36,76	72,09	27,91	100,00

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 9.

Tabela 33

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, da Administração Direta do setor público municipal do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferências	Total		
1947	100,00	...	100,00	...	100,00
1948	100,00	...	100,00	...	100,00
1949	100,00	...	100,00	...	100,00
1950	100,00	...	100,00	...	100,00
1951	100,00	...	100,00	...	100,00
1952	100,00	...	100,00	...	100,00
1953	100,00	...	100,00	...	100,00
1954	100,00	...	100,00	...	100,00
1955	100,00	...	100,00	...	100,00
1956	100,00	...	100,00	...	100,00
1957	100,00	...	100,00	...	100,00
1958	100,00	...	100,00	...	100,00
1959	100,00	...	100,00	...	100,00
1960	75,78	13,97	89,75	10,25	100,00
1961	74,23	12,29	86,52	13,48	100,00
1962	62,14	9,17	71,31	28,69	100,00
1963	73,38	10,70	84,08	15,92	100,00
1964	76,85	10,53	87,38	12,62	100,00
1965	68,31	15,37	83,68	16,32	100,00
1966	63,91	18,07	81,98	18,02	100,00
1967	63,48	14,04	77,52	22,48	100,00
1968	58,64	13,78	72,42	27,58	100,00
1969	61,66	15,33	76,99	23,01	100,00
1970	58,10	14,56	72,66	27,34	100,00
1971	59,34	14,80	74,14	25,86	100,00
1972	53,45	15,36	68,81	31,19	100,00
1973	52,33	15,71	68,04	31,96	100,00

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 11.

Tabela 34

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas,  
do setor público gaúcho no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferências	Total		
1947	16,87	0,61	17,48	3,34	20,82
1948	23,46	0,71	24,17	2,50	26,67
1949	21,65	0,65	22,30	3,79	26,08
1950	16,49	0,77	17,26	4,53	21,79
1951	20,21	0,88	21,10	4,39	25,49
1952	20,50	0,82	21,32	3,32	24,64
1953	14,87	1,61	16,48	6,25	22,74
1954	14,80	1,84	16,64	6,49	23,13
1955	13,79	2,15	15,95	4,78	20,71
1956	17,10	1,68	18,77	3,39	22,16
1957	19,15	1,87	21,02	4,90	25,92
1958	19,85	2,07	21,92	5,33	27,25
1959	20,90	2,20	23,10	3,18	26,28
1960	18,44	3,30	21,74	7,18	28,91
1961	18,37	3,14	21,51	7,81	29,32
1962	17,19	2,40	19,59	9,04	28,63
1963	16,53	3,17	19,70	7,71	27,41
1964	18,54	2,91	21,45	7,11	28,55
1965	17,44	3,62	21,06	13,09	34,15
1966	17,89	3,17	21,06	10,89	31,95
1967	19,53	4,03	23,55	8,35	31,91
1968	19,34	8,10	27,45	10,58	38,03
1969	21,14	10,34	31,48	11,06	42,54
1970	21,44	11,68	33,12	14,73	47,84
1971	23,40	11,36	34,76	15,42	50,17
1972	24,05	13,12	37,18	18,37	55,54
1973	21,88	14,57	36,45	18,23	54,68

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 8.

Tabela 35

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas, do setor público federal no Rio Grande do Sul no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferências	Total		
1947	3,53	0,38	3,91	0,73	4,64
1948	3,63	0,43	4,06	0,82	4,89
1949	3,78	0,39	4,18	1,78	5,96
1950	3,42	0,45	3,87	2,59	6,47
1951	3,93	0,50	4,43	2,44	6,87
1952	3,57	0,52	4,09	1,44	5,53
1953	3,37	0,46	3,83	4,44	8,27
1954	2,92	0,74	3,67	4,27	7,93
1955	3,08	0,82	3,90	2,89	6,79
1956	5,10	0,86	5,96	1,73	7,69
1957	3,95	1,16	5,11	2,55	7,66
1958	4,25	1,24	5,50	3,97	9,46
1959	4,86	1,31	6,17	1,88	8,06
1960	4,96	1,22	6,18	3,53	9,10
1961	4,09	0,84	4,93	2,71	7,64
1962	4,89	0,78	5,67	3,86	9,53
1963	6,15	0,78	6,93	2,42	9,35
1964	8,71	0,89	9,60	2,47	12,08
1965	6,34	0,99	7,32	8,16	15,48
1966	6,66	0,00	6,66	4,38	11,03
1967	7,15	0,29	7,44	2,84	10,28
1968	7,05	4,30	11,35	3,74	15,09
1969	9,10	5,89	14,99	2,09	17,08
1970	9,44	7,67	17,11	5,67	22,78
1971	9,94	7,85	17,78	6,48	24,27
1972	9,83	9,66	19,49	7,32	26,81
1973	11,73	9,09	17,82	6,90	24,72

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 11 e 9.

Tabela 36

Participação percentual das despesas, por categorias econômicas, da Administração Direta do setor público municipal do Rio Grande do Sul no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
	Custeio	Transferências	Total		
1947	2,32	...	2,32	-	2,32
1948	2,75	...	2,75	-	2,75
1949	3,02	...	3,02	-	3,02
1950	2,97	...	2,97	-	2,97
1951	2,98	...	2,98	-	2,98
1952	2,70	...	2,70	-	2,70
1953	2,82	-	2,82	-	2,82
1954	2,54	-	2,54	-	2,54
1955	2,23	-	2,23	-	2,23
1956	2,60	-	2,60	-	2,60
1957	3,61	-	3,61	-	3,61
1958	3,59	-	3,59	-	3,59
1959	3,13	-	3,13	-	3,13
1960	2,38	0,44	2,82	0,32	3,15
1961	2,19	0,37	2,56	0,40	2,96
1962	1,63	0,24	1,87	0,76	2,63
1963	1,61	0,23	1,85	0,35	2,20
1964	1,56	0,21	1,77	0,26	2,03
1965	1,81	0,41	2,22	0,43	2,65
1966	1,78	0,50	2,28	0,50	2,78
1967	2,41	0,53	2,94	0,85	3,79
1968	2,20	0,52	2,72	1,03	3,75
1969	2,41	0,60	3,01	0,90	3,91
1970	2,29	0,57	2,87	1,08	3,94
1971	2,45	0,61	3,06	1,07	4,13
1972	2,56	0,73	3,29	1,49	4,78
1973	2,31	0,69	3,01	1,41	4,42

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 11.



Tabela 37

Elasticidade-renda ( $\beta$ ) das despesas sociais, de administração e segurança e de infra-estrutura econômica do setor público gaúcho e do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	SETOR PÚBLICO GAÚCHO			SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO		
	Despesas Sociais $\Sigma(6+7+8+9-9)$ (1)	Administração e Segurança $\Sigma(0+1+2)$	Infra-Estrutura Econômica $\Sigma(3+4+5+9)$ (1)	Despesas Sociais $\Sigma(6+7+8+9)$	Administração e Segurança $\Sigma(0+1+2)$	Infra-Estrutura Econômica $\Sigma(3+4+5)$
1947	657	939	1 776	447	441	1 414
1948	761	941	2 725	683	504	2 305
1949	904	1 140	2 743	516	625	2 135
1950	683	1 105	2 374	275	485	1 699
1951	742	1 083	2 961	333	449	2 276
1952	909	1 148	3 157	344	519	2 750
1953	924	1 268	3 235	367	608	1 341
1954	1 225	1 198	3 119	591	638	2 055
1955	1 288	1 301	2 942	525	694	2 273
1956	1 385	1 505	3 276	503	796	2 486
1957	1 973	1 866	3 890	680	1 027	2 948
1958	1 934	2 004	4 123	772	1 076	2 653
1959	1 987	1 877	3 458	1 160	885	2 440
1960	2 371	1 538	4 662	1 017	989	3 276
1961	2 534	1 775	5 079	1 173	1 067	3 307
1962	2 466	2 243	5 671	1 157	1 040	4 008
1963	2 513	2 645	5 014	1 440	1 094	3 653
1964	3 623	2 149	4 941	1 887	750	3 116
1965	4 751	1 612	6 377	2 246	974	3 209
1966	3 619	2 142	6 370	2 389	995	3 330
1967	4 322	2 311	5 666	2 525	1 722	3 297
1968	6 641	1 982	7 142	2 897	1 749	4 244
1969	8 121	3 412	7 956	3 239	2 745	4 306
1970	9 190	3 672	11 072	3 419	2 973	5 410
1971	9 664	4 505	12 770	3 617	3 500	5 924
1972	11 373	4 535	15 791	3 794	3 591	7 355
1973	13 139	5 610	19 311	4 600	4 664	9 910
$\beta$	2,2061	1,1358	1,3587	1,9532	1,5329	0,9991
$\delta^2$	0,9581	0,9999	0,9112	0,8524	0,8754	0,9433

FONTE: Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5.

NOTA: 1. Códigos: vide Tabela 23.

2. Os dados referentes ao período de 1947 a 1973 constam em Cr\$ 1 000, a preços de 1949.

(1) Em despesas sociais e infra-estrutura econômica, no setor público gaúcho, a função 9 refere-se, apenas, ao setor público municipal.

Tabela 38

Participação percentual das despesas sociais, de administração e segurança, de infra-estrutura econômica e totais no PíLcf-RS por esfera de governo — 1947-73

ANOS	SETOR PÚBLICO GAÚCHO			SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO			DTSPG PíLcf-RS	DTSPF PíLcf-RS	DTSPE PíLcf-RS	DTADE PíLcf-RS
	Despesas Sociais PíLcf-RS	Despesas de Administração e Segurança PíLcf-RS	Despesas de Infra-Estrutura Econômica PíLcf-RS	Despesas Sociais PíLcf-RS	Despesas de Administração e Segurança PíLcf-RS	Despesas de Infra-Estrutura Econômica PíLcf-RS				
1947	4,06	5,80	10,96	2,76	2,72	8,73	20,82	4,64	14,21	10,44
1948	4,59	5,67	16,42	4,12	3,04	13,89	26,67	4,89	21,04	10,85
1949	4,93	6,21	14,95	2,81	3,41	11,63	26,08	5,96	17,85	10,81
1950	3,58	5,79	12,43	1,44	2,54	8,90	21,79	6,47	12,87	9,16
1951	3,95	5,77	15,77	1,77	2,39	12,12	25,49	6,87	16,28	8,96
1952	4,30	5,42	14,92	1,63	2,45	12,99	24,64	5,53	17,09	8,85
1953	3,87	5,31	13,55	1,54	2,55	8,13	22,74	8,27	12,22	7,93
1954	5,11	5,00	13,02	2,47	2,65	8,58	23,13	7,93	13,71	8,87
1955	4,82	4,87	11,01	1,97	2,60	7,76	20,71	6,79	12,33	8,45
1956	4,72	5,12	11,15	1,71	2,71	8,46	22,16	7,69	12,89	8,46
1957	6,62	6,26	13,04	2,28	3,44	9,89	25,92	7,66	15,61	8,12
1958	6,54	6,77	13,96	2,61	3,64	8,97	27,25	9,46	15,21	8,81
1959	7,13	6,74	12,41	4,16	3,18	8,76	26,27	8,06	16,09	9,47
1960	8,00	5,19	15,73	3,43	3,34	11,05	28,91	9,71	17,82	11,23
1961	7,91	5,54	15,86	3,66	3,33	12,20	29,32	7,64	19,70	11,49
1962	6,80	6,19	15,64	3,19	2,87	11,06	28,63	9,53	17,12	9,27
1963	6,77	7,13	13,51	3,88	2,95	9,84	27,40	9,35	16,67	10,36
1964	9,66	5,73	13,17	5,03	2,00	8,30	28,55	12,06	15,33	8,85
1965	12,73	4,32	17,29	6,02	2,61	8,60	34,15	15,48	17,23	11,17
1966	9,59	5,68	16,38	6,33	2,64	10,15	31,95	11,03	19,12	11,27
1967	11,21	6,00	14,70	6,81	4,47	8,55	31,91	10,28	19,63	15,18
1968	16,02	4,76	17,23	6,99	4,22	10,24	38,03	15,09	21,44	13,47
1969	17,73	7,45	17,37	7,67	5,99	10,49	42,54	17,08	23,55	13,53
1970	18,37	7,34	22,13	6,93	5,94	10,81	47,84	22,78	23,59	13,27
1971	18,00	8,39	23,78	6,74	6,52	11,03	50,17	24,27	24,28	12,91
1972	19,93	7,95	27,67	6,65	6,29	12,89	55,54	26,81	25,63	13,68
1973	18,83	8,06	27,75	6,61	6,79	14,24	54,68	24,72	27,41	13,82

FONTE: Tabelas 1 e 37.

NOTA: Código: DTSPG = Despesa total do setor público gaúcho; DTSPF = Despesa total do setor público federal no Rio Grande do Sul; DTSPE = Despesa total do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul; DTADE = Despesa total da Administração Direta do Rio Grande do Sul.

Tabela 39

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES					DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
	Despesas de Custeio			Transfe- rências	Total	Investi- mentos	Inver- sões	Transfe- rências	Total	
	Pessoal	Outras	Total							
1947	36,10	41,29	77,38	4,24	81,63	13,83	-	4,54	18,37	100,00
1948	36,85	44,18	81,03	10,99	92,03	2,16	-	5,82	7,97	100,00
1949	36,60	46,46	83,06	5,68	88,74	5,16	-	6,11	11,26	100,00
1950	49,10	29,28	78,38	6,60	84,98	7,33	-	7,70	15,02	100,00
1951	37,97	43,80	81,77	6,26	88,04	6,03	0,13	5,80	11,96	100,00
1952	32,62	50,89	83,51	5,50	89,01	6,62	-	4,37	10,99	100,00
1953	39,18	31,83	71,00	14,13	85,13	11,13	0,23	3,51	14,87	100,00
1954	32,20	38,81	71,00	11,86	82,86	15,18	0,17	1,79	17,14	100,00
1955	32,08	36,59	68,67	16,03	84,69	12,18	0,06	3,06	15,31	100,00
1956	33,09	39,75	72,85	14,32	87,17	11,25	0,11	1,47	12,83	100,00
1957	40,06	34,21	74,27	10,68	84,95	11,59	1,55	1,91	15,05	100,00
1958	40,28	29,40	69,68	12,08	81,76	14,68	0,94	2,62	18,24	100,00
1959	31,80	48,95	80,75	11,23	91,98	6,49	0,50	1,03	8,02	100,00
1960	30,92	34,41	65,33	16,01	81,34	16,58	1,10	0,98	18,66	100,00
1961	28,63	32,79	61,43	14,05	75,47	21,93	1,02	1,58	24,53	100,00
1962	26,86	35,50	62,36	11,78	74,14	24,44	0,32	1,10	25,86	100,00
1963	34,00	20,00	54,00	16,35	70,35	21,89	6,84	0,91	29,65	100,00
1964	36,94	16,97	53,91	17,57	71,48	11,35	12,45	4,72	28,52	100,00
1965	41,51	12,39	53,90	20,01	73,91	11,46	10,61	4,02	26,09	100,00
1966	34,19	15,29	49,47	19,05	68,53	18,79	9,99	2,69	31,47	100,00
1967	33,28	16,36	49,64	26,84	76,48	11,61	8,16	3,76	23,52	100,00
1968	32,33	14,74	47,07	26,02	73,08	16,91	7,37	2,65	26,92	100,00
1969	26,52	14,37	40,89	27,09	67,98	21,73	5,91	4,38	32,02	100,00
1970	26,21	14,86	41,07	25,12	66,19	19,32	9,55	4,94	33,81	100,00
1971	26,83	15,42	42,26	23,94	66,20	22,67	3,87	7,27	33,80	100,00
1972	23,87	17,42	41,40	23,16	64,56	25,24	5,45	4,75	35,44	100,00
1973	22,29	18,83	41,13	21,97	63,09	27,62	5,54	3,75	36,91	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 10.

Tabela 40

Participação das despesas, por categorias econômicas, do setor público estadual consolidado do Rio Grande do Sul no PILcf-RS — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES					DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
	Despesas de Custeio			Transfe- rências	Total	Investi- mentos	Inver- sões	Transfe- rências	Total	
	Pessoal	Outras	Total							
1947	5,13	5,87	11,00	0,60	11,60	1,97	-	0,65	2,61	16,34
1948	7,76	9,30	17,05	2,31	19,37	0,45	-	1,22	1,68	21,04
1949	6,53	8,29	14,83	1,01	15,84	0,92	-	1,09	2,01	17,85
1950	6,32	3,77	10,09	0,85	10,94	0,94	-	0,99	1,93	12,87
1951	6,18	7,13	13,32	1,02	14,34	0,98	0,02	0,95	1,95	16,29
1952	5,57	8,69	14,26	0,94	15,20	1,13	-	0,75	1,88	17,07
1953	4,79	3,89	8,68	1,72	10,40	1,36	0,03	0,43	1,82	12,22
1954	4,42	5,32	9,74	1,63	11,36	2,08	0,02	0,25	2,35	13,71
1955	3,95	4,51	8,47	1,98	10,44	1,50	0,01	0,38	1,89	12,33
1956	4,27	5,12	9,39	1,85	11,24	1,45	0,01	0,19	1,65	12,89
1957	6,25	5,34	11,59	1,67	13,26	1,81	0,24	0,30	2,35	15,61
1958	6,13	4,47	10,60	1,84	12,44	2,23	0,14	0,40	2,78	15,21
1959	5,12	7,88	13,00	1,81	14,80	1,04	0,08	0,17	1,29	17,46
1960	5,51	6,13	11,64	2,85	14,49	2,95	0,20	0,18	3,33	17,82
1961	5,50	6,29	11,79	2,70	14,49	4,21	0,20	0,30	4,71	19,20
1962	4,60	6,08	10,67	2,02	12,69	4,18	0,05	0,19	4,43	17,12
1963	5,67	3,33	9,00	2,72	11,73	3,65	1,14	0,15	4,61	16,67
1964	5,66	2,60	8,27	2,69	10,96	1,74	1,91	0,72	4,37	15,33
1965	7,15	2,14	9,29	3,45	12,74	1,98	1,83	0,69	4,50	17,23
1966	6,54	2,92	9,46	3,64	13,10	3,59	1,91	0,51	6,02	19,12
1967	6,60	3,24	9,84	5,32	15,17	2,30	1,62	0,75	4,66	19,83
1968	6,93	3,16	10,09	5,58	15,67	3,63	1,58	0,57	5,77	21,44
1969	6,25	3,38	9,63	6,38	16,01	5,12	1,39	1,03	7,54	23,55
1970	6,18	3,50	9,69	5,93	15,61	4,56	2,25	1,17	7,98	23,59
1971	6,52	3,75	10,26	5,82	16,08	5,51	0,94	1,77	8,21	24,29
1972	6,19	4,50	10,69	5,98	16,67	5,99	1,41	1,23	9,15	25,83
1973	6,11	5,16	11,27	6,02	17,29	7,57	1,52	1,03	10,12	27,41
Taxa geométrica de crescimen- to 1947-73	6,48	5,25	5,87	15,55	7,40	11,39	28,85	7,67	11,42	8,47

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 10.

Tabela 41

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES					DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
	Despesas de Custeio			Transfe- rências	Total	Investi- mentos	Inver- sões	Transfe- rências	Total	
	Pessoal	Outras	Total							
1947	35,67	38,51	74,18	10,94	85,12	12,84	-	2,04	14,88	100,00
1948	45,49	34,21	79,70	14,27	93,97	1,01	-	5,02	6,03	100,00
1949	43,45	37,95	81,40	12,80	94,20	3,78	-	2,02	5,80	100,00
1950	50,85	22,10	72,95	15,92	88,87	5,67	-	5,46	11,13	100,00
1951	45,30	31,90	77,20	13,97	91,17	4,43	0,21	4,19	8,83	100,00
1952	42,71	28,68	71,39	14,58	85,97	10,68	-	3,35	14,03	100,00
1953	39,18	26,77	65,95	26,38	92,33	3,66	0,35	3,66	7,67	100,00
1954	28,36	33,38	61,74	29,48	91,22	5,90	0,35	2,53	8,78	100,00
1955	25,91	24,70	50,61	40,49	91,10	5,30	0,12	3,48	8,90	100,00
1956	31,26	18,24	49,50	42,29	91,79	5,59	0,22	2,40	8,21	100,00
1957	40,11	17,65	57,76	34,71	92,47	4,33	0,27	2,93	7,53	100,00
1958	36,76	23,58	60,34	33,24	93,58	5,00	0,31	1,11	6,42	100,00
1959	29,77	44,14	73,91	21,91	95,82	2,49	0,26	1,43	4,18	100,00
1960	33,05	14,25	47,30	37,49	84,79	7,95	1,24	6,02	15,21	100,00
1961	31,88	11,42	43,30	34,57	77,87	7,04	1,21	13,88	22,13	100,00
1962	32,39	13,14	45,53	32,34	77,87	5,78	0,08	16,27	22,13	100,00
1963	36,73	12,77	49,50	33,10	82,60	3,59	1,14	12,67	17,40	100,00
1964	45,30	9,70	55,00	27,00	82,00	2,14	2,39	13,47	18,00	100,00
1965	45,36	6,61	51,97	22,58	74,55	13,38	2,11	9,96	25,45	100,00
1966	43,37	7,18	50,55	25,38	75,93	11,48	3,28	9,31	24,07	100,00
1967	35,46	9,54	45,00	34,87	79,87	7,53	2,99	9,61	20,13	100,00
1968	36,98	7,25	44,23	38,57	82,80	7,58	1,38	8,24	17,20	100,00
1969	32,00	8,45	40,45	39,23	79,68	8,32	3,02	8,98	20,32	100,00
1970	31,71	8,21	39,92	37,27	77,19	8,62	2,00	12,83	22,81	100,00
1971	35,94	7,48	43,43	37,95	81,38	4,70	2,14	11,78	18,62	100,00
1972	30,62	10,41	41,03	34,53	75,56	9,45	2,55	12,44	24,44	100,00
1973	29,52	13,42	42,94	33,40	76,34	11,90	1,83	9,93	23,66	100,00

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 12.

Tabela 42

Distribuição percentual das despesas, por categorias econômicas, da Administração Indireta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPESAS CORRENTES					DESPESAS DE CAPITAL				TOTAL GERAL
	Despesas de Custeio			Transfe- rências	Total	Investi- mentos	Inver- sões	Transfe- rências	Total	
	Pessoal	Outras	Total							
1947	34,03	43,92	77,95	1,22	79,17	15,10	-	5,73	20,83	100,00
1948	27,31	53,85	81,16	12,14	93,30	3,29	-	3,41	6,70	100,00
1949	26,18	59,27	85,45	0,79	86,24	7,31	-	6,45	13,76	100,00
1950	39,84	40,75	80,59	3,20	83,79	10,16	-	6,05	16,21	100,00
1951	24,03	61,41	85,44	2,82	88,26	7,79	-	3,95	11,74	100,00
1952	22,02	69,52	91,54	3,44	94,98	2,31	-	2,71	5,02	100,00
1953	36,36	38,26	74,62	4,80	79,42	16,82	-	3,76	20,58	100,00
1954	35,39	43,47	78,86	2,65	81,51	17,60	-	0,89	18,49	100,00
1955	35,48	45,62	81,10	5,00	86,10	11,93	-	1,97	13,90	100,00
1956	30,59	54,94	85,53	4,21	89,74	10,01	-	0,25	10,26	100,00
1957	34,96	45,31	80,27	4,09	84,36	12,35	2,73	0,56	15,64	100,00
1958	40,55	31,91	72,46	4,67	77,13	18,41	1,76	2,70	22,87	100,00
1959	31,69	50,96	82,65	4,55	87,20	11,17	0,78	0,85	12,80	100,00
1960	18,03	53,30	69,53	3,34	72,87	25,01	0,69	1,43	27,13	100,00
1961	16,01	48,35	64,36	3,84	68,20	31,01	0,60	0,19	31,80	100,00
1962	15,14	47,81	62,95	2,94	65,89	32,69	0,53	0,89	34,11	100,00
1963	20,79	24,87	45,66	4,06	49,72	35,65	13,85	0,78	50,28	100,00
1964	21,79	22,96	44,75	11,34	56,09	20,55	23,35	0,01	43,91	100,00
1965	25,60	17,15	42,75	15,49	58,24	21,67	19,52	0,57	41,76	100,00
1966	17,62	20,19	37,81	11,91	49,72	21,64	17,35	0,12	50,28	100,00
1967	22,93	23,66	46,59	14,80	61,39	25,59	12,83	0,19	38,61	100,00
1968	18,95	21,20	40,15	14,04	54,19	31,95	13,70	0,16	45,81	100,00
1969	16,15	18,88	35,03	14,00	49,03	38,63	9,46	2,88	50,97	100,00
1970	16,74	19,23	34,97	14,19	49,16	30,64	17,52	2,68	50,84	100,00
1971	14,21	21,05	35,26	11,50	46,76	37,69	5,96	9,59	53,24	100,00
1972	14,09	21,65	35,74	12,86	48,60	37,83	8,52	5,05	51,40	100,00
1973	13,09	21,44	34,53	12,41	46,94	40,31	9,02	3,73	53,06	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 13.

Tabela 43

Pessoal ocupado em atividades públicas, por ramo de atividade,  
no Rio Grande do Sul — 1950, 1960 e 1970

RAMOS DE ATIVIDADE	1950	1960	1970
Ensino público .....	14 793	35 741	78 045
Assistência médico-hospitalar pública ....	1 523	4 272	6 166
Saneamento, abastecimento e melhoramentos urbanos .....	4 979	4 997	9 022
Previdência social .....	1 479	3 016	5 574
Assistência e beneficiência (1) .....	1 363	451	2 360
Poder legislativo .....	170	1 133	676
Poder judiciário .....	2 448	3 672	5 103
Administração pública federal .....	2 226	1 891	6 354
Administração pública estadual .....	5 741	7 163	9 091
Administração pública municipal .....	6 706	7 049	13 688
Administração autárquica .....	5 046	917	286
Outras atividades do serviço administrati- vo governamental .....	237	5 002	9 059
Polícia militar .....	6 043	7 596	13 282
Polícia civil .....	2 299	3 860	5 925
Corpo de bombeiros .....	425	765	767
Produção e distribuição de energia elêtri- ca e gás (1) .....	2 679	5 302	10 782
Abastecimento d'água e serviços de esgoto	-	2 544	3 516
Serviços portuários (1) .....	5 805	6 877	5 849
Serviços postais, telegráficos e de tele- comunicações .....	2 587	3 676	4 825
Telefones (1) .....	1 274	1 586	3 182
Caixas econômicas e cooperativas de crêdi- to (1) .....	359	1 067	1 967
TOTAL .....	68 182	108 578	195 519
Índice .....	100	159	287
População economicamente ativa no Rio Grande do Sul (PEA) .....	1 428 455	1 759 420	2 268 935
Empregados assalariados urbanos no Rio Grande do Sul .....	369 181	620 167	970 333
TOTAL sobre a população economicamente ativa no Rio Grande do Sul .....	4,77	6,17	8,61
TOTAL sobre os empregados assalariados urbanos .....	18,46	17,51	20,14

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1961.

CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

(1) Inclui pessoas ocupadas em atividades privadas.

Tabela 44

Grau de instrução das pessoas economicamente ativas ocupadas na

ANOS DE ESTUDO	GRAU DE INSTRUÇÃO	1950	
		Números Absolutos	%
De 0 a 4 anos	Sem instrução e sem primário completo	8 671	38,41
De 5 a 8 anos	Primário completo	8 545	37,85
De 9 a 15 anos	Secundário completo	3 923	17,38
Mais de 15 anos	Superior completo	1 406	6,23
	Curso não especificado	29	0,13
TOTAL		22 574	100,00

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul, 1950. Rio de Janeiro,  
 CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul, 1960. Rio de Janeiro,  
 CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul, 1970. Rio de Janeiro,

(1) Compreende, basicamente, a Administração Centralizada Estadual, determinação do grau de instrução foi feita agregando os anos de

Tabela 45

Despesas em investimentos, por funções, do setor público  
1957, 1961,

ANOS	0	1	2	3	4
1949	4	-	32	20	66
1953	25	12	31	244	195
1957	25	40	74	767	732
1961	67	341	13	7 414	3 472
1965	2 403	876	50	9 983	35 702
1969	8 051	11 109	5 528	106 706	243 502
1973	85 303	15 984	12 088	640 171	724 610

b) distribuição

ANOS	0	1	2	3	4
1949	2,37	-	18,93	11,83	39,05
1953	4,63	2,23	5,75	45,27	36,18
1957	1,38	2,21	4,08	42,31	40,38
1961	0,54	2,73	0,10	59,33	27,78
1965	4,42	1,61	0,09	18,38	65,74
1969	1,75	2,42	1,20	23,25	53,06
1973	4,26	0,80	0,60	31,95	36,17

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976.

NOTA: Lódigo: vide Tabela 23.

administração pública(1) no Rio Grande do Sul — 1950, 1960 e 1970

1960 (2)		1970 (2)	
Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
26 816	38,07	25 965	26,71
26 387	37,46	38 554	39,66
14 640	20,78	27 094	27,87
2 597	3,69	5 584	5,74
8	0,01	19	0,02
70 447	100,00	97 216	100,00

IBGE, 1956.

IBGE, 1961.

IBGE, 1973.

com exclusão do ensino público. (2) Nos anos de 1960 e 1970, a estudo apresentados nos Censos Demográficos.

estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1949, 1953, 1965, 1969 e 1973

a) despesas

(Cr\$ 1 000)					
5	6	7	8	9	TOTAL
9	25	6	1	6	169
6	18	3	1	4	539
34	94	19	-	28	1 813
484	702	3	-	-	12 496
2 374	874	23	157	1 869	54 311
36 856	7 228	3 475	6 748	29 672	458 876
396 956	35 284	9 130	8 376	75 600	2 003 502

percentual

5	6	7	8	9	TOTAL
5,33	14,79	3,55	0,59	3,56	100,00
1,11	3,34	0,56	0,19	0,74	100,00
1,88	5,18	1,05	-	1,53	100,00
3,87	5,62	0,03	-	-	100,00
4,37	1,61	0,04	0,29	3,45	100,00
8,03	1,58	0,76	1,47	6,48	100,00
19,81	1,76	0,46	0,42	3,77	100,00

Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1977.



## Investimentos em infra-estrutura econômica e social do setor público estadual

ANOS	INVESTIMENTOS (Cr\$ 1 000)				
	Infra-Estrutura Econômica (1)	Infra-Estrutura Social (2)	Outros	Total	Infra-Estrutura Econômica
1949	73	32	64	169	43,20
1953	332	22	185	539	61,60
1957	1 227	113	473	1 813	67,68
1961	8 412	705	3 379	12 496	67,32
1965	49 198	1 054	4 059	54 311	90,59
1969	375 598	17 452	65 826	458 876	81,85
1973	1 319 887	52 790	630 825	2 003 502	65,88

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 45.

(1) Compreende os investimentos das funções: Viação, Transporte e Comunicações, Energia e -Estar Social.

Tabela 47

## Comparação entre o crescimento dos investimentos da geração

ANOS	INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA (1)			GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA ELÉTRICA NO RIO GRANDE DO SUL		
	Cr\$ 1 000 a Preços de 1949	Índice 1960=100	Variação Percentual	Milhões de kW/h	Índice 1960=100	Variação Percentual
1950	...	...	...	243,2	31	...
1951	...	...	...	...	...	...
1952	...	...	...	...	...	...
1953	163	30	...	...	...	...
1954	268	50	64,4	...	...	...
1955	166	31	-39,1	445,0	57	...
1956	183	34	10,2	...	...	...
1957	273	50	49,2	...	...	...
1958	339	63	24,2	...	...	...
1959	152	28	-65,2	...	...	...
1960	541	100	255,9	783,2	100	...
1961	864	160	59,7	870,1	111	11,1
1962	980	181	13,4	995,0	127	14,4
1963	906	167	-7,5	1 132,4	145	13,8
1964	528	98	-41,7	1 241,5	159	9,6
1965	629	116	19,1	1 285,4	164	3,5
1966	1 169	216	85,9	1 409,2	180	9,6
1967	721	133	-38,5	1 513,4	193	7,4
1968	1 173	217	62,7	1 641,6	210	8,5
1969	1 885	348	60,7	1 814,9	232	10,6
1970	1 573	291	-16,6	1 984,8	249	9,4
1971	1 448	268	-7,9	2 214,6	283	11,6
1972	2 373	439	63,9	2 519,2	322	13,8
1973	3 425	633	44,3	2 875,1	367	14,1
Taxa geométrica 1960-73	15,3			10,5		

FONTE: CEEE.

CORSAN.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA: 25 anos de economia gaúcha; uma visão global da BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria da

(1) DAER, DEPRC, CINTEA, VFRGS (até 1950); DAER, CEEE, CRT (a partir de 1964); CORSAN (a partir

consolidado do Rio Grande do Sul — 1949, 1953, 1957, 1961, 1965 e 1973

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL			PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PILcf-RS A PREÇOS CORRENTES			
Infra-Estrutura Social	Outros	Total	Infra-Estrutura Econômica	Infra-Estrutura Social	Outros	Total
18,93	37,87	100,00	0,40	0,17	0,35	0,92
4,08	34,32	100,00	0,84	0,06	0,47	1,36
6,23	26,09	100,00	1,22	0,11	0,47	1,81
5,64	27,04	100,00	2,83	0,24	1,14	4,21
1,94	7,47	100,00	1,79	0,04	0,15	1,98
3,80	14,35	100,00	4,19	0,19	0,73	5,12
2,63	31,49	100,00	4,99	0,20	2,38	7,57

Serviços Urbanos. (2) Compreende os investimentos das funções: Educação e Cultura, Saúde e Bem-

de energia e dos serviços de água com o PILcf-RS — 1950-73

ECONOMIAS LIGADAS À REDE D'ÁGUA DA CORSAN			MUNICÍPIOS COM REDE D'ÁGUA DA CORSAN		PILcf-RS		
Número	Índice 1960=100	Varição Percentual	Número	% Sobre o Total	Cr\$ 1 000 a Preços de 1949	Índice 1960=100	Varição Percentual
...	...	...	...	...	19 741	59	7,6
...	...	...	...	...	21 587	65	9,4
...	...	...	...	...	23 773	71	10,1
...	...	...	...	...	24 999	75	5,2
...	...	...	...	...	27 257	81	9,0
49 133	53	...	30	...	28 274	84	3,7
...	...	...	...	...	31 027	93	9,7
...	...	...	...	...	31 485	94	1,5
...	...	...	...	...	32 344	97	2,7
...	...	...	...	...	32 190	96	-0,5
92 268	100	...	67	...	33 466	100	4,0
99 817	108	8,2	67	...	35 678	107	6,6
107 368	116	7,6	67	...	39 199	117	9,9
144 887	157	34,9	67	...	39 612	118	1,1
140 550	152	-3,0	99	...	40 057	120	1,1
148 680	161	5,8	101	...	42 392	127	5,8
156 156	169	5,0	103	44,4	43 511	130	2,6
165 254	179	5,8	108	46,6	44 043	132	1,2
180 159	195	9,0	112	48,3	48 610	145	10,4
199 008	216	10,5	115	49,6	54 689	163	12,5
219 518	238	10,3	117	50,4	61 201	183	11,9
244 424	265	11,4	123	53,0	65 948	197	7,8
275 073	298	12,5	128	55,2	65 650	196	-0,5
307 540	333	11,8	136	58,6	72 495	217	10,4
					9,7	6,1	

economia do Estado. Porto Alegre, 1974. v. 1.  
Fazenda, 1948/1977.  
de 1964):

Tabela 48

## Consumo industrial de energia elétrica e produto

ANOS	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA (milhões de kW/h)	ÍNDICE 1960=100	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1950	34,4	21	-
1955	78,3	49	-
1960	161,0	100	-
1961	196,7	122	22,2
1962	255,4	221	29,8
1963	291,8	181	14,3
1964	350,2	218	20,0
1965	358,0	222	2,2
1966	400,9	249	12,0
1967	422,6	262	5,4
1968	487,7	303	15,4
1969	548,2	340	12,4
1970	612,1	380	11,7
1971	696,2	432	13,7
1972	833,4	518	19,7
1973	1 004,6	624	20,5
Taxa geométrica 1960-73	15,2		

FONTE: CEEE.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: uma visão

Tabela 49

## Percentuais de financiamento das despesas de capital do setor

ANOS	RECEITAS CORRENTES (Cr\$ 1 000) a	DESPESAS CORRENTES (Cr\$ 1 000) b	SUPERÁVIT EM CONTA CORRENTE (a-b) (Cr\$ 1 000) c	RECEITAS DE CAPITAL		
				Operação de Crédito (Cr\$ 1 000) d	Outras (Cr\$ 1 000) e	Total (Cr\$ 1 000) f
1947	1 725	1 635	90	-	40	40
1950	2 361	2 319	42	-	68	68
1955	7 171	6 833	338	129	11	140
1960	31 675	29 084	2 591	2 593	270	2 863
1965	378 923	350 203	28 720	27 296	48 807	76 103
1970	2 179 831	1 831 298	348 533	280 206	229 012	509 218
1971	2 869 185	2 437 582	431 603	419 574	596 314	1 015 888
1972	3 766 666	3 142 871	623 795	703 596	421 663	1 125 259
1973	5 260 299	4 576 100	684 199	618 088	702 564	1 320 652

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 10.

(1) Os dados referem-se a superávit.

industrial do Rio Grande do Sul — 1950, 1955 e 1960-73

PRODUTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	ÍNDICE 1960=100	VARIÇÃO PERCENTUAL
3 515,2	50	-
4 836,6	69	-
6 992,0	100	-
7 618,5	109	9,0
8 096,3	116	6,3
7 916,7	113	-2,2
8 106,6	116	2,4
8 037,8	115	-0,9
8 370,1	120	4,1
8 246,7	118	-1,5
9 715,4	139	17,8
10 457,8	150	7,6
11 461,7	164	9,6
12 630,8	181	10,2
13 919,1	199	10,2
14 921,3	213	7,2
6,0		

global da economia do Estado. Porto Alegre, 1974. v.1.

público estadual consolidado do Rio Grande do Sul — 1947-73

DÉFICIT OU SUPERÁVIT EM CONTA DE CAPI- TAL (Cr\$ 1 000) g	TOTAL DO FINANCIAMENTO (c+f+g) (Cr\$ 1 000) h	DESPESAS DE CAPITAL (Cr\$ 1 000) i	PERCENTUAIS				
			(c/i) j	(d/i) l	(e/i) m	(f/i) n	(g/i) o
238	368	368	24,4	-	10,9	10,9	64,7
300	410	410	10,2	-	16,6	16,6	73,2
757	1 235	1 235	27,4	10,5	0,9	11,4	61,3
1 220	6 674	6 674	38,8	38,9	4,1	43,0	18,3
18 786	123 609	123 609	23,2	22,1	39,5	61,6	15,2
77 811	935 612	935 612	37,3	30,0	24,4	54,4	8,3
(1)202 890	1 244 601	1 244 601	34,7	33,7	47,9	81,6	-
(1) 23 868	1 725 186	1 725 186	36,2	40,8	24,4	65,2	-
671 983	2 676 814	2 676 814	25,6	23,1	26,1	49,3	25,1

Tabela 50

Percentuais de financiamento das despesas de capital e dos investimentos do setor

ANOS	RECEITAS CORRENTES (Cr\$ 1 000)	DESPEASAS CORRENTES (Cr\$ 1 000)	SUPERÁVIT OU DÉFICIT EM CONTA COR- RENTE (a-b) (Cr\$ 1 000)	RECEITAS DE CAPITAL			DÉFICIT OU SUPERÁVIT EM CONTA DE CAPITAL (Cr\$ 1 000)
				Operações de Crédito (Cr\$ 1 000)	Outras (Cr\$ 1 000)	Total (Cr\$ 1 000)	
	a	b	c	d	e	f	g
1947	1 259	1 253	6	-	40	40	173
1948	1 580	1 574	6	-	55	55	40
1949	1 624	1 869	(1) 245	-	59	59	301
1950	1 650	1 725	(1) 75	-	68	68	223
1951	2 345	2 200	145	173	12	185	(2) 117
1952	2 557	2 335	222	373	12	385	(2) 226
1953	2 855	2 901	(1) 46	318	9	327	(2) 40
1954	3 065	3 168	(1) 103	550	15	565	(2) 157
1955	3 738	3 847	(1) 109	106	11	117	368
1956	5 206	5 122	84	37	11	48	326
1957	6 834	7 525	(1) 691	108	16	124	1 180
1958	8 156	9 272	(1) 1 116	471	12	483	1 269
1959	13 118	13 254	(1) 146	309	107	416	308
1960	19 794	19 113	681	2 593	83	2 676	72
1961	26 625	26 563	62	5 993	34	6 027	1 461
1962	41 003	36 822	4 181	3 869	60	3 929	2 352
1963	72 357	78 346	(1) 5 989	6 967	74	7 041	15 448
1964	159 667	127 964	31 703	3 888	137	4 025	(2) 7 640
1965	237 668	228 969	8 699	6 417	206	6 623	62 824
1966	381 650	328 387	53 263	13 123	455	13 578	37 222
1967	525 000	529 419	(1) 4 419	32 921	450	33 371	104 493
1968	722 389	749 517	(1) 27 128	50 541	17 892	68 433	114 475
1969	968 149	966 982	1 167	35 762	16 716	52 478	192 902
1970	1 389 879	1 201 297	188 582	47 139	37 827	84 966	81 449
1971	1 766 389	1 593 170	173 219	56 326	96 796	153 122	38 333
1972	2 238 176	1 948 414	289 762	124 973	133 554	258 527	81 895
1973	3 111 613	2 803 301	308 312	174 521	154 597	329 118	231 849
TOTAL	11 714 326	10 694 309	1 020 027	567 478	459 308	1 026 786	960 783

FORNTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria da  
(1) Os dados referem-se a déficit. (2) Os dados referem-se a superávit.

Tabela 51

Coefficientes de elasticidade-renda ( $\beta$ ) e de determinação ( $\alpha^2$ ), por períodos de governo, energia elétrica do Rio Grande do Sul e

PERÍODOS	PRODUTO INDUSTRIAL		PRODUTO AGRÍCOLA		EXPORTAÇÃO TOTAL	
	$\beta$	$\alpha^2$	$\beta$	$\alpha^2$	$\beta$	$\alpha^2$
1947-50	2,102	0,865	0,532	0,578	0,549	0,352
1951-54	0,979	0,933	0,972	0,998	1,158	0,693
1955-58	1,586	0,747	-0,015	0,000	1,495	0,952
1959-62	1,096	0,946	0,633	0,322	1,493	0,891
1963-66	0,401	0,590	1,546	0,741	0,937	0,217
1967-70	0,953	0,954	1,013	0,996	2,178	0,905
1971-73	1,181	0,625	1,445	0,700	...	...
1947-73	1,161	0,982	0,740	0,946	1,249	0,865

FORNTE: Tabela 63.

estadual consolidado pela Administração Direta do Rio Grande do Sul --- 1947-73

TOTAL DO FINANCIAMENTO (c+f+g) (Cr\$ 1 000)	DESPESAS DE CAPITAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO (Cr\$ 1 000)	INVESTIMENTO DO SPE CONSOLIDADO (Cr\$ 1 000)	PERCENTUAIS						
			(c/i)	(d/i)	(e/i)	(f/i)	(g/i)	(h/i)	(h/j)
h	i	j	l	m	n	o	p	q	r
219	368	277	1,63	-	10,87	10,87	47,01	59,5	779,06
101	259	70	2,32	-	21,24	21,24	15,44	39,00	144,29
115	369	169	-	-	15,99	15,99	81,57	31,17	68,05
216	410	200	-	-	16,59	16,59	54,39	52,68	108,00
213	472	238	30,72	36,65	2,54	39,19	-	45,13	89,50
381	576	347	38,54	64,76	2,08	66,84	-	66,15	109,80
241	720	539	-	44,17	1,25	45,42	-	33,47	44,71
305	1 188	1 052	-	46,30	1,26	47,56	-	25,67	28,99
376	1 235	983	-	8,58	0,89	9,47	29,80	30,45	38,25
458	1 428	1 252	5,88	2,59	0,77	3,36	22,83	32,07	36,58
613	2 354	1 813	-	4,59	0,68	5,27	50,13	26,04	33,81
636	3 120	2 511	-	15,10	0,38	15,48	40,67	20,38	25,33
578	1 886	1 526	-	16,38	5,67	22,06	16,33	30,65	37,88
3 429	6 674	5 928	10,20	38,15	1,24	40,10	1,08	51,38	57,84
7 550	13 979	12 496	0,44	42,87	0,24	43,11	10,45	54,01	60,42
10 462	22 575	21 335	18,53	17,14	0,27	17,40	10,42	46,34	49,04
16 500	42 260	33 418	-	16,49	0,18	16,66	36,55	39,04	49,37
28 088	77 110	30 677	41,11	5,04	0,18	5,22	-	36,43	91,56
78 146	123 609	54 311	7,04	5,19	0,17	5,36	50,82	63,22	143,89
104 063	230 959	137 899	23,06	5,68	0,20	5,88	16,12	45,06	75,46
133 445	234 603	115 761	-	14,03	0,19	14,22	44,52	56,88	115,28
155 780	387 864	243 613	-	13,03	4,61	17,64	29,51	40,16	63,95
246 547	676 210	458 876	0,17	5,29	2,47	7,76	28,53	36,45	53,73
354 997	935 612	534 538	20,16	5,04	4,04	9,08	8,71	37,94	66,41
364 674	1 244 601	834 662	13,92	4,53	7,78	12,30	3,08	29,30	43,69
630 184	1 725 186	1 228 789	16,80	7,24	7,74	14,99	4,75	36,53	51,28
869 279	2 676 814	2 003 502	11,52	6,52	5,78	12,30	8,66	32,47	43,39
3 007 596	8 412 441	5 726 782	12,13	6,75	5,46	12,21	11,42	35,75	52,52

Fazenda, 1948/1977.

do produto industrial e agrícola, exportação, IVC-ICM, consumo total e industrial de construção civil de Porto Alegre --- 1947-73

IVC-ICM CORRIGIDO		CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA		CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA		CONSTRUÇÃO CIVIL DE PORTO ALEGRE (áreas vistoriadas)	
$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$
-0,104	0,710	6,130	0,828	...	...	...	...
1,070	0,881	5,405	0,972	...	...	...	...
0,958	0,855	5,435	0,841	...	...	...	...
0,542	0,865	2,092	0,919	2,905	0,999	-1,947	0,790
1,313	0,724	2,074	0,840	2,518	0,741	-1,638	0,102
1,147	0,885	0,873	0,999	1,108	0,991	1,910	0,824
2,779	0,842	2,103	0,712	2,785	0,724	2,180	0,844
1,058	0,923	3,734	0,918	2,061	0,936	1,185	0,562

Tabela 52

Taxas de crescimento, por períodos, do PILcf do Rio Grande do Sul, PILcf do Brasil, de energia elétrica do Rio Grande do Sul e

PERÍODOS	PILcf-RS	PILcf-BR	PRODUTO INDUSTRIAL	PRODUTO AGRÍCOLA
1948-56	n=8 7,52	6,27	8,08	7,35
1956-59	n=3 1,23	7,11	7,25	-3,80
1959-62	n=3 5,41	8,40	7,65	3,23
1962-67	n=5 2,36	3,41	0,37	2,62
1967-73	n=6 8,66	9,90	10,39	8,15
Tendência (y <sub>g</sub> )	5,32	...	6,08	3,83
1947-73	5,60	6,53	6,99	4,26

FONTA: Tabela 63.

Tabela 53

Coefficientes de elasticidade-renda ( $\hat{\beta}$ ) e de determinação ( $R^2$ ), por períodos de

PERÍODOS	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO		DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO		INVESTIMENTOS DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO		DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL	
	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$
1947-50	0,555	0,045	-1,289	0,130	7,059	0,688	3,790	0,853
1951-54	0,641	0,930	0,107	0,013	1,683	0,333	2,040	0,560
1955-58	2,789	0,892	2,479	0,810	2,679	0,767	2,878	0,903
1959-62	1,643	0,911	1,562	0,773	6,957	0,779	0,249	0,179
1963-66	2,057	0,795	1,821	0,752	1,014	0,054	2,179	0,214
1967-70	1,994	0,994	1,352	0,980	2,708	0,988	3,055	0,975
1971-73	2,663	0,744	3,243	0,875	0,000	0,000	1,978	0,530
1947-73	1,544	0,953	1,309	0,918	2,086	0,884	2,566	0,811

FONTA: Tabela 65.

do produto industrial e agrícola, exportação, IVC-ICM, consumo total e industrial  
construção civil de Porto Alegre — 1948-73

EXPORTAÇÃO TOTAL	IVC-ICM CORRIGIDO	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA	CONSTRUÇÃO CIVIL DE PORTO ALEGRE (áreas vistoriadas)
19,97	5,61	39,72	...	...
-1,36	-2,77	29,25	...	...
10,14	4,18	16,17	25,93	-15,01
-5,63	5,49	9,51	10,60	1,91
26,40	16,04	11,88	15,52	12,55
6,43	5,58	22,71	13,37	7,88
7,18	6,70	21,70	15,12	3,75

governo, de despesas e receitas do setor público no Rio Grande do Sul — 1947-73

DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL		FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA		DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA ESTADUAL		RECEITA TRIBUTÁRIA DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO		IVC-ICM	
$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$	$\hat{\beta}$	$R^2$
0,056	0,002	0,037	0,000	-2,802	0,139	0,539	0,207	0,568	0,090
-0,149	0,046	1,210	0,716	0,396	0,030	0,779	0,889	1,069	0,880
2,926	0,760	4,482	0,675	2,020	0,535	2,105	0,964	3,414	0,945
1,017	0,383	2,210	0,492	2,269	0,854	0,794	0,854	0,943	0,682
2,227	0,759	2,239	0,711	2,848	0,831	1,687	0,631	1,981	0,766
0,820	0,991	0,460	0,856	2,009	0,975	1,687	0,924	1,097	0,954
2,760	0,847	2,321	0,899	3,508	0,872	0,000	0,000	2,252	0,961
1,247	0,890	1,875	0,899	1,577	0,905	1,483	0,959	1,648	0,986



Tabela 54

Taxas de crescimento, por períodos, do PILcf, das despesas e

PERÍODOS	PILcf-RS	DESPESTA TOTAL DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO	DESPESTA TOTAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	INVESTIMENTOS DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO	DESPESTA TOTAL DO SETOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL	DESPESTA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA
1948-56	n=8 7,52	4,93	1,01	17,55	13,67	0,66	4,53
1956-59	n=3 1,23	4,01	5,82	-2,30	-0,02	17,63	20,90
1959-62	n=3 5,41	12,34	11,43	67,00	15,45	8,41	18,59
1962-67	n=5 2,36	3,45	4,26	-9,69	2,77	8,59	6,09
1967-73	n=4 8,66	20,72	16,46	20,69	27,74	11,30	9,78
Tendência	n=23 5,32	0,00	0,00	11,36	0,00	6,88	10,58
1947-73	5,60	9,77	8,47	11,22	12,79	6,93	9,42

FONTE: Tabela 65.

Tabela 55

Despesas vinculadas do setor

ESPECIFICAÇÃO	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Federais								
Taxa Rodoviária Única	-	-	-	-	1 324	1 176	823	2 080
Cota-parte IUEE .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-parte IUMP .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Cota-parte FPE .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Estaduais								
Taxa de cooperação-ovinos ....	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de transportes .....	303	421	503	608	787	1 064	1 651	2 891
Taxa de educação .....	-	-	-	428	551	748	1 164	1 913
Compensação ICM/sem similar ..	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição BRDE .....	-	-	-	-	-	-	300	548
Carteira de crédito agrícola BANRISUL .....	13	23	30	41	12	60	121	112
Participação dos municípios- -ICM .....	697	507	649	850	482	1 271	1 902	2 544
Renda líquida da loteria do Es- tado .....	76	100	95	111	122	150	181	351
PASEP .....	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOPEM .....	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos da CEEE .....	-	-	-	-	-	-	-	-
TRU municípios .....	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL .....	1 089	1 051	1 307	2 038	4 693	4 469	6 142	10 447

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1956/1973. Porto Alegre, Secretaria da

receitas do setor público no Rio Grande do Sul — 1947-73

DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA ESTADUAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	DÉFICIT DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	RECEITA TRIBUTÁRIA DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO	IVC-ICM
2,21	-34,33	...	-5,20	-7,04	7,53	9,13
-0,15	54,49	...	3,41	-19,00	2,74	8,38
16,62	67,04	...	41,75	41,46	6,09	7,90
0,24	14,95	...	-20,24	36,83	5,32	5,49
22,07	19,73	...	23,83	-4,44	23,38	13,05
0,00	0,00	5,30	0,00	0,00	7,90	0,00
11,30	12,01	5,76	7,43	4,40	9,44	9,69

público estadual — 1956-73

(Cr\$ 1 000)

1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
3 375	6 758	13 624	5 295	2 663	3 000	10 646	15 952	26 647	81 014
-	298	563	251	478	499	708	1 679	5 095	39 530
-	-	-	-	26 833	24 386	25 014	34 450	49 159	5 522
-	36	53	49	46	62	81	87	70	102
6 136	9 725	15 641	-	-	-	-	-	-	-
4 060	6 436	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	7 261	19 907	33 693	35 165	42 621	69 710
1 163	2 260	3 517	4 427	7 710	9 924	9 396	2 500	14 640	18 562
148	235	711	731	1 084	2 317	3 301	3 919	4 154	4 538
3 713	6 911	14 229	85 221	124 550	172 474	220 000	280 835	353 200	494 100
361	547	901	1 058	2 179	2 990	3 847	4 619	4 955	4 350
-	-	-	-	-	-	-	-	20 644	36 072
-	-	-	-	-	-	-	-	349	7 500
-	34 616	31 695	30 014	29 874	33 569	55 200	31 412	34 160	174 988
-	-	-	-	-	-	10 052	15 610	20 973	25 065
18 956	67 822	80 574	127 046	202 678	269 128	371 938	426 228	576 667	1 023 414

Fazenda, 1957/1974.

Participação relativa das despesas vinculadas na despesa e receita total da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPESA TOTAL (Cr\$ 1 000) (A)	RECEITA TOTAL (Cr\$ 1 000) (B)	DESPESA VINCULADA ESTADUAL (Cr\$ 1 000) (C)	DESPESA VINCULADA FEDERAL (Cr\$ 1 000) (D)	DESPESA VINCULADA TOTAL (Cr\$ 1 000) (C+D) (E)	C/A (%)	C/B (%)	D/A (%)	D/B (%)	E/A (%)	E/B (%)
1947	1 472	1 299	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1948	1 675	1 635	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1949	1 984	1 683	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1950	1 941	1 718	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1951	2 217	2 530	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1952	2 716	2 942	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1953	3 142	3 182	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1954	3 473	3 630	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1955	4 223	3 855	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1956	5 580	5 254	1 089	-	1 089	19,5	20,7	-	-	19,5	20,7
1957	8 138	6 958	1 051	-	1 051	12,9	15,1	-	-	12,9	15,1
1958	9 908	8 639	1 277	-	1 277	12,8	14,8	-	-	12,8	14,8
1959	13 832	13 524	2 036	-	2 036	14,7	15,1	-	-	14,7	15,1
1960	22 551	22 470	2 454	1 324	3 778	10,8	10,9	5,8	5,9	16,7	16,8
1961	34 067	32 652	3 293	1 176	4 469	9,7	10,1	3,4	3,6	13,1	13,7
1962	47 336	44 932	5 319	823	6 142	11,2	11,8	1,7	1,8	12,9	13,7
1963	91 081	79 398	8 359	2 088	10 447	9,2	10,5	2,3	2,6	11,5	13,2
1964	156 043	163 692	15 581	3 375	18 956	9,9	9,5	2,2	2,1	12,1	11,6
1965	307 106	244 291	60 766	7 056	67 822	19,8	24,8	2,3	2,8	22,1	27,7
1966	432 440	395 228	66 747	14 187	80 934	15,4	16,9	3,3	3,6	18,7	20,5
1967	662 848	558 371	121 500	5 546	127 046	18,3	21,7	0,8	0,9	19,2	22,7
1968	905 290	790 822	172 704	29 974	202 678	19,1	21,8	3,3	3,7	22,4	25,6
1969	1 213 528	1 020 627	241 243	27 885	269 128	19,3	23,6	2,3	2,7	22,2	26,3
1970	1 556 291	1 474 845	335 570	26 758	362 328	21,5	22,7	1,7	1,8	23,3	24,5
1971	1 957 841	1 919 511	374 145	36 368	410 513	19,1	19,5	1,8	1,9	20,9	21,4
1972	2 578 592	2 496 703	495 766	50 901	546 667	19,2	19,8	3,1	3,2	22,3	23,1
1973	3 672 575	3 440 731	834 987	198 427	1 033 414	22,7	24,3	5,1	5,5	27,8	29,7

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1974.

Tabela 57

## Despesas compulsórias da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1.000)

ANOS	PESSOAL	AMORTIZA- ÇÃO E JU- ROS DA DI- VIDA	TRANSFE- RÊNCIAS A PESSOAS	ENERGIA ELÉTRICA	ALUGUEIS	COMUNI- CAÇÕES	CONTRIBUI- ÇÃO PREVI- DÊNCIA SO- CIAL	TRANSFERÊN- CIAS A ADMI- NISTRAÇÃO INDIRETA (1)	TOTAL
1947	525	30	39	3	2	1	-	83	683
1948	525	30	52	40	28	4	-	74	753
1949	762	84	60	-	-	-	-	79	985
1950	862	40	60	-	-	-	-	158	1 120
1951	987	106	60	-	-	-	-	138	1 312
1952	1 093	101	95	-	-	-	-	157	1 446
1953	1 160	91	460	6	10	1	-	190	1 918
1954	1 231	115	549	8	32	1	-	248	2 184
1955	985	88	798	9	15	2	-	565	2 462
1956	1 094	147	628	12	22	5	-	951	2 859
1957	1 774	134	854	17	33	8	-	1 384	4 204
1958	3 264	239	1 122	21	44	10	-	1 477	6 177
1959	3 642	110	1 350	24	52	12	-	762	5 952
1960	4 118	197	3 352	28	80	24	-	3 158	10 957
1961	7 451	250	5 477	65	102	42	-	4 716	18 103
1962	10 876	832	7 879	87	123	57	-	4 811	24 865
1963	15 317	922	19 757	192	162	79	-	8 831	45 260
1964	34 844	1 379	19 586	429	287	86	160	11 270	68 041
1965	70 684	4 671	38 576	1 215	531	151	363	14 995	131 186
1966	139 308	4 315	58 581	873	1 050	273	194	24 526	229 120
1967	187 544	3 891	83 683	652	1 675	502	77	44 344	322 368
1968	235 030	6 584	131 720	1 063	2 512	892	199	70 764	448 764
1969	334 765	10 765	171 254	2 205	3 192	1 243	929	94 368	618 721
1970	388 319	19 509	186 145	2 660	4 430	1 808	2 590	126 829	732 290
1971	493 502	32 376	230 963	3 640	5 493	2 702	10 304	164 597	943 577
1972	703 737	54 114	251 894	5 178	7 632	4 701	26 317	176 672	1 230 245
1973	789 640	63 899	343 022	6 358	10 671	6 561	51 942	232 243	1 504 336

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1974.

(1) Basicamente, transferências às autarquias e fundações.

Participação relativa das despesas compulsórias da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	PESSOAL	AMORTIZAÇÃO E SERVIÇO DA DÍVIDA	TRANSFERÊN- CIAS A PES- SOAS	ENERGIA ELETRICA	ALUGUEIS	COMUNI- CAÇÕES	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDEN- CIA SOCIAL	TRANSFERÊN- CIAS A ADMI- NISTRAÇÃO INDIRETA	TOTAL
1947	76,9	4,4	5,7	0,4	0,3	0,1	-	12,2	100
1948	69,7	4,0	6,9	5,3	3,7	0,5	-	9,8	100
1949	77,4	8,5	6,1	-	-	-	-	8,0	100
1950	77,0	3,6	5,3	-	-	-	-	14,1	100
1951	75,2	8,1	6,2	-	-	-	-	10,5	100
1952	75,6	7,0	6,6	-	-	-	-	10,8	100
1953	60,5	4,7	24,0	0,3	0,5	0,1	-	9,9	100
1954	56,4	5,3	25,1	0,4	1,5	0,1	-	11,3	100
1955	40,0	3,6	32,4	0,4	0,6	0,1	-	22,9	100
1956	38,3	5,1	22,0	0,4	0,8	0,2	-	33,2	100
1957	42,2	3,2	20,3	0,4	0,8	0,2	-	32,9	100
1958	52,8	3,9	18,2	0,3	0,7	0,2	-	23,9	100
1959	61,2	1,8	22,7	0,4	0,9	0,2	-	12,8	100
1960	37,6	1,8	30,6	0,3	0,7	0,2	-	28,8	100
1961	41,2	1,4	30,2	0,4	0,6	0,2	-	26,0	100
1962	44,1	3,4	31,9	0,4	0,5	0,2	-	19,5	100
1963	33,8	2,0	43,7	0,4	0,4	0,2	-	19,5	100
1964	51,2	2,0	28,8	0,6	0,4	0,1	-	16,6	100
1965	53,9	3,6	29,4	0,9	0,4	0,1	0,2	16,6	100
1966	60,8	1,9	25,6	0,4	0,4	0,1	0,3	11,4	100
1967	58,2	1,2	26,0	0,2	0,5	0,2	0,1	10,7	100
1968	52,4	1,5	29,3	0,2	0,6	0,2	0,1	15,8	100
1969	54,1	1,7	27,7	0,4	0,5	0,2	0,1	15,3	100
1970	53,0	2,7	25,4	0,4	0,6	0,2	0,4	17,3	100
1971	52,3	3,4	24,5	0,4	0,6	0,3	1,1	17,4	100
1972	57,0	4,4	20,5	0,4	0,6	0,4	2,1	14,4	100
1973	52,5	4,3	22,8	0,4	0,7	0,4	3,5	15,4	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 57.

Tabela 59

Participação relativa das despesas compulsórias na despesa e receita total da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPEZA TOTAL (A) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	RECEITA TOTAL (B) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	RECEITA TOTAL S/OPERAÇÕES DE CREDITO (C) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	DESPEAS COM- PULSÓRIAS (D) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	D/A (%)	D/B (%)	D/C (%)
1947	1 691	1 493	1 493	785	46,4	52,6	52,6
1948	1 801	1 758	1 758	809	44,9	46,0	46,0
1949	1 984	1 683	1 683	985	49,6	58,5	58,5
1950	1 748	1 548	1 548	1 009	57,7	65,2	65,2
1951	1 718	1 961	1 827	1 017	59,2	51,8	55,6
1952	1 873	2 029	1 772	997	53,2	49,1	56,2
1953	1 892	1 917	1 725	1 155	61,0	60,2	66,9
1954	1 645	1 720	1 459	1 035	62,9	60,2	70,9
1955	1 723	1 573	1 530	1 041	60,4	66,2	68,0
1956	1 897	1 787	1 774	972	51,2	54,4	54,8
1957	2 422	2 071	2 039	1 251	51,6	60,4	61,3
1958	2 607	2 273	2 149	1 625	62,3	71,5	75,6
1959	2 639	2 581	2 522	1 135	43,0	43,9	45,0
1960	3 331	3 319	2 936	1 618	48,5	48,7	55,1
1961	3 674	3 522	2 876	1 952	53,1	55,4	67,8
1962	3 364	3 193	2 918	1 753	52,1	54,9	60,1
1963	3 691	3 218	2 936	1 834	49,7	56,9	62,5
1964	3 320	3 484	3 401	1 447	43,6	41,5	42,5
1965	4 166	3 315	3 228	1 780	42,7	53,7	55,1
1966	4 250	3 855	3 726	2 252	52,9	58,4	60,4
1967	5 080	4 288	4 036	2 470	48,6	57,6	61,2
1968	5 585	4 879	4 567	2 768	49,5	56,7	60,6
1969	6 200	5 215	5 032	3 161	50,9	60,6	62,8
1970	6 638	6 291	6 090	3 123	47,1	49,6	52,7
1971	6 933	6 798	6 599	3 341	48,2	49,2	50,6
1972	7 807	7 560	7 182	3 724	47,7	49,3	51,8
1973	9 659	9 198	8 739	3 956	40,9	43,0	45,3

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1974.

Tabela 57.

Participação relativa das despesas incomprimíveis na receita e despesa total da  
Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	RECEITA TOTAL S/OPERAÇÕES DE CRÉDITO (A) (Cr\$ 1 000)	RECEITA TOTAL (B) (Cr\$ 1 000)	DESPEZA TOTAL (C) (Cr\$ 1 000)	DESPEZAS IN- COMPRIMÍVEIS (D) (Cr\$ 1 000)	D/A (%)	D/B (%)	D/C (%)
1947	1 299	1 299	1 472	683	52,5	52,5	46,3
1948	1 635	1 635	1 675	753	46,0	46,0	44,9
1949	1 683	1 683	1 984	985	58,5	58,5	49,6
1950	1 718	1 718	1 941	1 120	65,1	65,1	57,7
1951	2 357	2 530	2 217	1 312	55,6	51,8	59,1
1952	2 569	2 942	2 716	1 446	56,2	49,1	53,2
1953	3 864	3 182	3 142	1 918	66,9	60,2	61,0
1954	3 080	3 630	3 473	2 184	70,9	60,1	62,8
1955	3 746	3 855	4 223	2 462	65,7	63,8	58,2
1956	5 217	5 254	5 580	3 948	75,6	75,1	70,7
1957	6 850	6 958	8 138	5 255	76,7	75,5	64,5
1958	8 168	8 639	9 908	7 454	91,2	86,2	75,2
1959	13 215	13 524	13 832	7 988	60,4	59,0	57,7
1960	19 877	22 470	22 551	14 735	74,1	65,5	65,3
1961	26 659	32 652	34 067	22 572	84,6	69,1	66,2
1962	41 063	44 932	47 336	30 807	75,0	68,5	65,0
1963	72 431	79 398	91 081	55 707	76,9	70,1	61,1
1964	159 804	163 692	156 043	86 997	54,4	53,1	55,7
1965	237 874	244 291	307 106	199 008	83,6	81,4	64,8
1966	382 105	395 228	432 440	310 054	81,1	78,4	71,6
1967	525 450	558 371	662 848	449 414	85,5	80,4	67,8
1968	740 281	790 822	905 290	651 442	87,9	82,3	71,9
1969	984 865	1 020 627	1 213 528	887 849	90,1	86,9	73,1
1970	1 427 706	1 474 845	1 556 291	1 094 628	76,6	74,2	70,3
1971	1 863 185	1 919 511	1 957 841	1 354 090	72,6	70,5	69,1
1972	2 371 730	2 496 703	2 578 592	1 806 912	76,1	72,3	70,0
1973	3 266 210	3 440 731	3 672 575	2 527 750	77,3	73,4	68,8

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1974.

Tabela 61

Evolução dos graus de liberdade ( $G_1$ ,  $G_2$ ,  $G_3$ ) da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	RECEITA TOTAL S/OPERAÇÕES DE CRÉDITO	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	DESPESAS IN-COMPRIMÍVEIS	A-D	B-D	C-D	$G_1 = E/A$	$G_2 = F/B$	$G_3 = G/C$
	A (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	B (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	C (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	D (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	(Cr\$ 1 000 a preços de 1949) E	(Cr\$ 1 000 a preços de 1949) F	(Cr\$ 1 000 a preços de 1949) G	(%) H	(%) I	(%) J
1947	1 493	1 493	1 691	785	708	708	906	47,4	47,4	53,6
1948	1 758	1 758	1 801	809	949	949	992	53,9	53,9	55,1
1949	1 683	1 683	1 984	985	698	698	999	41,5	41,5	50,4
1950	1 548	1 548	1 748	1 009	539	539	739	34,8	34,8	42,3
1951	1 827	1 961	1 718	1 017	800	943	701	43,8	48,1	40,8
1952	1 772	2 029	1 873	997	775	1 032	876	43,7	50,9	46,7
1953	1 725	1 917	1 892	1 155	570	762	737	33,0	39,7	38,9
1954	1 459	1 720	1 645	1 035	424	685	610	29,0	39,8	37,1
1955	1 530	1 573	1 723	1 041	489	532	682	31,9	33,8	39,6
1956	1 774	1 787	1 897	1 342	432	445	555	24,4	24,9	29,3
1957	2 039	2 071	2 422	1 563	476	508	859	23,3	24,5	35,5
1958	2 149	2 273	2 507	1 961	188	312	646	8,7	13,7	24,8
1959	2 522	2 581	2 639	1 523	999	1 058	1 116	39,6	40,9	42,3
1960	2 936	3 319	3 331	2 176	760	1 143	1 155	25,9	34,4	34,7
1961	2 876	3 522	3 674	2 434	442	1 088	1 240	15,4	30,9	33,7
1962	2 918	3 193	3 364	2 190	729	1 004	1 174	24,9	31,4	34,9
1963	2 936	3 218	3 691	2 257	679	961	1 434	23,1	29,9	38,8
1964	3 401	3 484	3 320	1 850	1 551	1 634	1 470	45,6	46,9	44,3
1965	3 228	3 315	4 166	2 700	528	680	1 466	16,4	20,5	35,2
1966	3 726	3 855	4 250	3 047	679	808	1 203	18,2	20,9	28,3
1967	4 036	4 288	5 080	3 443	593	845	1 637	14,7	19,7	32,2
1968	4 557	4 879	5 585	4 018	549	861	1 567	12,0	17,6	28,1
1969	5 032	5 215	6 200	4 536	496	679	1 664	9,9	13,0	26,8
1970	6 090	6 291	6 638	4 668	1 422	1 623	1 970	23,4	25,8	26,7
1971	6 599	6 798	6 933	4 795	1 804	2 003	2 138	27,3	29,5	30,8
1972	7 182	7 560	7 807	5 470	1 712	2 090	2 337	23,8	27,6	29,9
1973	8 739	9 198	9 659	6 648	2 091	2 546	3 011	23,9	27,7	31,2

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1974.

Tabela 62

Participação relativa das receitas totais e despesas incomprimíveis na despesa total da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1947-73

ANOS	DESPESA TOTAL	RECEITA TOTAL	RECEITA SEM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	DESPESAS IN-COMPRIMÍVEIS	B/A	B/A AJUSTA-DO (1)	C/A	C/A AJUSTA-DO (1)	D/A	D/A AJUSTA-DO (1)
	A (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	B (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	C (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	D (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1947	1 691	1 493	1 493	785	88,3	96,7	88,3	91,6	46,4	53,3
1948	1 801	1 758	1 758	809	97,6	96,5	97,6	91,4	44,9	54,0
1949	1 984	1 683	1 683	985	84,8	96,3	84,8	91,2	49,6	54,8
1950	1 748	1 548	1 548	1 009	88,5	96,1	88,5	91,0	57,7	55,6
1951	1 718	1 961	1 827	1 017	114,1	95,9	106,3	90,7	59,2	55,3
1952	1 873	2 029	1 772	997	108,3	95,7	94,6	90,5	53,2	57,1
1953	1 892	1 917	1 725	1 155	101,3	95,4	91,2	90,3	61,0	57,8
1954	1 645	1 720	1 459	1 035	104,6	95,2	88,7	90,1	62,9	58,6
1955	1 723	1 573	1 530	1 041	91,3	95,0	88,8	89,9	60,4	59,4
1956	1 897	1 787	1 774	1 342	94,2	94,6	94,2	89,7	70,7	60,1
1957	2 422	2 071	2 039	1 563	85,5	94,6	84,2	89,4	64,5	60,9
1958	2 607	2 273	2 149	1 961	87,2	94,4	82,4	89,2	75,2	61,7
1959	2 639	2 581	2 522	1 523	97,8	94,2	95,6	89,0	57,7	62,4
1960	3 331	3 319	2 936	2 217	99,6	94,0	88,1	88,8	66,6	63,2
1961	3 674	3 522	2 876	2 434	95,8	93,7	78,3	88,6	66,3	63,9
1962	3 364	3 193	2 918	2 189	94,9	93,5	86,7	88,3	65,1	64,7
1963	3 691	3 218	2 936	2 257	87,2	93,3	79,5	88,1	61,2	65,5
1964	3 320	3 484	3 401	1 850	104,9	93,1	102,4	87,9	55,7	66,2
1965	4 166	3 315	3 228	2 700	79,6	92,9	77,5	87,7	64,8	67,0
1966	4 250	3 855	3 726	3 047	90,7	92,7	87,7	87,5	71,7	67,8
1967	5 080	4 288	4 036	3 443	84,4	92,5	79,4	87,2	67,8	66,5
1968	5 585	4 879	4 567	4 018	87,4	92,3	81,7	87,0	71,9	69,3
1969	6 200	5 215	5 032	4 536	84,1	92,0	81,2	86,8	73,2	70,0
1970	6 638	6 291	6 090	4 668	94,7	91,8	91,7	86,6	70,3	70,8
1971	6 933	6 798	6 599	4 795	98,1	91,6	95,2	86,4	69,2	71,6
1972	7 807	7 560	7 182	5 460	96,8	91,4	91,9	86,2	69,9	72,3
1973	9 659	9 198	8 739	6 648	95,2	91,2	90,5	85,9	68,8	73,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 60 e 61.

(1) O ajustamento foi feito pela função  $y = ac^{bx}$ .



Tabela 63

PILcf do Rio Grande do Sul, PILcf do Brasil, produto industrial e energia elétrica do Rio Grande do Sul

ANOS	PILcf-RS (1) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	PILcf-BR (2) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	PRODUTO INDUS- TRIAL (1) (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	PRODUTO AGRÍCOLA (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)
1947	17 586,4	172 890,4	2 578,3	7 203,3
1948 (4)	17 377,3	185 763,1	2 826,4	6 782,4
1949	18 353,3	198 041,7	3 006,5	6 967,0
1950	19 741,9	210 914,4	3 515,2	7 443,0
1951	21 587,2	223 391,2	3 847,2	8 141,1
1952	23 773,2	242 799,1	4 101,1	8 996,1
1953	24 999,1	248 938,4	4 576,2	9 448,7
1954	27 257,5	274 089,7	4 770,7	10 208,8
1955	28 274,3	292 903,7	4 836,6	10 687,7
1956 (5)	31 027,9	302 211,6	5 260,3	11 958,0
1957	31 485,3	326 570,8	5 354,6	10 752,3
1958	32 344,2	351 722,1	6 254,3	10 411,4
1959 (4)	32 190,7	371 328,2	6 489,4	10 645,1
1960	33 466,5	407 371,8	6 992,0	9 522,0
1961	35 678,5	449 356,6	7 618,5	9 665,4
1962 (5)	39 199,8	672 923,6	8 096,3	11 709,6
1963	39 612,1	480 251,1	7 916,7	11 673,8
1964	40 057,3	494 312,1	8 106,6	11 643,9
1965	42 392,4	507 778,9	8 037,8	13 707,5
1966	43 511,6	533 722,9	8 370,1	12 973,1
1967 (4)	44 043,6	559 269,8	8 246,7	13 324,8
1968	48 610,4	611 354,7	9 715,4	14 007,7
1969	54 689,7	(6)666 410,3	10 457,8	16 855,9
1970	61 201,4	(6)729 783,7	11 461,7	18 527,0
1971	65 948,4	(6)812 169,0	12 630,8	19 683,9
1972	65 650,0	(6)896 534,8	13 919,1	17 592,9
1973 (5)	72 495,8	...	14 921,3	21 326,6

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: uma visão  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-FEE.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA-CEEE.

NOTA: Dados deflacionados pelo Índice Geral de Preços, Coluna 2, Conjuntura Econômica,

(1) Cíclico-aleatório. (2) Utilizaram-se os dados da Fundação de Economia e Estatística toda a série em estudo (1947-73), mas somente os anos de 1949, 1959 e o período 1965-estimada através de uma média entre as alíquotas internas, interestaduais e de exportação: todo o período, sendo que os benefícios no período 1963-70 foram estimados pelo um giro de 2,5 vezes. (4) Pontos de mínima da variável referência PILcf do Rio Grande Projeções preliminares. Dados deflacionados pelo Deflator Implícito do Produto do Brasil.

e agrícola, exportação, IVC-ICM, consumo total e industrial de construção civil de Porto Alegre — 1947-73

EXPORTAÇÃO TOTAL (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	IVC-ICM (3) CORRIGIDO (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Mil kw/h) (1)	CONSUMO INDUS- TRIAL DE ENER- GIA ELÉTRICA (1) (Mil kw/h)	CONSTRUÇÃO CIVIL DE PORTO ALEGRE (áreas visto- riadas) (1)
5 178	1 492	14 743	...	...
2 207	1 570	16 033	...	...
5 407	1 548	27 743	...	...
5 428	1 515	32 056	...	...
6 367	1 686	37 719	...	...
7 662	1 778	52 271	...	...
8 720	2 056	76 088	...	...
8 173	2 121	130 864	...	...
8 237	2 129	180 255	...	...
9 470	2 429	232 884	...	...
9 373	2 356	304 097	...	...
10 221	2 405	403 109	...	...
9 089	2 233	502 830	...	...
9 886	2 379	617 334	161 046	479 022
11 629	2 378	675 913	196 661	365 342
12 144	2 525	780 301	255 374	346 014
14 421	2 540	895 928	291 781	411 152
12 337	2 804	1 002 123	350 205	238 119
13 355	2 829	1 042 292	358 004	279 386
15 173	3 003	1 142 737	400 901	288 554
9 089	3 299	1 241 617	422 607	380 514
13 513	4 226	1 366 541	487 708	609 613
17 365	4 552	1 502 294	548 209	677 888
18 787	4 937	1 659 848	612 080	750 444
23 580	5 762	1 842 027	696 237	594 769
29 331	6 509	2 119 527	833 424	654 010
...	8 055	2 435 520	1 004 564	773 283

global da economia do Estado. Porto Alegre, 1974. v. 1.

FGV, conforme Tabela 1.

porque a série PILcf do Brasil, corrigida pela Fundação Getúlio Vargas, não abrange 73. (3) Para a série IVC-ICM corrigido, manteve-se a mesma alíquota para todo o período, foram eliminados alguns benefícios fiscais concedidos à exportação que não ocorreram em coeficiente do ano de 1971; estimou-se o valor adicionado em torno de 40%, representando do Sul. (5) Pontos de máxima da variável referência PILcf do Rio Grande do Sul. (6)

Taxas de crescimento do PILcf do Rio Grande do Sul e PILcf do total e industrial de energia elétrica do Rio Grande

ANOS	PILcf-RS (1)	PILcf-BR	PRODUTO INDUSTRIAL (1)	PRODUTO AGRÍCOLA
1948 (2)	-0,19	7,45	9,62	-5,84
1949	5,62	6,61	8,53	2,72
1950	7,57	6,50	14,61	6,83
1951	9,35	5,92	9,45	9,38
1952	10,13	8,69	6,60	10,50
1953	5,16	2,53	11,58	5,03
1954	9,03	10,10	4,26	8,04
1955	3,73	6,86	1,38	4,69
1956 (3)	9,74	3,18	8,75	11,89
1957	1,47	8,06	1,73	-10,08
1958	2,73	7,70	16,88	-3,17
1959 (2)	-0,47	5,57	3,76	2,24
1960	3,96	9,71	7,75	-10,55
1961	6,61	10,31	8,97	1,51
1962 (3)	9,87	5,24	6,26	21,15
1963	1,05	1,55	-2,21	-0,31
1964	1,12	2,93	2,40	-0,26
1965	5,83	2,72	-0,85	17,72
1966	2,64	5,11	4,13	-5,36
1967 (2)	1,22	4,79	-1,47	2,71
1968	10,37	9,31	17,80	5,13
1969	12,51	9,01	7,65	20,33
1970	11,91	9,51	9,60	9,91
1971	7,76	11,29	10,20	6,24
1972	-0,45	10,42	10,20	-10,62
1973 (3)	10,43	...	7,20	21,22

FONTE: Tabela 63.

(1) Cíclico-aleatório. (2) Pontos de mínima da variável referência-PILcf do Rio Grande

Brasil, produto industrial e agrícola, exportação, IVC-ICM, consumo do Sul e construção civil de Porto Alegre — 1948-73

EXPORTAÇÃO TOTAL	IVC-ICM CORRIGIDO	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA (1)	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA (1)	CONSTRUÇÃO CIVIL DE PORTO ALEGRE (áreas vistoriadas) (1)
-57,38	5,23	8,75	...	...
144,99	-1,40	73,04	...	...
0,39	-2,13	15,55	...	...
17,30	11,29	17,67	...	...
20,34	5,46	38,58	...	...
13,81	15,64	45,56	...	...
-6,27	3,16	71,99	...	...
0,78	0,38	37,74	...	...
14,97	14,09	29,20	...	...
-1,02	-3,01	30,58	...	...
9,05	2,08	32,56	...	...
-11,08	-7,15	24,74	...	...
8,77	6,54	22,77	...	...
17,63	-0,04	9,49	22,11	-23,73
4,43	6,18	16,63	29,85	-5,29
18,75	0,59	13,65	14,26	18,85
-14,45	10,39	11,85	20,02	-42,08
8,25	0,89	4,01	2,23	17,33
13,61	6,15	9,64	11,98	3,28
-40,10	9,86	8,65	5,41	31,87
48,67	28,10	10,06	15,40	60,21
28,51	7,71	9,93	12,41	11,20
8,19	8,46	10,49	11,65	10,70
25,51	16,71	10,98	13,75	-20,74
24,39	12,96	15,06	19,70	9,96
...	23,75	14,91	20,53	18,24

do Sul. (3) Pontos de máxima da variável referência-PILcf do Rio Grande do Sul.

Tabela 65

PILcf, despesas e receitas do setor

ANOS	PILcf-RS (1)	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO (1)	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	INVESTIMENTOS DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO (1)	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL	DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (1)
1947	17 586,4	3 372	2 302	436	752	1 692	186
1948 (2)	17 377,3	4 427	3 492	212	811	1 801	202
1949	18 353,3	4 787	3 276	495	1 093	1 984	181
1950	19 741,9	4 161	2 459	676	1 235	1 749	197
1951	21 587,2	4 786	3 058	643	1 290	1 719	197
1952	23 773,2	5 214	3 613	544	1 171	1 873	196
1953	24 999,1	5 427	2 917	645	1 973	1 893	207
1954	27 257,5	5 542	3 285	913	1 900	1 646	263
1955	28 274,3	5 533	3 293	690	1 815	1 724	266
1956 (3)	31 027,9	6 508	3 785	772	2 260	1 898	288
1957	31 485,3	7 730	4 655	853	2 284	2 422	439
1958	32 344,2	8 062	4 501	1 051	2 799	2 607	512
1959 (2)	32 190,7	7 322	4 485	720	2 245	2 640	509
1960	33 466,5	7 571	5 282	1 804	2 879	3 331	781
1961	35 678,5	9 390	6 147	2 673	2 447	3 675	945
1962 (3)	39 199,8	10 380	6 205	3 353	3 455	3 364	849
1963	39 612,1	10 173	6 187	2 541	3 469	3 692	892
1964	40 057,3	10 713	5 754	1 655	4 531	3 321	951
1965	42 392,4	12 740	6 429	2 021	5 777	4 167	1 167
1966	43 511,6	12 056	7 214	2 445	4 162	4 251	1 066
1967 (2)	44 043,6	12 299	7 644	2 014	3 961	5 080	1 141
1968	48 610,4	15 766	8 890	2 607	6 257	5 585	1 214
1969	54 689,7	19 489	10 790	3 351	7 824	6 200	1 212
1970	61 201,4	23 934	11 802	5 019	11 395	6 639	1 353
1971	65 948,4	26 939	13 041	5 021	13 029	6 934	1 481
1972	65 650,0	31 699	14 740	6 224	15 302	7 808	1 599
1973 (3)	72 495,8	38 060	19 076	...	17 206	9 659	1 933

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 2, 4, 6, 7, 8, 9, 14, 16 e 18.

NOTA: 1. Dados deflacionados pelo IGP, coluna 2, Conjuntura Econômica, FGV, conforme Tabela 1.

2. Incluídos nos dados da série IVC-ICM as taxas adicionais que incidem sobre o IVC no período

(1) Cíclico-aleatória. (2) Pontos de mínima da variável referência - PILcf do Rio Grande do Sul.

público do Rio Grande do Sul — 1947-73

(Cr\$ 1 000 a preços de 1949)

DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA ESTADUAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	DEFICIT DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	DEFICIT DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	RECEITA TRIBUTÁRIA DO SETOR PÚBLICO GAUCHO (1)	IVC-ICM
662	...	...	274	199	2 260	622
1 701	...	...	739	43	2 517	785
1 272	...	...	557	301	2 649	774
789	...	...	270	201	2 553	758
1 294	134	134	92	-91	2 953	927
1 704	257	257	239	-156	3 285	978
1 042	192	192	73	-24	3 484	1 131
1 590	261	261	400	-74	3 520	1 166
1 618	53	43	309	150	3 863	1 242
2 026	16	13	482	111	4 498	1 579
2 396	32	32	870	351	4 864	1 863
1 942	160	124	927	334	5 158	1 958
2 017	59	59	533	59	4 878	2 010
2 443	383	383	180	11	5 377	2 379
3 026	646	646	442	158	5 504	2 378
3 199	275	275	1 518	167	5 824	2 525
2 740	282	282	1 320	626	6 005	2 540
2 850	105	83	517	-163	6 605	2 804
3 041	370	87	255	852	7 531	2 829
3 756	564	129	1	366	6 993	3 253
3 237	552	252	490	801	7 546	3 299
4 209	1 011	312	153	706	10 344	3 951
5 434	1 064	183	757	986	12 185	4 406
6 280	1 195	201	332	347	13 523	4 779
7 089	1 486	199	-719	136	16 256	5 417
8 110	2 130	378	-72	248	21 571	5 640
10 709	1 626	459	1 767	610	...	6 888

1951-66.

(3) Pontos de máxima da variável referência — PILcf do Rio Grande do Sul.

## Taxas de crescimento do PILcf, das despesas e receitas

ANOS	PILcf-RS (1)	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO (1)	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	INVESTIMENTOS DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO (1)	DESPESA TOTAL DO SETOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL	DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (1)
1948 (2)	-0,19	31,29	51,69	-51,37	7,85	6,44	8,60
1949	5,62	8,13	-6,19	133,68	34,77	10,16	-10,40
1950	7,57	-13,08	-24,94	36,50	12,99	-11,84	8,84
1951	9,35	15,02	24,36	-4,89	4,45	-1,72	0,00
1952	10,13	8,94	18,15	-15,33	-9,22	8,96	-0,51
1953	5,16	4,09	-19,26	18,57	68,49	1,07	5,61
1954	9,03	2,12	12,62	41,55	-3,70	-13,05	27,05
1955	3,73	-0,16	0,24	-24,47	4,47	4,74	1,14
1956 (3)	9,74	17,62	14,94	11,93	24,52	10,09	8,27
1957	1,47	18,78	22,99	10,44	1,06	27,61	52,43
1958	2,73	4,29	-3,31	23,26	22,55	7,64	16,63
1959 (2)	-0,47	-9,18	-0,36	-31,50	-19,79	1,27	-0,59
1960	3,96	17,06	17,77	150,53	28,24	26,17	53,44
1961	6,61	9,56	16,38	48,22	-15,01	10,33	21,00
1962 (3)	9,87	10,54	0,94	25,42	41,19	-8,46	-10,16
1963	1,05	-1,99	-0,29	-24,21	-1,77	9,75	5,06
1964	1,12	5,31	-7,00	-34,87	39,16	-10,05	6,61
1965	5,83	18,92	11,73	22,10	22,32	25,47	22,71
1966	2,64	-5,37	12,21	20,99	-27,96	2,02	-8,65
1967 (2)	1,22	2,02	5,96	-17,62	-4,83	19,50	7,04
1968	10,37	28,19	16,30	29,44	57,97	9,94	6,40
1969	12,51	23,61	21,37	28,53	25,04	11,01	-0,16
1970	11,91	22,81	9,38	49,77	58,60	7,08	11,63
1971	7,76	12,56	10,50	0,03	48,25	4,44	9,45
1972	-0,45	17,67	13,03	23,96	20,29	12,60	7,97
1973 (3)	10,43	20,07	29,42	...	2,48	23,71	20,89

FONTE: Tabela 65.

(1) Cíclico-aleatória. (2) Pontos de mínima da variável referência — PILcf do Rio Grande do Sul. (3) Pontos ou taxas de crescimento muito elevadas, deixou-se de calcular as mesmas por inexistir sentido prático.

do setor público do Rio Grande do Sul — 1948-73

DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA ESTADUAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	DÉFICIT DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	RECEITA TRIBUTÁRIA DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO (1)	IVC-ICM
156,95	...	...	169,71	-78,39	11,37	26,21
-25,22	...	...	-24,63	600,00	5,24	-1,40
-37,97	...	...	-51,53	-33,22	-3,62	-2,07
64,01	...	...	-55,93	(4)	15,67	22,30
31,68	91,79	91,97	159,78	(4)	11,24	5,50
-38,85	-25,29	-25,29	-69,46	(4)	6,06	15,64
52,59	35,94	35,94	447,95	(4)	1,03	3,09
1,76	-79,69	-83,52	-22,75	(4)	9,74	6,52
25,22	-69,81	-69,77	55,99	-26,00	16,44	27,13
18,26	100,00	146,15	80,50	216,22	8,14	17,99
-18,95	400,00	287,50	6,55	-4,84	6,04	5,10
3,86	-63,13	-52,42	-42,50	-82,34	-5,43	2,66
21,12	549,15	549,15	-66,23	-81,36	10,23	18,36
23,86	68,67	68,67	145,56	1 336,36	2,36	-0,04
5,72	-57,43	-57,43	243,44	5,70	5,81	6,18
-14,35	2,55	2,55	-13,04	274,85	3,11	0,59
4,01	-62,77	-70,57	-60,83	(4)	9,99	10,39
6,70	252,38	4,82	-50,68	(4)	14,02	0,89
23,51	52,43	48,28	-99,61	-57,04	-7,14	14,99
-13,82	-2,13	96,35	(4)	118,85	7,91	1,41
31,88	83,15	23,81	-68,78	-11,86	37,08	19,76
27,29	5,24	-41,35	394,77	39,66	17,80	11,52
15,57	12,31	9,84	-56,14	-64,81	10,98	8,47
12,88	24,35	-1,00	(4)	-60,81	20,21	13,35
14,40	43,34	89,95	(4)	82,35	32,70	4,12
32,05	-24,72	21,43	(4)	145,97	...	22,13

de máxima da variável referência — PILcf do Rio Grande do Sul. (4) Por relacionar-se a anos de superávit



Valores residuais após a eliminação da

ANOS	PILcf-RS (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	PILcf-BR (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	PRODUTO INDUSTRIAL RS (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	PRODUTO AGRÍCOLA RS (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)
1947	-70	-2 919	-391	193
1948	-1 218	-1 284	-323	-496
1949	-1 230	-962	-274	-589
1950	-882	-810	-29	-403
1951	-133	-1 866	88	-6
1952	899	3 144	113	538
1953	908	-6 036	345	667
1954	1 887	2 818	283	1 090
1955	1 554	4 292	77	1 220
1956	2 888	-4 847	210	2 128
1957	1 849	-115	-6	545
1958	1 133	4 155	571	-186
1959	-679	1 544	461	-359
1960	-1 151	13 951	597	-1 093
1961	-779	30 789	835	-2 198
1962	805	27 602	900	-607
1963	-823	6 464	283	-1 115
1964	-2 528	-9 759	10	-1 634
1965	-2 456	-28 512	-552	-79
1966	-3 720	-36 849	-742	-1 342
1967	-5 698	-47 772	-1 420	-1 538
1968	-3 777	-34 489	-539	-1 424
1969	-481	-20 715	-420	833
1970	3 098	-1 262	-77	1 890
1971	4 757	34 394	...	-342
1972	1 207	69 045	...	2 705
1973	4 628	...	...	...

FONTE: Tabela 64 e Apêndice Metodológico.

componente tendencial de algumas variáveis — 1947-73

EXPORTAÇÃO TOTAL RS (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	IVC-ICM CORRIGIDO (Cr\$ 1 000 a preços de 1949)	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA RS (1 000 kwh)	CONSUMO INDUS- TRIAL DE ENER- GIA ELÉTRICA RS (1 000 kwh)	CONSTRUÇÃO CI- VIL - PÓRTO ALEGRE (áreas vistoriadas) (m <sup>2</sup> )
482	133	10 342	...	...
-2 788	135	15	...	...
89	34	-6 360	...	...
-231	-84	-26 242	...	...
343	-3	-50 644	...	...
1 251	-5	-71 851	...	...
1 897	174	-89 346	...	...
910	134	-81 317	...	...
507	31	-84 013	...	...
1 243	214	-88 723	...	...
617	18	-80 026	...	...
901	-59	-48 626	...	...
-830	-374	-21 603	...	...
-672	-373	15 225	-23 480	202 672
391	-527	-8 817	-12 546	56 254
184	-543	16 048	18 187	4 187
1 691	-699	31 298	22 870	36 586
-1 212	-616	40 302	45 327	-169 185
-1 065	-781	-21 507	12 349	-160 657
-175	-808	-27 780	9 014	-184 227
-7 247	-725	-40 329	-21 695	-125 006
-3 874	-22	-31 514	-16 019	71 354
-1 140	67	-16 522	-22 890	106 891
-909	202	15 651	-35 404	146 708
2 617	763	67 853	-37 848	-41 705
7 019	1 231	210 804	1 155	-15 203
...	2 483	387 705	60 980	71 331

Tabela 68

Valores residuais, após a eliminação de componente tendencial,

ANOS	PILcf-RS	DESPESA TO- TAL DO SE- TOR PÚBLICO GAÚCHO	DESPESA TO- TAL DO SE- TOR PÚBLI- CO ESTADUAL CONSOLIDADO	INVESTIMEN- TOS DO SETOR PÚBLICO GAÚ- CHO	DESPESA TO- TAL DO SE- TOR PÚBLICO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL	DESPESA TO- TAL DA AD- MINISTRAÇÃO DIRETA ES- TADUAL	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA
1947	-70	-35	2	74	-75	333	34
1948	-1 218	733	1 030	-189	-113	348	34
1949	-1 230	787	637	48	61	431	-5
1950	-882	-173	-368	179	83	89	-8
1951	-133	89	30	90	2	-54	-30
1952	899	126	371	69	-267	-23	-55
1953	908	-87	-556	-37	367	-134	-70
1954	1 887	-432	-435	154	106	-519	-43
1955	1 554	-941	-692	-154	-189	-590	-72
1956	2 888	-506	-483	-166	22	-576	-86
1957	1 849	130	84	-191	-216	-222	25
1958	1 133	-173	-396	-109	6	-219	54
1959	-679	-1 601	-760	-570	-875	-381	2
1960	-1 151	-1 097	-335	106	-606	103	221
1961	-779	-1 086	130	716	-1 445	224	325
1962	805	-971	-240	1 205	-892	-324	163
1963	-823	-2 126	-716	150	-1 388	-250	134
1964	-2 528	-2 614	-1 640	-544	-893	-892	113
1965	-2 456	-1 700	-1 490	-491	-281	-335	240
1966	-3 720	-3 590	-1 268	-277	-2 605	-562	41
1967	-5 698	-4 654	-1 442	-1 116	-3 598	-64	7
1968	-3 777	-2 604	-842	-799	-2 187	87	-40
1969	-481	-415	367	-378	-1 607	324	-174
1970	3 098	2 367	638	872	-1 380	359	-180
1971	4 757	3 571	1 084	405	4 761	221	-215
1972	1 207	6 379	1 932	1 092	7 119	634	-275
1973	4 628	10 624	5 358	...	6 091	1 992	-140

FONTE: Tabela 63 e Apêndice Metodológico.

de algumas variáveis do setor público — 1947-73

(Cr\$ 1 000 a preços de 1949)

DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA ESTADUAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	DÉFICIT DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONSOLIDADO	DÉFICIT DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	RECEITA TRIBUTÁRIA DO SETOR PÚBLICO GAÚCHO	IVC-ICM
-242	-	-	-162	212	80	-46
719	-	-	301	34	165	57
206	-	-	116	270	110	-20
-367	-	-	-174	149	-186	-107
38	353	18	-354	-165	-2	-16
341	405	136	-210	-252	96	-50
-437	269	64	-379	-141	42	10
-15	272	126	-54	-213	-194	-56
-124	-11	-99	-148	-10	-143	-90
134	-119	-136	22	-71	174	126
343	-173	-125	407	147	200	279
-287	-116	-42	462	109	125	231
-402	-288	-116	65	-188	-553	127
-182	-34	199	-291	-258	-484	326
176	158	451	-31	-132	-820	139
106	-284	70	1 042	-145	-999	84
-617	-348	67	841	292	-1 357	-121
-794	-595	-144	36	-518	-1 339	-97
-915	-401	-151	-229	475	-1 042	-334
-537	-278	-66	-486	-33	-2 257	-196
-1 423	-360	-13	1	381	-2 435	-461
-789	28	32	-339	264	-426	-149
-55	10	-111	262	522	564	-63
322	71	-108	-165	-138	984	-95
622	291	-127	-1 219	-371	2 726	104
1 090	864	34	-575	-280	6 971	-153
3 089	290	97	1 262	60	...	570

## BIBLIOGRAFIA

- 1 ARAGON, Enrique Padilla. Ciclos econômicos y politica de estabilizaciôn. Mèxico, Siglo XXI, 1967.
- 2 BACHA, Edmar et alii. Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra: uma interpretação do problema e seu debate. Rio de Janeiro, IPEA, 1972.
- 3 BAIOCCHI, Mário. Despesa pública: mito e realidade. Porto Alegre, UFRGS, 1978. (Tese não publicada).
- 4 BALANÇO ANUAL DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA ESTADUAL 1947/1963. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1964.
- 5 BALANÇO GERAL DA UNIÃO 1960/1970. Brasília, Ministério da Fazenda, 1961/1971.
- 6 BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1947/1976. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1948/1977.
- 7 BARAN, Paul A. & SWEETZ, Paul M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- 8 BARRÈRE, Alain. Politique financière. Paris, Dalloz, 1958.
- 9 —. Institutions financières. 2. ed. Paris, Dalloz, 1972.
- 10 BROCHIER, Hubert & TABATONI, Pierre. Économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1959. (Collections Themis).
- 11 BROCHIER, Hubert et alii. Économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1975. (Collections Themis).
- 12 CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1961.
- 13 CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.
- 14 CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
- 15 CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v. 25, n.6, jun. 1971.
- 16 —. Rio de Janeiro, FGV, v. 27, n. 9, set. 1973.
- 17 —. Rio de Janeiro, FGV, v. 29, n. 6, jun. 1975.
- 18 —. Rio de Janeiro, FGV, v. 31, n. 7, jul. 1977.
- 19 —. Rio de Janeiro, FGV, v. 33, n. 12, dez. 1979.
- 20 CONSOLIDAÇÃO GERAL DAS CONTAS DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL 1964/1973. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda, 1965/1974.
- 21 CONTADOR, Cláudio R. Ciclos econômicos e indicadores de atividades no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1977. (Monografia 35).
- 22 ECKSTEIN, Otto. Economia financeira: introdução à política fiscal. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- 23 ESTEY, J. A. Ciclos econômicos. São Paulo, Mestre Jou, 1965.
- 24 FINANÇAS PÚBLICAS: orçamentos e balanços municipais. Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, v. 36, n. 326-8, abr./dez. 1976.
- 25 FINANÇAS PÚBLICAS. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, v. 4/16, 1947/1959.
- 26 FERREIRA FILHO, Arthur. História geral do Rio Grande do Sul 1503/1974. Porto Alegre, Globo, 1974.
- 27 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Evolução das finanças do Estado do Rio Grande do Sul 1967/76. Porto Alegre, 1978.
- 28 —. 25 anos de economia gaúcha: a agricultura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978. v.3.
- 29 —. 25 anos de economia gaúcha: análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1976. v.4.

- 30 —. 25 anos de economia gaúcha: aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado. Porto Alegre, 1977.
- 31 —. 25 anos de economia gaúcha: uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1974. v.1.
- 32 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia. Rio de Janeiro, 1972.
- 33 GALBRAITH, John Kenneth. O novo estado industrial. Lisboa, Don Quixote, 1967.
- 34 GUIMARÃES, Raymundo Ferreira. La politique financière du gouvernement brésilien pendant la période de 1947 a 1973. Paris, Université Paris I, 1975. (Mémoire sustentado no I.E.D.E.S.).
- 35 HIGGINES, Benjamin. Desarrollo económico: principios, problemas, políticas. Madrid, Gredos, 1970.
- 36 L'HERITEAU, Marie-France. Pourquoi des entreprises publiques? Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Themis).
- 37 MATHEWS, R. C. O. Ciclos econômicos. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. (Manual de Economia Cambridge).
- 38 MUSGRAVE, Richard. Teoria das finanças públicas. São Paulo, Atlas, 1973.
- 39 O'CONNOR, James. U.S.A.: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
- 40 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado e subdesenvolvimento industrializado. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- 41 SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Avaliação do setor público na economia. Rio de Janeiro, IPEA, 1976. (Relatório de Pesquisa, 13).
- 42 —. Finanças públicas. São Paulo, Atlas, 1978.
- 43 SILVA, Fernando Antonio Rezende da et alii. Aspectos da participação do governo na economia. Rio de Janeiro, IPEA, 1976. (Monografia 26).
- 44 —. Política fiscal e programação dos gastos públicos. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.
- 45 SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 46 —. Economia e política do trabalho. São Paulo, Hucitec, 1977.
- 47 SUDESUL. Agregados econômicos regionais. Porto Alegre, 1977. v. 1, 2 e 3.
- 48 VESSILIER, Elisabeth, Fondements de l'économie financière. Paris, Presses Universitaires de France, 1972. (Dossiers Themis).
- 49 WEBER, Max et alii. Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

**PRESIDÊNCIA**

HEITOR SILVEIRA - Presidente  
Ieracê Lima Martins, Marilene Gauer - Secretárias

ASSESSORIA - Antonio Carlos Dante, Cláudio Einloft, Edison Marques Moreira, Helio Passos Alcântara, João Júlio C. da Cunha, Laura Schneider Nunes Vieira, Maribel Maria Ferreira de Andrade, Maria Elena Almeida, Maria Beatriz Nunes Oliveira, Maria Inácia Flôr Reinaldo, Mário Baiocchi, Marli Nunes Machado, Rejane Wilke Montoya Gómez, Sonia Rejane Unikowsky Teruchkin.

**DIRETORIA TÉCNICA**

ÍTALO DANILO COITINHO FRAQUELLI - Diretor  
Maria Hermínia Brunet Fraquelli - Secretária

**GERÊNCIA DE ANÁLISES ESTRUTURAIS**

ENÉAS COSTA DE SOUZA - Gerente  
Ana Lúcia da Silva - Secretária

NATUREZA SOCIAL - TANYA MARIA MACEDO DE BARCELLOS, Elisabeth de Medeiros Simões, Maria Luiza Tirelli, Naia Geila de Oliveira Corrêa, Sérgio Nunes Fagundes, Vera Lúcia Amaral Garcia, Walter Arno Pichler.

ECONOMIA PÚBLICA - RAYMUNDO FERREIRA GUIMARÃES, Carlos Alberto Drummond de Macedo, Carlos Nelson dos Reis, Isabel Noemia Junges Ruckert, Gentil Corezza, Gibrãil Rodrigues, Maria Lucrecia Calandro, Neuza Maria C. de Souza Antunes, Waldir Gorga Cornelles.

SETOR PRIMÁRIO - LUIZ ROBERTO P. TARGA, Álvaro Antonio Louzada Garcia, Elvin Maria Fauth, Marinês Zandavalli Grandó, Salvatore Santagada.

SETOR SECUNDÁRIO - MARIA HELOISA LENZ, Moema Kray, Marli Marlene Mertz, Roberto Ruas, Vera Maria Kunrath.

SETOR TERCIÁRIO - RUBENS SOARES DE LIMA, Beatriz Regina Zago de Azevedo, José Antonio Fialho Alonso, Valesca Marques Casa Nova, Yoshiko Kobayashi, Vivian Förstenaue.

**GERÊNCIA DE INDICADORES E ANÁLISES CONJUNTURAIS**

ÁRIO ZIMMERMANN - Gerente  
Carmen Maria Franzoni - Secretária

AGREGADOS ECONÔMICOS - Carmen Regina B. Landell de Moura, Celso Anversa, Dejalme Andreolli, Dulce Helena Vergara, Eliano Santos Figueredo, Hilda B. Pizato, José Maria Dias Pereira, Lisete Maria Giroto, Maria Conceição Sá e Souza Schettart, Maria Helena Antunes Sampaio, Renato Antonio Dalmaço, Sara Brumer.

INDICADORES CONJUNTURAIS - SILVIA HORST CAMPOS, Alberto Luiz Campos de Medeiros, Clarisse Chiappini Castilhos, Maria Olinda Curtinaz Trescastro, Pedro F. Cunha de Almeida, Roberto S. da Cunha Marcantônio, Roberto da Silva Wiltgan, Teresinha B. Fialho.

**GERÊNCIA DE INFORMÁTICA**

ABELARDO AUGUSTO SÓRIO RIBEIRO - Gerente  
Yara Prange - Gerente-Adjunto  
Ana Mariza Lopes - Secretária

ARMAZENAGEM DE DADOS - SILVIA RECH DE-GAN, Aurora Celia Villagran Maciel, Clotilde Rejane Meneghetti, Ivete Lopes Figueiró, Jenira Iolanda Lopes da Rosa, Loribel da Silva Dias, Marie de Glória Souza Silveira, Maria Pia Baldwin, Mary Sônia Moreno Bestian, Yara Maria Centeno Teixeira.

ANÁLISE E PROCESSAMENTO DE DADOS - MIGUEL DAMADO CARVALHO, Arnaldo Sisson Filho, Buarque Gutierrez de Figueiredo, Elza M. Skilham de Almeida, Júlio Cezar Berleze, Marcus Vinícius Feijó da Rocha, Maria Luiza Garcia Kneuth, Maria de Lurdes Teixeira Jardim, José Augusto M. da Rocha, Talita Farias Schullmann, Nilson Henrique Elias, Penido Fontoura de Silva, Renato Cardoso Vasques, Renato Mendes Guerra, Shirley Mesquita Pedão, Susana Koch, Vera Lúcia Pires Dalberto.

EDIÇÕES ESTATÍSTICAS - MARILENE BRUNEL LUDWIG, Arthur Ivan de Andrade Wels, Elaine Maria M. Ferreira, Francisco de Assis C. dos Santos.

**PESQUISA DE DADOS** - LUIZ FERNANDO G. DA SILVA MEDAGLIA, Acácia V. de A. Stockler, Antonio Odilon Ribeiro de Menezes, Daniel Pires Bueno, João Vilceu Vieira Soares, Luiz Fernando Weiler, Paulo Roberto Silveira Machado, Paulo de Tarso G. Pinheiro Machado, Roberto Ronchetti Caravantes, Vera Maria Morales Gauer.

**PREPARAÇÃO DE DADOS** - RUT TERESINHA DIEDERICHS NORONHA, Accácia Gama Bernd, Cacilda Ferreira Camargo, Ceres Aparecida Haushahn, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Enilda Leal Riella, Jayme Görg, João Luiz Paiva Rosa, José Antônio da Rosa, Juares Meneghetti, Jussara Rabassa Monteiro, Laís Helena D. Carvalho da Silva, Ledy Tereza B. do Amaral Padilha, Lony Maria de Azevedo Sperb, Luz da Alva Oliveira da Silveira, Mara Luzia Feltes de Moura, Maria José da Silveira Saibro, Maria de Lourdes Cavalheiro, Maria Edi Pereira da Souza, Maria Severo Nunes da Rosa, Maria Thersza França Costa, Marília Marques Difini, Marina Medeiros Costa, Marina Silvia Ponso Difini, Marlene Marques Gentili, Marisa Gundlach Kraemer, Mercedes Oliveira Licht, Ney Gondran Machado, Reny Vasques Farias, Rubens Corrêa da Silva, Ruth Rovere Wolff, Sérgio Antônio Rolim de Moura, Silvia Maria Rosa Portinho, Solange Maria de Oliveira Mattei, Sônia Maria Francioni de Menezes, Sônia Maria Dornelles Oliveira, Vera Conceição Frões Clausmann, Yeda Garcia Fettenuzzo, Zilá Alves, Zilda Maria Freitas Leite.

#### **GERÊNCIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS**

ALDROVANDO ROSITO GUERRA - Gerente  
Albertina Camargo da Silva - Secretária

**ESTUDOS ESPECIAIS** - ALDÍSIO ELY, Alfredo Meneghetti Neto, Antônio Cesar Gargioni Nery, Daisy Dias Schramm Zeni, Denise Gros Müller, Estela Feio dos Santos, Gabriel Falcão Machado, Joaquim Ozório Pires da Silva, Luiz Roberto Palma Dias, Maria Amélia Pinto Leão, Maria Domingues Benetti, Maria Izabel Herz Jornadas.

**PROGRAMAS ESPECIAIS** - ALVARISTO DO AMARAL PADILHA, Adão da Silveira, Antonio Carlos Bueno e Souza, Carlos Furtado Peixoto, Cícero de Moraes Júnior, José Carlos C. Ferreira, Osmar Inácio da Silva, Ronaldo Teixeira Nery.

#### **DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

ANTONIO GONZALEZ MOJON - Diretor  
Jane Ortiz de Fraga

#### **GERÊNCIA DE PUBLICAÇÕES**

DÉCIO ANSON LIMA - Gerente  
Elizabeth Ferreira Pinto - Secretária

**EDITORIA** - ROBERTO ANTONIO G. LA ROCCA, Alvanir Schaeffer de Oliveira, Carlos Eduardo da Silva Valente, Cirei Pereira da Silveira, Edelvira Aida Silva Moreira, Edson Luiz Ferreira Teixeira, Elisabeth Alende Lopes, Elisabeth Kurtz Marques, Emerson Guilherme Ritter, Estela Mendes Pereira, Sidônia Y. Mann Calvete, Hermes Pino Borba, Ieda Teresinha Koch Leal, Jadir Vieira Espinosa, Jairo dos Santos Raymundo, Rejane de Barcellos Schemita, Rejane Maria Bondanza Lopes, Rosa Maria Fonseca Rivero, Rosalane Vial Giacobone, Tania Maria Dantes Maffei, Têa Northfleet.

**MARKETING** - LEONARDA POMPEA MASTROGIACOMO, Denize R. Capparelli, Nilza Fonseca M. Dezar, Sérgio Matheus Pereira, Wanda Grazieta C. de Almeida, Flora I. Rodrigues Castellã.

**REPROGRAFIA** - DANILO SEQUEIRA, Ariclair de Fátima B. Fernandes, Celso Luiz Formiga, Celso Túlio Von Flebbe, Cláudio Scapini, Clori Xavier Conde, Luiz Carlos da Silva, Marco Antonio Oliveira Pinto, Maria Helena C. de Bairros, Maria Leda Lígia J. de Macedo, Mauro Marcelino da Silva, Pedro da Rosa, Vera Sônia Silva Castro.

#### **GERÊNCIA DE RECURSOS**

SIFREDDO SCHILLER - Gerente  
Denize Maria Maciel - Secretária

**APOIO ADMINISTRATIVO** - ARNALDO MAGARINOS DE SOUZA LEÃO, Arlindo Jahno, Alta Silva da Costa, Aibenir R. do Amaral Collares, Álvaro da Silva Dias, Ana Beatriz F. Fernandes, Ana Maria Oliveira Azambuja, Cesar Roberto Machado, Carlos Bertolli de Gouveia, Eduardo Oliveira Corrêa, Elza Lopes Evangelista, Erotilde Duarte de Mello, Francisco de Assis M. Soares, Izolina Machado Andrades, José Antônio da Silva, Lia Beatriz Santos da Silva, Luiz Ferreira da Silva, Lurdes Cansan, Marina Rios da Silva, Maura Rosane Silveira da Silva, Nair Santos da Silva, Oswaldo do Nascimento, Paulo Roberto da S. Souza, Rubem de Oliveira Gutterres, Sílvio José Ferreira, Shirley Maria Chiele Sequeira, Tania Maria Prates.

**FINANÇAS** - ROBERTO LUIZ MACHADO, Darcy Kolling, Jorge Luiz Hennemann, José Reinaldo Hansen, Susilena Paredes.

**PESSOAL** - NORA ANGELA KRAEMER SUARES, Alfredo Crestani, Angela Célia Paim Garrido, Edison Gabriel Campos Feijó, Jandira Cansan, Nevy Xavier, Salete do Prado Oliveira, Vera Lúcia Menezes.

**TREINAMENTO** - Aurea Corrêa de Miranda Breitbach, Alejandro Kuajara Arandia, Pedro Silveira Bandeira, Sérgio Fischer.